

**MARIA CRISTINA CHIARADIA GABRIEL**

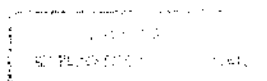
Além das fronteiras do colonato ( O ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração - 1886 a 1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora em  
\_\_\_/\_\_\_/1995.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa

Março/1995



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MARIA CRISTINA CHIARADIA GABRIEL**

Além das fronteiras do colonato ( O ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração - 1886 a 1920).

Campinas

1995

G114a

24810/BC

UNIDADE	BC
DEPARTAMENTO	
CLASSIFICAÇÃO	61142
NUMERO	24810
DATA	433/95
LOCAL	lix
VALOR	R\$ 11,00
DATA	08/06/95

CM-00070731-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Gabriel, Maria Cristina Chiaradia.**

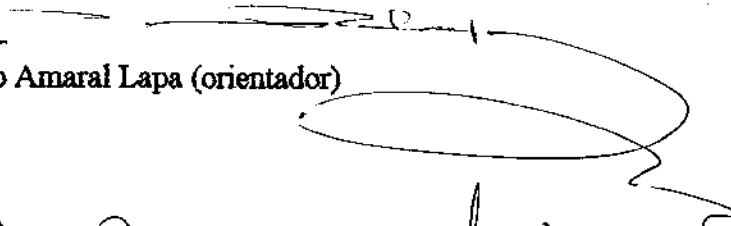
**G114a**

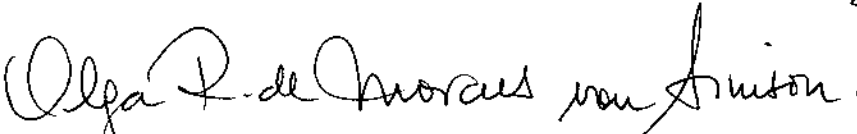
**Além das fronteiras do colonato ( o ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração 1888 a 1920) / Maria Cristina Chiaradia Gabriel. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.**

**Orientador: José Roberto do Amaral Lapa.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Imigrantes italianos - São Paulo (Estado). 2. Imigrantes italianos - Campinas (SP) - Estudo de casos. 3. Imigrantes italianos - São Paulo (Estado) - Aspectos sociais. I. Lapa, José Roberto do Amaral. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**BANCA EXAMINADORA**

  
José Roberto do Amaral Lapa (orientador)

  
Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

  
Paulo Celso Miceli

Robert Wayne Andrew Stenes (suplente)

À minha família: pais, irmãos,  
cunhados e sobrinho.

Ao meu noivo, Valmir.

Aos descendentes de todos os italianos  
que cito neste estudo.

## AGRADECIMENTOS

Quero deixar aqui meus agradecimentos às pessoas que, de uma forma ou de outra, prestaram incalculável auxílio a este estudo: ao Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa, pela orientação e pelas leituras e observações que fez de meus relatórios e redações; ao Prof. Dr. Robert Slenes, pelo estímulo e empenho para que eu desenvolvesse a pesquisa; à Eliana, Rosa, Paula, Fernando e Ema, funcionários do Centro de Memória-Unicamp, por me facilitarem o acesso a documentos e publicações raras; à Lourdinha, Esmeralda e Marli, da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, pelas vezes em que pude contar com sua compreensão e paciência; aos funcionários do arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp, do Centro Histórico do Imigrante, em São Paulo, da biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas e da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, pela abertura que deram à pesquisa; aos companheiros de faculdade, Fábio, Alcília e Lúcia Helena, pelos longos diálogos que me incentivaram a concluir este estudo.

Agradeço, ainda, ao CNPQ, que me financiou por dois anos, e à Fapesp, da qual fui bolsista por um ano, na fase de conclusão da pesquisa.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>PRIMEIRA PARTE - OS IMIGRANTES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA</b> ..	<b>4</b>
CAPÍTULO 1 - DISCORDÂNCIAS ENTRE FONTES E AUTORES .....	4
CAPÍTULO 2 - O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A FIXAÇÃO DOS IMIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUA ASCENSÃO SOCIAL .....	22
<b>SEGUNDA PARTE - OS ITALIANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO</b> .....	<b>66</b>
CAPÍTULO 1 - A COMPLEXIDADE DA HISTÓRIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS EM SÃO PAULO	66
CAPÍTULO 2 - A PREFERÊNCIA POR SOLOS PAULISTAS .....	74
CAPÍTULO 3 - O FLUXO DE ITALIANOS E SUA FIXAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - O DEBATE NA REVISTA AGRÍCOLA DE S. PAULO. ....	84
<b>TERCEIRA PARTE - A COMUNIDADE ITALIANA EM CAMPINAS</b> .....	<b>102</b>
CAPÍTULO 1 - A REGIÃO DE CAMPINAS NA VIRADA DO SÉCULO - A GRANDE IMIGRAÇÃO ....	102
CAPÍTULO 2 - A ASSIMILAÇÃO DOS ITALIANOS NO MUNICÍPIO CAMPINEIRO .....	113
CAPÍTULO 3 - O FORTALECIMENTO DOS ITALIANOS NO MUNICÍPIO CAMPINEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA LOCAL .....	133
4 - A PRESENÇA DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DA COLETIVIDADE ITALIANA EM CAMPINAS - SOLIDARIEDADES E RIVALIDADES .....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>169</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	<b>171</b>
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b> .....	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o momento em que o governo da província de São Paulo decidiu, em 1886, fornecer passagens subsidiadas aos estrangeiros que viessem trabalhar nas fazendas de café, foi se verificando, num crescendo, o número de italianos, principalmente, que desembarcou no porto de Santos. Nos primeiros anos desse “fluxo maciço” de famílias que imigravam para as fazendas paulistas, os proprietários rurais sentiam-se aliviados por irem encontrando finalmente o que parecia ser a solução para o grave problema de mão-de-obra que a perspectiva da Abolição acenava. Em poucos anos, porém, o ambiente aparentemente tranquilo cederia lugar a uma situação bem mais hostil, uma vez que os imigrantes não se mostravam satisfeitos com o trabalho no colonato e buscavam mecanismos para conseguirem tornar-se proprietários ou, em outros casos, para ocuparem empregos urbanos.

Uma década após o início da imigração subsidiada para São Paulo, já era discutido o problema da constante mobilidade espacial dos colonos, seja de fazenda para fazenda, do campo para a cidade, ou ainda de São Paulo para outro estado ou país, ou até mesmo do retorno ao seu país de origem. Ao mesmo tempo em que os fazendeiros discutiam a instabilidade dos colonos estrangeiros, eles enfrentavam um novo problema: a crise de superprodução do café.

Pressionados pelos dois problemas - a instabilidade dos colonos e a crise do café - os fazendeiros acabaram por fazer ainda mais concessões aos trabalhadores estrangeiros. Nesse sentido, o principal veículo da imprensa paulista que promoveu então um debate a respeito das maneiras de solucionarem-se as crises de mão-de-obra e do café foi a Revista Agrícola de S. Paulo que, entre 1898 e 1907, foi palco de discussões entre fazendeiros, políticos e cientistas sobre o assunto.

Eram muitas as propostas feitas pelos artigos publicados na revista. Referiam-se, sobretudo, à fixação do imigrante estrangeiro nos solos paulistas, como pequeno proprietário rural. No ano de 1906, foi realizada a Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo, pela qual era demonstrado que os estrangeiros possuíam 14,8% dos estabelecimentos agrícolas, um fato novo para uma sociedade cuja elite oligárquica é que estava habituada a dominar a estrutura agrária regional.



No início da década seguinte, em 1911, o governo estadual realizava uma nova estatística, desta vez urbana, a qual apresentava dados surpreendentes em relação aos estrangeiros: eles eram proprietários de 43.930 imóveis dessa natureza em todo o estado de São Paulo, o que revelava que a maior parte dos imigrantes que tinham um pecúlio havia se estabelecido nas cidades ao invés de permanecer no campo.

Os debatedores da questão da fixação dos imigrantes no estado paulista tinham ignorado, de certa maneira, a atração que a vida urbana despertava nos imigrantes estrangeiros, dos quais a grande maioria, formada por italianos, era proveniente de regiões essencialmente agrícolas. Entretanto, os jornais da época relatavam, freqüentemente, casos de enfrentamento entre nacionais e estrangeiros, sobretudo nas cidades, embora existissem casos de conflitos no campo, entre italianos e fazendeiros, administradores e negros, que exerciam, em certas ocasiões, a função de capangas. Na quase totalidade, eram atos violentos, que indicavam a organização de coletividade italiana como um grupo estrangeiro forte socialmente.

A violência estava presente no cotidiano dessa coletividade, colocando o seu próprio fortalecimento em risco nos momentos em que o conflito provocava o enfrentamento entre italianos, que disputavam entre si os melhores empregos e a conseqüente ascensão social. Os italianos que imigravam para o estado de São Paulo eram provenientes de regiões diversas, com costumes e comportamento diferentes, tendo, em comum, o objetivo de conseguir, na nova pátria, uma vida melhor para sua família. Ao mesmo tempo em que se sentiam harmonizados para enfrentar a sociedade local, agiam, em outros momentos, com extremo individualismo, não dando grande importância à origem étnica de seus compatriotas.

O estado de São Paulo entrou no século XX já muito influenciado pelo elemento estrangeiro, sobretudo italiano. Esse grupo étnico tinha em geral uma visão do ato de imigrar como algo definitivo, sendo que o trabalho no colonato era apenas o trampolim para sua fixação no estado paulista. A sociedade local, por sua vez, precisava desse contingente de estrangeiros para desenvolver sua cultura cafeeira, mas não previa o fortalecimento social da coletividade italiana num ritmo tão acelerado como se deu. Não esperava, também, ter que disputar com os estrangeiros os empregos urbanos, as pequenas propriedades rurais, o comércio, enfim, as ocupações que até então lhe pertenciam.

Neste estudo pretendeu-se verificar como foi possível que boa parcela dos imigrantes italianos conseguisse se estabelecer no estado paulista como proprietária rural ou urbana, apesar dos obstáculos impostos pela sociedade local. Buscou-se examinar o caso de Campinas, especificamente, porque se trata de uma região onde o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre e, onde, principalmente, existiu, desde as últimas décadas do século XIX, uma coletividade italiana forte que desafiou, em alguns momentos, a sociedade local. O estudo identificou o ambiente hostil que foi criado no momento da grande imigração devido à posição divergente entre imigrantes italianos e sociedade local - paulista e, particularmente, campineira - referente à visão que ambos tinham do ato de imigrar.

## PRIMEIRA PARTE - OS IMIGRANTES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

### *Capítulo 1 - Discordâncias entre fontes e autores*

Em geral, os autores que se propuseram a escrever a história dos imigrantes no Brasil e, especificamente, em São Paulo, preocuparam-se em abordar os diversos aspectos que envolviam o ato de emigrar, não escapando da insistência na abordagem dos mesmos tópicos. Esses estudos relatam e analisam, na grande maioria, a vinda de imigrantes desde sua saída da Europa, a viagem nos navios em péssimas condições de higiene, a chegada a Santos e a São Paulo, sua estada na Hospedaria do Brás, a ida como colonos à grande lavoura e as más relações que sofreram nas fazendas. O imigrante permaneceu, para boa parte desses autores, no meio rural, de onde carregou, muitas vezes, suas angústias e perplexidades para a cidade, onde o aguardavam um novo cenário, novos papéis e representações.

A especialidade por temas e a produção de novas questões teóricas, como vem ocorrendo na historiografia da escravidão, onde os estudos de S.LARA e S.CHALHOUB revelam a complexibilidade dos mecanismos de dominação, ocorrem ainda timidamente na historiografia da imigração.<sup>1</sup> A comparação entre informações obtidas no nível estadual com outras específicas a determinadas regiões permitiu que fosse desvendado um universo complexo que envolvia as relações sociais entre imigrantes e a sociedade local. Houve regiões onde já no início do século XX os estrangeiros estavam estabelecidos em grande número como proprietários de alguma espécie. Houve outras, porém, onde os brasileiros continuaram a dominar a estrutura agrária, assim com a urbana. As regiões antigas, representadas sobretudo por Campinas e Jundiaí, abriram um espaço para o contingente de estrangeiros que para cá imigraram, embora nesses locais, em que a sociedade urbana já era notadamente desenvolvida no século XIX, as tensões sociais não fossem raras no momento em que esta sociedade passou a ter que competir as oportunidades com os imigrantes.

Em suma, verificou-se que as áreas cafeeicultoras paulistas, divididas, a grosso modo, em Vale do Paraíba, região de Campinas e novas frentes pioneiras, tinham diferenças não

---

<sup>1</sup> Ver LARA, Sílvia Hunold. Campos de violência. Rio de Janeiro, 1988 e CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. São Paulo, 1990.

apenas geográficas, como também nas maneiras em que as sociedades locais se comportavam em relação à chegada dos imigrantes estrangeiros. O equívoco de grande parte dos autores que se dedicaram ao assunto foi generalizar, para todo o estado, algumas afirmações que deveriam ser analisadas para cada região específica.

O “colonato”, definido como o sistema de contrato de trabalho que grande parte dos fazendeiros paulistas empregava com os imigrantes, desde a segunda metade do século XIX, esteve associado, em geral, à miséria do contratado. Contraindo cada vez mais dívidas, os colonos, segundo os autores que assim definiam o colonato, reemigraram para a Europa ou se tornaram operários nas cidades.<sup>2</sup> Entretanto, os relatórios do governo e outras fontes demonstram que o estado paulista atravessava, na última década do século XIX, um período de transformação econômica e social, o que permitiu que os imigrantes encontrassem possibilidades diversas para se estabelecer em São Paulo, além da reemigração e da proletarianização, criando um ambiente de competição e mesmo de conflitos com os nacionais e, inclusive, entre membros do mesmo grupo étnico.

O debate historiográfico a respeito da ascensão social do imigrante começou a ganhar relevo quando estudos econômicos, como os de A. KAGEYAMA e de J. GRAZIANO DA SILVA<sup>3</sup>, e estudos demográficos, como os de M.C. OLIVEIRA e R. BAENINGER<sup>4</sup> passaram a investigar mais profundamente relatórios e recenseamentos do governo. Nesses trabalhos, a pequena propriedade rural ganhou um espaço que havia sido desprezado por parte da historiografia da imigração, principalmente em autores como M. HALL e J.S. MARTINS<sup>5</sup>, que consideravam o acesso do colono à propriedade apenas possível em condições excepcionais. Com essa visão de tendência acentuadamente pessimista, a produção do café estava sempre associada à monocultura e restrita às grandes propriedades territoriais. Ao contrário, os recenseamentos de 1906 e de 1920 mostram que a pequena propriedade já tinha um notável papel no início do século XX, no estado de São Paulo, e, ao

---

<sup>2</sup> Sobre o colonato, ver, entre outros, HALL, Michael e STOLCKE, Verena. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, in: *Revista de História*, nº 6, 1984.

<sup>3</sup> KAGEYAMA, Ângela et alii. *As transformações na estrutura agrária paulista, 1818-1976*. Campinas, 1981.

<sup>4</sup> ver, OLIVEIRA, Maria Coleta. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Campinas, 1985 e BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas, 1992.

<sup>5</sup> ver HALL, Michael. *The origins of mass immigration in Brazil (1871-1914)*. Universidade de Columbia, 1969 e MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, 1979.

mesmo tempo, que esses dados revelam que os estrangeiros contribuíram para a sua existência e sua sobrevivência.

Antes de partirmos para a análise daqueles dois recenseamentos que contêm informações no âmbito municipal, vale ressaltar que qualquer pesquisa que se propõe a utilizar uma série dessa espécie de documentação encontra problemas na compatibilização das séries estatísticas. Os critérios e os conceitos adotados foram se modificando entre 1906 e 1920, especialmente em relação à concepção de "propriedade agrícola". O recenseamento de 1920 refere-se a "estabelecimentos rurais" e não inclui nessa categoria "os quintaes, as chácaras e os viveiros, pertencentes as casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção delles se destine ao consumo doméstico, ou seja de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio"<sup>6</sup>. A restrição do conceito de estabelecimento rural por esse recenseamento acaba excluindo grande parte dos proprietários estrangeiros, uma vez que eles dominavam exatamente essa espécie de propriedade.

Para a análise da trajetória histórica da pequena propriedade rural no estado e no município de Campinas, optou-se pela classificação adotada por S. MILLIET, a qual está em perfeita harmonia com o recenseamento de 1906: as pequenas propriedades são aquelas que possuem até 60 hectares de extensão; as médias propriedades possuem de 61 a 240 hectares; as grandes propriedades possuem de 241 a 1.200 hectares; as propriedades com extensões superiores a 1.200 hectares são consideradas "latifúndios".<sup>7</sup> O recenseamento de 1920 apresenta, no entanto, uma estratificação totalmente impar, o que dificulta qualquer espécie de comparação. Nesse caso, a solução encontrada foi fazer a análise desse último recenseamento baseando-se em propriedades "razoavelmente pequenas" (até 100 hectares), uma vez que nesta categoria está incluída uma parte das médias propriedades. O mesmo ocorre com as "razoavelmente grandes" (101 a 1.000 hectares), onde também participa uma parte dos estabelecimentos médios.

Enfim feitas todas essas considerações e ressalvas, as conclusões dos respectivos documentos tornam-se mais precisas. Em primeiro lugar, o que é interessante observar é a importância da pequena propriedade já no recenseamento de 1906 no estado paulista,

<sup>6</sup> Recenseamento geral de 1920. "Introdução", artigo 6, p. VIII

<sup>7</sup> MILLIET, Sérgio. *Desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo*. São Paulo, 1939, p. 03-04.

importância esta acentuada na região de Campinas. A tendência ao crescimento do número de pequenas propriedades é confirmada pelo recenseamento de 1920. Um segundo aspecto interessante na comparação dos dois recenseamentos é a existência de produções paralelas ao café, inclusive na região campineira, desde o início do século. Estas duas observações entram em conflito com afirmações de diversos autores que desprezaram tanto a importância da pequena propriedade rural como a diversificação da produção paulista na primeira década do século XX.

A existência da pequena propriedade rural desde o início deste século não se relaciona apenas às correntes imigratórias, as quais tiveram um papel essencial, sem dúvida, para esse quadro, mas relaciona-se, também às próprias transformações na estrutura agrária paulista. A primeira dessas transformações refere-se ao crescimento do número de propriedades rurais no estado de São Paulo e, em menores proporções, no município de Campinas. No nível estadual, o crescimento foi mais acentuado, partindo de 56.931 estabelecimentos rurais no recenseamento de 1906, para 80.921 no ano de 1920, num aumento de 42,14%. Já Campinas atravessou um crescimento menor, embora notável. Em 1906, possuía, no município, 641 propriedades agrícolas e, em 1920, esse número chegou ao total de 837, um aumento de 30,58%.

O crescimento do número de propriedades rurais no nível estadual, nas duas primeiras décadas do século XX, está associado ao surgimento de novos municípios, principalmente no norte paulista, cuja estrutura agrária esteve, desde o início, apoiada na pequena propriedade. São José do Rio Preto é o exemplo mais ilustrativo dessa tendência: em 1920, era o município que possuía maior número de propriedades rurais - 4.378 - sendo quase 70% estabelecimentos de menos de 100 hectares, ou seja, de extensão razoavelmente pequena, ao mesmo tempo em que 32,6% estavam na categoria de "pertencentes a pessoas nascidas no estrangeiro".

Os municípios mais novos, os quais não atravessaram as épocas da monocultura canavieira e se iniciaram na produção de café quando algumas regiões, como a de Campinas, tornavam-se desgastadas para essa espécie de cultivo, surgem num momento em que o "complexo cafeeiro paulista" já se desenvolvia em grandes proporções. Segundo W.CANO e J.GRAZIANO DA SILVA, esse complexo era caracterizado pelas demandas da indústria e da vida urbana ao setor agrícola, que resultaram na criação de bancos, estradas de

ferro, fábricas têxteis, ou seja, atividades complementares, que existiam fora da fazenda de café.<sup>8</sup> Quando novos municípios foram criados - como foi o caso de São José do Rio Preto -, o "complexo cafeeiro paulista" já estava totalmente desenvolvido. Entre 1910 e 1919 foram criados 32 municípios no estado de São Paulo, sendo que a população paulista passou de 2,3 milhões em 1900 para 4,6 milhões em 1920.<sup>9</sup>

O aumento rápido da população paulista provocou a necessidade da produção de alimentos para abastecer o mercado interno. As atividades complementares ao setor cafeeiro geraram um incremento na população urbana, incentivando uma certa diversificação da agricultura. Por outro lado desde 1897 era prevista uma crise de superprodução do café, crise relacionada, pela imprensa da época, à monocultura que caracterizava a produção agrícola nacional e, sobretudo, paulista. Portanto, parte do capital dedicado exclusivamente ao café seria transferido para outras culturas, ao mesmo tempo em que um bom número de colonos aplicou o pecúlio proveniente dos salários rurais, os quais não foram rebaixados com a crise cafeeira, em terras, dedicando-se muitas vezes, a plantações de cereais e de frutas. Segundo J.C. TARTAGLIA e O.L. OLIVEIRA, a urbanização estava totalmente relacionada ao estímulo a atividades agrícolas independentes do café:

"... a primeira crise da cafeicultura do início do século (1897 a 1908), juntamente com a Lei nº 1452 de 30-12-1905 que taxou em 50% alguns produtos de importação entre os quais alguns gêneros alimentícios, estimularam durante a década a produção de alimentos. Se inicialmente a diversificação agrícola era dependente da 'atividade nuclear' do café, o próprio desenvolvimento do complexo cafeeiro e a conseqüente urbanização dele decorrente exigiram 'a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira, operando com seus próprios recursos'.<sup>10</sup>

Essa reflexão de J.C. TARTAGLIA e O.L. OLIVEIRA, que segue a mesma postura de W. CANO, revela a formação de propriedades rurais desvinculadas das grandes fazendas

<sup>8</sup> CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, 1977 e GRAZIANO DA SILVA, José & KAGEYAMA, Ângela. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, s.d.

<sup>9</sup> TARTAGLIA, José Carlos & OLIVEIRA, Oswaldo Lutz. A agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). São Paulo, 1988, p. 06-07.

<sup>10</sup> TARTAGLIA & OLIVEIRA, op. cit., p. 06.

de café. Desse modo, percebe-se que a crise de superprodução cafeeira não impediu o desenvolvimento de outras culturas, necessárias ao abastecimento da crescente população urbana. Mesmo que os colonos estrangeiros que trabalhavam nas fazendas de café cultivassem gêneros alimentícios, essa produção não pareceria ser suficiente para atender a toda a demanda do estado.

No recenseamento de 1920, a diversidade da produção agrícola paulista é nitidamente observada. A região de Campinas tinha participação relativamente importante, naquele ano, em sete produtos agrícolas - algodão, café, cana, milho, arroz, feijão e mandioca - característica esta verificada também nas regiões mais recentes, como Ribeirão Preto e Bauru.

No entanto, o que é peculiar ao município de Campinas nos primeiros anos do século é que essas outras culturas ocupavam, já naquele momento, metade da área ocupada pelos cafezais. No relatório da Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo para o ano de 1905, são discriminadas as diversas culturas produzidas pelo município campineiro, que até então só aparecia nos referidos relatórios como produtor de café. Valinhos, que na época pertencia ao município de Campinas, já contribuía com uma modesta, porém notável se comparada ao nível estadual, produção de vinho.

Analisando atentamente o recenseamento de 1906, verifica-se que a produção de outras culturas presentes no município de Campinas desenvolveu-se paralelamente ao café, o qual continuou dominando a produção local durante várias décadas. Esse fato, contraditório à constante divisão cronológica adotada pela maior parte da historiografia, a qual acredita que apenas na década de 20 é que a produção de alimentos ganhou importância na produção estadual, relaciona-se, entre outros fatores, ao acesso do imigrante à pequena propriedade, contribuindo para a diversificação da produção agrícola no município de Campinas, uma vez que nos primeiros anos do século já havia um significativo número de propriedades rurais em suas mãos, nessa região. Ao mesmo tempo, a população campineira crescia rapidamente no início do século, após atravessar decréscimos devido às epidemias de febre amarela que atingiram o município nas últimas décadas do século XIX.

No recenseamento de 1906, nota-se que os estrangeiros possuíam 33% dos estabelecimentos rurais do município campineiro, porcentagem nem um pouco desprezível numa região até então caracterizada pela concentração da terra em poucas mãos. Na década



seguinte, o recenseamento de 1920 apresenta mais de 50% dos estabelecimentos rurais do mesmo município nas mãos dos estrangeiros. Nesses dados, não estão incluídas as propriedades consideradas de extensão muito pequena e que não atingem uma produção “comercial”, o que empobrece, e muito, a demonstração do acesso do imigrante à propriedade rural em Campinas, uma vez que era nesse tipo de estabelecimento que o elemento estrangeiro via as maiores chances de se fixar na região.

Observando-se que o colonato permitia que o imigrante conseguisse, na maior parte dos casos, juntar um pecúlio que se mostrava suficiente para adquirir propriedades de dimensões menores, deve ser salientado o fato de que essa aquisição não se relacionava à ascensão social. As desvantagens em viver num pequeno estabelecimento agrícola, naquele momento, eram a carência material, o abandono, as doenças, a morte, a penúria, enfim, o quadro não parecia ser muito favorável ao imigrante. Entretanto, a aquisição de uma pequena propriedade significava liberdade e autonomia, distância de problemas que perseguiram os colonos enquanto trabalhavam nas grandes fazendas, especialmente problemas de disciplina e de autoridade por parte do administrador.

Ao mesmo tempo, no recenseamento de 1920, os filhos de imigrantes são, muitas vezes, nascidos no Brasil, o que os coloca na categoria de nacionalidade brasileira. Apesar de reconhecer que grande parte dos pequenos proprietários rurais do estado de São Paulo tenha nascido, realmente, no exterior, uma outra parte, de filhos de imigrantes, acaba sendo diluída na população nacional, o que dificulta a análise da relação entre imigração e pequena propriedade, assim como imigração e pequena produção.

Comparando os dados referentes ao município campineiro com aqueles no nível estadual, percebe-se que o crescimento do acesso dos estrangeiros à propriedade rural foi mais freqüente no segundo caso. No ano de 1906, apenas 14,8% dos estabelecimentos agrícolas do estado estavam nas mãos dos estrangeiros, enquanto em 1920, essa porcentagem subiu para cerca de 40%. Fica evidente que o acesso do estrangeiro à propriedade rural no município campineiro ocorreu já no início do século XX, enquanto no estado paulista esse acesso se desenvolveu em maiores proporções na segunda década do século. No nível estadual é notável, porém, um número grande de propriedades rurais nas mãos de estrangeiros na região de Rio Claro e Araraquara, ao longo da linha da Paulista, no decorrer das duas primeiras décadas do século. Aqueles dois municípios apresentavam,

aliás, características semelhantes às do município campineiro no censo de 1920: os estrangeiros possuíam um maior número de estabelecimentos rurais do que os brasileiros.

Por outro lado, havia regiões que não possuíam praticamente nenhuma propriedade rural em mãos a não ser de brasileiros. As duas zonas que conservavam essas características ao longo dos vinte primeiros anos do século XX foram o litoral e os municípios do Vale do Ribeira, especialmente Ribeirão Branco e Iporanga. Em Ribeirão Branco, como exemplo, o recenseamento de 1906 apontava uma propriedade, das 264 recenseadas, nas mãos de estrangeiros, de nacionalidade alemã. Em 1920, não há referências a propriedades agrícolas de estrangeiros. No litoral, a tendência foi a mesma, com a exceção de Santos, onde os estrangeiros possuíam mais estabelecimentos rurais do que os nacionais no ano de 1920, dado este relacionado ao fato de ser o município um porto de desembarque dos imigrantes e, ao mesmo tempo, ser um centro comercial. Outros municípios litorâneos, como Caraguatatuba e Itanhaem, além de possuírem um número muito reduzido de estabelecimentos agrícolas, praticamente não conheceram o estrangeiro como proprietário rural.

Feitas todas essas colocações referentes à propriedade rural no estado de São Paulo, é possível concluir que no município campineiro, já na primeira década do século XX, o estrangeiro conseguiu adquirir estabelecimentos dessa espécie numa proporção maior de que a média estadual. Ao mesmo tempo, verifica-se que o crescimento no número de propriedades rurais foi menos acentuado no município de Campinas do que no estado de São Paulo. Sabendo-se que nos recenseamentos agrícolas, tanto no de 1906 como no de 1920, não eram levados em conta os pequenos sítios que não atingissem uma produção considerada "razoável", deduz-se que os estrangeiros compraram algumas terras de brasileiros, sendo que numa zona antiga como a região campineira, não houve espaço para a complementação da sociedade local, mas sim certo grau de substituição do brasileiro pelo estrangeiro. Em Campinas, no ano de 1906, eram apontados 429 proprietários rurais brasileiros. No mesmo município, no ano de 1920, eram arrolados apenas 294 proprietários rurais dessa nacionalidade. Por outro lado, no primeiro período o município possuía 212 proprietários rurais estrangeiros. No ano de 1920, verificou-se que havia mais de 400 proprietários rurais nascidos no exterior. Em suma, percebe-se que os estrangeiros conseguiram se apropriar de parte dos estabelecimentos agrícolas que haviam permanecido

nas mãos de nacionais durante décadas. Nem sempre, entretanto, essa transmissão de propriedade significava a ascensão social do estrangeiro, uma vez que as terras já eram consideradas esgotadas para o café, embora outras culturas de adaptassem bem à região. Houve diversos casos de fazendeiros campineiros que decidiram investir seu dinheiro em outras regiões ou em outros ramos de atividade, o que revela que a substituição dos antigos fazendeiros por novos proprietários estrangeiros não significou, necessariamente, a extinção dos primeiros, mas sim o seu deslocamento.

Para analisarmos, no entanto, até que ponto os estrangeiros tiveram ou não grande contribuição no progresso agrícola do município campineiro naquele período, basta fazermos a comparação entre os valores médios de seus estabelecimentos. Entre os anos de 1906 e 1920, houve uma valorização de cerca de 100% por estabelecimento nas mãos de estrangeiros em Campinas, embora os brasileiros tenham conseguido uma valorização bem próxima desse índice na mesma região. No nível estadual, os estabelecimentos de estrangeiros tiveram uma valorização maior, enquanto aqueles pertencentes a brasileiros tiveram uma valorização menor. O que é muito divergente nesses dados é o valor médio das propriedades agrícolas: em Campinas, o valor médio dos estabelecimentos de brasileiros é exageradamente maior do que o índice estadual, tanto em 1906 como em 1920. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos de estrangeiros têm um valor médio um pouco menor em Campinas do que no nível estadual, em ambos os recenseamentos.

Os dados confirmam algumas afirmações já feitas, ou seja, a idéia de que os estrangeiros ocuparam o lugar de fazendeiros campineiros que não conseguiram resistir à crise do café ou que preferiram investir seu capital em outros ramos ou em outras regiões. Por outro lado, os mesmos dados revelam que os proprietários rurais estrangeiros conseguiram valorizar seus estabelecimentos e não caíram em nenhum tipo de estagnação, como alguns autores, como BARREIRO, sugeriram<sup>11</sup>. Pode-se colocar em dúvida, isto sim, a ascensão social do imigrante através da propriedade rural, já que nada comprova que todos esses estrangeiros atingiram um estilo de vida superior ao que tinham no colonato. Porém, os dados indicam que esses proprietários investiram tanto na produção como nas benfeitorias, dando o valor maior por estabelecimento no recenseamento de 1920, e sobreviveram às crises cafeeiras do início do século. Durante as duas primeiras décadas deste século, a

---

<sup>11</sup> BARREIRO, José Carlos. Campesinato e capitalismo. Campinas, 1986.

diversificação da produção campineira foi notável - em 1920, 28,31% da área cultivada com cana, no estado de São Paulo, pertencia à região campineira - o que facilitou a resistência às referidas crises.

Um último aspecto nos recenseamentos agrícolas que deve ser salientado para uma posição mais definida no debate historiográfico sobre a ascensão social do imigrante refere-se à trajetória da pequena propriedade agrícola. Mesmo que o café geralmente estivesse relacionado à grande propriedade, o recenseamento de 1906 demonstra a existência de estabelecimentos de dimensões reduzidas, estratificadas como tendo a extensão de até 10 alqueires ( ou 24 hectares), junto com um número bem menor de grandes estabelecimentos no estado paulista. Naquele ano, o número de grandes estabelecimentos e de latifúndios, segundo a classificação de S.MILLIET <sup>12</sup>, não era considerável em relação aos pequenos e médios estabelecimentos, responsáveis por 85,57% do número de propriedades agrícolas recenseadas no estado de São Paulo. A tendência de uma porcentagem maior de pequenos estabelecimentos do que grandes ou de latifúndios é observada praticamente por todas as regiões do estado, com pequenas exceções de alguns municípios, como Barretos e Paranapanema, onde as propriedades maiores prevaleciam ainda no ano de 1906.

É interessante observar que em cidades onde os empregados na lavoura eram na grande maioria nacionais, houve também o desenvolvimento das pequenas propriedades, mas as estruturas agrárias locais eram denominadas pelos brasileiros, ainda no recenseamento de 1920. Acompanhado a trajetória de municípios como Cunha, no Vale do Paraíba, Guareí, na região de Itapetininga, e Avaré, no centro-sul do estado, todos caracterizados pela desprezível contribuição do estrangeiro no trabalho agrícola, podemos verificar que desde a última década do século XIX as suas produções agrícolas eram diversificadas, ao mesmo tempo em que a pequena propriedade foi se difundindo, chegando em 1920 com grande porcentagem.

Paralelamente, observando Campinas, onde a pequena propriedade rural era responsável por cerca de 50% dos estabelecimentos agrícolas recenseados no município, em 1906, havia 12.757 estrangeiros empregados na lavoura, contra 3.977 nacionais.<sup>13</sup> No recenseamento de 1920, fica evidente a importância da pequena propriedade agrícola na estrutura agrária local, enquanto parte dessas propriedades estava nas mãos dos estrangeiros.

<sup>12</sup> MILLIET, *op.cit*

<sup>13</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S.PAULO. Relatório de 1906.

O que podemos concluir é que a pequena propriedade rural foi se desenvolvendo no estado de São Paulo tanto nas regiões cafeeicultoras, onde a imigração foi mais intensa, como nas regiões onde a agricultura sempre foi mais diversificada, caracterizadas por uma imigração menos numerosa, uma vez que o estrangeiro vinha para cá com a finalidade de se dirigir para as plantações de café, embora muitas vezes ele se desviasse de seu destino. Entretanto, não deixa de ser curioso o fato de antigas zonas cafeeiras, representadas sobretudo por Campinas, onde as grandes fazendas e os latifúndios representavam a estrutura agrária local, passarem a conviver com estabelecimentos de dimensões menores, exatamente no momento em que chegavam grandes levas de imigrantes à procura de se fixar nessas áreas.

Poderíamos refletir sobre a questão: será que a pequena propriedade teria se desenvolvido nessas proporções no estado paulista se não tivesse ocorrido a vinda de tantos imigrantes? Se nos posicionássemos na resposta positiva, acreditando que a pequena propriedade teria se difundido independentemente dos imigrantes, iríamos desprezar a sua força de pressão, que foi tão importante no conflito entre estrangeiros e nacionais. A resposta negativa, entretanto, que considera inseparáveis a pequena propriedade e a imigração, iria colocar o elemento humano como decisivo para o destino da agricultura no estado.

Antes da imigração, São Paulo era considerado um estado com uma população reduzida, possuindo zonas ainda despovoadas. Os estrangeiros modificaram a composição demográfica do estado, sem dúvida alguma. Houve regiões em que o grande número de proprietários estrangeiros acompanhou uma alta porcentagem de pequenos estabelecimentos. Assim, ao longo da Paulista, ou seja, nas regiões de Rio Claro e Araraquara, onde cerca de 30% dos estabelecimentos agrícolas recenseados em 1906 pertenciam a estrangeiros, perto de 50% das propriedades eram consideradas pequenas. A mesma comparação pode ser feita para o município de Campinas. Ao mesmo tempo em que os estrangeiros possuíam 33% dos estabelecimentos agrícolas campineiros, naquele ano, quase 50% das propriedades recenseadas eram pequenas. Em todos esses municípios, era notável o grande número de estrangeiros empregados na lavoura se comparado com o número bem inferior de nacionais empregados no mesmo ofício.

Por outro lado, havia municípios onde, mesmo com a pequena contribuição do braço estrangeiro na lavoura local, passavam, naquele momento de início de século, por

transformações nas suas estruturas agrárias, com predomínio das pequenas propriedades. Eram municípios caracterizados, especialmente, pela diversidade agrícolas ou pela decadência da produção cafeeira antes da vinda das correntes imigratórias. Em suma, eram regiões onde os estrangeiros não foram decisivos para o desenvolvimento da pequena propriedade. Assim, o município de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, tinha, em 1905, 3.337 trabalhadores rurais, dos quais apenas 75 eram estrangeiros, ao mesmo tempo em que 90% dos estabelecimentos recenseados no ano seguinte eram considerados pequenas propriedades.<sup>14</sup>

Apesar das dificuldades já apontadas na comparação entre os dois recenseamentos - o de 1906 e o de 1920 - devido às diferenças na classificação das propriedades agrícolas em relação às suas dimensões, é possível observar que o número e a importância dos pequenos estabelecimentos rurais cresceu nessas duas décadas. Em 1920, 73,65% das propriedades rurais recenseadas no estado de São Paulo tinham menos de 100 hectares. Apesar de no recenseamento de 1906 serem classificadas como pequenas as propriedades com menos de 60 hectares, consideram-se, como já foi observado, essas propriedades com menos de 100 hectares, de 1920, como "razoavelmente pequenas", uma vez que entre elas figuram algumas médias propriedades. Em 1920, o número de estabelecimentos maiores, com atenção especial para os latifúndios, é muito pequeno, ao mesmo tempo em que o número de proprietários rurais estrangeiros cresceu de 1906 a 1920. A diminuição da porcentagem de grandes propriedades rurais e de latifúndios ocorreu mesmo em municípios como Barretos e Paranapanema, onde no começo do século essas propriedades eram prevalecentes. Em municípios onde a pequena propriedade já dominava a estrutura agrária local, como em São José dos Campos, a tendência se preservou ou até aumentou. Em Campinas, cerca de 70% dos estabelecimentos rurais tinham menos de 100 hectares em 1920, restando pouco espaço para as propriedades de dimensões maiores, enquanto em 1906 as pequenas propriedades eram responsáveis por 47,9% dos estabelecimentos rurais recenseados naquele ano. Mesmo em municípios um pouco mais recentes, como Ribeirão Preto, as propriedades rurais de dimensões menores continuaram a contribuir notadamente para a estrutura agrária local.

Em suma, conclui-se, pela análise dos recenseamentos agrícolas de 1906 e de 1920, que os estrangeiros conseguiram comprar um razoável número de propriedades rurais no

---

<sup>14</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S.PAULO. Relatório de 1906.

estado de São Paulo e que, paralelamente, houve uma intensificação na diversidade da produção agrícola no início do século em algumas regiões. Houve, no entanto, diferenças na maneira de esses estrangeiros adquirirem as respectivas propriedades. Em regiões muito antigas, como o Vale do Paraíba, onde a estrutura agrária já sofria mudanças antes da chegada dos imigrantes, a pequena propriedade, aliás muito numerosa, foi dominada pelos nacionais. Em regiões distantes e de difícil acesso, como o Vale do Ribeira, foram desprezíveis os casos de estrangeiros que se tornaram proprietários rurais. Em regiões novas, como São José do Rio Preto, os estrangeiros acompanharam a formação da estrutura agrária local e foram atraídos por ela devido à existência de numerosas propriedades de dimensões pequenas. Por outro lado, em regiões que se tornavam desgastadas pelo café, já no início deste século, como Campinas, os estrangeiros compraram propriedades de nacionais, atraídos pela proximidade do mercado consumidor, propriedades estas que tiveram que ser retalhadas para serem vendidas, pois os imigrantes tinham, em geral, um pecúlio que lhes permitia adquirir apenas estabelecimentos de dimensões menores. Nesse caso, os estrangeiros chegaram na região quando a estrutura agrária já estava formada, mas sofria modificações, em consequência das crises cafeeiras e das novas frentes pioneiras do café. Foi nessa região de Campinas que os estrangeiros se aproveitaram da fragilidade da estrutura agrária local para substituírem a classe dos grandes proprietários de café.

Voltando à questão da relação entre imigração e pequena propriedade podemos afirmar, portanto, que ela existiu em algumas regiões do estado - como Campinas - enquanto em outras a pequena propriedade se desenvolveu independentemente da imigração - como no Vale do Paraíba. Foi sobretudo nas zonas cafeeicultoras, onde havia grande concentração de mão-de-obra estrangeira, que os imigrantes se tornaram proprietários de maior número de estabelecimentos agrícolas. Por isso, verificando que entre 1906 e 1920 o número de propriedades rurais cresceu no estado de São Paulo, cerca de 40%, devemos atribuir esse desenvolvimento, em parte, à imigração, embora outros fatores tenham contribuído para esse quadro.

O fator principal, porém, que levou parte dos estudiosos a assumir uma postura pessimista em relação à ascensão social do imigrante no estado de São Paulo foi a comparação que esses autores fizeram entre o número de proprietários rurais estrangeiros e o número de imigrantes que desembarcou em Santos. Segundo o recenseamento de 1906,

havia 8.422 proprietários rurais estrangeiros em todo o estado, contra o número global de 1.111.407 imigrantes que entraram em São Paulo entre 1846 e 1906.<sup>15</sup> Confrontando-se os dados, parece irrisório o número de imigrantes que conseguiu possuir propriedades rurais no estado, não chegando nem mesmo a 1%. Há no entanto, muitos dilemas que podem ser colocados nessa discussão. Um deles está relacionado ao número de imigrantes que deixou São Paulo no mesmo período. Esse número foi 417.290, ou seja, dos 1.111.407 imigrantes que entraram em São Paulo até 1906, somente 694.117 continuaram no estado, embora uma razoável parte dos reemigrados italianos tenha retornado ao estado paulista após uma repatriação temporária. Apesar dessas considerações, o número daqueles que se tornaram proprietários parece baixíssimo, mas é preciso se lembrar de que muitos aplicaram seu capital em áreas não-agrícolas, como a indústria e o comércio. Ainda outros podem ter comprado terras em outros estados, como Paraná. Nas estatísticas da Secretaria da Agricultura, não são considerados propriedades rurais os lotes cedidos aos colonos nas fazendas de café. Portanto, é difícil sabermos ao certo o capital acumulado pelos imigrantes no período estudado.

Por outro lado, os estudiosos que adotaram uma posição otimista em relação à ascensão social dos imigrantes restringiram-se, na sua maior parte, aos recenseamentos agrícolas realizados pelo governo, não fazendo a associação com o número de estrangeiros na população paulista. R.BAENINGER, num estudo demográfico sobre a imigração na cafeicultura paulista, fez sua análise baseada no número de propriedades agrícolas e industriais existentes no estado de São Paulo:

“ A entrada do elemento estrangeiro no estado de S. Paulo foi, do ponto de vista demográfico, fundamental para o crescimento, composição e distribuição da população. Do ponto de vista econômico, propiciou o desenvolvimento agrícola e industrial. Em 1905, um terço das propriedades agrícolas pertencia a estrangeiros, ultrapassando 50% em 1920 (...), sendo que 80% das indústrias tinham como proprietários: italianos, ingleses, suíços, franceses e, sobretudo, alemães.<sup>16</sup>”

<sup>15</sup> dados obtidos no apêndice de HALL, op.cit.

<sup>16</sup> BAENINGER, OP.CIT., P.43



Em síntese, a postura frente à questão da ascensão social dos imigrantes no estado de São Paulo torna-se mais convincente se forem levados em consideração os dois tipos de análise acima descritos. Não se deve, de maneira alguma, desprezar a luta dos estrangeiros pela fixação no estado e o ambiente às vezes hostil que se criou em relação aos nacionais. Essa luta não pode ser simplificada em vencedores e perdedores, pois houve uma complexidade de relações entre os diversos indivíduos que fizeram parte daquele fato histórico. Acreditamos que houve uma boa parcela de imigrantes que conseguiu se tornar proprietário em São Paulo, seja na área urbana ou rural. Nem todos os ex-colonos se tornaram operários ou retornaram ao seu país de origem. Entretanto, não deixamos de considerar a outra parcela de estrangeiros que viu seus sonhos de proprietários serem frustrados pela impossibilidade de acumular uma poupança suficiente para sair da situação de operários agrícolas ou industriais.

Se nos determos em apenas um dos tipos de análise da ascensão social dos imigrantes - baseando-nos somente nas porcentagens de proprietários entre a população estrangeira ou baseando-nos apenas no número de propriedades rurais existentes no estado - cairíamos em uma das duas visões adotadas por boa parte da historiografia - a pessimista ou a otimista. Considerando que apenas 1% dos estrangeiros que viviam em São Paulo em 1906 eram proprietários agrícolas, o resultado será uma visão totalmente pessimista de sua condição econômica. Nesse caso, iria parecer evidente que os imigrantes não tinham acesso à pequena propriedade. Os altos índices de saída de São Paulo de estrangeiros, apontados por HALL<sup>17</sup>, pareceriam significar um retorno até mesmo "humilhante" à terra natal.

Já sob outro ponto de vista, como aquele exposto por R. BAENINGER, de que em 1905 em terço das propriedades agrícolas de São Paulo pertenciam a estrangeiros, a visão se tornaria bem mais otimista. Pareceria evidente que uma boa parte dos imigrantes fixou-se em solos paulistas e que, por outro lado, na estrutura agrária paulista do começo do século, os estrangeiros conquistaram um espaço não acessível a muitos brasileiros, principalmente a negros, a libertos ou a ex-escravos<sup>18</sup>. Embora muitos estrangeiros não fossem proprietários de tipo algum no período tratado, provavelmente um grande número de brasileiros estava na

---

<sup>17</sup> HALL, op. cit., apêndice.

<sup>18</sup> Esse aspecto será aprofundado no decorrer do capítulo seguinte, quando for comentado o estudo de George ANDREWS.

mesma situação econômica ou, talvez, numa condição ainda pior, devido à concorrência no mercado de trabalho.

O que faltou na análise dessas duas vertentes da historiografia - a pessimista e a otimista - foi considerar as diferenças regionais. Tais diferenças eram acentuadas, como tentamos demonstrar na análise que fizemos dos recenseamentos de 1906 e 1920, o que revela que em alguns locais a visão pessimista estava mais adequada à situação do imigrante e em outros era a visão otimista que estaria mais correta. Em Campinas, esta última parece se mostrar mais próxima à realidade, uma vez que já no início do século XX muitos proprietários locais eram de nacionalidade estrangeira. No estado como um todo, uma boa parcela dos imigrantes conseguiu nele se fixar, mas isso ocorreu especialmente nas áreas onde as estruturas agrária e urbana sofriam modificações ou nas regiões onde essas estruturas estavam em formação. Em nenhum dos casos, entretanto, houve uma mobilidade social dos estrangeiros totalmente pacífica. Quando passaram pela situação de colonos, fizeram greves e criaram conflitos não apenas com nacionais, mas também com compatriotas. A passagem para a situação de proprietários era uma espécie de funil - havia oportunidades, mas não para todos.

Aquele estrangeiro que conseguia passar pelo funil sentia-se vitorioso, mesmo que sua situação sócio-econômica permanecesse inalterada. A propriedade, por mais infima que fosse, significava a sua independência em relação ao patrão e, principalmente, ao administrador, a figura assombrada aos olhos do colono. Portanto, mesmo que a visão pessimista afirme que a pequena propriedade não pode ser associada à ascensão social do imigrante, não se pode desprezar o significado que ela tinha para o estrangeiro que chegava em São Paulo cheio de sonhos e de esperanças.

No entanto, é importante ressaltar que grande parte dos imigrantes que se estabeleceu no estado paulista fixou-se posteriormente na área urbana, seja como proprietários, comerciantes, operários ou industriais. Num levantamento realizado pelo governo estadual, consta-se que, em 1911, os estrangeiros possuíam 43.930 imóveis urbanos em todo o estado, a maior parte nas mãos de italianos<sup>19</sup>. Por outro lado, analisando os dados em âmbito municipal, verifica-se que Campinas ficava atrás apenas da capital paulista e da cidade de Santos em relação a imóveis urbanos possuídos por estrangeiros. Z. ALVIM afirma que nas

---

<sup>19</sup> "Le proprietà urbane possedute da stranieri nello stato di São Paulo", in *Revista Italia e Brasile*, fasc. 5, ano III, 1911, p. 190-192.

idades em que havia alta concentração de propriedades rurais nas mãos de italianos existia a mesma concentração em relação às propriedades urbanas<sup>20</sup>. Esses dados demonstram a inexatidão da crença de que todo imigrante tinha o sonho de adquirir uma propriedade rural, esquecendo-se de que havia aqueles que preferiam investir sua poupança em estabelecimentos urbanos.

O passado camponês nem sempre influenciava o imigrante no momento em que investia a sua poupança num imóvel em São Paulo. Havia outros valores que eram decisivos na sua opção - permanência da união familiar, escola para os filhos, hospital para a família, proximidade de compatriotas. A vertente pessimista da historiografia da imigração quase sempre deu pouca atenção a esses fatores. Diversos autores, como M. HALL e W. DEAN, chegavam à conclusão de que se poucos imigrantes tornavam-se proprietários rurais, o colonato era um contrato de trabalho que dificilmente permitia ao estrangeiro acumular poupança. Mais uma vez, deixemos claro que realmente nem todos saíram com saldo positivo no colonato. Porém, não podemos deixar de considerar a grande parte de ex-colonos que optou pela propriedade urbana.

É a partir desses questionamentos que se cria um debate historiográfico, sendo que o capítulo seguinte irá verificar até que ponto os estudiosos reconheceram as diferenças regionais e até que ponto admitiram o acesso do imigrante à pequena propriedade rural e urbana em São Paulo. Os dados encontrados para Campinas parecem favorecer autores como T. HOLLOWAY e M.C. OLIVEIRA<sup>21</sup>, os quais acreditam que houve um razoável número de imigrantes que conseguiu acumular um pecúlio e comprar pequenas propriedades. Devemos, no entanto, lembrar-nos de que o acesso desses imigrantes à pequena propriedade nem sempre é considerado sinônimo de ascensão social. O estudo concentra-se numa parcela de imigrantes que se fixou nos solos paulistas, mas isso não significa que esses imigrantes se enriqueceram a partir da agricultura. Deve-se lembrar, ainda, que o estudo refere-se a uma época (1886 a 1920) em que novas zonas tinham sido ocupadas pela cultura do café, como a região de Ribeirão Preto. Portanto, Campinas já pode ser considerada uma zona velha e, se forem levadas em consideração as constantes afirmações da historiografia da imigração de que fazendeiros de zonas velhas retalhavam suas propriedades e iam comprar novas terras

<sup>20</sup> ALVIM, Zuleika. *Brava gente ! Os italianos em São Paulo. 1870-1920*. São Paulo, 1986, p.160-177.

<sup>21</sup> HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. São Paulo, 1984 e OLIVEIRA, op. cit.

em áreas novas, pode-se, então, encontrar uma hipótese plausível para a estrutura agrária campineira no início do século XX <sup>22</sup>.

Mas antes da análise do debate historiaográfico sobre o acesso dos imigrantes à propriedade, deve-se fazer uma distinção em sua abordagem. O acesso à terra se dava de duas maneiras dentro do complexo cafeeiro: de um lado, na grande propriedade, através da concessão dada pelo fazendeiro para o cultivo de alimentos e de outros gêneros de subsistência. Tal acesso variava de fazenda para fazenda e de região para região, dependendo, também, da idade dos pés de café assistidos pelo colono e sua família. De outro lado, o acesso à terra se dava através da pequena propriedade, cuja aquisição era possível de acordo com as condições financeiras da família do colono, sejam condições baseadas no capital trazido com ela desde a Europa, sejam baseadas no pecúlio adquirido já no Brasil. O debate que se segue aborda as duas espécies de acesso do estrangeiro à terra, embora privilegie o segundo caso, já que este estudo analisa a ascensão social do imigrante, o qual procurava atingi-la através da aquisição de uma pequena propriedade.

O debate historiográfico se limita, na maior parte dos autores, à área rural, já que poucos estudiosos o transportaram para as cidades. Infelizmente, essa limitação empobrece, de certa maneira, a discussão a respeito da ascensão social dos estrangeiros em São Paulo. De qualquer modo, enfocaremos, principalmente, a idéia que a historiografia construiu para o colonato e suas conseqüências na vida dos imigrantes. No decorrer do debate, ficará evidente a pequena atenção que foi dada à resistência dos estrangeiros frente as explorações do colonato já no final do século XIX e à sua conquista social e econômica a partir daquela época.

---

<sup>22</sup> Brasílio SALLUM JÚNIOR acredita que, com a crise do café, na virada do século, os fazendeiros da zona conseguiram ter lucros mesmo nessa época. Já os fazendeiros da zona velha, como a de Campinas, sofreram mais com a crise, tanto pelo abandono de seus colonos, os quais procuravam outras fazendas, como pela impossibilidade de plantar novos cafezais. SALLUM JÚNIOR, Brasílio. Capitalismo e agricultura. Oeste paulista: 1888-1930. São Paulo, 1982.

## **Capítulo 2 - O debate historiográfico sobre a fixação dos imigrantes no estado de São Paulo e sua ascensão social.**

Enquanto a discussão a respeito da urbanização do imigrante e de sua opção em investir o pecúlio em propriedades urbanas vem ganhando maior dimensão apenas ultimamente, o debate sobre o acesso dos estrangeiros à pequena propriedade rural no Brasil e em São Paulo não é recente. Ainda no século XIX e início deste, era muito discutida a melhor forma de remuneração aos colonos que para cá imigravam. Havia aqueles que defendiam a vinda de imigrantes como simples “operários agrícolas”, ou seja, como trabalhadores para os grandes latifúndios - era o caso da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. De outro lado, havia aqueles que defendiam o acesso a pequenas propriedades, principalmente através de vendas de pedaços das grandes fazendas - era o caso da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro. Estes últimos procuravam criar uma classe média de pequenos proprietários rurais para tornar a estrutura social mais diversa, o que revelaria uma certa fragilidade da velha elite paulista <sup>23</sup>.

Como bem demonstra o estudioso M. HALL, a sociedade paulista triunfou, pois, ao contrário das expectativas do grupo antagônico, a grande maioria dos imigrantes passou pela fase do colonato - contrato de trabalho assinado entre o fazendeiro e o operário agrícola -, independentemente do destino posterior, e, ao mesmo tempo, o oeste paulista se tornou o centro dinâmico da agricultura do país, sendo que a elite agrária local conseguiu acumular grandes fortunas nas últimas décadas do século XIX. <sup>24</sup>. O que parte da historiografia não levou em conta, porém, foi o fato de que mesmo em São Paulo houve um grupo de fazendeiros que também defendeu o desenvolvimento da pequena propriedade e que, principalmente durante as crises do café, o governo estadual e os proprietários locais tiveram que conciliar a grande produção de café com o crescimento do número dessas pequenas propriedades. O exemplo mais ilustrativo de um fazendeiro que tenha se dedicado à propaganda pela defesa das propriedades rurais menores é o médico Carlos Botelho, redator da Revista Agrícola de S.Paulo, uma fonte não muito divulgada entre os autores que generalizaram a política imigratória dos fazendeiros paulistas.

---

<sup>23</sup> HALL, Michael. “Reformadores da classe média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”, in: Revista de História, nº 105, 1976, p. 155.

<sup>24</sup> ver HALL, “Reformadores...”, op. cit.

A vida de Carlos Botelho foi, aliás, cheia de contradições, característica esta comum em boa parte da elite agrária paulista que atravessava, no final do século XIX, um período de efervescência provocada pelo encontro de idéias novas e de práticas antigas, herdadas dos anos do Império. Carlos Botelho, filho do Conde de Pinhal, havia estudado em Paris e tornou-se Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo entre os anos de 1904 e 1908, durante os quais fez importantes investimentos no desenvolvimento agrícola local e na imigração, como a criação da Agência Oficial de Colonização e Trabalho. Foi durante o seu mandato que foram fundados dois núcleos coloniais em Campinas - Nova Europa e Nova Odessa -, além de ser ele o responsável pela vinda da primeira leva de imigrantes japoneses a São Paulo. Ironia do destino ou não, o fato é que Carlos Botelho, embora parecesse estar envolvido no melhoramento do estilo de vida dos imigrantes, havia se implicado, em 1896, na morte de um colono italiano de sua fazenda, crime do qual saiu impune<sup>25</sup>. Seis anos mais tarde, seriam essas as palavras do Ilustre" médico e fazendeiro:

"Condenamos o perpetuamento do defeituoso systema de trabalho, juncto da lavoura cafeeira, porque distanciam-se de mais os factores da combinação commercial: de um lado só o proprietário, do outro só o operário. A ligação intellectual, que os devia unir, desaparece IN TOTUM; o afastamento, a repulsa recíproca caracteriza os laços de um contracto que prevê a união temporária. (...) A installação do imigrante proprietário neste torrão da América, que mais privilegiado não poderia ser, deve na actualidade, ser a principal preocupação colonisadora dos governos. (...) Devemos ao nosso hóspede protecção permanente contra tudo e a despeito de tudo, enquanto não adapta-se ao nosso meio, enquanto com timidez e desconfiança encara tudo que o rodeia. (...)"<sup>26</sup>

Carlos Botelho defendia a colonização das terras incultas para o café, mas atribuía a culpa pela inexistência de pequenas propriedades ao próprio sistema de colonização do estado de São Paulo. Segundo ele, o colono era muito bem remunerado, mas acabava

<sup>25</sup> ver Fanfulla, 21-03-1896 e ALVIM, op.cit., p.143-148.

<sup>26</sup> BOTELHO, Carlos. "Colonização e limitação da plantação cafeeira", in: Revista Agrícola de S.Paulo, 15-07-1902, p. 378-390.

voltando ao seu país de origem para aplicar o capital acumulado. Dizia ainda Carlos Botelho que o imigrante era o único que não se sentia atingido pela crise cafeeira, uma vez que os salários permaneciam inalterados. Na Câmara dos Deputados do estado de São Paulo, a idéia da boa remuneração por parte dos colonos era compartilhada pelos parlamentares, como demonstra Z.P.ROSA:

“Estabelece-se, entre os parlamentares, certo concenso quanto ao fato de os imigrantes terem possibilidades de constituírem pecúlio, principalmente às custas da lavoura de cereais. (...) Alguns deputados, residentes na zona oeste do Estado, davam seu testemunho da existência de centenas de pequenos fazendeiros estrangeiros, em São José do Rio Pardo, Caronde e Casa Branca, e de proprietários de chácaras, olarias e estabelecimentos industriais”<sup>27</sup>.

As posições frente à questão da pequena propriedade e da remuneração do imigrante no colonato eram diversas nas discussões parlamentares e também na imprensa. A crise do café, a partir de 1897, criou, de certo modo, um concenso de que algo precisava se modificar no sistema monocultor de café, mas nem sempre as conclusões eram as mesmas. Fora desse debate, o qual implicava diretamente a figura do estrangeiro embora este não tivesse participação alguma nas discussões teóricas, o ambiente paulista sofria mudanças. Em alguns momentos, a pequena propriedade parecia surgir como consequência da fragilidade da elite local. Em outros, ela parecia fazer parte dos mecanismos criados pela própria elite agrária para vencer a crise. A historiografia tirou suas conclusões do surgimento ambíguo da pequena propriedade e construiu seu próprio discurso para considerá-la ou uma conquista dos imigrantes ou uma armadilha dos fazendeiros. Em outros casos, ela foi desprezada por parte da historiografia, que não a considerou com importância histórica naquele momento em que o café, apesar da crise, ainda era o sustentáculo da economia estadual.

Em geral, quando se fala do debate historiográfico sobre a pequena propriedade no colonato, são citadas duas vertentes opostas de opinião: de um lado, M.HALL, W.DEAN e V. STOLCK, os quais acreditam que o imigrante só conseguia comprar uma propriedade

<sup>27</sup> ROSA, Zita de Paula. “Imigração: um tema controverso na voz dos plenipotenciários da oligarquia cafeeira”, in: *Revista de História*, nº 115, 1983, p. 29. O recenseamento de 1906 apresentava 08 proprietários rurais estrangeiros em Caronde, 21 em Casa Branca e 58 em São José do Rio Pardo.

rural em ocasiões excepcionais. O acesso à terra, segundo eles, foi muito dificultado e poucos colonos conseguiram realizar o seu “sonho de camponês”. Por outro lado, em opinião oposta, é sempre citado T. HOLLOWAY, o qual, baseado em censos demográficos, acredita que uma boa parcela de colonos tornou-se proprietária. Mas alguns autores são esquecidos nesse debate, embora tenham levantado questões pertinentes sobre o assunto. Só como alguns exemplos, podem ser citados M.T.S. PETRONE, M.C. OLIVEIRA E A. KAGEYAMA. Procurar-se-á incluir, neste debate, estes e outros autores que fizeram referências às condições dos imigrantes no colonato, iniciando com M.T.S.PETRONE e S.B. de HOLANDA, ainda na década de 60.

Um pouco antes de M.HALL terminar sua pesquisa sobre a imigração para o Brasil, S.B. de HOLANDA publicava sua obra História da civilização brasileira, em 1967. Neste trabalho, M.T.S. PETRONE já se referia às diferentes posições dos participantes do debate sobre o colonato:

“Se os propugnadores da imigração e os autores otimistas sempre procuraram mostrar que o trabalho na fazenda de café era um instrumento de enriquecimento dos imigrantes, há também os pessimistas que descrevem a miséria dos colonos que substituíram os escravos, mostrando condições de vida indignas de um homem livre e acrescentando que cada cafeeiro assinalava o túmulo de um italiano”<sup>28</sup>.

M.T.S. PETRONE não assume uma posição clara dentro desse debate naquele momento, mas acredita que os imigrantes, em especial os italianos, se adaptaram ao modo de vida brasileiro e muito contribuíram para o desenvolvimento sócio-econômico do país. A autora afirma que, mesmo se tivessem pecúlio na chegada ao Brasil, os imigrantes trabalhavam, por um tempo, como colonos, a fim de se familiarizarem com a cultura do café, para depois, comprarem sua própria propriedade. Aliás, M.T.S. PETRONE associa a pequena propriedade à cultura do café, não se restringindo apenas às culturas de subsistência:

“Mesmo na formação da pequena propriedade havia interesse em que o imigrante se dedicasse à cultura do café; assim, pela lei de

<sup>28</sup> PETRONE, Maria Thereza S. “Imigração assalariada”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque (de). História da Civilização Brasileira. Tomo II vol. 3. São Paulo, 1967, p. 286.



novembro de 1884, o governo provincial deverá dar preferência aos contratos para formação de pequenas propriedades ou às sociedades que se dispusessem a vender aos imigrantes lotes próprios para a cultura do café<sup>29</sup>.

A autora enfatiza a contribuição dos italianos em todos os aspectos sócio-culturais do país, inclusive no desencadeamento do abolicionismo, pois os europeus traziam para o Brasil idéias novas, não aceitando a mentalidade escravocrata dos fazendeiros. Assim, M.T.S. PETRONE acredita que muitas vezes os italianos tinham condições materiais melhores na cafeicultura paulista do que na sua pátria e, após se familiarizarem com a cultura do café, faziam empreitada para a formação de novos cafezais, plantavam cereais entre eles, juntavam economias e compravam suas próprias terras.

Para S.B. de HOLANDA, organizador da obra da qual participou M.T.S. PETRONE, o colono tinha menos relações sentimentais com o fazendeiro do que o escravo, sendo, portanto, fácil a sua mobilidade espacial de uma fazenda para outra. O mesmo autor diferencia o comportamento dos próprios fazendeiros do Vale do Paraíba, região antiga que conviveu muito tempo com a escravidão, e do Oeste Paulista, região nova que se expandiu principalmente na época em que o trabalho escravo já entrava em crise: para os primeiros, as fazendas eram um autarquia e, para os segundos, elas não eram o mundo dos proprietários, mas sim o seu meio de vida<sup>30</sup>. O “novo espírito econômico” dos fazendeiros paulistas estava relacionado à visão capitalista que eles tinham e à ânsia de se enriquecer cada vez mais, criando obstáculos para que o estrangeiro se tornasse um pequeno proprietário. A partir dessa diferenciação entre o comportamento frente à imigração, a historiografia passou a identificar os fazendeiros do Oeste de São Paulo como a “elite agrária do café”.

O norte-americano M.M.HALL que, dois anos após a publicação organizada por S.B. de HOLANDA, terminava sua pesquisa sobre imigração, foi um marco para o debate historiográfico sobre a ascensão social dos imigrantes em São Paulo. Partindo de uma visão nem um pouco paternalista da imigração, M.M.HALL influenciou autores, como W.DEAN e V. STOLCKE, especialmente quando demonstrou os altos índices das saídas de estrangeiros de São Paulo no início deste século. Embora esse dado já fosse discutido pela imprensa no início do século, como Carlos Botelho mostrou em seus artigos da Revista

<sup>29</sup> PETRONE, op.cit., p. 293.

<sup>30</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque (de). “Prefácio”, in: DAVATZ, Thomas. Memoórias de um colono no Brasil. São Paulo, 1980, p. XXI-XLV.

Agrícola de São Paulo, o autor norte-americano atribuiu outras causas ao grande número de reemigrações além daqueles discutidos pela imprensa da época, relacionando-as aos baixos salários que os colonos recebiam nas fazendas, deixando-os na miséria. M.M.HALL enfrenta, com sua visão acentuadamente pessimista, os defensores de uma reforma no sistema de colonização dos primeiros anos do século, representados, principalmente, por Carlos Botelho, os quais defendiam a idéia de que os colonos eram bem remunerados e voltavam ao seu país de origem para aplicar o capital acumulado, já que no Brasil não havia incentivo e nem possibilidades de investimento. Diz M.M.HALL, ao contrário, que não havia diferenças no valor dos salários de fazenda para fazenda, sendo em todas o valor muito baixo, mas, de qualquer maneira, o colono precisava ter sorte na escolha da propriedade<sup>31</sup>, o que demonstra que ele considerava inevitável uma certa diversidade no comportamento dos fazendeiros.

Segundo M.M.HALL, a péssima situação dos colonos provocava sua constante mobilização geográfica, pois, como não aceitavam os baixos salários, a massa de imigrantes que saía e entrava no Brasil era constante. M.M.HALL acredita que os italianos fizeram poucas greves devido ao seu "background" camponês, típico do norte da Itália, de onde se originavam aqueles que vieram para cá até 1914 - eles não estavam acostumados a atos coletivos. No entanto, os relatórios italianos do Commissariato Generale dell'Emigrazione demonstram que já em 1898 a região de Campanha, no sul da Itália, ultrapassava a imigração oriunda do Vêneto, região do norte, que até então dominava as correntes imigratórias para o Brasil<sup>32</sup>. Ainda na primeira década do século, os mesmos relatórios mostram que outras províncias do sul da Itália, como a Calábria, passavam a enviar um maior número de imigrantes ao Brasil do que o Vêneto. Para ilustrarmos a complexidade da afirmação de uma ausência de atos coletivos por parte dos imigrantes naquele momento, basta citarmos uma manifestação pública feita por 1.500 italianos que residiam em Campinas em protesto a um artigo que fazia calúnias a sua nacionalidade. E estamos nos referindo ao ano de 1881.<sup>33</sup>

Embora alguns relatórios italianos entrem em conflito com os dados apresentados por M.M.HALL, o pesquisador fez uma leitura de relatos do mesmo governo, os quais

<sup>31</sup> HALL, *The origins...*, op. cit., p. 148.

<sup>32</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. *Annuario statistico della emigrazione italiana, dal 1876 al 1925*. Roma, 1926, p.151.

<sup>33</sup> ver *Diário de Campinas*, 26-04-1881 e 27-04-1881.

mostravam as péssimas condições dos colonos no Brasil. Dessas leituras, o autor conclui que houve uma continuidade entre escravidão e trabalho livre, sendo que os fazendeiros exerciam um poder feudal sobre os colonos. Ele afirma que os primeiros imigrantes ficavam nas velhas senzalas, o que também foi afirmado por M.T.S. PETRONE, embora esta dissesse que isso era uma exceção, sendo que os fazendeiros forneciam habitações gratuitas aos imigrantes. Para M.T.S. PETRONE, somente alguns fazendeiros paulistas tinham a mentalidade escravocrata, característica esta mais presente entre os fazendeiros, segundo M.M.HALL. Aliás, o autor faz uma nítida distinção entre a mentalidade dos membros da classe média urbana do Rio de Janeiro e dos fazendeiros do oeste-paulista. Os primeiros tinham idéias liberais e conservadoras ao mesmo tempo, eram de origem européia e queriam uma imigração de pequenos proprietários europeus. Os segundos tinham poder político e queriam uma imigração de estrangeiros pobres, que trabalhassem em suas fazendas. M.M.HALL mostra que a vitória foi dos fazendeiros paulistas e os imigrantes se tornaram vítimas do sistema, sendo seus salários muito baixos.

De acordo com M.M.HALL, o programa da Sociedade Central, do Rio de Janeiro, não teve êxito devido, em parte, ao discurso altamente teórico de seus membros, que não conheciam as reais aspirações dos imigrantes, discurso esse permeado por um preconceito racial que colocava o europeu como o povo mais civilizado. Entretanto, essas duas características também se mostraram presentes na Câmara dos Deputados de São Paulo, como atesta Z. de P.ROSA:

“As sugestões relativas à introdução de diferentes correntes migratórias - visando neutralizar o (...) exclusivíssimo da imigração italiana - no que diz respeito a portorriquenhos e chineses não chegaram a ser aprovadas em razão de receptividade negativa, de origem nitidamente preconceituosa, da grande maioria dos parlamentares...”<sup>34</sup>.

Essa citação ilustra a complexidade das questões que envolvem as posturas de cariocas e de paulistas em relação aos imigrantes. É equivoco analisar essas posturas com os olhos postos nas conseqüências práticas da imigração em São Paulo nos anos subsequentes. No momento anterior à grande imigração todos os discursos sobre a questão tinham um ar teórico, uma vez que a maior parte dos brasileiros - seja carioca ou paulista - não estava

---

<sup>34</sup> ROSA, op.cit., p.24.

habituada à convivência com essa espécie de trabalho livre. As tentativas de contrato de trabalho com estrangeiros tinham sido esparsas ao longo do século XIX, acentuando-se somente quando a escravidão se tornou um problema nacional.

M.M.HALL acredita que a adoção do colonato em São Paulo provocou não só uma pobreza econômica nos imigrantes, como também uma pobreza sócio-cultural, além de uma decadência mental, gerando um alto índice de doenças desse gênero e de alcoolismo entre eles. A pobreza econômica é observada, segundo sua tese, na baixa mobilidade social dos imigrantes em São Paulo. O autor cita a suposição de que, em 1920, os italianos só possuíam 6% das propriedades rurais do estado, dado este contraditório aos índices obtidos na análise do recenseamento daquele ano. Pelo levantamento das propriedades rurais existentes no estado, pode-se averiguar que os italianos possuíam 14,6% dos estabelecimentos recenseados em 1920. O estudo de R. BAENINGER também se contradiz com M.M.HALL, uma vez que a autora atribuiu mais de 50% das propriedades agrícolas de São Paulo, no mesmo ano, a estrangeiros, sendo a grande maioria composta por italianos<sup>35</sup>. Enfim M.M.HALL pode ser considerado como um dos representantes do lado pessimista do debate sobre a mobilidade social dos imigrantes, como a própria M.T.S.PETRONE o classificaria, dentro de sua definição de duas vertentes na historiografia. Porém, mesmo que o autor norte-americano considere o colono como um substituto do escravo, ele se refere, em seu trabalho, a relatos, dos primeiros anos deste século, que diziam que os colonos da velha região de Campinas se encontravam em melhor situação, durante as crises do café, do que aqueles que estavam em regiões mais novas.

Assim, há momentos em que parecem ter faltado, naquele período, fontes suficientes para M.M.HALL fazer uma análise mais profunda de resultados do colonato em São Paulo, o que o levou a se posicionar na mesma linha em que F.H.CARDOSO, F.FERNANDES e O.IANNI se colocaram nos seus estudos sobre a escravidão: as personagens perdem a ação, tornam-se apenas vítimas impossibilitadas de reagir perante o sistema dominante. Para F.FERNANDES, que influenciou os outros dois estudiosos, os imigrantes ocuparam os empregos urbanos porque eram mais hábeis do que os negros, os quais eram incapazes de agir socialmente como homens livres devido à herança da escravidão. Uma posição muito semelhante foi assumida por M.M.HALL quando restringiu aos imigrantes estrangeiros

---

<sup>35</sup> BAENINGER, *op. cit.*, p.43.

características que também poderiam ser atribuídas a brasileiros - alcoolismo, doenças mentais etc.

O.IANNI, baseando-se na linha de raciocínio de F.FERNANDES, explica o início da imigração no Brasil como consequência do entrave econômico que o escravo se tornou na etapa do desenvolvimento capitalista em que atravessava o país nas duas últimas décadas do século passado:

“Ao compreender que o lucro não é apenas função da barganha no mercado, mas também dos custos, e que esses podem ser controlados e reduzidos pela organização mais ou menos racional da empresa ou da fazenda, evidencia-se ao empresário que já não é mais “negócio” comprar escravos”<sup>36</sup>.

Uma visão como esta acaba dando uma explicação histórica à imigração baseada no desenvolvimento econômico, apesar de O.IANNI citar as dificuldades sociais de diversos países da Europa, como a Itália. Os anseios individuais de cada imigrante são diluídos em todo o processo como se ele fosse apenas um instrumento para a questão econômica. M.HALL estava, no final da década de 60, influenciado por essa corrente de pensamento dos sociólogos que escreveram algo sobre escravidão e imigração. Num artigo da década de 70, M.HALL ainda demonstrava essa influência, quando concluiu que os imigrantes não causaram nenhuma transformação sócio-econômica no nosso país:

“Certamente não é a menor das ironias da história brasileira o fato de que, quando a imigração em massa finalmente chegou, ela não veio a criar um novo Brasil, como tantos ensejavam, mas serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho”<sup>37</sup>.

No entanto, M.M. HALL parece começar a desacreditar na total submissão dos imigrantes quando escreveu novos artigos na década seguinte, quando novos estudos sobre o assunto surgiram. Num artigo publicado em conjunto com V.STOLCKE<sup>38</sup>, o autor acredita que a resistência dos colonos contribuiu para as mudanças nos contratos de trabalho feitos com os fazendeiros:

<sup>36</sup> IANNI, Otávio. “O progresso econômico e o trabalhador livre”, in: História da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 3. São Paulo, 1967, p. 318-319.

<sup>37</sup> HALL, “Reformadores...”, op. cit., p. 169.

<sup>38</sup> HALL e STOLCKE, op. cit.

“(...) é este inter-relacionamento entre sistema de exploração de trabalhos e modos de resistência dos trabalhadores que explica as transformações sucessivas das formas de contrato de trabalho adotadas.”<sup>39</sup>

Questionando o motivo das mudanças nos contratos de trabalho dos imigrantes - da parceria para a locação de serviços, e desta para o colonato - M.HALL e V.STOLCKE ainda demonstram uma posição não muito otimista em relação ao assunto. Segundo os autores, ao invés de o imigrante ganhar maiores vantagens com o passar do tempo, ocorreu o inverso; novamente o colono é visto como vítima de um sistema de trabalho que garantia disciplina e renda ao fazendeiro. Adotado na época da grande imigração subvencionada, dizem os autores que o sistema de colonato não precisava se preocupar em garantir muitas vantagens ao trabalhador, uma vez que este era facilmente substituído por um imigrante qualquer dentro das massas de população que chegavam à São Paulo diariamente.

Entretanto, diversos discursos da época - tanto em relatórios do governo como na imprensa paulista - demonstram que o próprio sistema de colonato forçou a abertura para a fixação do imigrante estrangeiro no estado. O trabalho no colonato pode não ter sofrido melhoras em todo o período retratado, porém seus problemas internos, os quais propiciaram uma constante mobilidade geográfica dos colonos, provocaram uma preocupação em diminuir o fluxo de imigrantes para São Paulo, como estava explícito no relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo, de 1903:

“Promove-se intensamente a imigração, porque a lavoura cafeeira clama por falta de braços. E, por maior que seja a quantidade de immigrants introduzidos, nunca a falta de braços cessa, porque os recém-chegados ou vêm substituir os que se repatriaram ou os que se emanciparam da condição de assalariados, ou ainda vêm, pela excessiva concorrência, forçar o alargamento desmedido das plantações - fatores incoscientes de futuras crises de super-produção”<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> HALL e STOLCKE, *op. cit.*, p. 18

<sup>40</sup> SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO. *Relatório de 1903*, p. XVII.

M.HALL e V.STOLCKE atribuem às queixas dos fazendeiros pela escassez de braços agrícolas os “recursos para pressionar pelo prosseguimento da imigração em massa, e assim garantir uma abundante força de trabalho e os baixos salários que eles estavam dispostos a pagar”.<sup>41</sup> Percebe-se, porém, pela citação do relatório de 1903 e por outros relatos da época, que a mobilidade geográfica dos colonos não estava necessariamente relacionada a sua má remuneração. Muito pelo contrário, era muito debatido na imprensa e em relatórios governamentais o acúmulo de pecúlio de colonos, acúmulo este que era o grande causador das saídas de trabalhadores das plantações de café. O fato é que as correntes imigratórias para São Paulo permaneceram numerosas nas duas primeiras décadas do século XX<sup>42</sup>, mas essa observação está bem mais relacionada às expectativas de uma vida melhor num local onde “outros” já haviam crescido economicamente, do que às desilusões de uns e ilusões de outros.

Os dois autores explicam a continuidade da imigração para São Paulo por um longo período devido à supremacia dos fazendeiros sobre os colonos. Esses autores acreditam que até mesmo as culturas de subsistência permitidas a esses trabalhadores davam vantagens ao fazendeiro, uma vez que os preços dos alimentos estavam muito altos e, assim, o custo de reprodução do trabalho diminuía. Mas eles não analisam a questão do ângulo dos colonos - se os preços dos alimentos eram altos, os colonos não tinham uma taxa de lucro conseqüentemente alta com suas vendas? Na mesma linha de raciocínio, pode-se considerar que, se é admitida a afirmativa dos autores de que os salários rurais pouco variaram entre 1884 e 1914, sendo que o custo de vida aumentou neste mesmo período, acredita-se ser provável que os colonos compensassem essa perda “salarial” em outros setores de atividades. Esses setores seriam, provavelmente, o cultivo independente e o trabalho diarista em outros serviços.

A problemática das questões levantadas por M.HALL e V. STOLCKE em seu artigo está relacionada à visão um pouco genérica dos autores, não sendo levadas em consideração as divergências internas nas fazendas e nas regiões. Os autores tratam o estado de São Paulo como um todo, como se a substituição de um contrato de trabalho por outro fosse homogênea no tempo e no espaço. Assim como a historiografia recente vem lutando contra a formação de estereótipos dos negros no Brasil, ou da classe operária em São Paulo, deve ser lembrado

<sup>41</sup> HALL e STOLCKE, op. cit., p.108.

<sup>42</sup> ver HALL, *The origins ...*, op. cit., apêndice.

o fato da necessidade de se abandonar a idéia de uma “ideologia dos fazendeiros”, influenciados pela escravidão, em relação ao sistema do colonato. As atitudes do fazendeiro com seus colonos eram condicionadas por diversos fatores, tais como convivência com os trabalhadores, mais comum nas pequenas propriedades, casamentos entre nacionais e estrangeiros etc. São fatores que têm sido geralmente enfatizados pela historiografia que estuda a escravidão, mas que ainda não foram satisfatoriamente estudados pela historiografia da imigração.

Em suma, discordamos da posição genérica daqueles autores, M.HALL e V.STOLCKE, porque ela acaba desprezando a complexidade das relações sociais que se criaram no colonato, além de dar pouca importância à luta nem um pouco pacífica dos estrangeiros frente às explorações que sofriam. Com uma observação semelhante a esta, M.C. OLIVEIRA afirma que:

“Os arranjos de mão-de-obra eram em boa medida variáveis em função das características específicas de cada fazenda, de cada região. Variavam, inclusive, em função da situação da oferta de mão-de-obra o que (...) obrigou certamente a ajustes de interesses entre empregadores e empregados”.<sup>43</sup>

O que parece ter acontecido a M.HALL e V.STOLCKE é que, na luta de interesses citada por M.C. OLIVEIRA, eles acreditam que os empregadores venceram a batalha sem muito esforço, pois só sentiram uma real ameaça nas greves coletivas de colonos, já na segunda década do século XX. Porém mesmo após a publicação de trabalhos que discordam, de certo modo, dos pontos de vista defendidos por M.HALL, o autor ainda mantém sua posição pessimista em relação ao colonato:

“O sistema parece ter sido elaborado para manter os trabalhadores no mero nível de subsistência e, apesar de alguns imigrantes chegarem a acumular poupanças, isto só acontecia em circunstâncias bastante especiais, tais como em locais favorecidos ou em famílias com grande número de trabalhadores capacitados”.<sup>44</sup>

A primeira condição de que fala M.HALL para o acúmulo de pecúlio, ou seja, um “local favorecido”, foi confirmada pelos dados obtidos no censo de 1920, pois Campinas era

<sup>43</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.23.

<sup>44</sup> HALL, Michael. “Trabalhadores imigrantes”, in: *Trabalhadores*, n.3 Campinas, 1989, p. 07.



uma das regiões onde havia uma proporção de imigrantes proprietários agrícolas em número razoável, dentro do estado de São Paulo em geral. Provavelmente, nessa região, os locais das propriedades eram favorecidos pela proximidade dos centros urbanos e das estradas de ferro. No entanto, há autores que afirmam que os locais mais favoráveis para os colonos acumularem pecúlio eram as zonas novas, como Ribeirão Preto, onde a plantação de cereais era mais facilitada pelo fazendeiro. A segunda condição para o pecúlio citada por M.HALL, ou seja, a existência de famílias com grande número de trabalhadores capacitados, é compartilhada por praticamente todos os autores da imigração. M.C. OLIVEIRA, por exemplo, nota um alto índice de fecundidade no colonato, embora inferior ao índice verificado no período açucareiro. A autora acredita que as oportunidades da família dos colonos não devem ser relacionadas ao seu tamanho, mas ao estágio do ciclo vital, para se verificar o número de trabalhadores na família. O colonato, segundo ela, não criou obstáculos à fecundidade, uma vez que a mulher conseguia conciliar as atividades reprodutora e produtora. Esses fatores teriam contribuído, segundo as afirmações de M.C.OLIVEIRA, para o acesso às pequenas propriedades.

Para Campinas, sempre foram encontradas famílias italianas com um grande número de membros, às vezes nascidos na Itália e, em outros casos, no Brasil. As crianças trabalhavam no campo e muitas vezes não freqüentavam a escola, não por falta dessa espécie de instituição, mas porque preferiam auxiliar o pai a acumular poupança. Em geral, os imigrantes italianos, como encaravam o colonato apenas como uma fase de transição, aguardavam o momento propício para que os filhos freqüentassem a escola. As famílias de imigrantes italianos eram, quase sempre, caracterizadas pela união no trabalho a fim de que a fase do colonato fosse a mais breve possível, como bem demonstravam os suíços que visitaram a fazenda de Barão de Rezende, em Campinas, em 1897.

“O proprietário de Santa Genebra até criou uma escola para os colonos, mas as crianças italianas acham que mais vale uma gramma de bom senso do que uma tonelada de sciencia bebida na escola”.<sup>45</sup>

Em outro trecho, os suíços deixam mais explícita a importância do trabalho familiar para os colonos italianos:

<sup>45</sup> Impressões da comissão suíça, enviada à Campinas, a fim de verificar o ambiente onde seria formado o núcleo colonial “Campos Salles”. Ver Cidade de Campinas, 03-07-1897.

“Um italiano, pae de DEZESEIS filhos, tinha conseguido ajuntar 8,100 francos. As familias que contam poucos filhos não conseguem obter tão bellos resultados”.<sup>46</sup>

Questões como alta fecundidade no colonato e desinteresse pela educação dos filhos ainda não foram analisadas detalhadamente pela historiografia, embora existam estudos que dediquem capítulos a tais assuntos, como a própria V.STOLCKE<sup>47</sup>. No entanto, geralmente os estudos que envolvem a questão do colonato se preocupam em demonstrar a exploração econômica sofrida pelos estrangeiros nesse sistema de trabalho. Assim como M.HALL e V.STOLCKE enfocaram a transição, quase homogênea, de um contrato de trabalho para outro, desde a parceria até o colonato, em todo estado de São Paulo, o estudioso W.DEAN deu, ao assunto, uma dimensão regional. O trabalho de W.DEAN tem grande importância para esta discussão bibliográfica, pois ele especifica a questão da pequena propriedade à região de Rio Claro, o que contribuiu para que questões ligadas ao colonato fossem mais exploradas pelo autor.

Embora sem fazer um estudo comparativo, o que enriqueceria seus dados, W.DEAN acredita que os poucos sítios pertencentes a estrangeiros na região não tinham como proprietários ex-colonos:

“Olhando de perto os estrangeiros, porém, descobre-se que boa porção não era de ex-colonos, sendo membros da burguesia de São Paulo, ou comerciantes de Rio Claro que nunca haviam trabalhado na enxada.”<sup>48</sup>

W.DEAN divide o mesmo ponto de vista com M.HALL e com V.STOLCKE quando diz que o colono logo ficava endividado e isso era um obstáculo a sua mobilidade social. O autor afirma, em seu artigo, que o sistema de “plantations” em Rio Claro não estimulou o aparecimento de sítiantes. Só que quando W.DEAN apresenta uma estimativa da renda anual familiar dos colonos<sup>49</sup>, pode-se verificar que na maior parte do período por ele considerado, ou seja, de 1885 a 1911, a soma do valor da “venda de milho etc.” com o valor de “cultivos de subsistência” significou mais da metade do valor do salário anual. Portanto, torna-se equívoca a afirmação do autor de que:

<sup>46</sup> Cidade de Campinas, 03-07-1897.

<sup>47</sup> STOLCKE, Verena. Cafecultura, homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, 1986.

<sup>48</sup> DEAN, Warren. “A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sítiantes no município de Rio Claro, 1870-1920”, in: Revista de História, n. 106. São Paulo, 1976, p. 491.

<sup>49</sup> DEAN, op. cit., p. 490.

“A possibilidade de compra de terras em Rio Claro era determinada pelo custo dos terrenos e o salário rural”.<sup>50</sup>

Mas um fator que W.DEAN não enfatizou no seu estudo foi a possibilidade de que os colonos que adquiriram pecúlio possam ter comprado propriedades rurais fora da região de Rio Claro, principalmente em zonas novas, de fronteira. O autor não indica o ano de compra das pequenas propriedades que cita serem de burgueses e comerciantes, o que dificulta uma análise das estruturas agrárias para cada década, diferenciando-as de acordo com as fases críticas e com as fases promissoras da produção de café. Há posições contrárias, como confirma M.C.OLIVEIRA, quando tenta mostrar a existência de pequenas propriedades em regiões cafeeiras de São Paulo:

“Para Rio Claro, DINIZ<sup>51</sup> aponta índices de parcelamento de terra em torno da passagem do século, apesar da pequena importância atribuída à pequena propriedade por autores como DEAN”.<sup>52</sup>

Embora concordemos com W.DEAN em relação à importância da classe média urbana estrangeira naquele momento, discordamos da afirmação de que era ela que havia comprado as propriedades rurais de Rio Claro porque os colonos não tinham pecúlio suficiente. Creemos na posição oposta, ou seja, de que boa parte dos colonos que conseguiram acumular pecúlio optou pela vida urbana. Viver nas cidades era mais cômodo, devido à maior facilidade de assistência médica, de escolas e de outros fatores mais raros no campo. No entanto, havia colonos que preferiam investir seu dinheiro em propriedades rurais, seja por motivos de maior experiência nesse tipo de serviço, seja por oportunidades imediatas de compra de propriedades vizinhas de onde trabalhavam. Mas, em sua esmagadora maioria, os estrangeiros que se tornaram sitiantes ou mesmo fazendeiros haviam trabalhado no colonato, mesmo que também tivessem vivido nas cidades do estado.

Os recenseamentos de 1906 e de 1920 comprovam algumas divergências com as afirmações de W.DEAN. No levantamento de 1906, mais de 40% das propriedades rurais apuradas no município de Rio Claro eram pequenas. No mesmo ano, os estrangeiros possuíam 36,14% dos estabelecimentos recenseados. O recenseamento de 1920 comprova a tendência de um crescimento de pequenas propriedades e de um maior número de

<sup>50</sup> DEAN, op. cit., p. 490

<sup>51</sup> A autora se refere a Diana M. de F. Leal DINIZ. *Rio Claro e o café*. Rio Claro, 1973.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 23.

proprietários estrangeiros no município: naquele ano, quase 80% dos estabelecimentos recenseados tinham menos de 100 hectares de extensão e os estrangeiros possuíam mais da metade das propriedades rurais existentes. Todos esses aspectos demonstram a complexidade da afirmação de W.DEAN de que só com o colapso das grandes fazendas, na década de 1930, é que houve um crescimento no número de sítios, em Rio Claro, e que só desde então é que ocorreu um aumento na porcentagem de proprietários estrangeiros naquele município.<sup>53</sup>

W.DEAN não demonstra o porquê de os proprietários rurais estrangeiros de Rio Claro não serem ex-colonos, mas sim oriundos da classe média urbana. Para justificar a hipótese, diz ele:

“ O baixo nível de remessas sugere que os europeus que saíram não conseguiram reunir muito mais do que o valor de suas passagens. Assim não se transformaram em sitiantes”.<sup>54</sup>

Nada comprova a tese de W.DEAN. As remessas enviadas pelos imigrantes à Europa não devem, de maneira alguma, ser associadas às possibilidades de pecúlio. Se a imigração para São Paulo tinha um caráter bem mais definitivo do que para os Estados Unidos, onde o trabalho temporário era mais divulgado, é evidente que os colonos que acumulavam pecúlio em São Paulo iriam investi-lo neste estado e não remetê-lo para seu país de origem. Do mesmo modo, se a imigração para São Paulo era exatamente caracterizada pela vinda de famílias e não de indivíduos sozinhos, como ocorria nos Estados Unidos, os imigrantes que aqui trabalhavam não tinham para quem enviar dinheiro, já que, na grande maioria, suas esposas e seus filhos estavam com eles.

Essa contradição de opiniões ocorre, provavelmente, em relação a outras regiões do estado, devido, talvez, à pouca importância dada à pequena propriedade no complexo cafeeiro pela historiografia, como afirmou M.C.OLIVEIRA. As fontes contribuem para essa falta de interesse pelas pequenas propriedades, uma vez que eram os grandes fazendeiros que dominavam a política paulista na época e, conseqüentemente, as fontes oficiais estão permeadas por esse domínio. Pela leitura de tais fontes, a vitória do programa imigrantista paulista, deixando os cariocas para trás, não parece ter sido condicionada apenas por

<sup>53</sup> DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, 1977, p.177-182 e DEAN, “A pequena propriedade...”, op. cit., p. 494.

<sup>54</sup> DEAN, “A pequena propriedade...”, op.cit., p.491.

questões econômicas, como o próprio M.HALL afirmou, mas parece estar inserida numa luta política. Os fazendeiros paulistas tinham uma força política mais forte do que a classe urbana do Rio de Janeiro, mas isso não significava que tinham a mesma vantagem econômica. Desse modo, parece ser sem argumento a conclusão de que a pequena propriedade não existiu em São Paulo porque a Sociedade Central de Imigração perdeu o seu lugar para a Sociedade Promotora, de São Paulo. O espaço não conquistado pelos membros da entidade carioca foi o espaço político. Isso não significa, necessariamente, que não se tenha formado uma classe média rural em São Paulo, embora ela não tivesse tido um apoio político e jurídico. Apesar de ser notório o número de imigrantes que não conseguiu adquirir nenhuma espécie de propriedade em São Paulo, nem todos tiveram esse destino, tão dramatizado por alguns autores:

“dramáticas tensões sociais (que) compeliram esses europeus a deixarem para trás sua milenária aldeia, seus parentes e amigos, de que modo a propaganda com promessas fantásticas de riqueza fácil e rápida coloriam os sonhos desses desprovidos, de que forma sub-humana eram tratados na viagem a vapor, e depois nos cafundós dos mares de café das fazendas do interior de São Paulo, de quantos morriam mais miseráveis ainda, o que parecia impossível, do que quando chegaram repletos de esperanças, e quantos retornaram convertidos em farrapos para sua terra, miseráveis como antes, mas com o opróbio dos derrotados. E muito mais se sabe dessa história sombria”.<sup>55</sup>

Visões como esta de R. TELAROLLI são comuns, principalmente, entre aqueles que escreveram a história da vida de seus avós, bisavós, ou mesmo, amigos. Esses ascendentes são vistos como heróis que atravessaram momentos de miséria, de mau trato e de esperança, iludidos pela falsa propaganda.

Um segundo estudo em nível regional, anterior ao trabalho de W.DEAN sobre Rio Claro, mostra como as delimitações no espaço e no tempo contribuem para tornar a pesquisa mais próxima de suas especificações. Este estudo é a tese de V.G.MELO<sup>56</sup>, o qual analisou a influência dos imigrantes italianos nas mudanças sócio-econômicas de São Carlos, no

<sup>55</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Os que dizem adão não olham para trás*. São Paulo, 1991, p.14

<sup>56</sup> MELO, Vilmo G. *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*. São Paulo, 1972.

estado de São Paulo . O autor mostra, em seu estudo, que os italianos foram se assimilando à cidade, sendo que, em 1899, quase metade de sua população era formada por italianos. Alguns anos mais tarde, em 1914, esse grupo étnico já possuía 24% das propriedades rurais do município, além de grande parte das casas comerciais e das indústrias estar em suas mãos. Diz V.G.MELO que a integração do grupo à sociedade de São Carlos foi possível porque os italianos foram modificando suas relações sociais, mas, também, ele admite a idéia de que alguns fazendeiros da região tinham pensamento liberal, como o já citado Carlos Botelho, o que facilitou a fixação de estrangeiros na área.

São Carlos faz parte da região da Paulista onde os dados demonstram que os italianos tinham uma certa importância como proprietários rurais no início deste século. Mas esses mesmos dados estão longe de serem comparáveis aos obtidos para Campinas, onde a porcentagem de propriedades nas mãos de estrangeiros em relação às de nacionais era bem maior do que para São Carlos<sup>57</sup>. É interessante observar que V.G.MELO verificou nos registros de transmissão de propriedades de São Carlos, entre os anos de 1883 e 1929, um razoável número de casos em que um italiano adquiria a propriedade de um compatriota. Para o caso de Campinas, embora tenham sido analisados registros de transmissão de propriedades apenas para os anos de 1895 a 1900, praticamente todas as aquisições de propriedades por italianos tinham os vendedores de nacionalidade brasileira. Talvez nas décadas subsequentes a situação tenha se invertido, mas os recenseamentos demonstram que em São Carlos as grandes propriedades e os latifúndios continuaram a ter uma importância maior do que em Campinas, onde era irrisório o número de estabelecimentos rurais com mais de 2.000 hectares em 1920. A confrontação dos dados para os dois municípios sugere que em Campinas os italianos compraram propriedades de nacionais em maior número do que em São Carlos porque a estrutura agrária campineira sofria maiores modificações, ou seja, os italianos substituíram os brasileiros em maior grau do que os suplementavam, ao mesmo tempo em que as propriedades de grandes dimensões iam decrescendo.

Faltou a V.G.MELO verificar fontes que enriquecessem dados obtidos em registros cartoriais e em impostos, dados estes que ficaram numéricos demais, o que impediu que o autor tirasse conclusões mais profundas, principalmente em relação ao comportamento da

<sup>57</sup> Enquanto o recenseamento de 1906 mostra que, em São Carlos, os estrangeiros possuíam 19,5% dos estabelecimentos rurais do município, em Campinas essa porcentagem chegava a 33%. O recenseamento de 1920 mostra a confirmação dessas diferenças: em São Carlos, os estrangeiros possuíam 36,5% dos estabelecimentos rurais, enquanto em Campinas possuíam mais de 50%.

sociedade local frente à integração dos italianos ao município. V.G.MELO termina seu estudo afirmando simplesmente que tanto os italianos como os brasileiros contribuíram para a assimilação do primeiro grupo na região de São Carlos, criando um ambiente propício.

Na mesma linha de pensamento que V.G.MELO, pode ser citado o estudioso T.HOLLOWAY que, pesquisando uma grande diversidade de documentos, concluiu que a própria elite fazendeira paulista contribuiu para a fixação dos imigrantes nos solos do estado. T.HOLLOWAY associa o efeito democratizante do oeste paulista quanto às terras com a necessidade que os fazendeiros tiveram em fazer concessões aos imigrantes que vinham para São Paulo em busca de obter uma propriedade.<sup>58</sup> A instabilidade do colono e sua facilidade em mobilizar-se geograficamente pressionaram, segundo o autor, mudanças nas atitudes dos fazendeiros. Ao contrário do que afirmava M.HALL, já comentado anteriormente, T.HOLLOWAY diz que esse ambiente permitiu que se formasse, em São Paulo, uma classe de pequenos proprietários estrangeiros, a qual misturava atividades urbanas com atividades rurais.

Segundo T.HOLLOWAY, a classe de pequenos proprietários estrangeiros não eliminou a elite agrária, mas a suplementou, através do retalhamento de partes das grandes fazendas. T.HOLLOWAY cita, como exemplo, a região de Campinas, onde, desde 1900, segundo as fontes por ele utilizadas, foram vendidos sítios devido à procura de terras novas para o café.<sup>59</sup> As fontes por nós pesquisadas confirmam as afirmações do autor, mas apresentam, por outro lado, uma diminuição no número de proprietários rurais brasileiros na região campineira, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX.<sup>60</sup> Na dimensão regional de Campinas pode-se falar, portanto, de uma certa substituição da classe de proprietários nacionais pela de estrangeiros, embora no ano de 1920 ainda houvesse uma porcentagem de estabelecimentos agrícolas nas mãos dos brasileiros. Mais uma vez, fica evidente o fato de que pesquisas que trabalham com dados regionais enriquecem algumas hipóteses mais generalizadas pela historiografia.

As conclusões de T.HOLLOWAY estão muito próximas àquelas obtidas por esta pesquisa na análise de diversas fontes. Esse autor acredita que os estrangeiros conseguiram, em boa medida, formar uma classe média rural no estado paulista, dominando os

<sup>58</sup> HOLLOWAY, op. cit., p.142 e p. 259.

<sup>59</sup> HOLLOWAY, op. cit., p. 192.

<sup>60</sup> Ver os recenseamentos de 1906 e de 1920.

estabelecimentos de dimensões médias e pequenas, ao mesmo tempo em que obtinham uma produtividade alta. Embora T.HOLLOWAY possa ter subestimado os interesses políticos, e mesmo econômicos, dos fazendeiros paulistas, seus pressupostos são baseados especialmente nos recenseamentos do Brasil, com principal atenção ao censo de 1920, analisado parcialmente no início deste estudo. Os dados obtidos nessa espécie de fonte deixam explícito o crescimento da participação dos estrangeiros na estrutura agrária paulista e na produção agrícola, contribuindo para sua diversificação.

T.HOLLOWAY tem a mesma postura de M.HALL e de V.STOLCKE, em relação à importância dos contratos de trabalho para o nível de vida dos colonos, mas as conclusões são muito diferentes. O primeiro autor acredita que o colonato permitiu que boa parte dos colonos conquistasse os seus objetivos, ou seja, o acesso à pequena propriedade, ao contrário do que afirmaram os outros dois autores. T.HOLLOWAY demonstra que a variedade de combinações de rendimentos possibilitada pelo colonato garantia um razoável padrão de vida aos colonos.<sup>61</sup> Diz ele que mesmo se o salário do colono fosse baixo não era este o item mais importante do contrato, uma vez que 70% da receita de sua família vinha em forma de moradia, terra para o plantio de alimentos e privilégios de pastagem.

O mesmo autor enfatiza, ainda, a importância dessas outras remunerações para o colono, lembrando a célebre comparação tão discutida pela imprensa da época: o café era, para o colono, dependência; o milho, liberdade e autonomia. O que levava os colonos a abandonarem a fazenda de café era, de acordo com T.HOLLOWAY, a possibilidade de adquirir uma propriedade própria, além de poder retornar à Europa ou procurar fazendas que pagassem salários melhores. Mas T.HOLLOWAY lembra que havia um preconceito pelo trabalho executado no colonato, pois era o mesmo serviço que os escravos praticavam até poucos anos antes. O sentimento de paternalismo que os italianos da cidade de Campinas tinham pelos compatriotas que trabalhavam no campo pareceu-nos muito próximo da idéia do baixo STATUS dessa espécie de trabalho de que fala T.HOLLOWAY. Mesmo os italianos não abastados que estavam nas cidades não citavam, em hipótese nenhuma, a possibilidade de irem trabalhar como colonos nas fazendas de café.

No mesmo ano em que T.HOLLOWAY publicava o seu livro sobre imigração, em 1984, M.T.S.PETRONE expunha, novamente, em seu novo trabalho sobre o assunto, seu

---

<sup>61</sup> HOLLOWAY, *op. cit.*, p. 129.



ponto de vista a respeito do acesso do estrangeiro à pequena propriedade<sup>62</sup>. Diz a autora que os imigrantes que vieram para o Brasil após 1880, ao contrário daqueles vindos num período anterior, não se destinavam à pequena propriedade, mas sim às fazendas de café, principalmente em São Paulo. É por esse motivo, segundo a autora, que os imigrantes que vinham para São Paulo não punham em cheque os interesses dos fazendeiros, uma vez que se contentavam com apenas um lote de uma fazenda abandonada:

“O fazendeiro, dentro de uma mentalidade capitalista, conseguia os meios para abrir outra fazenda na frente pioneira com a venda dos lotes para os ex-colonos que tinham conseguido acumular um certo pecúlio. Não havia nem grandes capitais, nem grandes projetos atrás desses ex-colonos que pudessem cruzar-se com os interesses dos cafeicultores. Pelo contrário, (...) também no ‘império do café’ aos poucos apareceu a necessidade de criar condições para uma difusão maior da pequena propriedade”.<sup>63</sup>

Uma questão discutida por M.T.S.PETRONE, e que havia sido levantada bem anteriormente por F.CENNI<sup>64</sup>, relaciona-se ao caráter ímpar da imigração para os estados sulinos. M.T.S. PETRONE demonstra como a pequena propriedade fazia parte da política imigratória do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao contrário do que se propunha no estado paulista. No entanto, como bem explica a autora, a pequena propriedade se tornou necessária para os paulistas, especialmente para a Sociedade Promotora de Imigração, devido a três objetivos essenciais - como isca para os imigrantes, como reservatório de braços para os fazendeiros e como valorizadora da terra.<sup>65</sup>

Mas uma questão é indiscutível para os dois autores - apesar de não promover a colonização, São Paulo teve que fazer concessões aos imigrantes, o que permitiu que muitos deles se tornassem pequenos proprietários. Pelos dados de M.T.S.PETRONE, em 1905, cerca de 15% das propriedades agrícolas do estado paulista pertenciam aos estrangeiros, o que foi confirmado pelas fontes por nós pesquisadas, sendo que, em 1934, esse número subiu para o índice de 32,5%. A autora conclui que o estado foi forçado a permitir o acesso aos estabelecimentos agrícolas aos imigrantes, o que foi também afirmado por F.CENNI:

<sup>62</sup> PETRONE, Maria Thereza S. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo, 1984.

<sup>63</sup> PETRONE, O imigrante ..., op.cit., p. 45-46.

<sup>64</sup> CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo, 1975.

<sup>65</sup> PETRONE, O imigrante..., op.cit., p.48

“Mas aqueles grandes contingentes de homens livres que iam se revezando nas zonas agrícolas, com suas energias novas e seu obstinado desejo de trabalhar e progredir, deveriam provocar uma transformação radical na economia brasileira, abrindo o caminho à formação de novas fortunas”.<sup>66</sup>

Tanto M.T.S. PETRONE como F.CENNI, cujo estudo sobre os italianos no Brasil remonta desde a década de 1950, posicionam-se de um modo semelhante a T.HOLLOWAY, na questão do acesso do imigrante à pequena propriedade. Esses autores não se referem à substituição da classe de fazendeiros nacionais pela de fazendeiros estrangeiros, mas sim uma suplementação da primeira pela segunda. Mesmo que em regiões mais velhas, como Campinas, o número de propriedades nas mãos de brasileiros tenha diminuído no decorrer de algumas décadas, não se pode, realmente, referir-se a uma mudança radical de nacionalidade dos fazendeiros. Os brasileiros continuaram a possuir a maior parte dos estabelecimentos agrícolas do estado de São Paulo, em 1920, mas passaram a conviver com um crescente número de proprietários estrangeiros.

M.T.S. PETRONE, F.CENNI e T.HOLLOWAY demonstram os motivos que levaram o governo e os fazendeiros a não se oporem ao acesso do imigrante à pequena propriedade. Além de ser uma isca, um reservatório de braços e uma peça para a valorização da terra, não era o objetivo dos imigrantes, segundo os autores, acabar com a elite agrária paulista, o que contribuiu para que essa mesma elite modificasse a sua própria mentalidade frente à questão. Embora aceitem a idéia de que houve muitos colonos que se tornaram pequenos proprietários em São Paulo, M.T.S. PETRONE e T.HOLLOWAY ressaltam que esse não foi o destino de outros muitos e que muitos morreram assalariados ou voltaram à Europa empobrecidos. Para ambos, o que ocorreu no estado paulista foi o surgimento de uma nova classe social - a de sitiantes - e não a destruição de outra - a dos fazendeiros. Esse aspecto também foi observado para Campinas, embora a tendência demonstrasse uma decadência no número de latifúndios na região.

O que talvez seja lamentável é o fato de o trabalho de M.T.S.PETRONE ser tão breve e tão abrangente, não por deficiência da autora, mas das características da coleção pela qual foi publicado.<sup>67</sup> A autora demonstra uma forte influência de F.CENNI, principalmente nas

<sup>66</sup> CENNI, op. cit., p. 181.

<sup>67</sup> A coleção se chama “Tudo é História”, da Editora Brasiliense.

questões relacionadas ao acesso do imigrante à pequena propriedade e de sua adaptação ao ambiente paulista. Em seu artigo para a *Historia da Civilização Brasileira*, da década de 1960, M.T.S.PETRONE reconhece essa adaptação, afirmando que os pequenos proprietários plantavam cereais, além do café, o que permitia que não fossem muito atingidos pelas crises. F.CENNI compartilha exatamente o mesmo posicionamento:

“O trabalhador italiano que se transformava em pequeno proprietário, seguindo sua tradição milenária, não se limitava a produzir apenas café (...). O café constituía, para ele, praticamente um lucro líquido, pondo automaticamente estes pequenos proprietários ao reparo de qualquer crise, pois mesmo nos anos de pouca produção de café ou de depreciações mais ou menos improvisas, eles produziam os gêneros necessários à própria subsistência”.<sup>68</sup>

A idéia de que os pequenos proprietários italianos não eram atingidos pela crise do café foi compartilhada pela maior parte dos autores que pesquisaram as condições sócio-econômicas dos colonos.

No entanto, a questão mais polêmica discutida principalmente por F.CENNI refere-se ao comportamento dos fazendeiros e dos italianos no período da grande imigração. O autor critica os relatos que falam da miséria e dos maus tratos dos colonos, pois se baseiam na primeira fase da imigração, quando os fazendeiros ainda não tinham perdido a mentalidade escravocrata, o que não poderia ter ocorrido de uma hora para outra.<sup>69</sup> Os italianos trouxeram, para São Paulo, idéias novas e contribuíram, segundo F.CENNI, para a mudança na postura dos fazendeiros.

Os italianos, por sua vez, sofreram uma influência “mágica” da imigração, conforme as afirmações de F.CENNI, transformando-se, alguns, de antigos perturbadores em homens trabalhadores:

“Em suas viagens de estudo ao Brasil, o famoso criminalista Enrico Ferri, assim como outras personalidades, admiravam-se do ótimo comportamento, em São Paulo, de indivíduos provenientes de

<sup>68</sup> CENNI, op. cit., p. 183.

<sup>69</sup> Franco CENNI divide o programa imigratório em três fases: 1889-1891 (da República à Constituição Federal, 1891-1894 (da Constituição à transferência aos estados dos serviços de imigração), 1894-1907 (dos serviços estaduais à administração federal).

regiões onde dominavam a miséria e o crime. Grande parte daqueles deserdados da fortuna parecia mudar completamente de personalidade, transformando-se em elementos empreendedores, ordeiros e capazes".<sup>70</sup>

F.CENNI demonstra, em suas palavras, que o ato de imigrar era mais decisivo para o futuro do italiano do que suas raízes de origem. Se, de um lado, parte da historiografia afirma que os italianos do sul preferiam empregos urbanos e os do norte empregos rurais, como Z.ALVIM<sup>71</sup>, F.CENNI demonstra que os imigrantes provenientes do norte preferiam se dedicar às atividades industriais, artesanais ou ao comércio.<sup>72</sup> Parte da historiografia associou o italiano do norte mais diretamente ao colonato, uma vez que foram das regiões setentrionais que vieram as primeiras famílias destinadas ao serviço no campo, com passagens subsidiadas, o que significaria, ao mesmo tempo, a vinda de indivíduos pobres que teriam como única alternativa estabelecerem-se definitivamente em São Paulo.

Por outro lado, essa mesma vertente da historiografia, que pode ser representada especialmente por Z.ALVIM e A.TRENTO, associou o italiano meridional aos serviços urbanos, pois as regiões do sul da Itália passaram a dominar o movimento migratório para São Paulo no século XX, quando a passagem subsidiada foi proibida por aquele governo e quando, conseqüentemente, a vinda de indivíduos sem a família aumentou, o que representou, para aqueles autores, o crescimento de imigrações temporárias. No entanto, F.CENNI e o estudioso C.LANNI apresentam um posicionamento oposto, mostrando o caráter essencialmente camponês dos italianos que vieram das regiões meridionais. C.LANNI explica a preferência dos italianos de Campania, no sul do país, por trabalhos artesanais porque realizavam essa espécie de trabalho na comunidade rural onde viviam, pois a Unificação Nacional de 1870 fez com que pequenas propriedades e pequenas indústrias desaparecessem na região meridional italiana. No relatório da Commissione Generale dell'Emigrazione, de Roma, para os anos de 1876 a 1925, era constatado que a maior parte da população meridional da Itália era analfabeta e era dessa região que saía a grande parte dos emigrantes.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> CENNI, op. cit., p. 175.

<sup>71</sup> Ver ALVIM, op. cit.

<sup>72</sup> CENNI, op. cit., p. 173.

<sup>73</sup> Ver COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Annuario statistico della emigrazione italiana... op. cit., p.1503.

O mesmo relatório italiano apresenta uma comparação estatística surpreendente que coloca em contradição a crença no caráter mais urbano dos italianos do norte e sua conseqüente busca por imigração individual e temporária - em 1905, 27,19% das repatriações para a Itália, provenientes do Brasil, era de imigrantes sozinhos, contra 72,81% de imigrantes em família!<sup>74</sup>. Ao mesmo tempo, a maior parte das repatriações provenientes do Brasil era de italianos que trabalhavam na área rural e não urbana, o que torna ainda mais complexa a questão.

Observadas as diversas discordâncias entre autores e entre fontes, notamos que não era a origem que decidia o destino dos italianos em São Paulo, mas sim o contexto que aqui encontravam. Se os italianos do norte dominaram as correntes imigratórias do século XIX, devemos nos lembrar que naquele momento o objetivo único da procura por estrangeiros era o colonato. Nada os impedia, porém, de se mudarem para a cidade após a passagem pelo trabalho no campo e nada indica, por outro lado, que eles buscavam empregos urbanos num grau menor do que os seus compatriotas do sul. O que ocorreu, porém, foi que os italianos meridionais dominaram as correntes imigratórias num momento em que São Paulo oferecia diversidade de empregos rurais e urbanos e, com a proibição da passagem subsidiada em 1902, não havia uma obrigação em passar-se pelo colonato. Os dados italianos mostram, por sua vez, que não eram os imigrantes sozinhos e nem aqueles que se empregavam em serviços urbanos que voltavam em maior parte para a Itália, mesmo nos primeiros anos do século XX.

A autora L.M.HUTTER, que analisou a imigração italiana em São Paulo por um longo período, demonstra que eram inúmeros os motivos da repatriação de imigrantes dessa nacionalidade, não associando a questão à origem regional do italiano. L.M. HUTTER afirma que não era apenas a desesperança que provocava no imigrante o desespero de retornar ao país de origem, como a vertente pessimista da historiografia pretendia. Diz ela que havia uma diversidade de motivos para as repatriações, tão numerosas na primeira década do século XX, tais como doenças, fugas de serviço militar, obrigatório no Brasil, ou mesmo viagens apenas temporárias. Esse último motivo foi encontrado em alguns certificados de embarque, por nós verificados no Centro Histórico do Imigrante, em São

---

<sup>74</sup> Ver COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *op. cit.*, p. 676.

Paulo .<sup>75</sup> Assim, o estrangeiro fazia um documento antes de partir à Europa, dizendo que iria para lá por “viagem de negócios” ou “de recreio”, para assim não ter problemas no desembarque quando retornasse ao Brasil. De todos os certificados por nós encontrados, quase a maioria dos estrangeiros tinha mais de 60 anos de idade, já estabelecidos no Brasil.

L.M.HUTTER, aliás, não descarta a possibilidade que muitos italianos tinham de acumularem pecúlio e de se tornarem proprietários, especialmente no século XX, quando surgiram propostas de colonização em São Paulo e diversos núcleos coloniais foram criados no estado. No entanto, a autora acredita que esses imigrantes gastavam seu pecúlio com “status”, e não tanto com itens básicos, como higiene. A nosso ver, porém, o termo “status” é muito complexo, pois, enquanto a propriedade de terras podia significar “status” para uma parte da população, para outra podia significar um simples meio de vida. Mas há outros aspectos interessantes no estudo de L.M.HUTTER, como as conclusões a que chega na sua análise dos passaportes e das cadernetas de trabalho dos colonos, no início do século. A autora afirma, por exemplo, que a maior parte das queixas feitas em relação às cláusulas dos contratos de trabalho, na década de 1920, refere-se a proprietários rurais estrangeiros. Isso significa que proprietários estrangeiros contratavam colonos, ou seja, estavam em condições financeiras ao menos razoáveis, e, mais importante do que isso, adotavam comportamentos similares à tradicional elite fazendeira local. Pelo recenseamento municipal de Campinas, de 1911, nota-se que praticamente todos os proprietários rurais do município possuíam trabalhadores em seus estabelecimentos, mesmo os estrangeiros. Ao mesmo tempo, foram encontrados processos cartoriais que demonstram enfrentamentos entre colonos e patrões, ambos italianos, relacionados a questões de pagamento, o que mostra que nem sempre havia paternalismo a empregados da mesma origem étnica.

L.M.HUTTER aborda praticamente todos os aspectos da imigração italiana em São Paulo no início do século XX, o que torna o seu estudo um pouco genérico. A autora fornece dados estatísticos importantes, do recenseamento de 1901 e de documentos do Arquivo do Estado de São Paulo, dados estes que poderiam ser analisados mais profundamente. O capítulo referente aos núcleos coloniais, assunto já discutido por L.M. HUTTER em trabalhos anteriores, enriquece, e muito, a discussão a respeito do acesso do imigrante à pequena propriedade. A autora narra o fato de um descendente de italianos que, em 1907,

<sup>75</sup> O Centro Histórico do Imigrante funciona no andar térreo da antiga Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, no Brás.

propôs que se entrasse nas fazendas para mostrar aos colonos a vantagem de adquirir-se uma pequena propriedade nos núcleos, embora soubesse que tal medida prejudicaria os fazendeiros, pois provocaria a saída de famílias das fazendas.<sup>76</sup>

Estudos como os de L.M.HUTTER<sup>77</sup> demonstram como o imigrante fazia a sua opção em continuar vivendo em São Paulo ou não, escolha esta relacionada mais à variedade de possibilidades em buscar uma vida melhor do que à fuga de uma situação calamitosa. Diz L.M.HUTTER que o governo italiano procurava facilitar o acesso à terra aos repatriados, principalmente entre 1901 e 1907, o que poderia ter contribuído para o aumento de repatriações. Mas a autora salienta o fato de que muitas vezes ocorria que o italiano que partia para o seu país de origem ou para a Argentina acabava retornando à São Paulo. Verificando essas observações da autora, parece-nos um pouco simplista a afirmação de V.STOLCKE de que:

“A deterioração nas condições de trabalho nas fazendas de café levou a um aumento nas partidas...”<sup>78</sup>

Pela leitura de L.M.HUTTER e por documentos por nós encontrados, havia outros motivos para a repatriação, embora houvesse, realmente, muitos imigrantes que voltaram à Europa devido às más condições de trabalho. V.STOLCKE associa os baixos salários dos colonos às crises do café, numa visão próxima às de M.HALL e de W.DEAN:

“... não era incomum que os colonos fugissem à noite da fazenda, antes que seus contratos tivessem expirado... Os colonos podiam se dar bem e talvez até acumular algumas economias apenas sob circunstâncias excepcionalmente favoráveis, tais como ter uma família grande e saudável, nenhuma multa, um empregador que pagasse bem e fosse liberal quanto aos direitos de plantio de alimentos, um mercado próprio para os excedentes alimentares, e nenhuma calamidade natural. Logo no princípio do século, tal combinação de circunstâncias era pouco frequente.”<sup>79</sup>

<sup>76</sup> HUTTER, Lucy Maffei. “O desenvolvimento de alguns núcleos coloniais no estado de São Paulo em princípios do século XX”, in: *Imigração italiana: estudos*. Caxias do Sul, 1979, p. 250.

<sup>77</sup> Ver HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914*. São Paulo, 1986 e HUTTER, “O desenvolvimento...”, op. cit.

<sup>78</sup> STOLCKE, op. cit., p. 65.

<sup>79</sup> STOLCKE, op. cit., p. 73.

V.STOLCKE acredita que a crise do café da virada do século, a qual provocou a diminuição dos salários dos colonos, gerou descontentamento desses trabalhadores, que foi tornando cada vez mais conflituosas as suas relações com os fazendeiros, culminando nas greves coletivas. Numa análise de documentos do século XIX, é possível observar, no entanto, que o ambiente hostil já existia nas fazendas da região de Campinas, ambiente este que provocou mortes tanto de estrangeiros como de nacionais. O que parece evidente é que no século XX, com a organização da coletividade italiana em São Paulo, as greves como ação coletiva se tornaram possíveis, ao passo que no século XIX não havia nenhum grupo de trabalhadores capaz de se manifestar coletivamente, nem mesmo os nacionais.

A questão do acesso do imigrante à pequena propriedade é avaliada por V.STOLCKE, que se mostra descrente em relação a posicionamentos otimistas, como o de T.HOLLOWAY. A autora acredita que as duas vertentes da historiografia da imigração - a otimista e a pessimista - concordam que o desejo do colono era abandonar a fazenda. Porém ela se aproxima mais dos pessimistas nas conclusões a respeito do destino dos imigrantes, afirmando que foi relativamente pequeno o número de imigrantes que se tornaram proprietários até o período da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, V.STOLCKE não despreza as diferenças regionais, assinalando que as áreas cafeeicultoras mais antigas tiveram que oferecer melhores condições de vida aos seus colonos para que não os perdesse para as áreas de fronteira:

“Os fazendeiros da região mais antiga tiveram várias opções para compensar suas desvantagens em comparação com as novas fazendas. Ou eles abandonaram as velhas propriedades, parcelaram-nas e venderam a terra; ou mudaram-se para a fronteira para formar novas fazendas na terra virgem; ou continuaram a trabalhar nas propriedades velhas, fazendo concessões aos trabalhadores, para compensar os rendimentos decrescentes que afetavam os salários durante a colheita”.<sup>80</sup>

V.STOLCKE não se deteve em documentos no nível regional, o que acabou impedindo-a de se aprofundar nessas questões levantadas. A autora afirma que as culturas intercalares de alimentos eram de grande importância para os colonos, mas assume a mesma

<sup>80</sup> STOLCKE op. cit., p. 83.



postura de estudos anteriores de que essas culturas remuneravam os fazendeiros, pois eles não teriam gastos com a alimentação de seus trabalhadores. Diz ela que nas melhores fases do café as culturas intercalares eram proibidas, ao passo que nas épocas de crise eram facilitadas. A partir desse pressuposto, V.STOLCKE explica que as greves ocorridas entre 1910-13, pelos colonos, relacionam-se ao bom preço do café e à conseqüente proibição do plantio de alimentos. Essa relação nem sempre foi observada pelos autores, como B.SALLUM JÚNIOR, que associa as plantações intercalares somente à idade dos pés de café.<sup>81</sup>

Na análise da diversificação da produção agrícola paulista nas duas primeiras décadas do século XX, V.STOLCKE distingue dois setores de produtores. O primeiro seria formado por colonos no complexo cafeeiro e, o segundo, por pequenos proprietários, na maioria nacionais. A autora admite, porém, que a origem desses pequenos proprietários nacionais é ainda incerta<sup>82</sup>, baseando suas afirmações nos estudos de A.KAGEYAMA, pesquisadora que, apesar de verificar o surgimento de pequenas propriedades no início do século, não indica a nacionalidade de seus respectivos donos:

“... é a partir de 1904-05 que se inicia um período aureo da produção de alimentos nas regiões velhas do estado, onde provavelmente deve ter ocorrido algum fracionamento das propriedades”.<sup>83</sup>

Porém, V.STOLCKE deveria ter verificado os dados do recenseamento agrícola de 1906 referentes à nacionalidade dos proprietários rurais das zonas velhas, como Campinas e Jundiá, onde os estrangeiros eram donos de mais de 30% dos estabelecimentos agrícolas. R.BAENINGER, pesquisadora que analisou especialmente os dados obtidos em recenseamentos, comentava, sobre as primeiras décadas do século XX:

“Em Campinas aumentou a produção de açúcar, feijão, arroz, milho e algodão, mas continuava significativa a produção de café, além da industrialização de carne e fruticultura (...). Nesse período aumentou no Município o número de pequenas e médias propriedades e de proprietários rurais estrangeiros”.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> SALLUM JÚNIOR, op. cit.

<sup>82</sup> STOLCKE, op. cit., p. 84.

<sup>83</sup> KAGEYAMA et alii, p. 32.

<sup>84</sup> BAENINGER, op. cit., p.47

No entanto, voltando ao estudo de V.STOLCKE, devemos ressaltar que a autora reconhece um certo acesso dos imigrantes à propriedade rural, mas só na década de 20, quando eles puderam comprar parcelas de velhas fazendas decadentes ou lotes nas áreas de fronteira, através das companhias privadas de colonização. Para a autora, no período anterior, a produção de alimentos no nível comercial era feita por pequenos proprietários nacionais, embora ela não especifique sua origem. Acreditamos, porém, que se a valorização da terra dificultava o acesso ao imigrante, a mesma dificuldade era sentida pelos nacionais. Assim, podemos fazer uma outra leitura das afirmações de A.KAGEYAMA, para os anos 1904-05:

“Existia agora um verdadeiro mercado de terras, e a constituição de uma propriedade não dependia mais de doações e posses como no início do século anterior, o que possivelmente, deve ter ampliado as oportunidades de acesso à terra para outros segmentos da sociedade”.<sup>85</sup>

Os outros segmentos da sociedade podem ser constituídos por imigrantes, além dos nacionais. A necessidade de um maior aprofundamento na questão das pequenas e médias propriedades no período cafeeiro é salientada por outros autores, como por M.C.OLIVEIRA:

“Os dados do levantamento agrícola e zootécnico de 1904-05, ainda pouco explorados, não deixam margem à dúvida quanto a importância relativa da pequena propriedade cafeeira nos principais municípios produtores de café à época.”<sup>86</sup>

E acrescenta:

“A reconstrução da história da produção de alimentos poderá lançar luz sobre aspectos obscuros do período cafeeiro, aspectos de segura importância do ponto de vista demográfico. A acomodação dos diferentes segmentos populacionais no complexo cafeeiro, tais como a população cabocla nacional, os escravos e, mesmo, diferentes gerações de imigrantes estrangeiros, está longe de ser totalmente esclarecida”.<sup>87</sup>

<sup>85</sup> KAGEYAMA et alii., p. 33.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.23.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 26

No decorrer da década de 80, porém, surgiram novos estudos sobre a imigração italiana no Brasil, embora nem sempre tenham se mostrado menos abrangentes do que as obras anteriores, dedicando-se, muitas vezes, a aspectos já discutidos demasiadamente pela historiografia. Uma autora que pesquisou os diversos aspectos do ato de imigrar dos italianos, mas que trouxe para o debate uma diversidade de fontes nunca antes analisadas, foi Z.ALVIM, cujo estudo foi publicado em 1986. A autora se centra nas ações dos colonos italianos nas fazendas de café paulistas a partir de experiências passadas. Ela acredita que graças a essas experiências é que os colonos italianos foram capazes de pressionar os fazendeiros por condições melhores de trabalho.

Z.ALVIM demonstra como é errôneo atribuir-se características peculiares ao colonato quando essas mesmas características já faziam parte do cotidiano dos imigrantes antes de deixarem sua terra natal. O exemplo mais ilustrativo refere-se à mobilidade geográfica dos italianos, de uma fazenda à outra, ou para cidades e para a Europa. Diz a autora que os italianos pobres migravam constantemente de uma região para outra em busca de serviços, característica esta que eles transportaram para São Paulo.<sup>88</sup> Um segundo exemplo, tão importante como o anterior, relaciona-se à importância do trabalho familiar. Segundo Z.ALVIM, a família já participava do trabalho desde a Itália, sendo que os imigrantes viam o colonato em São Paulo como a possibilidade de preservação do núcleo familiar.<sup>89</sup>

Baseada nos diversos aspectos do colonato que foram trazidos pelos italianos desde o seu país de origem, Z.ALVIM acredita que as experiências passadas dos colonos permitiram sua pressão sobre os fazendeiros:

“E, enfim, mesmo que essas ações isoladas não tenham representado uma contestação do Estado ou das relações de produção vigentes, e ainda que tenham sido avaliadas posteriormente como uma tentativa de recriar a “comunidade perdida”, isso não invalida a luta dos colonos. Só que essa luta, a única possível dentro das atrozidades condições de vida que os imigrantes enfrentaram nas fazendas de café, praticamente nunca recebeu a devida atenção.”<sup>90</sup>

<sup>88</sup> ALVIM, op. cit., p.114-138.

<sup>89</sup> ALVIM, op. cit., p.82-102.

<sup>90</sup> ALVIM, op. cit., p. 104

Z.ALVIM afirma, porém, que as conquistas dos colonos italianos foram uma legislação protetora no início do século XX e uma melhor relação de trabalho no campo. Ao mesmo tempo, diz ela que muitos imigrantes não conseguiram adquirir uma pequena propriedade, seja pela impossibilidade de acumular pecúlio, seja pela preferência em investir no setor urbano ou em se repatriar. O que Z.ALVIM ressalta, em seu estudo, é a dissociação entre pequena propriedade e ascensão social, dissociação esta que o próprio colono admitia, pois buscava a pequena propriedade devido à vontade de adquirir autonomia e liberdade. Z.ALVIM adverte para o perigo na crença da ascensão social do imigrante através da pequena propriedade:

“A parcela da historiografia que abraça a posição do grupo dominante, ou seja, que aceita a tese de ascensão social através da aquisição da pequena proprietários, deixa de considerar a grande massa de perdedores - aqueles que não atingiram o STATUS de propriedade, e estes compõem, sem dúvida, a grande maioria: seu destino está ligado à proletarização nas cidades. Comete-se, pois, um erro quase inevitável quando se pressupõe o particular como extensivo ao todo.”<sup>91</sup>

Z.ALVIM não cita explicitamente os autores que cometem o erro de generalizar a ascensão social dos imigrantes, mas, sob nosso ponto de vista, os autores da vertente “otimista” do colonato, como T.HOLLOWAY, não cometem esse erro. Aqueles que defendem o acesso dos colonos à pequena propriedade em geral não desprezam o grande número dos imigrantes que se proletarizaram ou que retornaram à Europa sem dinheiro. Essa generalização de que fala Z.ALVIM parece-nos muito mais presente na vertente oposta, ou seja, entre os “pessimistas”, que se mostram descrentes da possibilidade de acesso à pequena propriedade por um razoável número de imigrantes.

Um posicionamento intermediário em relação ao acesso do imigrante italiano à pequena propriedade, embora acabe se aproximando da vertente “pessimista”, é o estudo de A.TRENTO, no final da década de 1980.<sup>92</sup> Seguindo uma trajetória temática similar à de Z.ALVIM, A.TRENTO escorrega, no entanto, no mesmo vício de estudos anteriores - a generalização provocada por uma abrangência de aspectos relacionados ao tema da

<sup>91</sup> ALVIM, op. cit., p. 151

<sup>92</sup> TRENTO, Ângelo. Do outro lado Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo, 1989.

imigração. O autor procurou fazer um levantamento da imigração italiana para o Brasil, desde o século XVI até os nossos dias. Pode-se supor o resultado de uma obra com tal proposta, ou seja, o autor tenta fazer uma diferenciação por regiões brasileiras, mas sem se fundamentar em fontes locais. A.TRENTO acaba fazendo uma compilação de textos que tratam de fases diversas da imigração, narrando fatos já bem conhecidos pela historiografia.

A bibliografia apresentada por A.TRENTO no final de seu livro contém mais de 1.000 títulos, além da citação cronológica de jornais e revistas existentes no Brasil em idioma italiano. Sem dúvida, a obra é uma referência para todos os que estudam a imigração no Brasil, dado o volume do apêndice e da bibliografia, porém, ela não traz informações que inovem a historiografia já existente. A.TRENTO, mais uma vez, afirma a conhecida tese de que poucos italianos conseguiram a propriedade da terra em São Paulo, a não ser quando passaram por condições intermediárias favoráveis:

“Embora já no início dos anos de 1890 fosse possível encontrar alguns italianos proprietários de fazendas, entre os quais três sacerdotes, tanto na época como depois, quem conseguisse a duras penas guardar um dinheirinho, dificilmente conseguia tornar-se fazendeiro (inclusive devido ao alto preço da terra) e, ao contrário, tinha que contentar-se com pequenos lotes para praticar a policultura”<sup>93</sup>

Uma armadilha para quem trabalha com os vários séculos de imigração no Brasil, e na qual nos parece que A.TRENTO caiu, é a falta de definição do que se considera italiano no nosso país. Quando A.TRENTO afirma que, em São Paulo, a compra de propriedades rurais por italianos foi decaindo a partir da década de 30 deste século ele se refere aos italianos nascidos na Europa, deixando de incluir os filhos dos imigrantes que para cá vieram em anos anteriores. Estes filhos de italianos são considerados, por ele, apenas parte da população brasileira, esquecendo-se que suas vidas são o resultado do colonato, tanto como foi para seus pais.

O que é peculiar no estudo de A.TRENTO é o fato de ser abordado o período anterior à crise do café, na virada do século, de um modo diverso de outros autores, como M.HALL e mesmo T.HOLLOWAY. A.TRENTO afirma que foi na última década do século XIX que os italianos tiveram melhores possibilidades em adquirir uma pequena propriedade, ao passo

<sup>93</sup> TRENTO, op. cit., p. 118.

que, durante as crises, com a diminuição dos salários e do número de fazendas em que vigoravam condições suportáveis, essa perspectiva se tornava mais remota:

“Até mesmo um crítico autorizado da emigração para as fazendas, como monsenhor Scalabrini, reputava, por volta de 1895, que 10 a 12% dos colonos estivessem em condições de fazer economias e, alguns anos antes, 9 das 11 respostas a um questionário enviado pela Sociedade Geográfica Italiana eram muito mais otimistas.”<sup>94</sup>

A.TRENTO acredita que o trabalho no colonato não dava possibilidades de se acumular pecúlio e afirma, aliás, que as remessas enviadas por imigrantes à Itália provinham de pequenos comerciantes e artesãos dos centros urbanos. Mas o autor não interpreta os casos de enfrentamento entre italianos e fazendeiros como um fortalecimento do grupo estrangeiro, mas sempre como uma mentalidade escravocrata do grupo nacional. Mais uma vez, observa-se a preocupação na abordagem de todos os aspectos da imigração, sem uma análise mais profunda de temas específicos.

Saindo um pouco da historiografia que trata diretamente da imigração, buscamos estudos mais centrados nas questões políticas, econômicas e sociais do assunto. Encontramos estudos de J. C. BARREIRO, A. P. GUIMARÃES, J. S. MARTINS, B. SALLUM JÚNIOR, autores estes que nos transportaram para questões teóricas sob um ponto de vista mais próximo da história econômica, onde o imigrante como elemento humano é analisado dentro de uma interpretação do sistema agrário e das relações econômicas e sociais do colonato.<sup>95</sup> A contribuição desses estudos para nossa pesquisa vem, principalmente, do fato de que esclarecem a situação agrária paulista antes e depois da chegada dos imigrantes, além de verificarem, em alguns casos, a espécie de remuneração do colono, mostrando como era possível haver poupança nesse sistema de trabalho.

O estudo de A.P.GUIMARÃES narra a trajetória do latifúndio no decorrer da história brasileira, mostrando como ele se enfraqueceu durante as crises cafeeiras, embora não tenha se extinguido, criando, isto sim, novas relações econômicas e sociais com os imigrantes. Segundo o autor, a primeira crise de superprodução do café, na virada do século, forçou os fazendeiros a fazerem concessões aos colonos:

<sup>94</sup> TRENTO, op. cit., p.51.

<sup>95</sup> Ver BARREIRO, op.cit.; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, 1968; MARTINS, op. cit., SALLUM JÚNIOR, op.cit.

“Bom número deles, aproveitando-se dessas concessões e valendo-se das fases de altos preços do café, conseguiram (sic) tornar-se pequenos proprietários de terras. Uma minoria iria, até, afazendar-se, transformando-se em tão poderosos latifundiários quanto os antigos fazendeiros escravocratas”<sup>96</sup>

A.P.GUIMARÃES explica que, durante o século XIX, os contratos de trabalho com os imigrantes foram sofrendo modificações, da parceria à remuneração por tarefa e desta para o colonato; quando a família era contratada, ao invés de o indivíduo, o que possibilitou o acúmulo de pecúlio. Embora o autor afirme que isso ocorria excepcionalmente, ele reconhece que os imigrantes conquistaram um espaço não acessível aos nacionais, especialmente a partir de 1908, quando os japoneses começaram a imigrar para o Brasil com o objetivo de se estabelecerem em lotes, apoiados pelo seu governo. A.P.GUIMARÃES demonstra uma crença na vitória dos estrangeiros frente aos fazendeiros porque estes sofreram perdas com as crises do café, produto que sustentava a economia do país por um longo período. Mas o autor apresenta uma explicação um tanto preconceituosa para essa vitória. Diz ele que o imigrante era mais produtivo do que o escravo e seus contratos eram menos opressivos do que os dos nacionais. A.P.GUIMARÃES não leva em consideração, em seu estudo, a política do governo paulista, que nos parece a causadora da segregação dos negros do mercado de trabalho. Realmente, os documentos da época revelam o preconceito pelos negros, mas de modo algum pode-se falar que eram menos produtivos do que os imigrantes. Pelo contrário, os negros estavam afeiçoados ao trabalho nas plantações de café. Ocorreu, porém, que grande parte das conquistas dos imigrantes relaciona-se ao seu caráter de resistência e de ambição, caráter este que foi se fortalecendo, desde os últimos anos do século XIX, com a organização de sua coletividade.

J.C.BARREIRO, por outro lado, discorda da idéia de A.P.GUIMARÃES de que a pequena propriedade foi o resultado de uma luta de classes, de imigrantes contra latifundiários. Diz J.C.BARREIRO que o imigrante teve acesso à pequena propriedade, desde os últimos anos do século XIX, porque ela foi proposta pela burguesia cafeeira para que o processo capitalista da produção cafeeira se efetivasse. Segundo o autor, o café necessitava de um número maior de mão-de-obra na colheita, enquanto em outras fases de produção o número de trabalhadores necessários era bem menor. Assim, para que os colonos

<sup>96</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 148-149.

não ficassem ociosos durante essas fases de produção de café, J.C.BARREIRO acredita que a burguesia rural possibilitou a existência da pequena propriedade, onde o imigrante conseguiria obter seus meios de vida, embora necessitasse trabalhar temporariamente para os fazendeiros. Segundo ele, os fazendeiros sentiram necessidade de abrir possibilidades para a existência da pequena propriedade desde 1870, pois, já em 1883, ele verificava, em suas fontes, 49 fazendas hipotecadas no Banco do Brasil apenas no município de Campinas.<sup>97</sup>

O posicionamento de J.C.BARREIRO de que a pequena propriedade existiu em São Paulo desde o século XIX e esteve, naquele momento, nas mãos dos imigrantes, está muito próximo das idéias de T.HOLLOWAY. O que os diverge, entretanto, é o significado que ambos dão para a aquisição da propriedade. Enquanto T.HOLLOWAY a considera uma ascensão social, J.C. BARREIRO acredita que a pequena propriedade não enriquecia o colono, que continuava dependente do fazendeiro:

“Mas a simples aquisição de um pequeno lote de terra, por parte do colono, não pode ser caracterizada como um fenômeno de ascensão social. Aliás, ascensão social era a ilusão vivida pelo próprio colono, transformado em pequeno proprietário.”<sup>98</sup>

Embora J.C.BARREIRO acrescente, em seu estudo, que os imigrantes não eram totalmente submissos, ele despreza, de certa maneira, a resistência e a ambição desses estrangeiros. Dados obtidos nos recenseamentos de 1906 e de 1920 demonstram, como já dissemos, uma diminuição no número de proprietários rurais nacionais, enquanto houve um grande crescimento no número de proprietários estrangeiros no município campineiro. Não é suficiente a explicação de que os fazendeiros iludiram esses estrangeiros para que saíssem das fazendas e adquirissem pequenas propriedades, a fim de que sentissem a necessidade econômica de complementar os seus ganhos nos trabalhos temporários nas grandes fazendas.

O que nos parece mais evidente é que realmente a burguesia cafeeira facilitou a aquisição de pequenas propriedades rurais aos imigrantes, mas, ao mesmo tempo, houve pressão por parte desses estrangeiros para abandonarem a situação de “dependentes”. Se havia casos em que pequenos proprietários iam trabalhar em fazendas vizinhas, como o caso dos habitantes do núcleo colonial “Campos Salles”, em Campinas, que faziam serviços

<sup>97</sup> BARREIRO, op. cit., p. 51-57.

<sup>98</sup> BARREIRO, op. cit., p. 82-83.



temporários na fazenda Santa Genebra, caso narrado por J.C.BARREIRO, isso não era tão comum como acreditava o autor. O pequeno proprietário estrangeiro lutou por sua autonomia e, muitas vezes, a conseguiu; concordamos, portanto, tanto com a idéia de uma abertura, pela burguesia cafeeira, para a pequena propriedade, como diz J.C. BARREIRO, como com a idéia de uma luta de classes, como diz T.HOLLOWAY, na qual houve conquistas por parte dos imigrantes.

Numa concepção um pouco diferente de J.C.CARNEIRO está o posicionamento do sociólogo J.S.MARTINS, que não acredita na abertura que possibilitou a existência da pequena propriedade por parte da burguesia cafeeira. Muito pelo contrário, J.S.MARTINS afirma que os fazendeiros impuseram o trabalho árduo aos colonos para que eles valorizassem o trabalho como único meio de obter autonomia, prendendo-os à fazenda:

“... grandes dificuldades foram colocadas no caminho daqueles que buscaram na imigração tornar-se agricultores independentes; na prática, descobriram que, para chegar a tanto, teriam que se transformar previamente em colonos das grandes fazendas. O trabalho independente foi, nesse processo, transformado num sonho básico do trabalhador.”<sup>99</sup>

J.S.MARTINS demonstra, em seus estudos, como a burguesia cafeeira construiu a crença na virtude do trabalho, crença esta que foi incorporada pelos imigrantes e, segundo ele, principalmente pelos italianos. Porém, o autor não acredita na facilidade em se tornar um pequeno proprietário no colonato, pois as relações de produção que envolviam fazendeiros e trabalhadores iludiam os últimos de que seu trabalho era criador de riquezas:

“Dean estima que seriam necessários uns 12 anos de trabalho familiar para que o colono se tornasse proprietário de terra. Mesmo assim, nada indica que isso fosse fácil”.<sup>100</sup>

E concluiu:

“... num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.<sup>101</sup>

J.S.MARTINS afirma que a crise econômica de 1929 tornou possível o sonho de muitos colonos de se tornarem pequenos proprietários. O autor deixa claro o seu pessimismo

<sup>99</sup> MARTINS, op. cit., p. 129

<sup>100</sup> MARTINS, op. cit., p. 91

<sup>101</sup> MARTINS, op. cit., p.32

em relação ao período anterior, pois acredita que o preço dos alimentos cultivados pelos colonos era muito baixo, sendo que na virada do século muitos deles foram trabalhar nas fábricas das cidades, uma vez que o operário urbano ganhava mais do que o colono. Porém, devemos levar em consideração, também, os gastos de uma família urbana com aluguel, alimentação e outros itens para chegarmos a tal conclusão.

Assim como J.S.MARTINS explica que no colonato há uma relação desigual entre o proprietário e o trabalhador no processo de trabalho, uma vez que o colono trabalhava na cultura de subsistência para garantir sua alimentação e certo excedente e trabalhava, separadamente, no café para “outro”, B.SALLUM JÚNIOR demonstra como o fazendeiro rebaixava os salários no café em troca da concessão de terras para a subsistência. Os dois autores acreditam que a terra era a parte não-monetária das remunerações do colono. B.SALLUM JÚNIOR revela que, na realidade, o fazendeiro arrendava as terras para seus trabalhadores que as pagavam através da redução dos salários e da execução de serviços gratuitos.

B.SALLUM JÚNIOR afirma que, durante a cafeicultura, a cultura de alimentos era grande no estado paulista. Num seminário do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da Unicamp, o autor comentou que, em 1904-05, as terras cultivadas com milho representavam cerca de um terço das terras com cafezais, proporção esta tendente a aumentar à medida que o café se expandia para o oeste.<sup>102</sup> Porém, B.SALLUM JÚNIOR adverte para o fato de que os cereais não tinham o mesmo mercado internacional do que o café, o que tornava seus produtores marginais ao capital, produtores estes constituídos por pequenos proprietários, formadores de cafezais e colonos. Diz ele:

“a produção de cereais não era compatível, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, dado o nível de seus preços, com o modo capitalista da época, quer dizer, não era compatível com o que se pode chamar de capitalismo à base de enxada.”<sup>103</sup>

B.SALLUM JÚNIOR acredita que, embora a produção de cereais não fizesse parte do comércio internacional, como o café, o colono tinha que buscar obter um ganho que ultrapassasse o preço pago pelo arrendamento da terra destinada a sua produção. O autor

<sup>102</sup> Comentário de OLIVEIRA, op. cit., nota 26

<sup>103</sup> SALLUM JÚNIOR, op. cit., p. 49

revela que na década de 1890, anterior às crises de café, havia maior facilidade no acúmulo de pecúlio pelos colonos:

“Nesta época (1890), apesar de persistirem formas de tratamento extremamente violentas no controle dos trabalhadores, as condições de sua remuneração - não tanto as monetárias, mas principalmente as que resultavam do cultivo das terras dos cafezais - eram relativamente favoráveis e permitiam sob certas condições a acumulação, por colonos e formadores, de algum pecúlio”.<sup>104</sup>

B.SALLUM JUNIOR explica que, na década seguinte, com a crise do café, as condições de acúmulo de pecúlio dos colonos pioraram. No entanto, o autor acredita na resistência dos imigrantes, mostrando que a queda de preço do café foi mais brusca que a queda de sua remuneração. Diz ele que a resistência dos colonos e o decreto “Prinetti” de 1902, que proibiu a imigração subsidiada para São Paulo aos italianos, limitaram a capacidade dos fazendeiros em rebaixar os salários. Em relação à região de Campinas, B.SALLUM JÚNIOR explica que nessas áreas onde o plantio intercalar era dificultado pela “velhice” dos cafezais, os colonos superavam essa perda pela proximidade dos centros consumidores.

A conclusão do autor é de que o capital cafeeiro teve que dar condições aos colonos pois, caso contrário, eles imigrariam. Assim B.SALLUM JÚNIOR afirma que, como a produção de café não sofreu uma revolução tecnológica, o capital manteve uma relação de exploração não-capitalista com os colonos - o arrendamento de terras -, que foi possível através da “concessão” de terras para o cultivo de cereais. Entretanto, o mesmo autor acredita que os colonos resistiram à explorações desta relação não-capitalista, não aceitando o rebaixamento de seus salários em troca de terras a eles concedidas. B.SALLUM JÚNIOR demonstra, por outro lado, como o capital cafeeiro foi obrigado a criar um mercado de trabalho livre, onde os estrangeiros conseguiram se colocar de diversas maneiras. O autor apresenta diferentes espécies de serviços executados por esses estrangeiros que conviviam numa mesma fazenda - colonos, camaradas “volantes” e camaradas “especializados”.

Segundo B.SALLUM JÚNIOR, os camaradas “volantes” eram homens solteiros, na grande maioria nacionais, que recebiam salários sazonais por serviços como roçadas e

<sup>104</sup> SALLUM JÚNIOR, *op. cit.*, p. 108

derrubadas. A hierarquia profissional, baseada especialmente em diferenças raciais, é claramente explicada pela autora P.BEIGUELMAN. Diz esta autora que os lavradores nacionais pobres que se empregavam como assalariados no final do século XIX eram considerados indolentes pelos fazendeiros, os quais lhes asseguravam apenas os serviços que envolviam riscos de vida ou que eram rejeitados pelos imigrantes. Os libertos, por sua vez, diz P.BEIGUELMAN, não aceitavam a atividade sistemática e disciplinada, embora tenham retornado ao trabalho no café nas zonas velhas. A autora demonstra, por outro lado, como os imigrantes provocaram o surgimento do trabalhador-consumidor, o que implicou no aumento da saída do campo em direção às cidades. P.BEIGUELMAN acredita, ainda, que a atração e a facilidade que os colonos tinham em se integrar à vida urbana provocaram o ressentimento dos nacionais.

P.BEIGUELMAN explica a integração dos imigrantes à sociedade paulista e a marginalização do elemento nacional no mercado de trabalho através da história política. A autora não concorda com a crença em diferentes mentalidades entre fazendeiros do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. Ela salienta o fato de que a região de Campinas e de Jundiaí havia utilizado o braço escravo através do tráfico inter-provincial, sendo que, durante as discussões abolicionistas, os fazendeiros desses municípios haviam proposto a vinda de chineses como substitutos dos escravos. P.BEIGUELMAN adverte as análises desse fato histórico de que não se deve explicar as atitudes desses fazendeiros através de diferentes “mentalidades”, mas sim de condições estruturais, construindo-se o sistema político. O seu estudo revela o posicionamento da autora frente à nova ideologia que os fazendeiros do oeste paulista assumem em relação ao imigrante após o decreto “Prinetti” de 1902 - passam a buscar aquele que desejava se tornar pequeno proprietário, parcelando as orlas de suas propriedades.<sup>105</sup>

A cientista política deixa evidente, porém, a divisão racial do trabalho que existia na cafeicultura paulista, na qual os estrangeiros ocupavam o nível superior e procuravam acumular poupança e

“... uma segunda camada, a brasileira, para as tarefas penosas e difíceis, rejeitadas pelos primeiros”.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, p. 109-110.

<sup>106</sup> BEIGUELMAN, op. cit., p. 108

A questão da competição pelo mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros ainda merece maiores questionamentos, pois a tese de F. FERNANDES de que a herança da escravidão impossibilitou os libertos de participarem dessa competição possui aspectos muito discutíveis.<sup>107</sup> O autor que se aprofunda nesta questão e que discorda das conclusões de F.FERNANDES é o estudioso G.ANDREWS, que demonstra como o Estado, os trabalhadores e os empregadores contribuíram para a divisão racial do trabalho de que fala P.BEIGUELMAN.

G.ANDREWS afirma que F.FERNANDES deu características aos libertos que também existiam entre os imigrantes:

“Mas crime, pobreza e anomia de forma alguma se restringiam aos negros. Na mesma extensão em que a tese de Florestan se afina com a ideologia da vadiagem (...) ela poderia ser aplicada aos brancos e migrantes pobres da mesma forma que os negros”.<sup>108</sup>

G.ANDREWS explica a segregação dos negros do mercado de trabalho devido, principalmente, à política do estado - a grande imigração subsidiada - e às exigências que os libertos faziam aos empregadores. Segundo o autor, nos primeiros anos da imigração em massa, os estrangeiros aceitavam condições ruins de trabalho porque tinham por objetivo acumular poupança a qualquer custo. Eles utilizavam, inclusive, o trabalho familiar, o que era negado pelos libertos que não aceitavam que mulheres e crianças voltassem ao trabalho como na época da escravidão:

“Essa situação (trabalho familiar dos estrangeiros), juntamente com a pobreza dos imigrantes, produziu uma força de trabalho que, durante os primeiros anos de imigração, oferecia pouca resistência aos empregadores”.<sup>109</sup>

Com o passar dos anos, entretanto, a situação se inverteu. Como bem demonstra G.ANDREWS, os imigrantes deixaram de ser dóceis e passaram a fazer exigências como os libertos:

“O estado fazendeiro buscara políticas que pudessem manter a mão-de-obra barata e insegura, e ele as encontrara. Tais vitórias, contudo, nunca são permanentes. A curto ou a

<sup>107</sup> Ver discussão sobre as idéias de Florestan FERNANDES no início deste capítulo.

<sup>108</sup> ANDREWS, George. *Trabalhadores brancos e negros em São Paulo, 1888-1928*. Campinas, s/d, p.30.

<sup>109</sup> ANDREWS, op. cit., p.34

longo prazo, elas produzem a resistência e resposta. No caso dos imigrantes, a resistência e respostas assumiram várias formas”.<sup>110</sup>

G.ANDREWS cita as diversas formas de resistência já comentadas em autores anteriores - reemigração, instabilidade e pequena propriedade. O autor não se limita, entretanto, aos serviços rurais, mas demonstra, por outro lado, que a segregação dos negros também existiu nos empregos urbanos na mesma dimensão. Com a resistência dos estrangeiros, que foi se tornando explícita em todas as espécies de trabalho, o Estado e os empregadores passaram a revalorizar o elemento nacional, e como diz G.ANDREWS, inclusive o negro.

Não discordamos, e nem a realidade nos deixaria discordar, de que os imigrantes ocuparam um lugar que foi negado aos nacionais, especialmente aos negros. Porém não nos parece que a “docilidade” dos imigrantes tenha influenciado essa segregação na dimensão a que G.ANDREWS se refere. Sem dúvida, os primeiros anos da grande imigração foram momentos de ajustes e de adaptações, mas desde o início havia reclamações da instabilidade e da constante mobilidade geográfica dos imigrantes. Foi no século XX que eles se organizaram como coletividade, mas nada indica que faziam menos exigências do que os nacionais. Se realmente houve uma valorização do trabalhador nacional a partir dos anos 20, não acreditamos que isso tenha sido causado simplesmente devido às crescentes exigências dos imigrantes após as crises cafeeiras, mas também devido ao espaço que esses estrangeiros conseguiam ocupar no estado paulista desde o século XIX. Como exemplo da resistência dos imigrantes ainda no século passado, citemos um processo de petição de habeas-corpus feita pelo advogado de uma família de colonos belgas, contratados em Antuérpia por Vergueiro & Cia, em 1856, fato narrado pelo historiador H.BRUIT:

“Na exposição dos fatos, ficamos sabendo que os referidos colonos abandonaram os trabalhos alegando que a dívida contraída com o fazendeiro era menor que aquela que este reclamava. Acontece que o colono Jacob, chefe da família, casou-se com Bárbara Vanderlindem, que tinha ficado viúva. Dessa maneira, a dívida do falecido era assumida pelo novo chefe da família. Esta era a interpretação do fazendeiro”.<sup>111</sup>

<sup>110</sup> ANDREWS, op. cit., p. 39-40

<sup>111</sup> BRUIT, Hector H. “O cotidiano dos colonos de café segundo documentos cartoriais”, in: Boletim do Centro de Memória-Unicamp, vol. 2, n.4, julho/dezembro, 1990, p. 08.

H.BRUIT diz que os colonos foram presos, mas não sabe como terminou a história. O fazendeiro alegava, conta ele, que os imigrantes eram indolentes e incompetentes, pois se ocuparam mais com suas plantações de quitandas do que com o café. Para o final do século XIX, o historiador encontrou inúmeros processos de prisão de colonos por injúrias verbais e processos contra fazendeiros por violência aos seus colonos. Um outro tipo de processos encontrados e comentados pelo autor foram os inquéritos policiais que mostram negros, camaradas das fazendas, trabalhando como capangas contra imigrantes brancos:

“O que chama a atenção é a função dos camaradas, pretos, talvez ex-escravos da fazenda, que além de trabalhadores permanentes, são usados pelos fazendeiros como capangas para ‘disciplinar’ os colonos”.<sup>112</sup>

Embora não acreditemos que os colonos tenham conseguido bons resultados nos processos judiciais, o que nos parece interessante é o fato de que eles recorriam à justiça, ou seja, não eram tão desinformados como parte da historiografia parece acreditar. A sua resistência já vem desde o século XIX, mesmo que não tenha havido um movimento coletivo. Notamos, portanto, quão importante é a análise de uma variedade de fontes para se conhecer o dia-a-dia desses colonos, a fim de a pesquisa não se restringir apenas a fontes do governo ou a relatos, provavelmente parciais, de europeus que por aqui passaram.

Resta-nos citar, enfim, o artigo de P.MICELI<sup>113</sup>, pesquisador que encontrou, entre as obras raras do Centro de Memória da Unicamp, um opúsculo sobre a colônia Nova Louzã, na cidade de Mogi-Mirim. Através desses documentos, o historiador mostra que havia fazendeiros que não seguiam a norma estabelecida por sua classe social - adotar o sistema de parceria, a locação de serviços ou o colonato. Por meio do artigo de P.MICELI, enfatizamos, mais uma vez, que não devemos generalizar a mentalidade escravocrata dos fazendeiros paulistas ou as condições favoráveis/desfavoráveis dos imigrantes que para aqui vieram. Devemos buscar fontes que demonstrem a complexidade dos setores sociais, econômicos e culturais no complexo cafeeiro. Desse modo, ficará mais fácil compreendermos discursos como este, de um fazendeiro paulista, escrito em 1872:

<sup>112</sup> BRUIT, op. cit., p. 11

<sup>113</sup> MICELI, Paulo. “Um fazendeiro contra o latifúndio: imigração portuguesa nos cafezais paulistas”, in: *D.O. Leitura*, dezembro, 1990, p. 02

“O systema de parceria está condenado. O de empreitada apenas é em parte admissivel. O único que pode substituir e auxiliar a lavoura do pais é o de salário, adptado em a nossa Colônia (...). Este é idénticos estabelecimentos serão as escolas, onde se educarão os trabalhadores rurais, para dahi a poucos annos sahirem com o seu pecúlio, comprarem modestas propriedades e fundarem a pequena lavoura. Só esta pode salvar o Brasil (...) A grande propriedade já teve a sua epocha. Foi um meteóro, cujo rasto breve de todo desaparecerá.”<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> Discurso transcrito por MICELI, op. cit., p. 01. Trata-se do “Opúsculo sobre a colônia Nova Louzã”. Campinas, 1872.



## SEGUNDA PARTE - OS ITALIANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

### *Capítulo 1 - A complexidade da história dos imigrantes Italianos em São Paulo*

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (Jacques Le Goff. “Memória”, in: *Enciclopédia*, vol. 1, p.47).

Entre 1876 e 1925, 16.630.700 italianos deixaram o seu país de origem em busca de melhores oportunidades de vida, representando cerca de 48% do total da população da Itália na segunda década deste século. Mais da metade dos imigrantes italianos daquele período preferiu atravessar o oceano Atlântico. Foram milhões os italianos que abandonaram a sua pátria, seus amigos, às vezes sua própria família, seu passado, para partirem para um novo mundo - a América.<sup>115</sup> Nela, eram considerados apenas mão-de-obra de que o novo continente necessitava. Não importava a história de suas vidas, de seus costumes e de suas crenças. A história de cada um se perdeu na multidão dos europeus que aqui chegaram, em navios lotados, sendo todos tratados pelo mesmo nome - “imigrante”.

O imigrante parecia fazer parte, aos olhos de um observador não muito perspicaz, de um grupo “sem memória”. A partir do momento em que resolvera deixar para trás um mundo de “pobreza” e de “angústias”, a sociedade local imaginava que aqueles que se estabeleciam definitivamente no Brasil haviam apagado da memória os fatos passados, a fim de criar uma nova vida no novo país. E, por outro lado, a sociedade local não incentivava a permanência de raízes com a pátria de origem, como um artigo num jornal campineiro demonstrava nos últimos anos do século XIX:

“divergimos do pensamento do dr. Candia Cresti, que afirma a necessidade do governo de seu país subsidiar escolas no estrangeiro porque I BAMBINI CHE NASCONO LAGGIÙ DEVONO CONTINUARE AD ESSERE ITALIANI, isto

<sup>115</sup> Ver COMISSARIATO GENERALE DELLA EMIGRAZIONE, op. cit., p. 145 e *Encyclopedia e diccionario internacional*. Rio de Janeiro/Nova Iorque, s.d., vol. X, p. 6010.

é, que as crianças que nascem longe devem continuar a ser italianas”.<sup>116</sup>

No entanto embora os imigrantes enfrentassem uma sociedade nacional acostumada a conviver com escravos, aos quais nunca eram associadas raízes étnicas ou familiares, os italianos buscaram reconstruir, num país distante e estranho, seu passado de diversas formas, desde instituições de mútuo socorro, relações de parentesco, até agrupamentos culturais, como bandas musicais e escolas. Usando essas diversas estratégias societárias para não deixarem morrer as suas raízes passadas, os imigrantes trataram de transmitir a seus filhos e netos tudo aquilo que haviam vivido nos atribulados dias de suas vidas.

Diversos foram os mecanismos usados pelos italianos para preservar na memória de seus filhos as suas raízes étnicas. Muito se discutia, entre eles, a conveniência de associações formais, pois elas acabavam, muitas vezes, deixando para trás grande parte dos italianos que não tinham nem condições financeiras e nem conhecimento suficiente para a elas aderirem. O jornal *Fanfulla*, órgão mais representativo da coletividade italiana, criado em 1893, na capital do estado, denunciava o fato de as associações dividirem a coletividade italiana, lembrando que a Itália havia se unificado há pouco tempo, o que afastava o sentimento patriótico dos italianos:

“Potremmo essere fortissimi se fossimo uniti e siamo deboli ed inetti perché frazionati, divisi, in lotta gli uni con gli altri (...). Qui tanto lontani della Patria adorata e comune noi si avrebbe il dovere di sentirsi Italiani e null' altro che Italiani; invece - purtroppo - noi siamo Piemontesi, Lombardi, Veneti, Liguri, Toscani, Emiliani... Qui le società di M.S. che sono un bene, sono un progresso vero, perché indicano risparmio e previdenza, talvolta si incenti di animosità e di odii e sono specchio fedele della divisione, de frazionamento del campanilismo che ci dilania e ci infiacchisce”.<sup>117</sup>

<sup>116</sup> *Cidade de Campinas*, 30-09-1897.

<sup>117</sup> “Abasso il campanile”, in: *Fanfulla*, 20-02-1895, citado por TRENTO, Ângelo, “La nascita del ‘Fanfulla’: un foglio democratico al servizio della giustizia (1893-1895)”, in: *Novos Cadernos*, n.2, Instituto Italiano de Cultura/Instituto Cultural Italo-Brasileiro de São Paulo, 1988. A tradução é a seguinte: “Poderíamos ser fortíssimos se fôssemos unidos e somos fracos e divididos, em luta uns contra os outros (...) Aqui tão longe da Pátria adorada e comum nós tínhamos o dever de nos sentirmos Italianos e nada mais do que italianos; ao invés - infelizmente - nós somos Piemonte, Lombardia, Vênetos, Ligúrios, Toscanos, Emilianos... Aqui as sociedades de M.S. (Mútuo Socorro), que são um bem, são um verdadeiro progresso, porque indicam poupança e previdência, às vezes se transformam em centros de animosidade e de ódio e são espelhos exatos da divisão, do fracionamento, do bairrismo que nos despedaça e nos debilita”.

Apesar de as associações italianas nem sempre terem tomado o rumo de que temia o Fanfulla, o número de associados nunca chegou a ser muito expressivo em relação à população italiana residente no estado paulista. Realmente, houve rivalidades entre as associações, mas o que as distinguia não era tanto a origem regional de seus membros, mas os seus objetivos. Assim, formaram-se, na capital de São Paulo, entidades de comerciantes italianos, como a “Unione Viaggiatori Italiani”, em 1911, e de operários do Brás, como a “Società Italiana de M.S. Guglielmo Oberdan”, em 1889.<sup>118</sup>

Devido à pouca adesão de italianos às entidades de compatriotas, a preservação da memória dos imigrantes dessa nacionalidade deu-se, no decorrer dos anos, através de meios informais, como conversas em jogos e em bares, reuniões familiares, enfim, no seu cotidiano. Parte da historiografia aproveitou-se dessa transmissão de experiências por vias informais para resgatar a memória desses imigrantes.

Embora a maior parte dos estudiosos também tenha se baseado em fontes escritas, não se pode negar que a história oral tenha contribuído para as narrativas sobre a época da grande imigração. Sabendo que apenas entre 1896 e 1906 entraram, no estado de São Paulo, 489.011 italianos<sup>119</sup>, conhece-se hoje os resultados desses dados numéricos: grande parte da população paulista tem ascendência italiana. Aqueles que não puderam escrever as memórias de seus pais ou avós, como fizeram Prado ROSSI, José SEVA e Rodolfo TELAROLLI<sup>120</sup>, sempre têm algo a narrar a respeito de suas famílias. Num final de século em que a Itália ganha crédito e simpatia dos descendentes paulistas daquele país, e lhes dá o direito de cidadania, as narrativas a respeito daqueles que deixaram terras italianas e optaram por solos paulistas parecem ter aumentado.

Devido a todas essas considerações, a história dos imigrantes italianos em São Paulo ficou com algumas facetas obscuras. Os apenas cerca de cem anos passados desde as primeiras levas de italianos que decidiram vir viver em solos paulistas permitem que aqueles fatos ainda sejam transmitidos pela história oral. Longe de desprezar o importante papel desse tipo de pesquisa histórica vale, no entanto, ser observado o fato de que a história

<sup>118</sup> SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA. Cinquant'anni di lavoro degli italiani in Brasile. São Paulo, 1936, p. 212 e 214.

<sup>119</sup> ALVIM, op. cit., p. 138.

<sup>120</sup> ROSSI, J.B. Prado. O velho “Rossi”. São Paulo, 1988; SEVA, José. Eles vieram de longe. Campinas, 1961; TELAROLLI, op. cit.

oral está intimamente vinculada à memória, a qual está, por sua vez, enraizada na seleção que cada indivíduo faz de seu passado.

Levando-se em consideração esse aspecto limitado da história oral - o efeito de seleção - é possível compreender os motivos de a história dos imigrantes italianos em São Paulo estar, atualmente, com uma tendência apaixonada. Os acontecimentos heróicos narrados pelos avós ou pelos pais encobrem outros fatos que, esclarecidos, muito contribuiriam para uma aproximação da realidade. A consequência da seleção da memória e, por outro lado, da opção dos historiadores, foi, segundo M.T.PETRONE, a seguinte:

“Ficou a memória daquele que se instalou num lote rural e que depois de algum tempo transferiu-se para um lote urbano e foi ser comerciante ou artesão, crescendo as suas atividades à medida que o tempo passava...

Aqueles que morreram sem socorros médicos, picados por cobras ou devido à queda de uma árvore durante a derrubada da mata, aqueles que por razões várias nunca conseguiram ter uma habitação decente, aqueles que trabalharam e lutaram, mas nunca tiveram uma renda suficiente para permitir a educação dos filhos, foram esquecidos”.<sup>121</sup>

A história dos italianos em São Paulo atravessa ainda, um segundo problema, o qual confirma as afirmações de M.T.S. PETRONE. Em poucos anos, São Paulo recebeu milhares de indivíduos de uma mesma nacionalidade - a italiana - enquanto outras etnias vieram em número menor e mais protegidas pelo país de origem, como foi o caso dos japoneses.<sup>122</sup> Os italianos abandonavam sua terra natal e praticamente também eram abandonados por ela, uma vez que a emigração era a solução mais fácil para um país com excesso de pessoas desempregadas. A consequência do “transporte” de uma multidão de pessoas para um país distante é que elas criam identificações entre si que não existiam antes. Italianos de regiões diversas eram todos “italianos” no Brasil, fossem eles agricultores ou artesãos. Aqueles que vieram trabalhar na lavoura paulista, nos últimos anos do século passado, não fizeram a escolha porque tinham em comum uma simpatia por São Paulo. Muitas vezes nem sabiam onde esse estado se localizava. O que lhes interessava era o fato de que as passagens eram gratuitas e o emprego era garantido.

<sup>121</sup> PETRONE, *O imigrante e...*, op. cit., p. 72-73.

<sup>122</sup> SANO, Rui Khan. “Japoneses: sonho e pesadelo”, in: *Trabalhadores*, n.3 Campinas, 1989.

Os milhares de italianos que vieram para São Paulo nessa primeira fase da grande imigração, ou seja, até os últimos anos do século XIX, foram os responsáveis pela criação de uma coletividade italiana no estado. Foram eles que, conscientemente ou não, abalaram a mentalidade daqueles fazendeiros que ainda eram escravocratas, apesar das exceções, e as idéias aristocráticas da sociedade local. Foi também esse grupo que lutou por uma abertura no mercado de trabalho nas cidades, através de armazéns e de outros negócios. Enfim, quando a imigração subsidiada foi proibida, em 1902, pela Itália, os italianos que desembarcaram em Santos, pagando suas próprias passagens, já encontraram a paisagem paulista modificada. As mais difíceis conquistas já haviam sido obtidas por seus compatriotas que chegaram antes, e a sociedade local entrava no novo século não tão distante dessa nacionalidade como havia estado nas décadas anteriores.

Tais acontecimentos contribuem para a obscuridade da história dos italianos em São Paulo porque os fatos ocorreram num curto espaço de tempo e as personagens são muitas. Não houve um herói, como havia sido Garibaldi em outra época. Os italianos sentiram-se numa situação semelhante a pessoas que no seu país de origem só tinham em comum pertencerem à mesma nação, pois os costumes, crenças e modo de viver eram diferentes. O resultado foi a solidariedade, necessária à sua etnia, para o estabelecimento num novo país, como assinala A. BORELLI:

“Esses recém-chegados desenraizados criavam novos laços de solidariedade étnicos que permitiram encontrar possibilidades de superar a miséria, através da união em pequenos negócios e diversas atividades, nas quais colocam as experiências adquiridas em seus países de origem, pois a imigração pode soltar o indivíduo em um mundo novo, mas não apaga sua maneira de viver.”<sup>123</sup>

Em poucos anos, os italianos exerciam profissões até então dominadas pelos nacionais, com os quais passavam a dividir o seu cotidiano, não apenas através de seus ofícios, como também através de casamentos entre membros das suas etnias. Paralelamente, o governo italiano não contribuiu para que os italianos se isolassem em colônias, as quais preservassem leis e costumes do país de origem. A herança italiana adquirida pelos italo-

<sup>123</sup> BORELLI, Andréa. “Os italianos no mercado informal - 1890-1930”, in: *D.O. Leitura*, 13(147), agosto/1994, p. 03.

brasileiros foi possível pelos instrumentos que seus ascendentes utilizaram por seus esforços próprios.

Fazendo um balanço da vida dos imigrantes italianos no estado de São Paulo, os italo-brasileiros chegavam à conclusão, passados cinquenta anos do início da grande imigração, de que eles não haviam formado nenhuma colônia neste estado, mas sim uma coletividade. Entendendo colônia como aquela em que o imigrante funda uma aldeia num outro país, mais conserva seus costumes e as leis do país de origem, do qual ainda é dependente, L.V. GIOVANNETTI afirma que a Itália nunca fez um programa orgânico que protegesse os imigrantes, e, portanto, não se pode referir à colônia italiana na América<sup>124</sup>, apesar de terem existido núcleos coloniais, especialmente no sul do Brasil, dominados por famílias italianas.

GIOVANNETTI explica como se formou a coletividade italiana:

“Moltissimi coloni, lasciate le ‘fazendas’ con un piccolo peculio - che specialmente nei primi anni, quando si fecero le grandi nuove piantagioni di caffè era più facile mettere assieme - si satabilirono nei villagi e vi apersero una bottega. Si vide allora la facilità di adattamento dell’italiano a tutti i mestieri. Si verificarono improvvisazioni impensate. Fu un periodo confuso di sforzi disordinati, di rapide fortune e di veloci crolli e anche di grandi dolori. Ma in quella baraonda si formava la collettività italiana e per istinto si dava una unità. In seguito vennero ad aggiungersi a questi, nell’ultimo trentennio, altri emigranti spontanei, che furono i tecnici, gli specializzati, i professionisti: Medici, ingegneri, industriali, commercianti. E trovarono buon campo di azione, perchè il terreno era già stato preparato dai predecessori, che avevano creata un’atmosfera adatta e l’ambiente economico per l’opera dei sopravvenuti. Il merito maggiore va dunque attribuito a quella gran massa anonima di oscuri lavoratori che quasi non lasciò traccia di sé, perchè si trasformò e si disperse e che lavorò e patì le pene dell’esilio. È essa che ha gettato le fondamenta e ha fornito i materiali e i

<sup>124</sup> GIOVANNETTI, L.V. “Conclusioni”, in: SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA, op. cit., p. 227.

mezzi per costruire il magnifico edificio che è oggi la collettività italiana in questo stato".<sup>125</sup>

Na entrada do século XX, os italianos praticamente já haviam firmado sua coletividade no estado paulista.<sup>126</sup> As instituições, apesar de não serem o principal instrumento de preservação da memória do grupo italiano, contribuíram para a existência de sua coletividade e conseqüente união. Em 1912, contavam-se 392 associações italianas no estado paulista e, no final da mesma década, existiam 57 escolas da mesma origem na capital de São Paulo.<sup>127</sup> O papel das entidades de Mútuo Socorro criadas pelos italianos desde a década de 1880 para o fortalecimento da sua coletividade na então província de São Paulo não pode ser desprezado, mas, como já foi observado, essas associações não foram as únicas responsáveis pela preservação da memória dos membros da etnia. Qualquer entidade cobrava uma mensalidade de seus associados, o que dificultava a filiação de grande número de compatriotas e elitizava a fração da coletividade que tinha essa possibilidade. As funções de tais entidades fazem parte da história dos italianos em São Paulo, mas devem estar sempre associadas às diferenças sociais dentro da própria coletividade desse grupo étnico.

Conclui-se que num país estranho, aberto ao trabalho mas não ao desempenho social, e cultural, os italianos foram se unindo, criando vínculos que não existiam no seu país de origem. Embora houvesse associações diversas em todo o estado, não se formou uma divisão em italianos do norte e italianos do sul, como o Fanfulla temia em 1895, no nível de associações. Em São Paulo todos tinham os mesmos objetivos, embora houvesse aqueles que pretendiam permanecer definitivamente aqui e aqueles que pensavam em voltar à Itália.

<sup>125</sup> GIOVANNETTI, op. cit., p. 228. Tradução: "Muitos colonos, que deixaram as "fazendas" com um pequeno pecúlio - que especialmente nos primeiros anos, quando se fizeram as grandes novas plantações de café, era mais fácil juntar - estabilizaram-se nas vilas e abriram uma loja. Vê-se agora a facilidade de adaptação do italiano a todos os ofícios. Verificam-se improvisos impensados. Foi um período confuso de esforços desordenados, de fortunas rápidas e de ruínas velozes e ainda de grandes dores. Mas naquela confusão se formava a coletividade italiana e por instinto se dava uma unidade. Em seguida, vieram juntar-se a esses, no último período de trinta anos, outros imigrantes espontâneos, que foram os técnicos, os especialistas, os profissionais: médicos, engenheiros, industriais, comerciantes. E encontraram bom campo de ação, porque o terreno já estava preparado por seus antecessores, os quais haviam criado uma atmosfera conveniente e um ambiente econômico para a obra dos sucessores.

O mérito maior deve ser atribuído à grande massa anônima de trabalhadores obscuros que quase não deixou vestígios de si, porque se transformou e se dispersou e que trabalhou e sofreu a pena de exílio. É ela que lançou o alicerce e forneceu o material e os meios para construir-se o magnífico edifício que hoje é a coletividade italiana neste estado".

<sup>126</sup> Segundo Talcott PARSONS, "existe coletividade quando o sistema de ação implica solidariedade, quando seus membros consideram certas ações como exigidas no interesse da integridade do próprio sistema e outras como incompatíveis com sua integridade". PARSONS, Talcott. "El sistema social". Madrid, Revista do Occidente, p. 12, citado por Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1987, p. 208.

<sup>127</sup> AGNELLI, Giovanni. "Apresentação", in: CERVO, Amado Luiz. As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília, 1992, p. IX-XIII e SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA, op. cit., p. 219

Mas no momento em que estavam em terras paulistas, a preocupação primordial era preservar a integridade dos italianos para vencer os obstáculos ao seu sucesso, impostos pela sociedade local e, muitas vezes, pela falta de tutela do governo da Itália. Se, em alguns momentos, grupos de uma mesma região de origem se fixaram em bairros específicos, como os napolitanos no Brás, os calabreses no Bexiga e os venezianos no Bom Retiro, como afirmou M.CARELLI, isso não significa que nas questões que envolviam a coletividade italiana como um todo, os seus membros não se unissem para manifestos ou, em alguns casos, para comemorações.<sup>128</sup>

Enfim a complexidade da história dos italianos em São Paulo está, também relacionada à formação de sua coletividade, exatamente no momento de final de século e início do seguinte. O desafio de narrar a história de uma coletividade é mais difícil do que o de contar a vida de alguns heróis. Numa coletividade, as ambições individuais são sufocadas pelo social, mas os italianos perceberam que somente sua união permitiria a consequente vitória. Narrar sua história exige, portanto, que o historiador identifique os meios usados por essa nacionalidade para conservar sua integridade e perceba, por outro lado, quais as necessidades que surgiram, nesse momento, para que vencesse a pressão nacionalista dos paulistas, amedrontados com o crescimento da força e da união de um grupo de estrangeiros em suas próprias terras.

---

<sup>128</sup> ver CARELLI, Mário. Carcamano e comendadores. São Paulo, 1985, p.34.



## **Capítulo 2 . A preferência por solos paulistas**

Os três países da América que mais receberam imigrantes italianos durante a grande imigração foram o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina. Este último país foi a área de maior recepção durante a década de 1870 e a maior parte da de 1880. Desde então, com a abolição de 1888 e a propaganda paulista, o Brasil dominou as correntes imigratórias, mas o decreto Prinetti de 1902, que proibiu a imigração subsidiada de italianos, e a crise do café brasileiro, permitiram que os Estados Unidos se tornassem o principal receptor de italianos, posição que não mais perdeu durante o século XX.<sup>129</sup>

Porém, embora tenha diminuído razoavelmente, a imigração italiana para São Paulo continuou a existir mesmo após a proibição da passagem subsidiada. Entre 1901 e 1905, entraram aproximadamente 40.000 italianos no Brasil, sendo a grande maioria destinada ao estado de São Paulo . No ano seguinte ao decreto Prinetti, de 1902, mais de 9.000 italianos imigraram para São Paulo, e no ano de 1904, o mesmo número desembarcou no porto de Santos.<sup>130</sup> Pareceria uma contradição imaginar que um bom número de italianos ainda preferia imigrar para São Paulo , apesar de pagar pessoalmente sua passagem de navio, a dirigir-se para os Estados Unidos ou para a Argentina. Mas diversos foram os motivos que contribuíram para a continuidade dessa corrente imigratória.

De um lado, H.S.KLEIN acredita que os Estados Unidos ofereciam mais empregos no setor de serviços e na zona urbana, enquanto o Brasil e a Argentina ofereciam mais oportunidades de terras. O autor afirma que, conseqüentemente, era mais fácil poupar dinheiro nos Estados Unidos, onde não havia incentivo pelo investimento local. Nos outros dois países, porém, os italianos se integravam à vida local mais rapidamente, uma vez que investiam suas economias nesses locais.<sup>131</sup> H.S.KLEIN observa, inclusive, que era baixa a taxa de endogamia entre italianos no Brasil, se comparada com os Estados Unidos e a Argentina, o que significa que foi aqui que essa etnia mais se misturou com a sociedade local e com os outros grupos de estrangeiros. Essas observações demonstram que aqueles italianos que tinham por objetivo a imigração definitiva tinham maiores esperanças no estado de São Paulo , onde a economia e a sociedade locais não pareciam colocar obstáculos

<sup>129</sup> ver KLEIN, Herbert S. "A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos", in: *Novos Estudos*, CEBRAP, n.25, outubro de 1989, p.. 96.

<sup>130</sup> MELO, op. cit., apêndice.

<sup>131</sup> KLEIN, op. cit.

a sua permanência no estado, embora nem sempre dessem chances para que se tornassem proprietários.

Até o ano de 1898, a região do Vêneto era responsável pela maior parte da imigração italiana para o Brasil, e a partir desse ano, as regiões meridionais da Itália passaram a enviar maior número de imigrantes do que o norte. O mesmo não ocorreu nos Estados Unidos, onde desde o início da imigração italiana em grande escala, por volta de 1875, as regiões meridionais foram responsáveis pela proveniência dos imigrantes italianos que se dirigiam para esse país.<sup>132</sup> Parte da historiografia, representada especialmente por Z. ALVIM, afirma que os italianos do norte, principalmente do Vêneto, eram, em sua esmagadora maioria, camponeses que imigravam para se fixar na América definitivamente, explicando, a partir desse pressuposto, o motivo de o Brasil, e principalmente o estado de São Paulo, dominar as correntes imigratórias da Itália para a América durante a última década do século XIX.

Entretanto, os relatórios do governo italiano apresentam informações que se contradizem com essa postura de parte da historiografia. Comparando os emigrantes que deixaram o norte e o sul da Itália, os relatórios revelam que os agricultores, pastores e lenhadores eram provenientes do sul, enquanto operários qualificados, os profissionais liberais, os artistas e os comerciantes, provinham do norte do país.<sup>133</sup> O crescimento urbano das cidades paulistas não parece estar diretamente relacionado à origem regional dos italianos que imigraram para este estado, uma vez que tanto a capital como a cidade de Campinas passaram por transformações demográficas desde o início da grande imigração e continuaram nessa tendência durante décadas, atravessando momentos em que a imigração do norte italiano era dominante e outros em que os italianos do sul eram os mais numerosos. Ocorria que após a passagem pelo colonato, o estrangeiro buscava maior conforto nas cidades, onde a diversidade de ofícios e a efervescência do comércio o atraíam ardentemente.

A capital do estado, que em 1890 tinha uma população de 60.934 habitantes, entrava no novo século com 224.654 habitantes. O crescimento populacional nessa década se deveu, acima de tudo, à chegada da grande massa de imigrantes, e não às taxas de natalidade, que seriam as principais responsáveis pelo aumento da população na década seguinte.<sup>134</sup>

<sup>132</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *op. cit.*, Roma, ano V, 1926, p. 151

<sup>133</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *op. cit.*, p. 149.

<sup>134</sup> BAENINGER, *op. cit.*, p. 02; *Encyclopedia e Dictionario Internacional*. Rio de Janeiro/Nova Iorque, s.d., vol. XVIII, p. 10329.

São Paulo se transformava numa metrópole influenciada pelo elemento estrangeiro, especialmente o italiano, o que provocava mudanças de hábitos e reações psicológicas nos nacionais. Alcântara Machado, escritor paulistano que se preocupava com a camada social formada pelos trabalhadores urbanos de origem italiana de São Paulo, demonstrou que a introdução desses elementos na vida local despertou um sentimento nacionalista, como comentou um estudioso de suas obras:

“A integração do imigrante não ocorre, no entanto, sem entre-choques. O narrador submete, ideologicamente, o protagonista à rejeição que se pratica contra o elemento estrangeiro ou contra seus descendentes. Na trama, a demonstração mais abrangente e radical de rejeição é a violência...”<sup>135</sup>

Alguns autores, como M.HALL, acreditam que uma das resistências contra essa rejeição eram as reemigrações, relacionadas, também, à impossibilidade que esse elemento estrangeiro sentia em se tornar um proprietário rural ou urbano.<sup>136</sup> Pelos anuários e boletins publicados pelo governo italiano, parece evidente o fato de as reemigrações serem frequentes em todos os países que haviam recebido imigrantes italianos, o que revela que essa não era uma característica peculiar ao estado paulista. Os mesmos dados demonstram que os reemigrados seguiram a ordem numérica dos países que receberam imigrantes italianos. Isso significa que a maior parte dos repatriados haviam embarcado nos Estados Unidos, país que mais recebeu imigrantes daquela nacionalidade nesse período. Em seguida, vinham a Argentina e o Uruguai, chamados “países do Prata”, e, seguindo o mesmo raciocínio, o Brasil.<sup>137</sup>

Deve-se observar, no entanto, que os relatórios do governo italiano lembram que dados puramente numéricos são, muitas vezes, enganosos. Se forem comparadas as reemigrações com a população italiana residente no país imigratório, o Brasil se situa na frente dos Estados Unidos e da Argentina. Porém, as pesquisas a respeito da relação emigração-reemigração, nos diversos países da América, além de serem muito complexas, começaram a ganhar relevo nos primeiros anos do século, quando a imigração italiana para

<sup>135</sup> PEREZ, Celso Martinz. “Gaetaninho: a visão literária da presença do imigrante italiano em São Paulo”, in: *Tema*, n.18/20. São Paulo, Faculdades Teresa Martin, dezembro/1993, p. 163.

<sup>136</sup> ver ALVIM, op. cit.

<sup>137</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL’EMIGRAZIONE, op. cit., p. 668-672.

São Paulo já estava perdendo o seu espaço para outras nacionalidades. E, mais importante do que isso, quando os italianos não vinham com passagens subsidiadas, não possuindo, portanto, os vínculos com fazendeiros ou com qualquer espécie de empregador, o que os tornavam mais livres em relação ao ato de imigrar.

Os comentários do governo italiano abordam pormenores a respeito da imigração e da repatriação dos italianos em São Paulo, e mesmo no Brasil, muitas vezes não detalhados pelos documentos brasileiros; O governo italiano afirmava, nos seus relatórios, que embora fatores políticos influíssem nas taxas de repatriações - um fator político em São Paulo era a grande intensidade de italianos em relação a outras etnias - os fatores demográficos e a economia do país eram mais determinantes nessas taxas. Os Estados Unidos tinham um índice demográfico mais alto e uma economia industrial mais avançada, o que gerava certa insegurança nos imigrantes. Seguindo esse raciocínio, o governo italiano acreditava que aqueles eram os motivos de as repatriações nos Estados Unidos serem mais freqüentes do que no Brasil, sem dúvida, um país com muitas terras inexploradas e com uma economia essencialmente agrícola.<sup>138</sup>

Os relatórios italianos ainda apontam dados diversos a respeito das repatriações, dados estes que questionam muitas afirmações que já foram feitas em relação ao assunto. O anuário referente a 1876-1925 mostra que as repatriações provenientes dos Estados Unidos tinham um caráter mais definitivo do que aquelas provenientes do Brasil, de onde saíram muitos repatriados temporariamente. Em 1909, por exemplo, de 100 repatriados na Itália, procedentes do Brasil, por volta de 30 estavam em "retorno temporário", havendo aqueles que declaravam-se ainda, em "duração incerta".<sup>139</sup> Pode-se concluir, de todas essas considerações, que não é correta a associação da "reemigração" com o "retorno definitivo ao país de origem", uma vez que aquele italiano que estava vivendo no Brasil, na grande maioria com sua família, poderia ir em viagem à Itália para visitar parentes, para verificar negócios ou mesmo heranças.

Para garantir um retorno à São Paulo sem complicações, devido às restrições que foram sendo incorporadas à legislação imigratória, o italiano, ou qualquer outro estrangeiro, deveria adquirir, na Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, uma autorização de

<sup>138</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *op. cit.*, p. 668-672.

<sup>139</sup> COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *op. cit.*, p. 677.

desembarque. Esses documentos demonstram os mais variados motivos para uma reemigração temporária, como o que se segue:

“Certifico que a senhora D. PALAZZO MARIANNA, de nacionalidade italiana, com mais de 60 anos de idade, viuva, que segue viagem para a Itália, a bordo do vapor italiano PRINCIPESSA MARIA, afim de tratar de negócios de seu interesse, é antiga residente no Brasil, moradora em Boituva, Estado de São Paulo, Brasil, onde tem seus filhos todos maiores, não havendo, por isso, nenhum impedimento por parte desta repartição para o seu desembarque no Porto de Santos quando regressar para o Brasil, uma vez que ella não soffra de molestia contagiosa e exhiba o presente certificado ás autoridades que comparecerem ao acto de seu desembarque”.<sup>140</sup>

Existem diversos certificados similares ao citado, o que demonstra que muitos dos reemigrados possuíam raízes em São Paulo, ao mesmo tempo que tinham que viajar à Itália para resolver negócios pendentes. No entanto, apesar de existirem reemigrações definitivas para a Itália, a procura por São Paulo sempre existiu entre essa etnia. Os fatores negativos da vida dos italianos no estado eram obscurecidos pela propaganda que o governo e os fazendeiros faziam na época. Nos primeiros anos deste século, havia muitos estrangeiros trabalhando na lavoura de São Paulo, mas surgindo qualquer oportunidade, eles abandonavam o serviço de colonos. Num primeiro momento, ainda na última década do século XIX, a solução encontrada pelos interessados no braço europeu foi encrementar, cada vez mais, a vinda de imigrantes. Já no século XX., notava-se que boa parte dos italianos estava preferindo se encaminhar para os Estados Unidos, onde, dizia-se, havia melhores oportunidades de bons salários. A partir de então, tanto fazendeiros como governo partiram para uma propaganda gigantesca, prometendo, aos imigrantes, a possibilidade de se tomarem proprietários rurais num curto espaço de tempo. Em relação à São Paulo, os italianos que pretendiam emigrar tinham uma certeza: não lhes faltaria emprego. A propaganda, financiada pelos fazendeiros locais, fazia promessas tentadoras:

“Qualsiasi famiglia nuova arrivata nello stato di S. Paolo può divenire proprietaria di uno e più

<sup>140</sup> Essa autorização de desembarque faz parte da coleção “documentos pessoais de imigrantes” e está arquivada no Centro Histórico do Imigrante, em São Paulo, caixa 7, MO 7.

lotti di terreno, senza grandi sacrifici e dispendi".<sup>141</sup>

Muitos italianos optaram pela vida em São Paulo devido a essas propagandas. O trabalho como colonos lhes parecia um trampolim para o êxodo para as cidades, ou, em outros casos, para a aquisição de uma propriedade rural. Quando Carlos José Botelho assumiu a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado, em 1904, as propagandas pela fixação dos imigrantes cresceram. Além de criar diversos núcleos coloniais, como Nova Odessa, em Campinas, e Jorge Tibiriçá, em Rio Claro<sup>142</sup>, Carlos Botelho assumiu uma campanha pela reforma agrícola paulista. Dizia ele que a solução para a crise do café seria uma diversificação da agricultura e isso só seria possível através da existência de pequenas propriedades rurais.<sup>143</sup>

A publicação O Imigrante era editada ocasionalmente pelo governo e distribuída, ao que tudo indica, aos estrangeiros que desembarcavam em Santos e àqueles que pretendiam emigrar de qualquer país europeu, sendo traduzida para diversos idiomas, entre outros, o italiano. A sua finalidade era incentivar a ida de imigrantes aos núcleos coloniais. Até 1907, o governo de São Paulo havia criado 22 núcleos, espalhados pelo estado.<sup>144</sup> À primeira vista, esses núcleos pareciam uma maravilha. O Imigrante publicava, em 1908, uma carta de um russo, que se estabelecera em Nova Odessa, a seu primo, nos seguintes termos:

“A vida do colono aqui é mais fácil que na Rússia, pois, quando eu morava em Ufa, tínhamos só 5 mezes no anno para trabalhar e ganhar com que podermos sustentar-nos também nos 7 mezes de inverno, o que não acontece no Brasil... Quanto ao governo d’aqui, elle auxilia muito mais que o nosso na Rússia”.<sup>145</sup>

Além de haver a possibilidade de esta carta ser forjada pelas próprias autoridades responsáveis pela revista, a vida nos núcleos não era tão livre de sofrimentos como estas

<sup>141</sup> O Imigrante, n.1, 1908, p. 04. Tradução: “Qualquer família recém-chegada ao estado de São Paulo pode tornar-se proprietária de um e mais lotes de terra, sem grande esforço ou dispendio”.

<sup>142</sup> O Imigrante, n.1, 1907, p.04.

<sup>143</sup> BOTELHO, Carlos. “Colonização e limitação da plantação cafeeira”, in: Revista Agrícola de S. Paulo, 15-07-1902, p.378-390.

<sup>144</sup> O Imigrante, n.1, 1907, p.04.

<sup>145</sup> O Imigrante, n.1, 1908, p.12-13.

linhas parecem demonstrar. Viver nos núcleos exigia uma virtude nos imigrantes que nem todos possuíam: perseverança. Os núcleos ficavam isolados da vida urbana, uma vez que o governo tinha por objetivo sua transformação em povoados independentes. Mas quase nunca esses núcleos dispunham de toda a infra-estrutura necessária, como principalmente, assistência médica. Eram freqüentes as mortes ocorridas por falta de socorro médico.

Os núcleos coloniais eram mais do que os “viveiros humanos”, como são denominados por alguns historiadores.<sup>146</sup> Eles visavam não apenas a assegurar agrupamentos que fornecessem mão-de-obra nas épocas de colheita, mas serviam de propaganda para os tantos imigrantes que se dirigiam à São Paulo. Talvez os núcleos tivessem tido um real sucesso se o imigrante que se estabeleceu no estado não tivesse atração pela vida urbana. Nos primeiros anos do século XX, os salários dos colonos estavam sendo abalados pela crise do café e, com medo de um êxodo maciço, o governo incentivou a formação de núcleos:

“... do momento em que o salário recua, o braço exótico igualmente recua, e foge. Fugindo o braço adventício, que nenhum apego tem ao solo, ficam desertas as soberbas terras novas, e, no lugar da opulência sonhada, só resta ao fazendeiro o prospecto de pobreza e desolação... Precisamos atender às queixas constantes da imprensa das diversas colonias estrangeiras existentes no nosso Estado. Se queremos realmente que ellas cooperem de modo eficaz para o nosso engrandecimento, devemos começar por satisfazer aos seus justos reclamos. Precisamos fazer de cada naturalizado um patriota brasileiro”.<sup>147</sup>

A questão de “tornar cada naturalizado um patriota brasileiro” está diretamente relacionada à questão da propriedade. O imigrante se considerava um cidadão brasileiro a partir do momento em que adquiria uma propriedade. Os núcleos foram o melhor meio que o governo paulista encontrou para solucionar esse impasse. Nos núcleos, os italianos não se confundiam com os brasileiros como estava ocorrendo nos centros urbanos, e, ao mesmo tempo, sentiam-se avantajados por serem proprietários de um lote de terras. E o orgulho

<sup>146</sup> Ver PETRONE, *O Imigrante e...*, op. cit.

<sup>147</sup> BARRETO, Luiz Pereira. “A colonização”, in: *Revista Agrícola de S. Paulo*, 15-07-1901, p. 263-264.

desses proprietários servia de propaganda para que os estrangeiros preferissem São Paulo a outras localidades que não dessem tais oportunidades.

Mas, se o governo paulista e os fazendeiros financiaram uma propaganda, muitas vezes exagerada e até falsa, torna-se contraditório o fato de a imigração de italianos ter diminuído nos primeiros anos deste século, mesmo porque havia muitas fraudes ao decreto Prinetti, de 1902.<sup>148</sup> Seria, no entanto, ingenuidade considerar essa propaganda totalmente eficiente no seu objetivo, lembrando, principalmente, que nessa época havia um número razoável de repatriados na Itália, provenientes de São Paulo. Mesmo que permanecessem temporariamente naquele país, os repatriados eram uma fonte de informação para aqueles que ainda pensavam em deixar sua terra natal.

Houve, porém, um obstáculo ao sucesso da propaganda paulista - os relatórios de inspetores italianos. Desde 1891, a Itália enviava missionários para verificar a situação de seus compatriotas no estado paulista. Em 1889, Crispi, Primeiro-Ministro italiano, havia decretado uma proibição para a imigração em direção ao Brasil. Dois anos depois, enviava Vincenzo Grossi para o Rio de Janeiro, a fim de assinar com o governo brasileiro um Tratado Comercial e um Acordo sobre a Imigração. No entanto, coincidentemente ou não, quando o representante italiano estava na capital brasileira prestes a concluir os convênios, o novo ministério italiano enviou a notícia da revogação do decreto de Crispi.<sup>149</sup> Os dois países não assinaram nenhum acordo e Vincenzo Grossi retornou à Itália criticando a atitude de seu governo e dando uma imagem negra da situação de seus compatriotas no Brasil.

Alguns anos depois, em 1898, a Itália enviava o Conde Antonelli, ministro italiano no Brasil, ao estado de São Paulo, a fim de verificar a vida de seus compatriotas nesse estado. As impressões do Conde Antonelli melhoraram a imagem da vida dos colonos em terras paulistas:

“... ao contrário do que OUVIRA ANTES, verifiquei que as autoridades brasileiras se põem ao lado dos pobres e desprotegidos estrangeiros, assegurando-lhes justiça contra gente rica e poderosa...”<sup>150</sup>

<sup>148</sup> ver ALVIM, op. cit., p.60-61.

<sup>149</sup> GROSSI, Vincenzo. *Storia della colonizzazione al Brasile e della emigrazione italiana nello stato de S.Paulo*. Roma, 1905, p.512-513.

<sup>150</sup> citado por CARMO, Gomes. “A lavoura brasileira e os colonos italianos”, in: *Revista Agrícola de S.Paulo*, 01-04-1898, p.106-107.



Entretanto, nem sempre foi essa a imagem adquirida pelos italianos, representantes de seu governo, em relação aos seus compatriotas aqui radicados. Em 1902, alguns meses antes do “decreto” Prinetti, Adolfo Rossi, jornalista italiano que visitou São Paulo, afirmava que o estado era uma “imensa hecatombe de italianos”.<sup>151</sup>

As relações estremecidas entre o Brasil e a Itália já vinham de alguns anos. O Brasil demorara a reconhecer a Unificação da Itália em 1870 e esta, por sua vez, só reconheceu a República brasileira após a posse do primeiro presidente.<sup>152</sup> Em 1889, o Brasil havia naturalizado todos os estrangeiros que aqui viviam, o que não foi bem aceito pelo governo italiano.<sup>153</sup> Quando as relações entre os dois países já estavam frágeis, o Brasil, acabou indenizando a Itália com 4.000 contos, em 1896, devido a perdas materiais reclamadas por imigrantes dessa nacionalidade, fato que gerou muita polêmica na época e provocou um movimento nacionalista em São Paulo.<sup>154</sup>

Nunca houve um acordo entre os dois países a respeito da imigração porque ele estaria, necessariamente, envolvido com as relações comerciais e políticas, como ocorreu em 1891. O ministro italiano Prinetti dizia, em 1902, que só reduziria as taxas do café brasileiro no seu país se a situação de seus compatriotas melhorasse. Os relatos não demonstravam a melhora e não foi assinado nenhum contrato comercial entre Brasil e Itália.<sup>155</sup>

Percebe-se que o governo italiano não incentivou a assimilação de seus compatriotas à vida local paulista, mas os imigrantes dessa nacionalidade conquistaram o seu espaço social e cultural nesse estado, mesmo sem auxílio do governo italiano. Em 1905, Vincenzo Grossi, o mesmo missionário italiano que estivera no Brasil na década anterior, analisava a crise do café e da imigração italiana em São Paulo e concluía que o sistema monocultor cafeeiro era o causador da crise, ao mesmo tempo que impedia que o colono italiano se tornasse proprietário. Por outro lado, via outros motivos para a “infelicidade” de imigrantes dessa nacionalidade:

“E pensare che, dopo tutto, se vi sono moralmente e politicamente responsabili di quelle poco liete condizioni economiche e sociali dei nostri coloni, non è soltanto al Governo del Brasile od a quello di S. Paulo che

<sup>151</sup> *Cidade de Campinas*, 14-06-1902.

<sup>152</sup> CERVO, op. cit., p. 29-54

<sup>153</sup> CERVO, op. cit., p. 29-54

<sup>154</sup> Esse Episódio será narrado em outro capítulo.

<sup>155</sup> CERVO, op. cit., p. 29-54

le si debbono imputare, ma anche e forse più alle stesso Governo italiano.”<sup>156</sup>

No final da primeira década do século XX, Vittorio Niccolli, que havia sido enviado a São Paulo com os mesmos objetivos de seus antecessores, ainda defendia um programa de colonização entre os dois países. Considerava, ao mesmo tempo, um pouco melhor a situação de seus compatriotas no estado paulista:

“Acha que a situação geral dos italianos, no Estado de S. Paulo, é boa, e que as condições dos colonos italianos, nas fazendas, tem melhorado nos últimos tempos, graças ao aumento do preço do café, principal fonte de riqueza local”.<sup>157</sup>

Todos os relatos de inspetores italianos - Vincenzo Grossi, Conde Antonelli, Adolfo Rossi e Vittorio Niccolli - apesar de chegarem a conclusões diferentes e até mesmo opostas, revelam que a tutela do governo da Itália em relação a seus emigrantes, em São Paulo, limitava-se a enviar esses missionários e a criar alguns consulados no estado. Se, em alguns momentos, criou decretos e leis que restringiam a imigração para este estado, não foram essas medidas que realmente alteraram essa corrente. São Paulo continuou a ser procurado por italianos, apesar de sofrer concorrências de outros países, principalmente, dos Estado Unidos, o que demonstra que o governo da Itália via na imigração uma contínua alternativa para a solução de problemas internos, não lhe importando o destino de seus emigrantes.

Enfim, verifica-se que os italianos que fizeram a opção por São Paulo foram influenciados pela sua situação econômica - a grande maioria veio com passagens subsidiadas -, pela propaganda paulista - nem sempre verdadeira -, e pela falta de tutela do governo italiano - que somente em 1902 fez um controle, ainda que impotente, sobre a vinda de imigrantes dessa nacionalidade para cá. Observou-se, por outro lado, que as taxas de repatriação - um tanto altas na passagem do século - não significaram, necessariamente, um descontentamento pela situação econômica na qual esses italianos se encontravam, mas estavam relacionadas ao conjunto de fatores característicos da imigração - constantes afluências dos próprios imigrantes, viagens temporárias etc. - embora houvesse aqueles que não conseguiram se estabelecer no estado paulista.

<sup>156</sup> GROSSI, op. cit., p.529. Tradução: “E pensar que, depois de tudo, se apontamos os moralmente e politicamente responsáveis por aquelas pouco alegres condições econômicas e sociais dos nossos colonos, não é apenas o governo do Brasil ou de S. Paulo que devemos imputar, mas também e, talvez mais, o mesmo governo italiano”.

<sup>157</sup> *O Imigrante*, n. 3, 1911, p.18.

**Capítulo 3 - O fluxo de Italianos e sua fixação no estado de São Paulo - o debate na Revista Agrícola de S.Paulo.**

“Da Praça Olavo Bilac até o largo do Paraiso, era aquele esparrame de ostentação. Palacetes rodeados de parques e jardins, construídos, em geral, de acordo com a nacionalidade do proprietário... Os de varanda de altas colunas, que imitavam os ‘palazzos’ romanos antigos, denunciavam - logicamente - moradores italianos...(..).”

Devido a seus cortiços famosos, a Rua Caetano Pinto, no Brás, afastava de suas calçadas moradores de outras ruas. Mal afamada pelas brigas e bafafás diários, tornara-se tabu, habitada sobretudo por italianos do Sul da Itália - calabreses principalmente - vindos à procura de fortuna no Brasil. (...)

O Bexiga, amplo e populoso, era igualmente pitoresco. Seus habitantes, como os da Caetano Pinto, conservavam seus costumes e faziam suas leis”<sup>158</sup>

Essa descrição de Z.GATTAI a respeito da influência do elemento italiano na cidade de São Paulo demonstra que a capital do estado era, desde os últimos anos do século XIX, uma mistura italo-brasileira. A composição étnica de seus habitantes explica claramente a influência: em 1898, a capital paulista possuía 230.000 indivíduos, sendo 140.000 estrangeiros, dos quais mais da metade era de italianos, seguidos pelos portugueses, espanhóis, alemães, e austriacos, em números bem inferiores.<sup>159</sup> A vinda desse contingente nem um pouco desprezível de italianos não pode ser considerada como um fato histórico que se restringiu a uma determinada época. Os italianos estiveram presentes nos solos paulistas desde as décadas anteriores à grande imigração, ou seja, meados do século, XIX, a até nos dias de hoje sua preponderância é visível na vida local, seja através de vocábulos, de hábitos alimentares e mesmo de comportamentos sociais. O paulista incorporou os hábitos e costumes italianos não apenas porque essa etnia tinha similaridades com o elemento nacional, devido às ligações nas raízes latinas entre o italiano e o português, mas devido, também, ao grande fluxo de imigrantes dessa nacionalidade que para cá se dirigiram.

<sup>158</sup> GATTAL, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro, 1984, p.9 e p.85-86.

<sup>159</sup> ver *Revista Agrícola de S.Paulo*, 01-03-1898, p. 94.

D.H.GRAHAM, em seus estudos sobre as correntes imigratórias, afirma que, entre 1895 e 1913, entraram dois milhões de estrangeiros no Brasil, sendo 700.000, mais ou menos, italianos.<sup>160</sup> Esse grande número de italianos que deixou seu país de origem, sem contar com os milhões que se dirigiram aos outros países da América, da Europa e dos outros continentes, está diretamente relacionado à unificação da Itália, em 1870. Esse acontecimento histórico, que uniu num mesmo país regiões com características bem diversas, deixou muitos italianos prejudicados devido às mudanças sociais e econômicas, e incentivou a procura por melhores oportunidades em outros países.

A.TRENTO fornece inúmeras explicações para o descontentamento da grande massa de italianos que deixou o país, entre elas, a diminuição da taxa de mortalidade e a estabilidade da taxa de natalidade, a depressão agrícola dos anos 1880 e conseqüente miséria dos camponeses italianos, a diminuição da procura por mão-de-obra no Império Austro-Hungaro e na Alemanha<sup>161</sup>. Por outro lado, a Revista Agrícola de S.Paulo, analisando os motivos que levavam os imigrantes a abandonarem a sua pátria, concluiu, em 1903:

“Em primeiro lugar, não é a falta de trabalho; cheios estão os periódicos especiaes, os livros, os relatórios officiaes de recriminações sobre o abandono das campanhas.

Muitos: os solteiros, os vizinhos dos grandes centros industriaes e das grandes aglomerações urbanas, emigram para as cidades; outros, para o estrangeiro.(...)

Portanto, todos de commum accordo assignalam a falta de propriedade territorial, em primeira linha; a falta de conforto, ao depois; a falta de interesse nos negocios da COMUNIDADE, enfim”.<sup>162</sup>

A análise da Revista Agrícola de S.Paulo ilumina o motivo de a América exercer uma atração aos tantos imigrantes que para cá se dirigiram: o sonho de conseguir num novo país uma vida melhor para sua família. Esse sonho sempre esteve associado, por sua vez, à propriedade, mesmo que, no princípio, o imigrante acreditasse em acumular poupança no Brasil para adquirir um estabelecimento na sua terra natal. Porém, a Revista Agrícola de

<sup>160</sup> GRAHAM, Douglas, “Migração estrangeira e a questão da oferta da mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro, 1880-1930”, in: Estudos Econômicos, n.3. vol. 1. 1976. p. 33

<sup>161</sup> TRENTO, Do outro lado..., op. cit., p. 31-35.

<sup>162</sup> Revista Agrícola de S.Paulo, 15-05-1903, p. 207-208

S.Paulo nunca desprezou esse sonho dos imigrantes, mas culpava o sistema agrário paulista de não permitir que os trabalhadores agrícolas adquirissem uma propriedade, forçando-os a investir seu pecúlio no retorno à terra natal.

Mesmo possuindo um sistema agrário, considerado defeituoso e nacionalista pela Revista Agrícola de S.Paulo, o estado paulista era o pólo de atração nas correntes imigratórias dirigidas ao Brasil, como já foi exposto. No ano de 1898, São Paulo tinha uma população de 2.000.000 habitantes, dos quais 500.000 eram estrangeiros, a grande maioria formada por italianos.<sup>163</sup> Foram os italianos que formaram o maior grupo entre o contingente de imigrantes estrangeiros que se dirigiram a São Paulo, embora houvesse momentos em que outras nacionalidades dominassem o movimento imigratório para cá. Existe, inclusive, um consenso quase unânime da bibliografia consultada em relação à uma divisão cronológica para a imigração italiana neste estado: 1877-1895, quando ocorreu a imigração italiana em grande escala; 1895-1905, quando se deu o período de transição, durante o qual a imigração italiana, sem deixar de ser numerosa em relação às outras correntes, contudo se enfraquece; 1905-1915, quando o incremento das imigrações portuguesa e espanhola tendia a superar a italiana.<sup>164</sup>

Sabendo que dos 572.414 italianos que imigraram para o Brasil entre 1895 e 1907, mais de 400.000 se dirigiram ao estado paulista<sup>165</sup>, é fácil imaginar que, nesse período, São Paulo sofreu transformações sócio-econômicas como nunca havia conhecido antes. Mesmo que o café tenha contribuído definitivamente para essas transformações, é evidente o fato de que foi o braço europeu que permitiu o rápido desenvolvimento cafeeiro, devido, principalmente, ao grande número de imigrantes que se propunham a trabalhar como colonos, ao mesmo tempo que eles mesmos incentivavam a formação de novos cafezais, os quais lhes permitiam a plantação de cereais entre os pés novos.

Os diversos artigos escritos por fazendeiros na Revista Agrícola de S.Paulo revelam que a imigração assalariada era apontada como a única alternativa para os proprietários que perderam seus escravos e, conseqüentemente, sua preciosa mão-de-obra:

“Porém, feita a abolição do elemento servil, desorganizado o trabalho agrícola, o lavrador teve que recorrer ao trabalhador

<sup>163</sup> Revista Agrícola de S.Paulo, 01-03-1898, p. 94.

<sup>164</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. A imigração e as condições do trabalho em São Paulo, São Paulo, 1915; SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA, op. cit., p. 174.

<sup>165</sup> ver MELO, op. cit., apêndice, e TRENTO, Do outro lado..., op. cit., p. 34.

assalariado, caro e exigente. Aqui ainda mais se acentuou a tendência monocultora de certos gêneros de grande valor mercantil".<sup>166</sup>

O caráter de "exigente" sempre era associado, pela revista, aos colonos estrangeiros devido às reivindicações por bons salários e por culturas intercalares, que lhes permitiam "uma remuneração extra". Ao invés de contestar essas atitudes dos colonos, o que parecia natural a indivíduos provenientes de países considerados "avançados", a revista buscava uma solução para que o fazendeiros não fosse tão pressionado. Segundo o periódico, os geradores do descontentamento tanto dos fazendeiros como dos colonos eram o sistema agrário e a produção agrícola de São Paulo. Ambos precisavam de uma reforma que garantisse a fixação dos imigrantes estrangeiros nos solos paulistas, de acordo com os artigos da mesma revista. O principal contemplado com as mudanças seria o indivíduo italiano:

"Nenhum imigrante deve merecer maiores favores do que o italiano, quando já provou a sua aptidão ao trabalho e adaptação ao clima, apoz dois, três ou quatro annos de permanencia nas nossas fazendas".<sup>167</sup>

A preocupação da Revista Agrícola de S. Paulo em divulgar uma propaganda por reformas no sistema agrário e na produção agrícola estava relacionada ao momento de crise ocasionada pela superprodução de café. A partir de 1898, esse órgão da imprensa foi palco de acirrado debate a respeito da crise cafeeira, entre fazendeiros, políticos e cientistas, inclusive estrangeiros. De um lado, havia os defensores de uma transformação na produção agrícola, ou seja, no encaminhamento para a policultura, pois a monocultura era um mal, como afirmava Gomes Carmo:

"O Brasil com a sua monocultura está como o caipira que só tem uma FATIOTA domingueira, de maneira que qualquer contratempo o põe na impossibilidade de exhibir o seu garbo em público."<sup>168</sup>

Com o mesmo objetivo de descobrir um remédio para a crise do café, Theodoro Sampaio, Germano Vert e sobretudo Carlos Botelho buscavam caminhos diferentes e mais radicais - eles defendiam um sistema de colonização que garantisse ao imigrante um pequeno pedaço de terra para que se fixasse em solos paulistas. Segundo seus artigos, os

<sup>166</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 01-03-1898, p. 71-72.

<sup>167</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 01-03-1898, p. 98.

<sup>168</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 01-02-1898, p. 37.

colonos continuavam exigindo altos salários aos fazendeiros mesmo durante a crise, o que era impossível para os últimos. Ao mesmo tempo, responsabilizavam exatamente os colonos pela crise de superprodução do café, já que apenas com os novos cafezais é que eram possíveis as plantações de cereais, plantações estas que representavam grande parte das economias dos imigrantes:

“O café, para o colono, é a dependência, a servidão. É a barreira hierárquica que o separa do patrão, fonte de justificadas mas desagradáveis impertinências, origem de desharmonias e de conflitos, de desconfianças e de medidas disciplinares e fiscaes.

O milho, ao contrário, é a liberdade, a autonomia, D'elle dispõe o productor como entende, vendendo, permutando, transformando. É a perene lembrança da pátria longínqua e a esperança - muitas vezes fallaz, embora - de revê-la e de melhor gozal-a, a coberto das passadas misérias e a sombra do respeito e da invejada consideração de seus patricios”.<sup>169</sup>

Diversos eram os mecanismos propostos para a superação da crise. Theodoro Sampaio, engenheiro baiano, considerava o imposto territorial a solução mais plausível. Esse novo imposto forçaria os grandes fazendeiros a venderem os pedaços da propriedade que não eram produtivos, ou seja, que não davam lucros. Até então, o imposto pago pelos proprietários era referente à produção, não à terra. Germano Vert, que foi inspetor da região de Campinas, defendia a implantação do sistema de arrendamento dos cafezais, ao mesmo tempo em que os fazendeiros ficariam responsáveis pelo beneficiamento do café. E argumentava sua proposta com uma visão totalmente preconceituosa do trabalho assalariado:

“na impossibilidade absoluta de importarmos ENGAGÉS, para fazerem as vezes de escravos perdidos, devemos procurar os meios de prender os imigrantes ao solo, e acabar com o assalariado que, como o carrapato, incha-se do mais puro sangue da fazenda, para se desprender depois de cheio”.<sup>170</sup>

A idéia de todos estes articulistas que defendiam uma reforma no sistema agrário paulista era a fixação do imigrante ao solo. Carlos Botelho, que acreditava que a produção

<sup>169</sup> RAMOS, Augusto. “Questões agrícolas”, in: *Revista Agrícola de S. Paulo*, 15-01-1902, p. 27.

<sup>170</sup> *Revista Agrícola de S. Paulo*, 15-03-1903, p. 207.

do café poderia continuar se fosse estipulada a limitação de suas plantações, propunha o uso de terras incultas, mas “fáceis de lavar” pelos colonos. E demonstrava a esperança na reviravolta da situação:

“Quizeramos ver a Hospedaria de Immigrantes, que tantas vezes transbordou de contractantes para a lavoura cafeeira, regorgitar agora de vendedores de terras, cujos mappas, seductores pelo xadrez dos lotes, profiem na preferencia á venda, na clareza das condições que não temam a luz do dia”.<sup>171</sup>

Porém Carlos Botelho ia além. Ele propunha que ao pequeno proprietário fosse dado o direito à eleição, à justiça, ou seja, às ambições cívicas.

Em todas as propostas da Revista Agrícola de S. Paulo, a figura do colono estrangeiro era perspicaz, pois ele não era prejudicado pela crise e continuava recebendo “altos salários” e plantando cereais graças aos novos cafezais. O fazendeiro, ao contrário, aparecia como a maior vítima da crise, uma vez que continuava a remunerar satisfatoriamente os colonos, garantindo-lhes novos cafezais, e obtinha menos lucros com o café. Assim, todas as propostas para solucionar-se a crise visavam aos fazendeiros, mesmo que implicassem os colonos. A sua fixação nos solos paulistas era uma garantia para que os fazendeiros tivessem mão-de-obra disponível o ano inteiro, além de evitar que os trabalhadores assalariados fossem se tornando cada vez mais exigentes e mais violentos, como evidenciava um artigo de Augusto Ramos:

“Atrahidos pelas fazendas recém-abertas, os colonos abandonam as velhas lavouras e estas difficilmente conseguem, nas colheitas, principalmente, obter pessoal sufficiente.

Os que não emigraram são, com raras exceções, homens de pouca iniciativa, menos ambiciosos e, por isso mesmo, menos activos e disciplinados. Arvoram-se, até certo ponto, em arbitros da situação o provocam o relaxamento da administração ou os seus excessos e as consequentes reacções e violências”.<sup>172</sup>

Embora Augusto Ramos descreva habilmente a situação das fazendas que dependiam de colonos mais afeiçoados ao ambiente, mais experientes e, consequentemente,

<sup>171</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 15-07-1902., p. 384-385.

<sup>172</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 15-01-1902, p. 28.



mais violentos, poucos anos mais tarde era realizado um recenseamento agrícola que demonstrava um número razoável de italianos que, graças à ambição de que fala Augusto Ramos, conseguiu tornar-se pequeno proprietário rural. Segundo esse documento, em 1906, essa nacionalidade já possuía 5.197 propriedades agrícolas no estado paulista e, em 1911, 23.520 imóveis urbanos estavam em suas mãos:<sup>173</sup>

Relacionado ao fato de serem recenseados mais de 8.000 estabelecimentos rurais nas mãos de estrangeiros no estado paulista então tanto a campanha iniciada pela Revista Agrícola de S.Paulo em 1898 como o mandato de Carlos Botelho como Secretário da Agricultura, durante o governo estadual de Jorge Tibiriçá, entre 1904 e 1908. Carlos Botelho fez uma política incentivadora da colonização em São Paulo, criando diversos núcleos coloniais, estimulando a produção do algodão e de outros produtos e realizando exposições regionais de animais<sup>174</sup>.

Carlos Botelho, que havia percorrido diversos países para conhecer as produções agrícolas locais, além de ter estudado na França, considerava o Brasil obsoleto na sua política agrícola monocultura e na sua legislação de colonização. A Argentina e os Estados Unidos, principalmente, eram frequentemente comparados ao nosso país, em artigos do periódico, mostrando como naqueles dois casos a fixação do imigrante como pequeno proprietário estava relacionada ao desenvolvimento econômico do país.

Numa análise oposta, porém, o norte-americano H.KLEIN, em seus recentes estudos sobre a imigração para a América, afirma:

“...dadas as diferentes oportunidades em terras, comércio e indústria, as possibilidades para aqueles que permaneceram na América eram maiores na Argentina e no Brasil do que nos Estados Unidos. Por isso, os investimentos em terras, lojas, fábricas e educação dos filhos eram vistos como tendo um alto retorno a longo prazo, e como justificando a renúncia ao consumo imediato e à segurança que poderia ser conseguida. Dada a natureza mais fechada do mercado norte-americano, tais sacrifícios não eram tão prontamente justificáveis”.<sup>175</sup>

<sup>173</sup> SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE S.PAULO. “Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de S.Paulo para os anos de 1904-05”, in: Relatório de 1906. S.Paulo, 1907 e “Le proprietá urbane possedute...”, op. cit.

<sup>174</sup> Em 09-07-1905 foi inaugurada a exposição em Campinas, a qual contou com a participação de grande número de criadores do município.

<sup>175</sup> KLEIN, op. cit., p. 102.

Ocorria, porém, que o único levantamento realizado naquele início de século relativo aos estrangeiros como proprietários dizia respeito à área rural. Os debatedores da Revista Agrícola de S. Paulo não analisavam profundamente a atração do imigrante pela vida urbana, pois a sua preocupação era o desenvolvimento agrícola paulista e a crise pela qual passava o café, sendo a colonização um de seus remédios para tal crise.

A colocação de H.KLEIN merece, porém, atenção porque o governo italiano fazia a comparação entre as imigrações para os Estados Unidos e para o Brasil, chegando à conclusão de que no primeiro caso a imigração era menos estável, provocando repatriações definitivas em maior proporção do que no caso brasileiro.<sup>176</sup> Mesmo com os dados que confirmam que 37% dos imigrantes italianos que vieram para São Paulo entre 1870 e 1920 tenham reemigrado<sup>177</sup>, apesar das considerações já apontadas, percebe-se, pela diversidade de documentos e relatos consultados, que, nos primeiros anos deste século, os italianos eram um grupo forte numérica e socialmente no estado paulista. Vincenzo Grossi afirmava que em 1905 viviam de 700.000 a 800.000 italianos em São Paulo, enquanto, em 1912, já existiam, neste estado, 392 associações italianas.<sup>178</sup>

No capítulo referente à revisão bibliográfica, já foi discutida a polêmica questão da ascensão social do imigrante. Embora parte da historiografia afirme que a posse de um pequeno estabelecimento não significasse a ascensão social, os relatos indicam que uma pequena propriedade, seja urbana ou rural, dava segurança ao italiano que decidira vir morar em São Paulo em busca de uma vida melhor. Se forem comparados os dados referentes a propriedades de italianos nas duas áreas - urbana e rural - será verificado um número maior no primeiro caso. Mais uma vez, vale ressaltar que isso não significa que o colonato não permitia um acúmulo de poupança para esses italianos. O que ocorria era que eles faziam a opção de ir viver nas cidades, onde havia maior assistência médica, mais escolas, maior conforto.

Os artigos da Revista Agrícola de S. Paulo não se dedicavam, no princípio, ao problema do êxodo para as cidades porque acreditavam que os altos salários do colonato geravam um pecúlio que permitia aos imigrantes investi-lo ou na pátria natal ou em outros países que possuíam um sistema de colonização desenvolvido:

<sup>176</sup> ver COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, op. cit., p. 677-678.

<sup>177</sup> ALVIM, op. cit., p. 120-125.

<sup>178</sup> AGNELLI, op. cit., p. IX-XIII e GROSSI, op. cit., p.466.

“Oferecemos as afinidades de raça, oferecemos as facilidades da língua, dos costumes, do clima, oferecemos passagem gratuita... Tudo em vão! Viram-nos as costas e vão fundir-se na raça anglo-saxônica!”<sup>179</sup>

Com a mesma crença na alta remuneração do colonato, Carlos Botelho mostrava o outro destino da poupança adquirida pelos colonos estrangeiros:

“...para tanto sujeitam sua excepcional robustez meridional a todos os perigos da lavoura cafeeira. Não lhes falta, entretanto, ambição de serem proprietários, pois na sua pátria, cujas terras são áridas e exigem grandes labores, é nellas que applicam os capitaes colhidos na América”.<sup>180</sup>

Apesar da preocupação constante dos fazendeiros e políticos que se ocupavam da questão de um sistema de colonização em São Paulo, os italianos conseguiram atravessar a crise de superprodução do café com certa vantagem. Nem todos aplicaram o seu capital em outras terras, como afirmava a Revista Agrícola de S.Paulo, assim como boa parcela não conseguiu acumular uma poupança suficiente para tornar-se proprietária. O frequente argumento de que o fazendeiro gastava muito dinheiro com os altos salários dos colonos representava mais uma auto-defesa da classe dos proprietários rurais do que a pura realidade. Entretanto, houve um contingente de italianos que conseguiu vencer os diversos obstáculos impostos e formar uma classe de proprietários rurais. Em 1906, os italianos possuíam 5.197 estabelecimentos dessa espécie no estado, e, apenas quatro anos depois, esse número já chegava a 6.500.<sup>181</sup> Por outro lado, A.TRENTO, baseando-se em fontes da época, relacionou o número de propriedades rurais em alguns municípios paulistas, pertencentes a italianos, no ano de 1911, e concluiu que, em média, esses italianos viviam em São Paulo há mais de 20 anos. Essa observação de A. TRENTO leva-nos a crer no fato de que, após alguns anos no colonato, esses italianos tenham conseguido obter os estabelecimentos rurais especialmente na época da crise cafeeira, que pode ser inserida entre 1896 e 1906, quando a propaganda pela fixação do imigrante ganhou espaço na imprensa.

<sup>179</sup> Trecho do discurso pronunciado na sessão da Diretoria da Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, in: Revista Agrícola de S.Paulo, 15-05-1904, p.215.

<sup>180</sup> Revista Agrícola de S.Paulo, 15-07-1902, p. 381.

<sup>181</sup> TRENTO, Do outro lado..., p. 119.

Entre os italianos que permaneceram na área rural, houve aqueles que se transformaram em grandes fazendeiros, como os Lunardelli, “reis do café”, e os Morganti, “reis do açúcar”. Por outro lado, houve aqueles que continuaram na situação de pequenos proprietários, grupo este que foi se difundindo nas primeiras décadas do século XX, como atestam os recenseamentos de 1906 e de 1920. Neste último ano, a maior parte das propriedades rurais pertencentes a estrangeiros tinha uma extensão menor a 40 hectares.

De certo modo, a história seguiu o curso proposto pela Revista Agrícola de S.Paulo, ou seja, houve a difusão da pequena propriedade como complemento dos grandes estabelecimentos rurais que, embora já sofressem crises desde o início do século, continuaram a ocupar grandes extensões de terra. Porém, houve, ao mesmo tempo, a opção em viver nos centros urbanos por parte dos estrangeiros, principalmente dos italianos.

A maior parte dos italianos que imigrou para São Paulo estabeleceu-se nos centros urbanos. Na década de 30 deste século, a “Società Editrice Italiana”, de São Paulo, referia-se a 100.000 italianos que viviam nas fazendas paulistas, número este baixo se comparado com as correntes imigratórias dessa nacionalidade até aquela época.<sup>182</sup> Por outro lado, as propriedades urbanas nas mãos de italianos, além de serem mais numerosas, cresceram numericamente na primeira década do século XX, superando qualquer nacionalidade entre os estrangeiros.

Diversos fatores influenciavam a opção de o italiano ir viver na cidade, desde uma maior proximidade de assistência médica e de escolas, até a preservação da família num mesmo local. Em geral, os filhos da primeira geração queriam deixar de viver como colonos, ou mesmo como sitiantes, para irem trabalhar em empregos urbanos. Nesse momento, a família optava por investir na cidade, onde todos poderiam continuar vivendo juntos. A família tinha um importante valor para os italianos, valor este que foi transportado com eles de seu país de origem.

Um único momento no qual A Revista Agrícola de S.Paulo se referiu à questão da atração que o imigrante estrangeiro tinha pela cidade foi aquele em que se discutia a deficiência do ensino agrícola em São Paulo. Os artigos que trataram do assunto criticavam o preconceito que existia na população paulista pelo trabalho agrícola, preconceito este herdado da época da escravidão, quando esta espécie de serviço só era exercida por

---

<sup>182</sup> SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA, op. cit., p. 175.

“negros”. O resultado era o desinteresse geral pelas escolas agrícolas que passavam por crises devido à falta de alunos:

“Já não se trata somente dos brasileiros que são irresistivelmente atraídos pelo bacharelismo, ou pela burocracia. Trata-se também dos descendentes dos colonos estrangeiros que naturalmente são tentados a seguir o mesmo caminho, abandonando os campos. Se é uma calamidade que tal continue a acontecer com os primeiros, maior ainda será se acontecer com os segundos, importados a custa de muito dinheiro, com o fim de incrementar a riqueza agrícola”<sup>183</sup>.

Essa tendência prevista pelo periódico realmente ocorreu, uma vez que grande parte dos filhos dos colonos deixou o campo, nem sempre em busca do “bacharelismo”, mas, muitas vezes, para se tornarem meros operários de fábricas.

Apesar de haver diferenças no comportamento dos italianos que se estabeleceram na área urbana em relação àqueles que se estabeleceram na área rural, ambos tinham uma característica comum e peculiar: possuíam, na grande maioria, médias propriedades, não vivendo nem uma vida miserável e nem uma vida grandiosa. No início do século XX, apesar de os italianos possuírem cerca de 9% das propriedades rurais do estado, sua extensão média era de 36,95% alqueires<sup>184</sup>, bem abaixo da média de estabelecimentos nas mãos de brasileiros e outros grupos de estrangeiros. Mais uma vez, pode-se retornar às palavras de H.KLEIN e verificar que esse autor se referia à “segurança” do italiano, através do investimento de seu pecúlio numa pequena propriedade, seja rural ou urbana. A mesma conclusão chegava a revista Italia e Brasile, quando fazia a análise das estatísticas de propriedades urbanas em 1911:

“... nella grandissima maggioranza, no é há fortuna, nel senso che si dá alla parola, che sarebbe stata raggiunta, ma il benessere, una relativa agiatezza, che é la suprema aspirazione dell'onesto lavoratore italiano che emigra: perchè la casa, l'officina sono il benessere e l'agiatezza per un uomo, per una famiglia che vive del lavoro, com'è il benessere il reddito che

<sup>183</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 15-08-1905, p. 375.

<sup>184</sup> SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE S. PAULO. “Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo para os anos de 1904-1905”, op. cit.

nella tarda età assicura la tranquillità del vivere a chi lavorá per tutta la vita".<sup>185</sup>

Entretanto, acreditar na falta de ambição dos italianos seria uma conclusão preconceituosa, próxima ao argumento de certa apatia por parte desse grupo étnico. Duas questões estão relacionadas ao valor médio das propriedades nas mãos de italianos. A primeira diz respeito à poupança acumulada por esses trabalhadores tanto no colonato como em serviços urbanos. Fora do debate entre fazendeiros e políticos da Revista Agrícola de S. Paulo, que se referiam aos altos salários dos colonos porque não estavam acostumados a dividir seus lucros com trabalhadores e sim a depender dos escravos, a realidade dos imigrantes era outra. Os relatos e as memórias de ex-colonos narram a luta dos trabalhadores rurais por plantações de cereais que acumulassem algum pecúlio, já que os salários não cobriam nem os gastos. A própria historiografia, tanto otimista como pessimista, adverte para o fato de que as lamentações dos fazendeiros eram falsas, uma vez que os salários do colonato não permitiam grandes fortunas.<sup>186</sup>

Desse modo, o colonato possibilitou, em diversos casos, a aquisição de uma propriedade, mas dentro de um padrão médio. O mesmo ocorria com os italianos que viviam nas cidades, os quais também não recebiam altos salários, pois a oferta de mão-de-obra estava num momento de ascensão e, além disso, esses trabalhadores tinham muitos gastos, como aluguéis, principalmente.

A segunda questão relacionada ao valor médio das propriedades nas mãos de italianos está vinculada à oferta de venda. Mesmo com a crise do café, os latifúndios ainda dominavam o mercado agrário paulista, embora a Revista Agrícola de S. Paulo anunciasse o processo de retalhamento de alguns desses estabelecimentos. Porém, esse retalhamento oferecia aos italianos propriedades de dimensões pequenas, enquanto os núcleos coloniais, promovidos pelo governo, também eram formados por lotes pequenos. Em relação às propriedades urbanas, o processo de urbanização característico daquela época abria possibilidades diversas de serviços urbanos, mas principalmente, incentivava o pequeno comércio, uma vez que o aumento da população gerava um crescimento no consumo.

<sup>185</sup> "Le proprietá urbane...", op. cit., p. 192. Tradução: ... na grandíssima maioria, não é a fortuna, no sentido que se dá à palavra que se teria obtido, mas o bem-estar, uma relativa riqueza, que é a aspiração suprema do trabalhador italiano honesto que emigra: porque a casa, a oficina são o bem estar e a riqueza para um homem, para uma família que vive do trabalho, como é o bem estar a renda que na idade avançada assegura a tranqüilidade de viver a quem trabalhou por toda a vida".

<sup>186</sup> Ver levantamento bibliográfico, em capítulo anterior.

Conseqüentemente, os italianos que queriam se estabelecer nos centros urbanos e que, em sua maioria, possuíam pequena poupança, abriam um armazém ou algo do gênero. Enfim, conclui-se que além da pequena dimensão da poupança desses italianos, os ambientes rural e urbano contribuíram para que seus estabelecimentos fossem de porte médio.

Alcântara Machado demonstrava, em seu conto "Gaetaninho", que o imigrante italiano se sentia frustrado pela impossibilidade de se enriquecer. Para Gaetaninho, personagem que representa os italianos humildes que viviam em São Paulo nos primeiros anos deste século, uma maneira de se sentir superior à sua condição social era acompanhar um enterro dentro de um carro. O seu sonho foi realizado, mas através de um desfecho trágico - a sua própria morte:

"Existe uma distância, muitas vezes intransponível, entre a integração e a ascensão. Para o inconsciente de Gaetaninho, a integração, tão somente, não satisfaz. Ele deseja, mais do que tudo, a ascensão. Esta se torna, contudo, uma oportunidade que lhe é subtraída. A morte, forma cruel de ceifar suas aspirações, se interpõe ao seu destino".<sup>187</sup>

Essas palavras confirmam a tese da integração-ascensão social já exposta: o ambiente da época não facilitava a ascensão social ao imigrante italiano, mas permitia que ele se estabelecesse no estado paulista como pequeno proprietário, o que lhe dava a chance de sua integração à sociedade local. Isso não significava, todavia, que os italianos não cogitassem o enriquecimento material e a projeção social. São exatamente esses objetivos que irão criar uma relação de hostilidades entre esse grupo e os nacionais.

Em geral, os italianos que adquiriram um propriedade rural haviam trabalhado como colonos e, afeiçoados ao serviço agrícola, muitas vezes desde a Itália, consideravam mais conveniente investir sua poupança naquilo que conheciam bem ao invés de se aventurar na cidade. Esses italianos que permaneceram no campo como proprietários levavam uma vida mais exigente no trabalho, mas, por outro lado, mais tranqüila no setor social. Enquanto os italianos da cidade se associavam a diversas instituições, participavam de manifestações e de comícios, recebiam mais informações através de imprensa, os italianos que haviam se estabelecido como proprietários rurais estavam mais distantes dessa turbulência. As pequenas propriedades rurais possíveis de serem obtidas com a poupança do colonato nem

---

<sup>187</sup> PEREZ, op. cit., p. 164.

sempre eram bem localizadas, o que acabava afastando seu comprador italiano dos centros urbanos maiores. Antônio Gomes Carmo, editor da Revista Agrícola de S.Paulo, narra sua visita ao sítio de uma família de italianos que haviam trabalhado como colonos na fazenda Saltinho, de Santos Werneck, na região de Piracicaba, demonstrando o distanciamento em que se encontravam dos problemas econômicos e sociais das cidades:

“Os Marchetti (...) vieram para a fazenda do Saltinho em 1888 e ali estiveram como colonos até 1895. São seis os Marchetti: pai, mãe, três rapazes e uma moça.

Durante os sete anos de permanência na fazenda, a família Marchetti conseguiu economizar 12 contos.

Dispondo d’esta quantia resolveram estabelecer-se como proprietários, mas havia grande dificuldade de encontrar terreno à venda; todavia, depois de muito procurar, puderam comprar uma parte em uma fazenda de muitos herdeiros (...)

No correr da conversação disse eu àquella boa gente:

Com certeza não conhecem o cambio e a carestia reinante?

Sem compreheder-me bem, mas querendo dar-me uma resposta, um dos Marchetti affirmou que não conheciam, pois quasi nunca iam à cidade.

Feliz gente que não sabe o que sejam cambio e carestia”.<sup>188</sup>

E, concluindo, após sua visita à este sítio de apenas 30 alqueires, afirmou:

“De caminho para a casa vinha eu a pensar nos terríveis efeitos da maldita monocultura e comecei a estabelecer paralelo entre os ex-colonos (a polycultura) e um rico fazendeiro de café (a monocultura).

Em casa d’aquelle a abundancia, a independencia absoluta, a ignorancia completa do que sejam cambio e carestia; na fazenda d’este a falta do mais essencial á existencia: o alimento, a incerteza, a continua preocupação do câmbio e dos preços do gêneros. Vinha eu a refletir sobre o que acabara de presenciar,

<sup>188</sup> Revista Agrícola de S.Paulo, 01-04-1898, p. 113-115.



pasmo por ver que ainda há na terra de Santa Cruz quem desconheça o cambio".<sup>189</sup>

Por outro lado, os italianos que viviam nas cidades sentiam-se mais fortes socialmente, uma vez que podiam se reunir entre si no momento que desejassem. Em relação ao campo, porém, deve-se lembrar ainda que o agrupamento de italianos era possível, mas isso ocorria em maior frequência nas grandes fazendas, onde trabalhavam como colonos. Nas cidades, por outro lado, italianos de serviços diversos e em situações econômicas diferentes frequentavam as mesmas manifestações pela sua integridade. Eles se uniam para mostrar solidariedade a compatriotas, embora em algumas ocasiões se sucedesse o oposto, ou seja, eles discutissem rivalidades.

O fato mais marcante do fortalecimento dos italianos na capital do estado, e que significou o início de uma consciência de suas próprias forças, ocorreu em agosto de 1896. Desde 1894, o governo brasileiro "empilhava" reclamações feitas por italianos devido a perdas materiais, pedindo indenização ao governo brasileiro, pois eles viviam neste país. Os chamados "protocolos" desses italianos eram de naturezas diversas, desde casos de expulsão até casos de dúvida a respeito de nacionalidade. No dia 09 de agosto de 1896, os brasileiros fizeram o primeiro comício, na Capital de S. Paulo, pedindo que o governo não indenizasse aqueles italianos. Duas semanas depois, a Câmara rejeitava os protocolos e os paulistanos saíam às ruas festejando sua atitude.<sup>190</sup>

O que não era esperado nesses festejos era a reação violenta dos italianos que viviam na capital, os quais tiveram a adesão do cônsul italiano, Conde de Brichanteau. Os resultados dessa troca de agressão foram cem feridos e um português morto, cuja morte teria sido provocada, segundo a imprensa nacional, por um grupo de italianos. No dia seguinte ao enfrentamento, cerca de 3.000 brasileiros faziam passeatas pelas ruas da capital, mas sentiam-se ameaçados pelos italianos, que chegaram a se apossar de armas. Por outro lado, a Itália enviava, ao Rio de Janeiro, alguns navios de guerra, a fim de atacar a capital brasileira.<sup>191</sup>

Após dias de conflito, a Itália conseguiu que o Brasil lhe pagasse o valor de 4.000 contos para indenizar os italianos reclamantes, sendo que até 1899, porém, o governo italiano só havia distribuído 2.400 contos entre eles. Esses fatos mostram que a Itália se

<sup>189</sup> *Revista Agrícola de S. Paulo*, 01-04-1898, p. 114-115.

<sup>190</sup> *Diário de Campinas*, 18-08-1896, 25-08-1896, 26-08-1896, 27-08-1896.

<sup>191</sup> *Diário de Campinas*, 30-08-1896.

preocupava mais com as discussões diplomáticas do que com a real situação dos italianos no Brasil. Mas o que é mais digno de ser ressaltado nesses acontecimentos de 1896 é o fato da tomada de consciência dos italianos urbanos como um grupo forte numérica e socialmente. Até então, as manifestações desse grupo haviam sido esparsas e, em geral, não tinham obtido a adesão de autoridades governamentais, como um cônsul. Desde então, os nacionalistas passaram a se preocupar com a concentração de uma mesma etnia numa só região, no caso, o estado de São Paulo.

O preconceito pelo italiano passou a ser visível entre os nacionais. O elemento estrangeiro era uma “benção divina” enquanto não alterasse a vida social dos paulistas, enquanto permanecesse na sua situação de “estrangeiro”. A partir do momento que ele demonstra força social como uma coletividade, força esta capaz de enfrentar a sociedade local, ele deixa de ser uma “benção” e passa a ser uma ameaça:

“Vi era un urto di criteri, idee e aspirazioni. Il colono italiano veniva da un paese dove il problema sociale predominava nella vita pubblica. Erano quelli gli anni in cui il socialismo accendeva in Italia passioni e gettava le basi di quel miglioramento delle classi lavoratrici, della loro evoluzione e della loro partecipazione alla vita pubblica...”<sup>192</sup>

O temor pela concentração de estrangeiros de uma mesma etnia num só local - os italianos em São Paulo - tornou-se evidente no momento em que a coletividade italiana passou a demonstrar sua força e sua capacidade de resistência. O governo procurava tomar medidas para impedir que qualquer coletividade estrangeira se fortalecesse, como se percebe num aviso que Carlos Botelho, como Secretário da Agricultura, enviava ao seu diretor e às empresas de navegação, em 1905:

“Pela relação, que tenho em mãos, dos imigrantes chamados de acôrdo com o decreto nº 1247, de 19 de outubro de 1904, observa-se que são todos elles de uma só nacionalidade (...) cabe-me communicar-vos que os bilhetes de chamada emitidos por esta Secretaria, de acôrdo com o mencionado decreto, podem ser utilizados com a mesma liberdade por

<sup>192</sup> SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA, op. cit., p. 175. Tradução: “Era um choque de critérios, idéias e aspirações. O colono italiano vinha de um país onde o problema social predominava na vida pública. Eram os anos nos quais o socialismo ascendia na Itália apaixonadamente e lançava as bases do melhoramento da classe trabalhadora, de sua evolução e de sua participação na vida pública...”

immigrantes de quaesquer nacionalidades europeas, uma vez que os immigrants, chegando, entreguem-se aos trabalhos ruraes.(...)”.<sup>193</sup>

Artigos que tinham como pano de fundo a vontade de frear a organização e o dominio dos italianos no estado paulista surgiam na Revista Agricola de S.Paulo como defensores do elemento nacional, bem antes do fortalecimento das idéias nacionalistas da década de 1920, nos primeiros anos do século:

“Abandonar 20 milhões de habitantes, para esperar que venham do continente europeu, ou do Japão, os auxiliares para a nova lavoura, não parece muito acertado. Venham todos colaborar connosco, mas aproveitemos a louça da casa”.<sup>194</sup>

Em outro artigo, o mesmo autor, o fazendeiro carioca Pedro Gordilho Paes Leme, argumentava a sua preferência pelo elemento nacional:

“Para realizar esse preparo temos nós o precioso elemento nacional, completamente esquecido, sem educação nem corretivos.

É uma população respeitável em numero, sobria, docil e de facil direcção. Se tivermos forças dirigentes, conhecedoras do que vale a mechanica agricola, se a bondade e a energia debellarem a vadiagem, um dos maiores cancos que nos devoram, conseguiremos transformar a nossa lavoura, augmentar a riqueza e, conseqüentemente, proporcionar o bem estar á grande massa de brasileiros que vegeta miseravelmente desde o norte até o sul”.<sup>195</sup>

Essas palavras de Pedro Gordilho Paes Leme revelam uma descrença pelo trabalhador estrangeiro assalariado. A Sociedade Paulista de Agricultura, Commercio e Industria chegava a pedir, em 1904, as opiniões de italianos com posições elevadas no estado paulista para explicarem o porquê de a Itália decretar em 1902 a proibição da imigração subsidiada para São Paulo e o porquê da preferência dessa etnia pelos Estados Unidos. Na verdade, os fazendeiros e os políticos percebiam que estavam vivendo uma nova era, muito diferente da

<sup>193</sup> Boletim de Agricultura, 6ª série, n. 8, agosto/1905, p. 351-352.

<sup>194</sup> Revista Agricola de S.Paulo, 15-07-1905, p. 286.

<sup>195</sup> Revista Agricola de S.Paulo, 15-06-1904, p. 219

escravidão, pois agora o italiano tinha a força de reivindicações por bons salários, por culturas de cereais, tinha a opção em escolher seu local de destino e tinha , ainda, uma relação afetiva com o país natal.

Enfim , os italianos tiveram que modificar a mentalidade, além dos hábitos e costumes, da sociedade paulista para neste estado reconstruírem suas vidas. Criaram vínculos entre si, os quais muitas vezes não existiam na Itália pós-unificada, e usaram da violência e da assimilação para garantirem seu estabelecimento em São Paulo . E conseguiram. Em poucos anos, os paulistas comiam macarronada aos domingos e diziam “ciao” nas despedidas.

## TERCEIRA PARTE - A COMUNIDADE ITALIANA EM CAMPINAS

### Capítulo 1 - A região de Campinas na virada do século - a grande imigração

“Subimos á sala de recepção, onde fomos apresentados á esposa do barão e a suas galantes filhas, cuja tez clara e rosada apresentava um curioso contraste com o rosto crestado e coberto de suor das mulheres italianas que acabamos de ver”. (Impressões dos suíços que visitaram Campinas, em 1897, em sua passagem pela fazenda Santa Genebra, de Barão Geraldo de Rezende. Cidade de Campinas, 03-07-1897).

Quando a plantação de café nem era conhecida pelos moradores do interior da província de São Paulo, já havia fazendeiros que faziam experiências com as sementes dessa rubiácea, por mera curiosidade, na região de Campinas. O *Almanaque* do município, de 1908, refere-se a Raymundo Álvares de Santos Prado como o pioneiro desse tipo de plantação, na região de Jundiá, à qual pertencia Campinas, ainda nos últimos anos do século XVIII.<sup>196</sup> Com uma confluência de fatores naturais favoráveis ao café, o município de Campinas apresentou um clima e solo muito propícios, levando, no decorrer do século XIX, à ultrapassagem em extensão e em lucros das culturas de cana-de-açúcar que até então dominavam as fazendas da região.

Campinas passou por profundas transformações econômicas e populacionais devido à expansão das plantações de café. Do pequeno povoado surgido no meio de uma enorme mata como pousada para os viajantes que se dirigiam à Goiás, à Mato Grosso e à Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, transformou-se, respectivamente, em freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso (1773), em Vila de São Carlos (1797) e em cidade de Campinas (1842), ganhando prestígio por todo o país.<sup>197</sup>

Na metade do século XIX, o município já possuía mais fazendeiros de café do que senhores do engenho. Porém, todas essas transformações por que passava Campinas se limitavam à alteração do produto cultivado nas propriedades agrícolas. Os senhores do

<sup>196</sup> *Almanaque de Campinas*, 1908, p.35.

<sup>197</sup> Ver, entre outros, *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, IBGE, 1952; PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969.

engenho se transformavam em “barões do café” e seus estabelecimentos rurais eram herdados por descendentes. Até aquele momento a entrada de imigrantes estrangeiros era muito restrita na região, exceto alguns casos de fazendeiros que se aventuravam a contratar assalariados ou parceiros.

Embora tenham existido fazendeiros campineiros que se tornaram conhecidos por seu pioneirismo na introdução de imigrantes europeus, os italianos passaram a imigrar para esse município apenas a partir da década de 1870.<sup>198</sup> Antes disso, na metade do século XIX, Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, experimentara o braço alemão em sua propriedade Sete Quedas, em Campinas, porém, enfrentou diversas rebeliões por parte dos colonos, devido às más situações de vida e de trabalho. A respeito desses contratemplos, o Visconde incriminava os Agentes Consulares, os quais contribuíam para tais rebeliões:

“Esses Cônsules, porém, sempre prevaleceram-se da oportunidade que, assim, tinham para inspirarem sugestões de rebeldia não só aos contratos, como às leis brasileiras”.<sup>199</sup>

Esse documento foi escrito no final da década de 1870, quando a escravidão não havia ainda sido abolida. No entanto, nem todos os fazendeiros da região compartilhavam as idéias do Visconde nesse momento, fato que iria se modificar completamente na década seguinte. De acordo com alguns autores, na década de 1880 houve diversas fugas e rebeliões de escravos, o que levou os fazendeiros de Campinas a pedirem providências à Câmara contra esse atos.<sup>200</sup> Mas, por outro lado, a abolição de 1888 não marcou o início da etapa da grande imigração para Campinas. Entre 1860 e 1870, haviam entrado 9.000 trabalhadores livres no município, embora nesse total estejam incluídos os nacionais.<sup>201</sup> O Código de Posturas da Câmara Municipal referia-se a “colonos” já em 1864, quando tratava da conservação de caminhos particulares:

“Para este serviço concorrerão os interessados na seguinte proporção: os fazendeiros com dous terços e seus trabalhadores do sexo masculino e maiores de 12 annos, e os que trabalharem por sua mãos,

<sup>198</sup> PUPO, op. cit., p.150.

<sup>199</sup> INDAIATUBA, Visconde (de). “Introdução do trabalho livre em Campinas”, in: *Monografia Histórica...*, op. cit., p.247.

<sup>200</sup> BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República. Das origens até 1889*. São Paulo, Ed. L. B., 1962, p.377.

<sup>201</sup> BAENINGER, op. cit., p.27.

quer em lavoura própria, quer como colonos deverão concorrer por si, todos os homens maiores de 14 anos".<sup>202</sup>

Nos anos anteriores à Abolição, ou seja, entre 1882 e 1886, saíram 2.544 imigrantes da Hospedaria de São Paulo em direção à Campinas, lembrando-se, ainda, de que havia os espontâneos, os quais não passavam pela Hospedaria.<sup>203</sup> Desses 2.544 imigrantes, 1.928, ou seja, 76% eram italianos.<sup>204</sup>

Todos esses dados mostram que o braço europeu já era utilizado no município de Campinas antes de 1888. Grandes proprietários rurais, como Hercules Florence, buscavam no europeu a mão-de-obra necessária para o café. É evidente o fato de que, na última década do século XIX, a corrente imigratória para Campinas aumentou, mas isso não significa que, após a extinção do trabalho escravo, os fazendeiros da região tenham saído à procura de um novo sistema de trabalho. Em 1886, a população escrava de Campinas representava apenas 24% da população total, porcentagem baixa se comparada com a estimativa de 57,7% em 1854.<sup>205</sup> Antes mesmo da Abolição, grande parte das propriedades rurais de Campinas empregava o trabalhador imigrante.

A imigração para Campinas contribuiu muito para o crescimento de sua população. Se, em 1886, o município possuía um total de 41.253 habitantes, menos de duas décadas depois, em 1900, sua população era formada por 67.694 indivíduos.<sup>206</sup> Embora a população campineira continuasse a crescer no início do século XX, chegando em 1918 a mais de 100 mil habitantes, R. BAENINGER demonstra, através de dados estatísticos, que a taxa de crescimento populacional do município era bem menor do que as médias estadual e interiorana.<sup>207</sup> Esses dados refletem o processo de urbanização acentuado da capital do estado neste período, a qual oferecia uma diversidade de empregos urbanos, ao mesmo tempo em que demonstram que a abertura de novas áreas cafeeicultoras desde o final do século XIX desviava muitos imigrantes de seu destino inicial, ou seja, de regiões consideradas "velhas" para o café, como Campinas, enquanto essa abertura atraía fazendeiros campineiros que se aventuravam em terras mais valiosas.

<sup>202</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Código de Posturas de 1864, artigo 25. Grifo nosso.

<sup>203</sup> BAENINGER, op. cit., p.33.

<sup>204</sup> BAENINGER, op. cit., p.33.

<sup>205</sup> BAENINGER, op. cit., p.21-22.

<sup>206</sup> BAENINGER, op. cit., p.20 e p.38.

<sup>207</sup> BAENINGER, op. cit., p.39.

A tarefa de estabelecer a linha imigratória para o município de Campinas, desde o final do século passado até a primeira década deste século, é um tanto complicada. A única fonte que fornece dados a respeito da imigração em âmbito municipal são os registros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, fonte esta trabalhada por R. BAENINGER em seu estudo a respeito da população e da migração em Campinas. Através daqueles registros, pode-se avaliar pouco mais de 16.000 o número de imigrantes estrangeiros que deixou a Hospedaria do Brás e se dirigiu à Campinas entre os anos de 1894 e 1906.<sup>208</sup> No entanto, esses números não abrangem os imigrantes espontâneos, os quais não passavam pela Hospedaria, e nem aqueles estrangeiros vindos de outras regiões do estado, ou mesmo do país. Apesar de haver uma contínua migração interna dentro do Brasil, os dados mostram que, em 1918, 23,3% da população campineira era formada por estrangeiros, o que demonstrava que, apesar de ser uma região “velha”, Campinas possuía um contingente de imigrantes que nela se estabeleceu.

A grande imigração de europeus, principalmente nas duas últimas décadas do século XIX, para a região de Campinas, modificou a paisagem sócio-econômica não apenas da área rural, como também da cidade. Uma das mudanças relaciona-se ao incremento na diversidade de indústrias e profissões. Embora os dados de D. MÜLLER não sejam totalmente confiáveis, é interessante verificá-los para comparações. Para 1838, ele atribua 6.689 habitantes para Campinas, sendo quase 60% escravos e o resto livres.<sup>209</sup> O mesmo autor afirmava haver, naquele ano, 10 profissões diferentes na vila, dividindo-se do seguinte modo: 4 músicos, 4 marceneiros, 39 carpinteiros, 26 ferreiros, 5 seleiros, 5 ourives, 19 alfaiates, 32 sapateiros, 2 caldeireiros e 1 funileiro.<sup>210</sup>

Mesmo que se discuta a veracidade dos dados de D. MÜLLER, a diversidade de profissões em 1838 era muito pequena. Podem ser salientados dois motivos que contribuíam para esse quadro restrito. O primeiro deles se relaciona ao caráter autárquico que as propriedades rurais ainda possuíam na época, sendo que os escravos se dividiam por diferentes funções dentro da fazenda. O segundo motivo diz respeito à inexistência, nesse momento, de um contingente da população que se estabelecesse na cidade de Campinas como profissionais liberais.

<sup>208</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatórios de 1895 a 1907.

<sup>209</sup> MÜLLER, Daniel P. Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S. Paulo. São Paulo, 1923, p.139.

<sup>210</sup> MÜLLER, D., op. cit., p.242.



A chegada de imigrantes estrangeiros à região campineira trouxe novas atividades que não eram exercidas por brasileiros ou por africanos. Sobre a contribuição dos estrangeiros para o desenvolvimento do comércio e de profissões no município, no decorrer do século XIX, comentava J. AMÊNDOLA:

“Esses elementos, colonos ou artifices, conhecedores das mais variadas artes ou ofícios, contribuíam eficazmente para desenvolver na crescente cidade atividades novas, quer manuais, quer artísticas, culturais ou desportivas, pois que na Campinas do passado os trabalhadores eram todos, em sua imensa maioria, escravos, que não conheciam ofício algum”.<sup>211</sup>

Dentre os novos profissionais que surgiram em Campinas do século passado, são observados, ainda em 1885, chapeleiros, macarroneiros, padeiros, marmoreiros, afinadores de piano, tipógrafos, entre outros.<sup>212</sup>

Mesmo que se afirme que o desenvolvimento econômico cria novas necessidades materiais, não se pode negar que os estrangeiros que chegavam a uma região de brasileiros e de escravos tenham trazido muitas novidades sociais, culturais e, inclusive, materiais. Assim, verifica-se que em 1900 Campinas já possuía 4 fábricas de chapéus, 24 costureiras modistas e 1 massagista.<sup>213</sup> Nesses novos ofícios, é evidente a grande participação de estrangeiros, especialmente de italianos. Os campineiros começavam a ter, desde então, um contato próximo com os costumes estrangeiros, sobretudo europeus. Além dos costumes, tornava-se possível, para os campineiros, conhecer produtos utilizados pelos imigrantes na sua terra natal.

Numa exposição regional da indústria pecuária em Campinas, em julho de 1905, notava-se a contribuição dos estrangeiros para o desenvolvimento da indústria agrícola local: entre os expositores, estavam os alemães da “Selaria Alemã”, que apresentavam seus “finíssimos arreios de montaria” e Reinhart & Hoffmann, que possuíam vários instrumentos agrícolas, além da indústria “Mac-Hardy”, de máquinas agrícolas.<sup>214</sup> Porém, a contribuição dos estrangeiros para o desenvolvimento industrial de Campinas ocorria mais notadamente nas atividades urbanas. Em 1900, Angelo Franceschini já tinha fama pela sua fábrica de

<sup>211</sup> AMÊNDOLA, João. “O comércio de Campinas”, in: *Monografia Histórica...*, op. cit., p.514.

<sup>212</sup> AMÊNDOLA, op. cit., p.514-515.

<sup>213</sup> *Almanaque de Campinas*, 1900, p.321-359.

<sup>214</sup> *Revista Agrícola de S. Paulo*, 15-07-1905, p.324-325.

cervejas e Antonieta Ricci era uma fabricante de chapéus “para senhoras” bem conhecida. No mesmo ano, o município campineiro contava, também, com o “Banco Italiano”, fundado por Rocco de Marco, e o “London and Brazilian Bank Limited”.<sup>215</sup>

Porém, paralelamente à contribuição de um grupo de estrangeiros para o desenvolvimento industrial e urbano de Campinas, o município ainda vivia o orgulho do antigo cognome “Princesa d’Oeste”, como era chamada na época áurea do café. Esse orgulho estava vivo na memória dos campineiros que glorificavam Carlos Gomes e Campos Sales, como símbolos culturais e políticos do município. Na última década do século XIX, vários acontecimentos iriam contribuir para o surto intelectual campineiro e para o conseqüente fortalecimento do orgulho da sociedade local, entre eles, a transferência para o domínio do estado da antiga Estação Agrônômica, o que provocou a vinda de cientistas europeus para o município, e a fundação do Ginásio de Campinas, pelo governo estadual, onde Camilo Vanzolini lecionava o curso de italiano.<sup>216</sup>

Enquanto o município campineiro assistia àquele desenvolvimento econômico e cultural, desde as últimas décadas do século XIX, assistia também a um outro espetáculo: a chegada de milhares de imigrantes que pretendiam usufruir o progresso local. Essa situação iria provocar um dualismo entre a crença no aspecto favorável de os estrangeiros contribuírem para o progresso e no aspecto negativo de provocarem uma decadência sócio-cultural num município visto como o exemplo do estado paulista, de onde saíam personalidades tão ilustres como Carlos Gomes e Campos Sales.

Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolvia material e culturalmente, Campinas criava uma mentalidade com um teor exclusivista na sociedade local. O problema da aglomeração de uma mesma etnia num só lugar era discutido por todo o estado paulista, pois os italianos haviam ultrapassado, até os primeiros anos do século XX, qualquer outra corrente imigratória. Campinas acompanhou a tendência de todo o estado, ou seja, a imigração espanhola passou a superar a italiana apenas a partir de 1905. Mas nesse ano, os italianos já constituíam uma boa parcela da população campineira. No ano de 1905, 305 italianos saíram da Hospedaria de São Paulo com destino à Campinas, enquanto 437 espanhóis tinham o mesmo destino.<sup>217</sup> Outras nacionalidades também procuravam o

<sup>215</sup> Almanaque de Campinas, 1900, p.321-359.

<sup>216</sup> PAULA, Carlos F. “Monografia Histórica do Centro de Ciências de Campinas”, in: Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, n.58, dezembro/1953, p.07-51.

<sup>217</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. Relatório de 1905.

município campineiro, como a russa e a alemã, o que não impediu que o preconceito racial de certos campineiros nacionalistas se estendesse a outras etnias, além da italiana.

A contínua procura dos estrangeiros pelo município de Campinas relaciona-se ao fato de haver um crescimento no número e na diversidade de empregos urbanos, o que tornava a cidade um pólo de atração. Entre 1894 e 1900 a grande maioria dos imigrantes saídos da Hospedaria de São Paulo em direção ao município campineiro teve por destino a cidade.<sup>218</sup> Uma característica peculiar à Campinas é que os estrangeiros não se aglomeravam em bairros específicos, como ocorreu com o italianos no Brás e no Bexiga, na capital do estado, criando espécies de “aldeias” independentes. Ao contrário, no município de Campinas, eles se espalharam, tanto pelos distritos mais distantes, como Valinhos, como pelas ruas próximas ao centro, provocando um convívio diário com campineiros, como demonstra B. PUPO:

“...existiam no nosso município várias etnias: a americana, no primeiro local citado (Vila Americana) e a dos russos, em Nova Odessa, além da Suíça, em Helvétia, e, a alemã no Friburgo. Italianos, portugueses, franceses, espanhóis e ingleses viviam esparsos, não se concentrando em “colônias” como as anteriores”.<sup>219</sup>

A intrusão dos estrangeiros nas ruas centrais da cidade provocou uma mudança drástica na paisagem urbana. Campineiros tiveram que conviver com estrangeiros que lhes eram estranhos, muitas vezes, pobres. Ainda no século XIX, falava-se da existência de cortiços, habitados por estrangeiros, no centro da cidade:

“Chamamos a atenção de quem de direito para um portão largo da rua 14 de Dezembro..Habitam alli, portas a dentro, n`uma aglomeração repugnante, vários indivíduos de nacionalidade espanhola...”<sup>220</sup>

A questão do êxodo rural dos imigrantes que trabalhavam no colonato era preocupante para a imprensa da época. A pobreza dos estrangeiros no campo era mais mascarada do que nas cidades, onde a população local via o problema social no seu dia-a-dia. Campinas, a cidade que durante décadas via desfilar pelas ruas os barões e suas esposas, recebia companhias

<sup>218</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Relatórios de 1894 a 1900*.

<sup>219</sup> PUPO, Benedito B. *8 bananas por um tostão*. Campinas, 1976, p.18.

<sup>220</sup> *Cidade de Campinas*. 05-01-1897.

de teatro e de música erudita, passava, desde então, a possuir um elemento novo para a sua paisagem local: aglomerações de estrangeiros em busca de empregos.

O fato de os campineiros passarem a conviver com esse problema social explica, de certo modo, o porquê de o imigrante ser sempre associado à lavoura, e, principalmente, à do café. Os fazendeiros da região estavam reclamando, constantemente, da falta de mão-de-obra nas plantações, fato que eles explicavam exatamente pela atração que os imigrantes tinham pelas cidades. A própria imprensa da capital demonstrava, em seus artigos, a dificuldade pela qual o estado passava devido à busca, por parte dos estrangeiros, pela vida urbana:

“Nos últimos dias têm seguido desta capital para o interior do Estado numerosas famílias, operárias que, com a actual crise, se encontravam aqui sem trabalho.

Na quasi totalidade, são imigrantes vindos para a lavoura e que, seduzidos pela vida da cidade, abandonaram as fazendas, onde o trabalho era certo, e se empregaram em indústrias ou em casas particulares, indústrias que estão paralisadas e casas de famílias que se têm recolhido, por economia, às propriedades agrícolas.

Essa gente (...), sem ocupação, só serve para perturbar a ordem e augmentar o coeficiente de criminalidade...”<sup>221</sup>

Essa postura do jornal O Estado de S. Paulo era aplaudida pela imprensa de Campinas. O município necessitava, sem dúvida, da mão-de-obra europeia, mas não admitia que os imigrantes se aproveitassem da passagem subsidiada para ir viver nos centros urbanos, onde contribuíam para a existência de cortiços, da mendicância e de epidemias. A paisagem urbana da cidade modificava-se com o aumento da população, formada, especialmente, pelo elemento estrangeiro. Junto aos palacetes dos fazendeiros e dos ricos comerciantes, crescia o número de habitações mais modestas, de pequenos armazéns e diversos estabelecimentos comerciais. As pessoas que andavam pelas ruas não se restringiam mais aos “galantes senhores” e às “distintas senhoras” ilustres de famílias tradicionais campineiras. Ao mesmo tempo em que a população aumentava, tornavam-se comuns à paisagem local as chegadas de grupos de imigrantes, à procura de empregos urbanos ou de meios de empregar o pequeno pecúlio adquirido no colonato.

<sup>221</sup> O Estado de S. Paulo, 08-05-1899, transcrito no Diário de Campinas, 09-05-1899, p.01:

A passagem pelo colonato era curta também na região de Campinas, como ocorria em áreas mais novas, onde o imigrante tinha possibilidades de comprar terras em lugares pouco povoados. O município campineiro, ao contrário, oferecia aos colonos a oportunidade de optarem pela vida urbana. Entre 1897 e 1905, cerca de 10.000 imigrantes saíram da Hospedaria de São Paulo para a lavoura de Campinas, enquanto, no mesmo período, só houve um acréscimo de 2.608 trabalhadores rurais estrangeiros no mesmo município.<sup>222</sup> Mais um fator contribui para explicar a atração que os colonos tinham pela vida urbana: durante esse período de oito anos, o número médio de trabalhadores por estabelecimento rural de Campinas caiu pela metade, de 52 para 26.<sup>223</sup>

Os dados indicam uma constante mobilidade geográfica dos colonos, o que foi possível graças aos contatos que tinham com compatriotas que trabalhavam em propriedades vizinhas. Os fazendeiros da região não ignoravam essa contínua comunicação entre eles e temiam os boatos a respeito de bons e maus patrões e, principalmente, administradores. Essas personagens locais conviviam, desde então, com um novo fato, inexistente na escravidão: a escolha que o trabalhador fazia pelo patrão. Com isso, surgia uma preocupação por parte dos fazendeiros em não deixar passar a imagem de cruéis ou de bárbaros para aqueles que se destinavam a serviços de imigração ou para os próprios colonos recém-chegados. Todos queriam ser classificados como “amigo dos italianos”, maneira pela qual o *Fanfulla* se referia a Joaquim Egydio de Souza Aranha, proprietário da fazenda campineira “Sertão”:

“Chi ha percorso la FAZENDA “Sertão” e conversato coi coloni ha potuto convincersi che tutti sono contenti della loro sorte e per il modo cortese, affabile col quale sono trattati e per la sicurezza del salario che viene loro puntualmente pagato. Vi sono coloni che risiedono nella FAZENDA dal 1887”.<sup>224</sup>

Mas esse discurso construído pelas publicações que circulavam no estado paulista nem sempre correspondia à realidade. Aquelas palavras publicadas no *Fanfulla* foram escritas por Benedicto Octavio, que pertencia ao “Instituto Historico de S. Paulo”. Na mesma

<sup>222</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Relatórios de 1897 a 1905*.

<sup>223</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Relatórios de 1897 a 1905*.

<sup>224</sup> “Il Brasile e gli italiani”, publicação do *Fanfulla*, 1906. A tradução: “Quem percorreu a fazenda “Sertão” e conversou com os colonos, pôde convencer-se de que todos estão contentes pela sua sorte e pelo modo cortês, afável, com o qual são tratados e pela segurança do salário que lhes é pago pontualmente. Há colonos que residem na fazenda desde 1887”.

publicação, ele se referia a Raul Pompeo do Amaral, fazendeiro de Campinas, como “amigo do individuo italiano”, “che hanno ottimo trattamento”.<sup>225</sup> Entretanto, alguns anos antes da referida publicação, especificamente no ano de 1897, houve um episódio numa propriedade pertencente à família Pompeo do Amaral, no qual o administrador agrediu dois colonos italianos.<sup>226</sup>

Todos esses novos acontecimentos, envolvendo estrangeiros e campineiros, contribuíram para mudanças na vida cotidiana local. Campinas entrava no novo século com certo ar de “desordem”, com problemas sociais que até então não ocupavam um lugar proeminente. Em 1903, estimava-se em mais de 2.000 o número de operários empregados nas fábricas do município, a esmagadora maioria constituída por estrangeiros.<sup>227</sup> Nesse mesmo ano, o número de imigrantes saídos da Hospedaria de São Paulo para o município campineiro sofria uma queda brusca, o que demonstra que os estrangeiros que nele haviam chegado em anos anteriores ocuparam um vazio característico do momento pós-abolição. A imigração um tanto numerosa com esse destino, até o início do século XX, conseguiu preencher a lacuna deixada pelos ex-escravos no campo, ao mesmo tempo em que garantiu um crescimento urbano e uma oferta de mão-de-obra operária suficiente para as fábricas existentes.

Em 1899, a capital do estado e a região de Ribeirão Preto dominaram a imigração para São Paulo.<sup>228</sup> Desde então, o município campineiro não estaria mais entre as cinco localidades que mais recebiam imigrantes no início do século XX, entre os municípios paulistas. Aqueles estrangeiros que buscavam empregos urbanos acabavam, em sua maioria, permanecendo na cidade de São Paulo, onde a urbanização era intensa. Por outro lado, os estrangeiros que optavam pelo trabalho rural recebiam propostas de fazendeiros de regiões mais novas, como Ribeirão Preto.

Campinas, nos primeiros anos deste século, vivia um momento de mobilização de imigrantes, mas, especialmente, de migrações internas, seja do campo para as aglomerações urbanas da região, seja de fazenda para fazenda. Os estrangeiros que se empregavam em serviços urbanos não se encontravam apenas no centro urbano de Campinas, mas se

<sup>225</sup> “Il Brasile e gli italiani”, op. cit., p. 451.

<sup>226</sup> Esse episódio ficou conhecido como “O caso de Pedra Branca” e será narrado em capítulo posterior.

<sup>227</sup> VOLKART, Christiano (org) *Monographia de Campinas para uso dos alumnos da Instrução Preliminar*. Campinas, 1903, p.26-27.

<sup>228</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Relatório de 1900*.

distribuíam nos distritos de Sousas, Barão Geraldo, Fumil, Rebouças, Valinhos e Vila Americana. Os fazendeiros preferiam, muitas vezes, fazer ofertas de trabalho a colonos de outras propriedades da região de Campinas a seguir viagem à São Paulo. Aquele colono que vivia em Campinas há algum tempo já estava afeiçoado ao trabalho do café e ao clima e sua família se estabelecia na região. Bastava o fazendeiro fazer-lhe uma proposta um pouco melhor de trabalho, tanto em relação ao salário como em relação ao maior conforto e melhor tratamento por parte do administrador, que o estrangeiro fazia sua mudança em um dia.

Na primeira década do século XX, Campinas possuía um contingente de europeus que havia se estabelecido na região. Eram estrangeiros que haviam encontrado um local onde havia ofertas de emprego no campo e onde, ao mesmo tempo, o processo de urbanização permitia que esse contingente se empregasse nos mais diversos empregos urbanos. Aqueles imigrantes que chegaram à região nos anos seguintes encontraram uma sociedade estrangeira que já havia conquistado o seu espaço sócio-econômico, facilitando o ambiente para esses “novos” imigrantes. A sociedade campineira, por sua vez, já vivia numa atmosfera influenciada pelos hábitos e costumes europeus, embora, em alguns momentos, buscasse levantar a bandeira de um nacionalismo incapaz de sobreviver.

## **Capítulo 2 - A assimilação dos Italianos no município campineiro**

Os italianos foram os responsáveis pela maior parte da corrente imigratória para o município de Campinas, sendo, ao mesmo tempo, o grupo étnico que mais influenciou as paisagens rurais e urbanas locais. Segundo R. BAENINGER, pesquisadora que investigou as fontes da Hospedaria de São Paulo, entraram 10.631 imigrantes estrangeiros em Campinas, entre 1882 e 1900, sendo 75% italianos, 11,3% portugueses, 7,9% espanhóis, 3,9% alemães e 1,8% de outras nacionalidades.<sup>229</sup> Durante esse período, a imigração familiar foi predominante, ao contrário do que ocorria em épocas anteriores<sup>230</sup>, o que explica a permanente tentativa desses estrangeiros em se estabelecer na região.

Na última década do século XIX, a população de origem italiana no município de Campinas já era numerosa. Embora tenha sido a década em que maior número de imigrantes desembarcou na região, deve-se ressaltar o fato de que nos decênios anteriores houve uma razoável corrente de imigração italiana, especialmente nos anos anteriores à abolição. Quando o grande número de italianos que desembarcou em Campinas de 1890 passou a formar a coletividade que iria enfrentar os obstáculos impostos pela sociedade local para sua ascensão social, já havia um ambiente propício para esse enfrentamento. As duas sociedades italianas fundadas no município campineiro haviam sido criadas no início dos anos 1880 e, segundo J. BRITO, já em 1879, houve a chamada “revolução dos italianos”, quando os homens dessa nacionalidade saíram às ruas da cidade em protesto à sua situação de empregados, com sapatos nas mãos.<sup>231</sup> Dois anos mais tarde, em 1881, uma nova manifestação de italianos surpreendeu a população campineira. Desta vez, tratava-se de um protesto contra um artigo publicado no Petiz-Jornal, sendo um dos proprietários Henrique de Barcelos, mais tarde editor do Diário de Campinas. Nesse artigo, toda a nacionalidade italiana era insultada:

“A emigração italiana era apontada como uma malta de vadios, de falsificadores e de ladrões. Não se abriam exceções”.<sup>232</sup>

O Diário de Campinas referia-se a mais de 1500 manifestantes, entre eles, vários nacionais, acompanhados pela banda de música de Luiz de Tullio. Após uma parada na

<sup>229</sup> BAENINGER, op. cit., p.32.

<sup>230</sup> BAENINGER, op. cit., p.32.

<sup>231</sup> Ver BRITO, Joluzá. História da cidade de Campinas. 26º volume. Campinas, 1969, p. 07-19.

<sup>232</sup> Diário de Campinas, 27-04-1881.



residência do Juiz de Direito local, ao qual pediam justiça, os manifestantes procuraram a imprensa. O último local visitado pelos italianos foi a redação do Diário de Campinas, onde acreditavam encontrar o jornalista do Petiz-Jornal, Alfredo Gerard, que era empregado daquele primeiro periódico. Não encontrando o jornalista francês, os manifestantes queimaram, em frente ao prédio onde funcionava o Petiz-Jornal, o número do jornal que insultava os italianos.

O peculiar dessa manifestação não é apenas a época precoce em que aconteceu - em 1881, Campinas ainda dependia em grande parte da mão-de-obra escrava e de libertos -, mas também ao posicionamento da imprensa campineira, que apoiou abertamente a manifestação dos italianos:

“Perante nós, justifica-se a manifestação de ante-hontem, pelos motivos que lhe deram razão de ser. Tal manifestação só podia ser enxovalhada se tivessem tido lugar violencias que o bom senso reprovava e que só a exaltação podia desculpar”.<sup>233</sup>

As linhas do Diário de Campinas deixam transparecer a preocupação com a ordem pública. Os estrangeiros tinham todo o direito de se manifestar publicamente quando eram injuriados, desde que fossem comedidos em seus atos. Em poucos anos porém, a mudança no modo de agir dos imigrantes iria modificar a postura dos nacionais.

Mas mesmo na manifestação em 1881, os italianos deixavam claro que não aceitavam humilhações como a que acontecera, como demonstrava o comentário da comissão da “colônia” italiana da capital do estado, enviada a Campinas para aderir a manifestação:

“Appoggiati dalla stampa, che rappresenta per noi l’opinione pública, e dalle autorità civili, a cui la legge non fornisce armi a punire convenientemente atti si abominevoli (...); dichiarando fin d’oggi che, non attenendo la soddisfazione richiesta non possiamo assumere la responsabilità delle dolorose conseguenze che potrebbero volgersi contro chi si vilmente e brutalmente ne offesi”.<sup>234</sup>

<sup>233</sup> Diário de Campinas, 27-04-1881.

<sup>234</sup> Diário de Campinas, 27-04-1881. Tradução: “Apoiados pela imprensa, que representa, para nós, a opinião pública, e pelas autoridades civis, às quais a lei não fornece armas para punir convenientemente atos assim abomináveis (...); declaramos, ao fim do dia que, não atendendo satisfatoriamente a petição, não podemos assumir a responsabilidade das consequências dolorosas que poderão voltar-se contra quem vilmente e brutalmente nos ofendeu”.

Percebe-se que os italianos possuíam um sentimento de patriotismo desde quando a coletividade ainda não era numerosa em Campinas, mas era formada, por outro lado, por indivíduos que se estabeleciam na cidade, como pequenos comerciantes, especialmente. O porta-voz dos manifestantes de 1881 era o italiano Atilio Bucci, ao lado de seus amigos e compatriotas Emilio Georgetti e Samuel Malfatti, todos estabelecidos em Campinas há anos e, também, responsáveis pela criação do “Circolo Italiani Uniti”, uma semana antes da manifestação.<sup>235</sup> Narrando a trajetória de um português que chegara à Campinas na metade do século XIX e que havia prosperado paulatinamente, Raphael Duarte comentava, em 1905:

“Bem verdade é que, por aquelles tempos, era a conquista muito mais acessível, sem os entraves e barreiras que o modernismo creou.

Tão pouco se enxertára ainda no paiz a celebre sentença monroista de que “a América é dos americanos” e viviamos todos fraternalmente unidos, em completa liberdade, sem que fosse isso, entretanto, um mote official do nosso credo político.

Éramos, todavia, nativistas, mas no bom sentido da expressão, sem fazer monopólio do nosso paiz, sem ódios nem dissensões mesquinhas.

Com o progresso, progrediu também esse doce e puro sentimento de nacionalidade, servindo de lemma a um partido”.<sup>236</sup>

Raphael Duarte sintetiza claramente a diferença no ambiente campineiro encontrado pelos estrangeiros que chegaram ao município antes da grande imigração e por aqueles que para ele se dirigiram no início do século XX. Na metade do século XIX, a participação de estrangeiros no comércio e na indústria da cidade era sinal de avanço e de contribuição europeia para o desenvolvimento de Campinas. Diz Raphael Duarte que o primeiro estrangeiro que fundou família no município campineiro foi o cientista Hercules Florence, em 1835.<sup>237</sup> Em relação aos italianos, Luiz de Tullio foi um dos primeiros estrangeiros que se estabeleceu em Campinas, abrindo, em 1863, uma mercearia na cidade, além de tornar-

<sup>235</sup> Ver “La gloriosa tradizione dell’ospedale Circolo Italiano”, in: Fanfulla, 22-06-1958 e Diário de Campinas, 27-04-1881.

<sup>236</sup> DUARTE, Raphael. Campinas de outr’ora. São Paulo, 1905, p. 79-80.

<sup>237</sup> DUARTE, op. cit., p.149.

se o maestro da banda de música italiana.<sup>238</sup> Entretanto, Luiz de Tullio não era o único italiano que vivia em Campinas naquela época. No final da década de 1870, os dois líderes da manifestação de 1881, Atilio Bucci e Emilio Georgetti, já haviam se estabelecido na cidade com casas comerciais, embora também exercessem funções culturais, o primeiro como pianista e o segundo como proprietário de uma escola de cursos como italiano e latim.<sup>239</sup> No início do século XX, porém, os dois italianos voltaram ao seu país de origem, onde permaneceram até o fim de suas vidas.

Acompanhando a trajetória de vida desses e de outros italianos que viviam em Campinas, no período anterior ao final do século XIX, é possível observar uma diversidade nas ocupações de um só indivíduo. Esse fato é explicado pela pequena dimensão de uma classe média local que fosse capaz de exercer atividades liberais e outros tipos de serviços, além daqueles existentes na época da escravidão. Os italianos que chegaram à Campinas naquele momento tinham como destino imediato o estabelecimento no centro urbano, especialmente porque vinham sozinhos e sem nenhum compromisso com os fazendeiros locais, como ocorreria décadas mais tarde.

Se houve italianos que retornaram ao seu país de origem, como Atilio Bucci e Emilio Georgetti, esse fato se relaciona exatamente ao caráter individual da imigração daquele momento, o que os tornava mais enraizados na terra natal, já que deixavam lá a família, ao contrário do que ocorreu com a grande maioria dos estrangeiros que imigraram para São Paulo nas décadas seguintes. Por outro lado, tanto Atilio Bucci como Emilio Georgetti tinham um razoável patrimônio, o que lhes permitia que fizessem viagens temporárias à Itália, ao contrário da situação de muitos compatriotas que chegariam no final do século, quando o salário do colonato nem sempre permitia essa espécie de viagem a famílias inteiras.

Entretanto, houve um bom número de italianos que, apesar de chegarem a Campinas no momento anterior à grande imigração, permaneceram na região e conseguiram, muitas vezes, estabelecer-se como comerciantes abastados, ou até como industriais. O grau de escolaridade dos italianos que chegaram nesse momento anterior parecia ser bem mais alto do que aqueles que chegaram no final do século, quando o grande número de analfabetos pode ser observado nos documentos da época. Entre aqueles italianos que se fixaram na

<sup>238</sup> DUARTE, op. cit., p.149 e *Diário de Campinas*, 27-04-1881.

<sup>239</sup> BRITO, op. cit., 26º volume, p.07-19.

região campineira antes da década de 1880 estava o respeitado Rocco de Marco, que imigrara para Campinas em 1864, onde se dedicara ao comércio, como ambulante pelas fazendas e lugares vizinhos. Na década seguinte, Rocco de Marco já havia se estabelecido como proprietário de uma casa comercial em Campinas e, conseguindo expandir os negócios, transformou sua loja numa casa bancária.<sup>240</sup> Rocco de Marco era o orgulho dos italianos de Campinas, representando o imigrante humilde que conseguira se enriquecer. Referindo-se ao seu banco, comentava V. BUCCELLI:

“Il capo di questa ditta, signor Rocco de Marco, che un noto scrittore coloniale ebbé a chiamare, il Franklin degli’ italiani residenti al Brasile... Rocco de Marco ha una sola ambizione: quella di trionfare nel lavoro e nel bene e di fare egualmente trionfare il nome d’Italia nelle plaghe brasiliane”.<sup>241</sup>

Outros italianos que conseguiram se tornar comerciantes respeitáveis no município campineiro, como Miguel Cristofani e Domenico Barzotti, tiveram uma trajetória de vida similar à de Rocco de Marco. Miguel Cristofani iniciou sua vida de negócios em Campinas em 1878, no ramo de vinhos e licores importados da Europa, principalmente da Itália, ampliando seu estabelecimento com uma padaria e um restaurante, até chegar à “Casa Michele Cristofani”, grande casa comercial campineira, no início do século XX.<sup>242</sup> Domenico Barzotti, por sua vez, embora só tenha chegado a Campinas no ano da abolição, sentiu-se obrigado a partir para São Paulo em 1889, para fugir da epidemia de febre amarela, que então invadia o município. Com o capital que juntara na cidade de São Paulo, onde se estabelecera como proprietário de uma pastelaria, retornou ao município campineiro, onde permaneceu no mesmo ramo de atividades, embora seu capital tenha crescido em pouco tempo. Nos primeiros anos deste século, Domenico Barzotti era proprietário de uma casa comercial, a qual vendia alimentos nacionais e estrangeiros, e de uma casa de câmbio, o “Banco Popular de Campinas”.<sup>243</sup>

<sup>240</sup> BUCCELLI, Vittorio. “La principessa dell’Ovest - Campinas”, in: *Libro d’oro dello stato di S. Paolo*. Roma, 1912, p.282.

<sup>241</sup> BUCCELLI, op. cit., p.282 e p.284. Tradução: “O diretor desta dita cuja, Sr. Rocco de Marco, que um notável escritor colonial chamou de Franklin dos italianos residentes no Brasil... Rocco de Marco tem apenas uma ambição: a de triunfar no trabalho e no bem e de fazer igualmente triunfar o nome da Itália no país Brasileiro”.

<sup>242</sup> BUCCELLI, op. cit., p.290-291.

<sup>243</sup> BUCCELLI, op. cit., p.292.

Naquele momento em que esses italianos estavam praticamente estabelecidos no comércio campineiro, diferenças regionais no seu país de origem não pareciam impedir, de modo algum, sua união para manifestações ou para a criação de sociedades. Rocco de Marco era originário de Salerno, província de Campanha, ao sul da Itália, enquanto outros compatriotas, com os quais formava sociedades, eram, em sua grande maioria, provenientes de Toscana, no norte da Itália.<sup>244</sup> O fato que os colocava na mesma situação, dentro do contexto, era de que eram praticamente os primeiros estrangeiros que buscavam ocupar um espaço dificultado para os nacionais devido ao sistema de trabalho que dominava a região e o país - a escravidão.

Além de criarem atividades novas, os italianos que decidiram vir morar em Campinas, no momento anterior à grande imigração da década de 1890, contribuíram para a formação de um mercado consumidor, promovendo a ampliação de suas próprias possibilidades de fixar-se na região. Somente na década de 1880, os italianos já haviam fundado quatro sociedades no município e possuíam um jornal em idioma italiano.<sup>245</sup> Ao mesmo tempo, tornavam-se a “futura elite” da coletividade italiana que se formaria nos anos posteriores.

No final da década de 1880, a chegada de imigrantes italianos cresceu na região campineira, fato relacionado ao início da imigração subsidiada para o estado paulista a partir de 1886.<sup>246</sup> As levas de estrangeiros que desciam nas estações de trem no município não tinham similaridades com aqueles italianos que haviam se estabelecido na região nas décadas anteriores. Não se tratava mais de italianos com escolaridade que sabiam como administrar uma casa de negócios. Nesse segundo momento, passavam por Campinas famílias de italianos destinadas a trabalhar nas plantações de café, com a possibilidade de se fixar no comércio urbano após o acúmulo de algum pecúlio no colonato.

Nos meses anteriores à abolição, quase 200 famílias de imigrantes se apresentaram à Coletoria de Rendas de Campinas para receberem o auxílio provincial, o qual era concedido àqueles que comprovavam estar trabalhando na lavoura campineira. Eram famílias, na sua

<sup>244</sup> Boa parte dos italianos estabelecidos no comércio campineiro, na década de 1880, era originária de Lucca, província de Toscana. Alguns exemplos: Miguel Cristofani, Domenico Barzotti, Lourenço Pelosi, proprietário de um hotel.

<sup>245</sup> BRITO, op. cit., p. 125-130 e TRENTO, op. cit., p. 503. As sociedades eram “Sociedade de Mútuo Socorro”, de 1880, “Circolo Italiani Uniti”, de 1881, “XX de Setembro”, de 1883 e “Sociedade Artística Confederata”, de 1884. O título do jornal, criado em 1888, era “Il Tevere”, transferido, nesse ano, de São Paulo para Campinas.

<sup>246</sup> BAENINGER, op. cit., p. 43.

esmagadora maioria italianas, compostas quase sempre por mais de dois membros, ou por casal e filhos, ou por irmãos, ou ocasionalmente, por apenas um dos membros do casal e filhos.<sup>247</sup> A maior parte desses imigrantes era analfabeta, não sabendo nem mesmo assinar o seu próprio nome, como atestam os documentos da respectiva Coletoria de Rendas.

Embora a historiografia relate que no ano da abolição boa parte dos escravos já estava livre em Campinas, devido a motivos vários, a sociedade local estava habituada a conviver com europeus que se distinguiam tanto pela sua posição social, como, em diversos casos, pelo seu conhecimento intelectual. Com a vinda de milhares de imigrantes subsidiados, a mesma sociedade campineira passou a ter contato com europeus que pareciam ter um comum com os estrangeiros que viviam em Campinas apenas a origem étnica, uma vez que estes “novos europeus” chegavam sujos, famintos e barulhentos. Ainda em 1891, dizia um imigrante italiano que chegara em Campinas naquele ano que a sociedade campineira se assustava com a chegada de grupos de estrangeiros no município:

“A curiosidade dos campineiros já era maior do que a dos santistas. Campinas não se acomodara ainda ao espetáculo, ou pelo menos ainda não se acostumara a ponto de mostrar-se apática frente ao borbórinho e ao colorido daquele “show inusitado”.”<sup>248</sup>

O autor utilizava um termo propício para o acontecimento que ocorria todas as vezes que chegavam grupos de imigrantes - tratava-se de um “show”. Numa cidade de tradição aristocrática, orgulhosa do cognome “Princesa d’Oeste” que recebera no período áureo do café, eram naturais os olhares daqueles campineiros que viam chegarem dezenas de estrangeiros por dia. A sociedade local poderia estar habituada a conviver com pessoas de outros países mas, nesse momento, ou seja, na década de 1890, eram grupos e mais grupos que desfilavam pelas ruas campineiras diariamente.

Ao contrário do que havia ocorrido com os italianos que vieram para o município campineiro antes da grande imigração, os seus compatriotas que chegaram na região a partir das duas últimas décadas do século XIX encontraram uma sociedade que aprendia a conviver com estrangeiros, embora ainda não estivesse familiarizada aos hábitos e costumes desses grupos étnicos. Os italianos conseguiam sentir, então, um “pedacinho” do seu país de

<sup>247</sup> Esses dados são encontrados na documentação referente à imigração, no Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, no Centro de Memória-Unicamp.

<sup>248</sup> SEVÁ, op. cit., p.43.

origem, principalmente em festejos como o Dia de Santo Antônio, em junho, e o Dia da Unificação da Itália, em setembro, momentos estes que despertavam um certo patriotismo e saudades da Europa.

Os italianos vindos na grande imigração não chegavam mais para constituir uma classe média pouco desenvolvida, mas sim para aumentar a classe trabalhadora que lutava para se incorporar à primeira. Já em 1902, os italianos que dirigiam-se a Campinas encontravam 595 prédios urbanos nas mãos de compatriotas que haviam imigrado em anos anteriores<sup>249</sup>, além de diversas sociedades já existentes na região com a finalidade de dar assistência aos imigrantes dessa nacionalidade. Embora se deparassem com um ambiente já modificado, em parte pelo elemento italiano, os estrangeiros que chegaram após a década de 1880 tinham muitos obstáculos a enfrentar para se tornarem proprietários, seja urbanos ou rurais. Além de concorrerem com a sociedade nacional, os novos imigrantes passavam a viver numa constante competição com compatriotas que necessitavam, como eles, ganhar dinheiro.

Embora a vinda de grandes levas de imigrantes para a região campineira tenha sido um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento do mercado consumidor e da conseqüente produção local, ocorria que os recém-chegados desejavam trabalhar como colonos apenas por um período suficiente para se afeiçoar ao novo ambiente e conseguir uma melhor colocação. Esse clima de ambição provocava a competição pelos melhores empregos e pelos melhores investimentos. A solidariedade, tão característica entre os italianos nas décadas anteriores, tornava-se ambígua nessa luta por "fazer a América". Se, em alguns momentos, os italianos se uniam para manifestações e festejos, recordando, orgulhosamente, sua raízes étnicas, em outros eles concorriam entre si pelo estabelecimento em Campinas, chegando, muitas vezes, a agressões físicas e a assassinatos.

Mesmo enfrentando difíceis obstáculos, algumas vezes inevitáveis, boa parte dos italianos que imigraram para a região campineira, a partir da última década do século XIX, conseguiu nela se estabelecer. Fatores internos contribuíram para esse fato, principalmente a crise do café, que desde 1897 modificou lentamente a estrutura agrária campineira, e a urbanização, conseqüência da produção cafeeira e da própria imigração para a região. Por outro lado, o caráter dos italianos que imigraram para o município de Campinas, ou seja, um

---

<sup>249</sup> Cidade de Campinas, 14-06-1902.

caráter dominado pela ambição em obter uma propriedade rural ou urbana, também auxiliou os resultados por suas lutas pela fixação.

Os dados demonstravam que várias propriedades de Campinas pertenciam a italianos. Já no início do século XX, pela Estatística Agrícola e Zootécnica para 1904-05, essa nacionalidade era proprietária de mais de 13% dos estabelecimentos rurais do município.<sup>250</sup>, representando o grupo de estrangeiros que mais possuía propriedades dessa natureza. Em relação aos estabelecimentos urbanos, a primeira estatística em âmbito municipal data de 1911, quando a imigração italiana para a região campineira havia diminuído. Nesse ano, os italianos possuíam quase 40% dos estabelecimentos urbanos existentes no município nas mãos de estrangeiros.<sup>251</sup> A aquisição de propriedades urbanas pelos italianos ocorria paralelamente ao desenvolvimento urbano de Campinas, como a “Cidade de Campinas” publicava em 1902:

“Nos primeiros cinco mezes do corrente anno, filhos da Itália aqui domiciliados, adquiriram imóveis na importância de 30:570\$ e tornaram-se credores hypothecarios de 118:800\$000”.<sup>252</sup>

Não era apenas o desenvolvimento urbano do município campineiro que contribuía para a fixação dos italianos na região. Ainda na última década do século XIX, Campinas atravessava um período de transformações estruturais no meio agrícola. Se em 1897 os relatórios governamentais atribuíram 259 estabelecimentos rurais no município campineiro, esse número se elevaria para 640 em 1905<sup>253</sup>, além do fato de apenas serem consideradas as propriedades de culturas de café e de aguardente.

A exclusão dos estabelecimentos rurais considerados de tamanho muito pequeno ou de comércio desprezível dificulta a análise de fixação dos italianos no campo. Ocorria muitas vezes que o italiano começava comprando pequenos lotes de terras até conseguir formar um “sítio”, sempre buscando lotes próximos uns aos outros. Giuseppe Boschi, que comprara, no ano de 1895, três alqueires de terra do sítio “Pary”, de Octavio Pacheco e Silva, só aparecia na categoria de “proprietários rurais” de Campinas no Almanaque de 1912, quando já

<sup>250</sup> SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de S. Paulo para os anos de 1904-05”, op. cit.

<sup>251</sup> “Le proprietà...”, op. cit., p.193.

<sup>252</sup> Cidade de Campinas, 22-06-1902.

<sup>253</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S.PAULO. Relatórios de 1897 e 1905.



possua trinta alqueires e quatro trabalhadores. Casos como o de Giuseppe Boschi ocorriam freqüentemente devido à própria estrutura rural do município campineiro, que passava por mudanças na última década do século XIX, como pode ser notado pelo grande número de transmissão de propriedades.<sup>254</sup>

Ao mesmo tempo em que é possível arrolarem-se dezenas de compras de lotes apenas entre 1895 e 1900, verificam-se diversas fazendas campineiras serem vendidas em lotes de um e dois alqueires no mesmo período, como a propriedade “Monte Alegre”, de Domingos da Costa Salles e mulher, e a propriedade “Pary”, de Octavio Pacheco e Silva e mulher. Esta última aparece, num levantamento em âmbito municipal, feito em 1911, retalhada em nada menos do que treze lotes, retalhação esta já iniciada quase vinte anos antes.

Houve casos, inclusive, de italianos que conseguiram comprar pequenos estabelecimentos rurais ainda por volta de 1895, antes da crise do café, mas acabaram abandonando Campinas, em busca de terras mais novas. A história da vida de Antonio Boscatto segue exatamente essa trajetória. Depois de comprar um sítio no bairro de Capivari, em 1895, de Philomena D’Angelo, tornou-se proprietário na cidade de Ribeirão Preto, onde fez dívidas que nunca pôde pagar, com o vaqueiro João Ragazzi. Na morte de sua esposa, em 1919, Antonio Boscatto volta a Campinas para avaliar seu sítio, o qual ficara no abandono. Mas nem a sua venda seria suficiente para sanar as dívidas contraídas também com Rocco de Marco, em Campinas, o que dificultou sua vida, junto com seus nove filhos.<sup>255</sup>

Os italianos passavam pelas situações mais diversas a fim de conseguirem se estabelecer na região campineira. Há uma série de casos em que o italiano ia se aventurar em outros municípios, como foi o caso de Antonio Boscatto, mas deve ser ressaltado que raramente a família toda se mudava definitivamente. Quase sempre os filhos maiores permaneciam em Campinas, seja devido a casamento com um elemento que vivia no município, seja devido a ocupações profissionais. Entre os nove filhos de Antonio Boscatto, dois deles viviam em Campinas, e não em Ribeirão Preto com o pai, por serem casados e estabelecidos no primeiro município.

<sup>254</sup> Dados obtidos na documentação da Coletoria de Rendas de Campinas, caixa transmissão de propriedades, no Centro de Memória-Unicamp.

<sup>255</sup> Ver documentação da Coletoria de Rendas de Campinas, caixa transmissão de propriedades; inventário de Carolina Boscatto, TJC, 4º ofício, caixa 28, processo 419; *Almanaque de Campinas*, 1912, p.105.

O caso da italiana Gazzoli Pasqua é ilustrativo para demonstrar que a família sentia dificuldades em se mudar inteira para outra região do estado. Gazzoli Pasqua, após ter se casado com Germano Stefanini, mudou-se para Jaboticabal, com duas das filhas de seu marido, quando este faleceu. Seus outros três enteados permaneceram, porém, em Campinas, exercendo profissões urbanas, como operário, funcionário público e comerciário. A família se reencontraria 43 anos após a morte de Germano Stefanini para dividir a mísera herança deixada por ele.<sup>256</sup>

Nos diversos casos de herança que envolviam italianos na região de Campinas, observa-se que a maior parte das propriedades rurais por eles adquiridas já lhes pertenciam bem antes da década de 20 deste século, quando grande parte da historiografia acredita que enfim os estrangeiros conseguiram obter estabelecimentos rurais no estado paulista.<sup>257</sup> Por outro lado, são encontrados casos de proprietários italianos que abandonaram seus estabelecimentos em Campinas para irer viver em outras regiões, talvez em busca de aumentar o seu patrimônio. No entanto, a oferta de empregos urbanos foi decisiva para muitos estrangeiros que permanecerem em Campinas, o que provocava a separação de famílias.

O município de Campinas teve condições de atrair imigrantes, apesar de ser chamado de "velha Campinas" em 1894, pelo relatório da Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo<sup>258</sup>. Essa atração garantiu que cerca de 3.000 italianos saídos da Hospedaria de São Paulo, entre 1900 e 1905, se dirigissem para Campinas, o que representou quase 70% da corrente imigratória para esse município.<sup>259</sup>

A superprodução do café, cujas conseqüências tornaram-se inevitáveis nos primeiros anos do século XX, provocou a constante mobilização geográfica dos colonos estrangeiros, que tinham a vantagem de estarem próximos ao centro urbano campineiro, que lhes abria a oportunidade de tentar a vida urbana. O resultado, após os anos de crise, seria o estabelecimento de um contingente de imigrantes como proprietários ou como trabalhadores urbanos na região. Os fazendeiros, percebendo que não conseguiam controlar a constante mobilidade geográfica de seus colonos e temendo os resultados desastrosos da crise cafeeira,

<sup>256</sup> Inventário de Germano Stefanini, TJC, 2º ofício, caixa 259, processo 2-5790 (1905).

<sup>257</sup> Ver discussão bibliográfica, na primeira parte deste estudo.

<sup>258</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1894, p.37.

<sup>259</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1900, a 1905.

formaram uma comissão, no ano de 1901, para propor ao presidente do estado, Rodrigues Alves, soluções para tal crise. Eis a primeira proposta da dita comissão campineira:

“... Introdução de imigrantes em larga escala, cogitando-se de fixá-los no sólo, não deixando que se transformem em lévas transitórias e movediças de trabalhadores rurais”.<sup>260</sup>

Essas linhas demonstram a preocupação central dos fazendeiros campineiros naquele momento - evitar a contínua mobilização geográfica dos imigrantes, pois eles acreditavam que durante as crises eles saíam em busca de melhores condições de vida, condições estas que não se sentiam capazes de fornecer.

A crise do café em Campinas não estava associada, porém, apenas à superprodução do produto na passagem do século, como relacionava-se, também, à situação de “velha” se comparada com as zonas mais novas. O que a diferenciava essencialmente dessas zonas novas era o leque de empregos urbanos que oferecia aos estrangeiros que nela se fixavam desde o século XIX. Essa característica, somada à crise do café, provocaram a freqüente mobilidade geográfica a que se referiam os fazendeiros.

A produção do café em Campinas atravessava, nos primeiros anos do século XX, uma decadência muito visível. Enquanto, em 1899, a produção cafeeira havia sido de 15.365.325 arrobas no município campineiro, no ano de 1905 sua produção seria de 840.548 arrobas.<sup>261</sup> Estatísticas como esta apavoravam os antigos fazendeiros de Campinas, levando um campineiro a afirmar, em 1901:

“... hoje precisamos colonizar as fazendas, povoar os municípios, facilitar a collocação de colonos... dividindo os fazendeiros os terrenos baldios, em lotes de 5 alqueires e vender ao colono para ter o trabalhador à mão e seguro... Os latifúndios já fizeram a sua missão; o tempo de não quererem os fazendeiros SITINHOS DE COMPRADOR DE CAFÉ e, não desejarem ouvir os gallos do visinho cantar, acabou com o século XIX”.<sup>262</sup>

Mesmo que os fazendeiros da região tivessem, muitas vezes, uma posição reservada em relação às propostas de 1901, o fato é que no ano de 1905, pelos dados do recenseamento

<sup>260</sup> Cidade de Campinas, 15-06-1901.

<sup>261</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1899 a 1905.

<sup>262</sup> Cidade de Campinas, 03-05-1901.

feito pelo governo estadual, cerca de 31% dos estabelecimentos rurais levantados em Campinas não chegavam a ter mais do que 10 alqueires de extensão, enquanto as propriedades com mais de 1.000 alqueires não chegavam a compor 1% do total.<sup>263</sup>

Na verdade, para um fazendeiro que possuía 1.000 alqueires de terra, não lhe era muito custoso abrir mão de 5 ou 10 alqueires. Ocorreu, porém, que o mecanismo de vender pequenos lotes aos colonos, com o intuito de que eles continuassem a trabalhar para os fazendeiros, não teve o destino esperado. Os antigos proprietários foram forçados a fazer concessões aos estrangeiros que viviam na região de Campinas, acabando por permitir a existência de um contingente de imigrantes que conseguiu se estabelecer no município.

Paralelamente ao surgimento da classe dos sitiantes e até de fazendeiros estrangeiros em Campinas, ocorreu uma transformação na produção agrícola local. Enquanto os relatórios da Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo do século XIX só se referiam ao café, a Estatística Agrícola e Zootécnica de 1906 demonstrava que ao mesmo tempo em que Campinas possuía 14.410 alqueires dedicados à cultura cafeeira, uma extensão equivalente à metade desse valor era dedicada a outras culturas, especialmente ao milho e ao feijão. A mesma diversidade agrícola é observada, no ano de 1906, para todo o estado de São Paulo e também para regiões novas, como Ribeirão Preto. Tal diversidade pode ser associada, nessas regiões mais recentes, ao plantio intercalar de cereais, já que os cafezais novos permitiam essas culturas paralelas. No município campineiro, porém, os cafezais já eram bem mais antigos e dificultavam os plantios intercalares. Portanto, neste último caso, a existência de outras culturas, além do café, deve ser associada a terras exclusivamente dedicadas a essa espécie de plantio, o que parece relacionar-se ao razoável número de pequenas e médias propriedades rurais na região e à formação de uma classe de sitiantes e de fazendeiros estrangeiros que faziam plantações para abastecer o mercado consumidor local.<sup>264</sup>

Os dados revelam que a grande parte dos colonos que conseguiram adquirir um lote, mesmo que de pequenas dimensões, procurava deixar de ter laços com o fazendeiro. Olhando de perto o recenseamento agrícola de 1906, o panorama da estrutura agrária

<sup>263</sup> SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE S.PAULO. "Estatística Agrícola...", op. cit.

<sup>264</sup> Em diversos inventários de proprietários rurais italianos de Campinas, havia referências a culturas paralelas ao café, sobretudo ao milho e feijão. Naqueles referentes a italianos que viviam em Valinhos, eram frequentes as citações de plantações de figueiras e de videiras.

campineira se apresentava influenciado pelos proprietários estrangeiros, que possuíam 33% dos estabelecimentos dessa espécie. O valor médio por estabelecimento bem mais baixo dos pertencentes aos estrangeiros é um reflexo da concessão forçada que o fazendeiro campineiro teve que fazer, abrindo mão de áreas já desgastadas. Porém os pequenos proprietários estrangeiros conseguiram, apesar das qualidades negativas de suas terras, valorizar em 100% os seus estabelecimentos no período de 15 anos. Por volta de 1920, há inventários de proprietários italianos cujos estabelecimentos são valorizados pela diversidade da produção, com milhares de figueiras e uvas, milho, feijão e, muitas vezes, com olarias.<sup>265</sup>

A descrição dos estabelecimentos agrícolas de italianos nos levam a observar as impressões do viajante L.A. Gaffre, que passou por Campinas no final da primeira década do século XX:

“Les Italiens sont des ouvriers infiniment plus laborieux, plus sobres, plus persévérants que le cabocle et le nègre; ils arrivent dans un état de détresse absolue. Au bout de quelques années, ils ont gagné au service des fazendeiros quelques milliers de francs qui leur permettent, s'ils le veulent, d'acheter une petite concession payable à termes espacés, et dont ils deviennent vite d'aisés propriétaires.

D'ailleurs, l'Italien apporte avec lui de son pays d'art, plus de désirs de confort qu'on en reconte parmi, les races populaires nées au Brésil”.<sup>266</sup>

É evidente que o viajante francês demonstrava uma visão européia influenciada pelo preconceito racial pelas etnias “populares”. Entretanto, ele coloca o italiano num patamar que os fazendeiros campineiros desprezavam na época - depois da perseverança, vinha o desejo de conforto. A partir do momento em que o colono italiano adquiria o seu estabelecendo próprio, ele procurava aperfeiçoá-lo, e os dados indicam que foi isso que ocorreu, dada a sua valorização no decorrer de 15 anos.

<sup>265</sup> Ver TJC, inventários de Attilia S. Franceschini, 2º ofício, caixa 285, processo 2-5983; Francisco Ramacciotti, 4º ofício, caixa 318, processo 7193; José de Lucca, 4º ofício, caixa 311, processo 7109.

<sup>266</sup> GAFFRE, L.A. *Visions du Brésil*. Rio de Janeiro/Paris, 1912, p. 295-296. Tradução: “Os Italianos são os desbravadores mais laboriosos, mais sóbrios, mais perseverantes que o caboclo e o negro; eles chegam num estado de miséria absoluta. No fim de alguns anos, eles ganharam à serviço dos fazendeiros alguns milhares de francos que lhes permitem, se eles quiserem, comprar uma pequena concessão, pagável em termos espaçados, e dos quais eles se tornam, rápida e facilmente, os proprietários./ De outro lado, os Italianos chegam de seu país de origem mais desejosos de conforto do que se encontra entre as raças populares nascidas no Brasil”.

Quando é comparado o grande número de imigrantes, saídos da Hospedaria de São Paulo, para o município de Campinas - entre 1895 e 1905, esse número superou a cifra de 14.000 -, nota-se um crescimento bem pouco notável de colonos estrangeiros nas fazendas de café e de aguardente no mesmo município. Apesar da entrada desses milhares de imigrantes em Campinas, passou-se de 13.400 colonos - 3.251 nacionais e 10.149 estrangeiros - em 1895, para 16.734 colonos dez anos mais tarde - 3.977 nacionais e 12.757 estrangeiros.<sup>267</sup> Mais uma vez, os dados nos aproximam da idéia de que os estrangeiros não permaneciam por muito tempo no colonato e, quando se sentiam impossibilitados de se tornar proprietários, partiam para empregos urbanos, dada a proximidade das fazendas ao grande centro urbano de Campinas. Em alguns casos, também a reemigração era uma opção interessante para aquele imigrante que não tinha criado raízes na região de Campinas.

Entretanto, as características intrínsecas ao sistema de imigração geravam no estrangeiro que havia trabalhado no colonato uma ligação econômica e mesmo familiar à nova pátria, pois tratava-se de uma imigração baseada na família, na grande família, e subsidiada, dando a oportunidade de indivíduos muito pobres partirem para São Paulo. Mesmo que não seja desprezível o número de colonos que deixaram Campinas, em busca de terras novas ou da repartição, nunca podem ser esquecidas as diversas relações sociais que os estrangeiros tinham no local onde viviam, ocorrendo, freqüentemente, o caso de casamento com compatriotas já fixados em Campinas ou com nacionais de famílias locais. Essa complexidade de relações de parentesco impedia, muitas vezes, a mobilidade geográfica definitiva da família.

Houve, ainda, aqueles que, após a desilusão em outras terras ou no seu próprio país de origem, resolveram reemigrar para Campinas. No ano de 1902, enquanto 549 imigrantes entrados na Hospedaria de São Paulo pela primeira vez dirigiram ao município campineiro, 623 imigrantes "reentrados" na mesma instituição saíram em direção ao mesmo local.<sup>268</sup> A grande maioria dos reentrados era formada por italianos, muitas vezes italianos que retornavam ao seu país de origem na esperança de lá encontrar um ambiente propício para o "filho pródigo" que sonhava com um acolhimento paternal. Porém, nem sempre o retorno era feliz e o ex-imigrante, ao comparar os dois países, concluía que o Brasil ainda lhe

<sup>267</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatórios de 1895 a 1905.

<sup>268</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1902.

dava mais oportunidades. Diversas famílias chegavam às mesmas reflexões do que as de José Sevá, narrando a vida de Carlo Sevá, imigrante italiano que viera com os pais para se estabelecer em Campinas na década de 1890:

“O pai criara fundas raízes no solo natal. Arrancaram-no de lá já em idade avançada, pretendendo que vicejasse noutra localidade como se fosse muda tenra, que logo se adapta e passa a sugar freneticamente a seiva da nova fonte. Mas as raízes nuas da planta grande chegam desprovidas das condições naturais de fixação e absorção. Daí a fatalidade da estagnação e do atrofiamento (...). Com o filho a coisa já era diferente: este fôra a mudinha recém-saída do viveiro, estuante de viço, ansiosa por crescer, por subir, por multiplicar-se em inflorescências e frutificações (...). E todos foram para a Itália. Para quê? Para consumirem as poucas economias amealhadas a custo de sacrifícios. Carlo tivera razão no pressentimento; após aquela ausência prolongada, a fisionomia de Papose já era outra: gente nova, gente estranha quase toda (...). Foi assim que, pouco depois, estavam de retorno à São Lourenço para recomeçarem praticamente da estaca zero”.<sup>269</sup>

Essas palavras de José Sevá sintetizam bem as decepções que os italianos reemigrados sentiam ao retornar ao seu país de origem depois de mais de uma década. A família Sevá tentou a repatriação em 1904, época em que Campinas sentia as conseqüências da crise cafeeira, momento em que os italianos nela residentes lutavam pelo estabelecimento na região.

A situação na Itália era diferente. Desde a década de 1890, os jornais campineiros passavam a publicar, freqüentemente, notícias a respeito da miséria e da fome naquele país:

“Um correspondente de Florença diz que duzentos e sessenta e oito famílias daquela cidade tiveram, no fim de novembro, de abandonar as casas que ocupavam, e não podiam alugar outras, por falta de dinheiro”.<sup>270</sup>

A imprensa local mostrava que a miséria tomava conta de toda a Itália:

“Os jornais de Roma e da província aconselhavam o governo a facilitar a emigração para o Brasil, especialmente a dos camponeses

<sup>269</sup> SEVÁ, op. cit., p.125-126.

<sup>270</sup> Diário de Campinas, 09-01-1898.

da Sicília, que actualmente soffrem grande crise económica.”<sup>271</sup>

A Itália não estava preparada para receber de volta os repatriados. Outras famílias, como os “Sevá”, perceberam isso apenas quando chegaram à sua terra natal e notaram que Campinas era mais similar às suas vidas antes da imigração do que sua cidade de origem. No município campineiro, milhares de italianos, provenientes de diferentes regiões, lutavam por se estabelecer em empregos rurais ou urbanos, para depois se tornarem proprietários. Haviam se habituado a essa trajetória de vida.

Assim como a Itália não estava preparada para receber os repatriados, a readaptação destes no país de origem não era tão simples. Durante os anos que haviam permanecido em Campinas, aqueles italianos, que tentavam se repatriar, viveram numa sociedade em transformação, onde a ambição governava o modo de vida e de trabalho. Voltar à Itália poderia significar regredir, uma vez que aquele país ainda não tinha resolvido o problema do desemprego e da conseqüente miséria.

Em suma, a região campineira ofereceu meios para o estabelecimento dos italianos. Paralelamente às transformações na estrutura agrária e na urbanização, o governo estadual e os fazendeiros sentiram-se pressionados a fazer concessões aos imigrantes, embora desprezassem, num primeiro momento, a coação que os próprios estrangeiros faziam para formarem uma classe média, desligada do colonato. Os fazendeiros acreditavam, quando propunham a fixação dos colonos em pequenos lotes, em 1901, que os imigrantes continuariam unidos aos ex-patrões economicamente, devido ao tamanho efêmero de suas propriedades e ao desgaste das terras por eles adquiridas. Na última década do século XIX, percebendo a concorrência da capital do estado, que oferecia empregos urbanos, e das áreas novas, que ofereciam empregos rurais, os fazendeiros de Campinas concluíram que uma das maneiras mais seguras e eficazes para atrair estrangeiros era a criação de núcleos coloniais.

Num primeiro momento, os fazendeiros apoiaram a iniciativa de criar esses núcleos porque eles estariam próximos a suas propriedades e isso lhes garantia mão-de-obra temporária, como desejavam. Era a solução mais conveniente, uma vez que não atingia as propriedades existentes, fixava o imigrante e promovia as culturas de cereais, escassas até então. Ainda no século XIX, em 1897, era criado em Campinas o núcleo “Campos Salles”, colonizado, no princípio, por imigrantes suíços. Alguns anos mais tarde, em 1905, o governo

<sup>271</sup> Ditrio de Campinas, 09-01-1898.



estadual aprovava a fundação de um novo núcleo no município, chamado “Nova Odessa”, habitado essencialmente por imigrantes russos. No final da década, em 1910, era criado o núcleo “Nova Veneza”, quase que exclusivamente povoado por italianos.<sup>272</sup>

O núcleo “Campos Salles” foi criado no bairro do Funil e para que tivesse fácil comunicação com a cidade de Campinas foi construído o Ramal Férreo Funilense. Os campineiros se sentiam satisfeitos com a vinda de suíços, pois acreditavam serem eles conhecedores do trabalho rural, pastoril, além de estarem acostumados a ofícios diversos. A Suíça só concordou com a vinda de imigrantes dessa nacionalidade após enviar uma comissão para averiguar as condições do futuro núcleo, sendo que os italianos, ao contrário, chegavam a Campinas sem nenhuma tutela de seu governo. Os suíços eram um dos grupos de estrangeiros que mais conseguiram prosperidade na região. Em Friburgo, entre Campinas, Jundiaí e Indaiatuba, havia 56 proprietários dessa nacionalidade em 1897.<sup>273</sup>

O núcleo “Campos Salles”, que ficava entre Campinas, Mogi-Mirim e Limeira, foi, no decorrer de seus primeiros anos de existência, abrindo as portas para as outras nacionalidades. Dizia a “Cidade de Campinas”, em 1901:

“Esse núcleo não teve desde logo incremento porque seu fundador planejou uma povoação exclusivista, formada de suíços, resultando disso gastarem-se somas fabulosas”.<sup>274</sup>

Naquele ano de 1901, as nacionalidades já estavam diversificadas no núcleo “Campos Salles”, sendo os brasileiros o grupo mais numeroso.<sup>275</sup> Porém, a população do núcleo não chegava a ser abundante. Se, em 1901, viviam 902 indivíduos em “Campos Salles”, no ano de 1910, esse número chegou a 1.345.<sup>276</sup>

O núcleo “Nova Odessa” também não tinha uma população demasiadamente numerosa. Em 1910, viviam 840 habitantes no núcleo, sendo que a grande maioria era ainda formada por russos. No mesmo ano, o núcleo recém-formado de “Nova Veneza” era habitado por 464 pessoas, sendo 173 italianos.<sup>277</sup> O que é interessante observar nos dois

<sup>272</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. Brevi notizie sulla colonizzazione e immigrazione nello stato di San Paolo. S. Paulo, 1910, p.12.

<sup>273</sup> Cidade de Campinas, 28-03-1901.

<sup>274</sup> Cidade de Campinas, 28-03-1901.

<sup>275</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1901.

<sup>276</sup> REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de 1901; SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS, “Brevi notizie...”, op. cit., p.17.

<sup>277</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. “Brevi notizie...”, op. cit., p.17; SERVIÇO DE POVOAMENTO, Relatório de 1911, p.185.

primeiros núcleos, os de “Campos Salles” e de “Nova Odessa”, é que Campinas procurava outras nacionalidades para habitar esses núcleos, os quais serviam, como foi comentado anteriormente, para fixar o imigrante na região e para fazer propaganda do município.

À primeira vista, pareceria claro o motivo da procura por suíços e russos. Os núcleos tinham um caráter mais oficial e, para isso, era necessário o apoio dos governos dos países emigratórios. A Itália não intervinha diretamente nos tratados a respeito de imigração, a não ser em casos de reclamações de compatriotas que já fossem imigrantes no Brasil, como ocorreu em 1896.

Mas, observando-se mais detalhadamente a situação dos italianos na região campineira, haveria um segundo e mais forte motivo para a procura de outras etnias. Os italianos eram muito numerosos no município campineiro, já na passagem do século, e urbanizavam-se e se adaptavam à vida campineira de um modo muito fácil. Os moradores dos núcleos coloniais deveriam neles permanecer, evitando-se, dessa maneira, o êxodo para os centros urbanos. Os suíços e, posteriormente, os russos, eram nacionalidades que ainda eram estranhas para a sociedade local. A integração à vida campineira necessitaria, nesse caso, de um período de adaptação, do qual os italianos não mais precisavam, pois chegavam numa região onde o ambiente já tinha forte influência italiana.

A Revista Agrícola de S. Paulo noticiava, em 1905, a chegada de 380 imigrantes russos e comentava a admiração que provocou nos brasileiros o uso de chapéus pelas mulheres e de sobrecasacas pelos homens <sup>278</sup>, o que demonstra que os vestimentos dos italianos já estavam incorporados ao ambiente brasileiro, enquanto os russos chegavam com hábitos diferentes tanto dos nacionais como dos italianos. Alguns anos antes, a comissão municipal de agricultura de Campinas propunha ao governo estadual uma experiência com a colonização japonesa na região. <sup>279</sup> A “Cidade de Campinas” aplaudia essa iniciativa e comentava:

“Folgamos em saber que a administração superior do Estado não deixa de considerar que a corrente emigratória do Japão para S. Paulo deve ser de resultados proficuos e immediatos. (...) O presidente da comissão municipal lembra a conveniência de

<sup>278</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 15-08-1905, p.387.

<sup>279</sup> Cidade de Campinas, 13-03-1901.

se fazer dos municípios de Campinas, Amparo e Itatiba, cujas lavouras estão formadas, base para as experiências da colonização japonesa".<sup>280</sup>

Os japoneses chegariam a São Paulo ainda na primeira década do século XX. A diversidade de raças - suíços, russos, japoneses etc. - iria comprovar a facilidade de assimilação dos italianos à sociedade campineira, uma vez que essas novas etnias, além de virem em menor número e com costumes muito diferentes, demorariam mais tempo para se adaptar ao ambiente local.

Mesmo que os políticos e fazendeiros do município campineiro buscassem outras nacionalidades para povoar a região, um fato já estava consumado: os italianos haviam conquistado boa parte de suas ambições. Nos primeiros anos deste século, possuíam uma notável porcentagem dos estabelecimentos rurais e urbanos e ocupavam diversos ofícios na cidade. Muitos deles se casavam com nacionais e seus filhos já nasciam com características brasileiras. Em 1905, existiam nove sociedades italianas em Campinas e cerca de cinco periódicos nesse idioma, embora alguns tivessem curto período de existência. Os italianos foram, fora de dúvida, o grupo de estrangeiros que mais se adaptou à vida campineira, não só devido a sua personalidade mais similar a dos brasileiros, mas principalmente devido ao ambiente que encontraram quando chegaram à região na última década do século passado. Tratava-se de um ambiente já modificado pelos italianos que haviam se estabelecido no município e pelas mudanças nas estruturas agrárias e urbanas que sofria.

---

<sup>280</sup> Cidade de Campinas, 13-03-1901.

### **Capítulo 3 - O fortalecimento dos Italianos no município campineiro e as conseqüências na vida local**

Quando a vantagem da abolição do trabalho servil era ainda discutida pelos fazendeiros de Campinas, a Gazeta de Campinas, de propriedade de Carlos Ferreira, comentava no ano de 1882:

“É preciso que o estrangeiro encontre aqui em suas leis a maior somma de liberdade, para que sem vexame possa doptar este paiz como sua nova pátria.

Só assim, o Brazil imenso como é, será imenso no seu futuro.

Com a cooperação da intelligência e do capital estrangeiro, seremos um povo sem rival”<sup>281</sup>

A Gazeta de Campinas era o periódico que reunia os republicanos do município, entre eles, Campos Sales, os quais defendiam, ao mesmo tempo, a política imigratória para São Paulo. Na década de 1880, os escravos de Campinas já conviviam com a presença nem um pouco desprezível de imigrantes que chegavam à Campinas para corrigir o contraste entre a expansão cafeeira e a contração do mercado de trabalho.<sup>282</sup>

O Almanache para a Província de São Paulo de 1873 afirma que entre 1860 e 1870 entravam nove mil trabalhadores livres em Campinas.<sup>283</sup> Desde essa década até o ano de 1886, quando se iniciou a imigração subsidiada, a entrada de estrangeiros no município tornou-se freqüente, embora não atingisse os índices dos anos posteriores, principalmente da última década do século XIX.

No início da década de 1880, Campinas contava com uma comunidade italiana que podia não ser muito numerosa, mas que possuía uma notável força social, visto as manifestações que realizou em 1879 e em 1881.<sup>284</sup> Naquele mesmo ano de 1881, Attilio Bucci propôs a seus compatriotas a fundação de uma sociedade italiana. Em 17 de abril de 1881, era realizada a primeira assembleia da entidade que recebeu o nome de “ Circolo

<sup>281</sup> Gazeta de Campinas, 14-02-1882.

<sup>282</sup> Ver LAPA, José Roberto do Amaral. O mercado urbano de escravos. (Campinas - segunda metade do século XIX). Campinas, 1991, p.07.

<sup>283</sup> Ver BAENINGER, op. cit., p.27.

<sup>284</sup> Ver capítulo anterior.

Italiani Uniti”, no teatro S. Carlos. Em agosto do mesmo ano, o “Circolo” contava com 130 sócios.<sup>285</sup>

Embora nunca conseguisse atrair um grande número de sócios, o “Circolo” era a entidade mais importante da comunidade italiana que existia em Campinas no século XIX. Em 1884, a Prefeitura cedeu-lhe um terreno para a construção da sede própria, a qual foi inaugurada dois anos mais tarde, junto com uma escola.<sup>286</sup> No mesmo ano da inauguração da sede, em 1886, o “Circolo” contava com 290 sócios, tendo como presidente honorário o banqueiro italiano Rocco de Marco.<sup>287</sup>

O pequeno número de sócios do “Circolo” relaciona-se, evidentemente, às mensalidades que eram cobradas mensalmente. Além de grande parte dos italianos não se sentir em condições financeiras suficientemente boas para gastar dinheiro com a mensalidade, a prioridade de todos os imigrantes era a poupança e, por isso, evitavam os gastos “supérfluos”. J. BRITO se refere a ocasiões em que o “Circolo” enviava dinheiro para a Itália com a finalidade de auxiliar vítimas de inundações e de terremotos ocorridos naquele país.<sup>288</sup> Ao mesmo tempo, não há referências a ajudas financeiras aos compatriotas que viviam na região campineira e que sofriam explorações de seus patrões.

A existência de mais de uma sociedade italiana no município campineiro, num período em que o número de indivíduos dessa nacionalidade não era tão grande, demonstra a formação de facções dentro da própria comunidade. Em 1884, era criada, também em Campinas, a “Sociedade Artística Italiana Confederata”, com cerca de 150 sócios.<sup>289</sup> Embora J. BRITO afirme que a “Confederata” foi criada por dissidentes do “Circolo” devido à discordância frente à posição da diretoria desta última entidade em não participar de um comício dos italianos de São Paulo em 1884, os nomes dos diretores da “Confederata” não coincidem com aqueles do “Circolo” em anos anteriores. Os jornais de Campinas nunca se referiram, inclusive, à existência de rivalidades entre as duas entidades.

No ano de 1886, D. Pedro II visitou Campinas e foi recebido, na estação da estrada de ferro, pelas comissões das colônias portuguesa, italiana, alemã, francesa, inglesa, americana e espanhola. O Imperador esteve na sede do “Circolo” e batizou, também, o filho do italiano

<sup>285</sup> “La gloriosa tradizione dell’ospedale Circolo Italiano”, op. cit.

<sup>286</sup> O prédio se localiza na Praça Dr. Toffoli, onde hoje funciona a Casa de Saúde Campinas.

<sup>287</sup> *Almanach do Correio de Campinas*, 1886, p. 74-75.

<sup>288</sup> BRITO, op. cit., 26º volume, p.27-68.

<sup>289</sup> *Almanach do Correio de Campinas*, 1886, p. 74-75.

Prospero Bellinfanti, agente consultor e presidente da “Confederata”.<sup>290</sup> A recepção que os estrangeiros domiciliados em Campinas fizeram a D. Pedro II demonstra não apenas o respeito que tinham pela maior autoridade do país em que viviam, como a organização que caracterizava as diversas comunidades existentes no município. A “Confederata” publicava na Gazeta de Campinas uma convocação à participação de seus sócios na recepção:

“In occasione di giungere oggi LL.MM.Imperiali in questa città, d’ordine del signori presidente invito i signori soci a volere riunirsi alle ore 12 m. nel Collegio Corrêa de Mello per andare incorporati a riceverli nel loro arrivo.

Invito altresì ad assistere al solenne atto, gl’italiani che non fanno parte della società, come ancora i signori capi di famiglia si degneranno inviare i loro fogli che frequentano la scuola, nel luogo mensionato.

Campinas, 26 Ottobre 1886.

Il segretario,  
Giuseppe Cardamone.”<sup>291</sup>

No mesmo ano de 1886, a Sociedade Promotora de Imigração passava a trazer para São Paulo imigrantes subsidiados, possibilitando a vinda de italianos pobres. Até esse momento, porém, a comunidade italiana que vivia em Campinas participava, junto com os nacionais e com os outros estrangeiros, de manifestações como aquela ocorrida em 1881, contra um artigo que insultava a raça italiana, e de recepções ao Imperador do Brasil. Eram acontecimentos diversos - o primeiro era um protesto e o segundo era um festejo - mas que revelavam igualmente relações amistosas numa sociedade em que elementos europeus pareciam apenas contribuir para o desenvolvimento do comércio e da indústria locais.

Quando, em 1886, a esmagadora maioria dos imigrantes que passaram desde então a se dirigir para Campinas tinha por objetivo o trabalho manual nas fazendas de café da região, as relações com a sociedade local - formada tanto por nacionais como por estrangeiros já estabelecidos no centro urbano - sofreram mudanças. O “Círculo”, criado por

<sup>290</sup> Gazeta de Campinas, 24-08-1886, 27-08-1886 e 28-08-1886.

<sup>291</sup> Gazeta de Campinas, 27-10-1886. Tradução: “Em ocasião de chegarem hoje as Suas Majestades Imperiais nesta cidade, de ordem do senhor presidente, convido os senhores sócios a reunirem-se às 12 horas no Colégio Correia de Mello para andarem, incorporados, para recebê-las na sua chegada./ Convido, também a assistirem ao ato solene os italianos que não fazem parte da sociedade, como ainda os senhores chefes de família se julgarem digno os seus filhos que frequentam a escola, ao local mencionado./ Campinas, 26 de outubro de 1886./ O secretário, Giuseppe Cardamone”

italianos que tinham uma posição social notável, chegava ao ano de 1909 com apenas 190 sócios, ou seja, com pouco mais do que aqueles associados há quase trinta anos antes.<sup>292</sup> A pouca procura pela entidade, por parte dos imigrantes italianos, relaciona-se ao problema já mencionado do pagamento das mensalidades, o que acabava tornando os sócios do "Circolo" uma elite.

Na metade da década de 1890, Campinas já convivia com novos problemas sociais que refletiam as consequências da política imigratória adotada pelo estado desde os anos anteriores à abolição do trabalho escravo. O município recebeu mais estrangeiros do que seria necessário para abastecer as fazendas de café da região. Essa situação foi possível devido a diversos motivos, entre eles o desenvolvimento urbano de Campinas, que permitiu que muitos ex-colonos se estabelecessem na cidade, as mudanças na estrutura agrária local, o que favoreceu que outros ex-colonos se fixassem no campo como proprietários, e a instabilidade dos imigrantes em geral, que provocou as reemigrações e repatriações.

Paralelamente ao ambiente turbulento que envolvia milhares de estrangeiros que chegavam à região de Campinas em busca de ofertas de emprego, os italianos, que dominavam até então as correntes imigratórias que para lá se dirigiam, ao invés de se associarem às entidades criadas por compatriotas, usavam de todas as forças para conseguir juntar poupança. Usavam tanto a solidariedade como a violência para atingir os seus objetivos. As manifestações de 1879 e de 1881 se repetiriam na década seguinte, numa frequência bem maior, mas com uma nova característica: a violência.

Passados mais de dez anos do manifesto realizado pela comunidade italiana contra um artigo publicado no Petiz-Jornal, em 1881, que criticava a sua etnia, os indivíduos dessa nacionalidade que chegavam a Campinas na década seguinte pareciam estar bem mais distantes da sociedade local. Não eram mais proprietários de bancos, de grandes casas comerciais ou professores dos ginásios. Tratava-se agora de italianos que, em sua maioria, tinham em comum a necessidade de lutar por melhores salários, por melhores condições de vida, por tratamentos médicos etc. A competição pelo estabelecimento em Campinas era, nesse segundo momento, muito maior.

A sociedade local, por sua vez, enxergava os milhares de imigrantes que chegavam ao município, dentro da política da imigração subsidiada, como meros trabalhadores do

---

<sup>292</sup> BRITO, op. cit., 26º volume, p.27-68.

campo. Não levou muito tempo, porém, para que essa mesma sociedade observasse a atração que a vida urbana despertava nos novos imigrantes, o que ia se tornando, cada dia mais, preocupante. Ao mesmo tempo em que as imigrações para a cidade eram inevitáveis, a sociedade local assistia à constituição de uma coletividade italiana que, conseguindo obter força social devido à presença maciça dessa nacionalidade no município e à existência de uma comunidade italiana em Campinas desde as décadas anteriores, sentir-se-ia capaz de desafiar fazendeiros, comerciantes e até o governo, a fim de evitar desrespeito e agressões a membros de sua etnia.

As manifestações ocorridas em Campinas após o início da grande imigração, em 1886, não se limitaram a cidade, como em época anterior. No campo, mesmo que os italianos tivessem menos meios de se comunicar entre si devido às distâncias entre uma propriedade e outra, as manifestações eram frequentes. Essas manifestações eram mais comuns nas grandes fazendas, onde se aglomeravam muitas famílias italianas, o que facilitava o enfrentamento com o patrão, o administrador e os capangas, muitas vezes, escravos.<sup>293</sup> Em 1895, o Diário de Campinas noticiava a greve dos colonos da fazenda “Atibaia”, do Dr. Paula Cunha, porque “não queriam sujeitar-se a certos artigos de regulamento da fazenda, já em vigor há muito tempo”.<sup>294</sup> O resultado da revolta foi o enfrentamento dos rebeldes com 20 praças, sendo duas famílias de colonos italianos expulsas da propriedade.

No ano seguinte, o mesmo jornal noticiava uma greve de cerca de 40 colonos, na fazenda “São Clemente”, de Maria Camargo, em Valinhos. Os motivos eram muito semelhantes àqueles de 1895, ou seja, diziam respeito ao pagamento efetuado pelo administrador por alqueire de café tratado pelo colono, sendo que os trabalhadores exigiam o pagamento à vista. A narrativa do Diário de Campinas deixava evidente a violência que envolvia o enfrentamento dos colonos:

“...o administrador foi agredido pelos colonos, que investiram armados de ferramentas contra ele e que defendeu-se lançando mão de uma arma de fogo que lhe fôra imediatamente apresentada por sua filha”.<sup>295</sup>

<sup>293</sup> Ver processo-crime contra Abelardo Pompeo do Amaral, TJC, 4º ofício, caixa 226, processo 5645 (1898).

<sup>294</sup> Diário de Campinas, 20-07-1895.

<sup>295</sup> Diário de Campinas, 16-07-1896.



Há diversos relatos de greves feitas por colonos nas fazendas de Campinas ainda no século XIX. Esses relatos demonstram o temor do administrador, especialmente, frente à organização dos colonos, uma vez que o proprietário geralmente residia com sua família na cidade. Entre todas essas greves, no entanto, houve uma que teve grande repercussão por toda a região, acabando por contar com a adesão dos italianos que viviam na cidade de Campinas. Trata-se de uma manifestação feita pelos elementos dessa etnia em prol de dois compatriotas, colonos da fazenda “Pedra Branca”, de Abelardo Pompeo do Amaral.

O fato ocorreu em 1897. Os dois colonos italianos, Argentão Eugênio, e seu filho, Argentão Augusto, abriram um processo contra o proprietário da fazenda por terem sido espancados “por três pretos às ordens do fazendeiro”.<sup>296</sup> Segundo seus depoimentos, foram perseguidos pelo administrador porque queriam deixar a fazenda devido aos maus tratos que recebiam, afirmando mesmo que o proprietário usava cárcere privado. Os compatriotas da cidade, informados dos acontecimentos ocorridos em “Pedra Branca”, distribuíram boletins convocando a coletividade para um comício a fim de protestar contra “actos de barbaria de que foram victimas colonos inermes da PEDRA BRANCA, bem como coadjuvar a sua autoridade consular e as do paiz”.<sup>297</sup>

Os comícios feitos por colonos nas propriedades rurais da região de Campinas não eram tão raros no final do século XIX. O que é peculiar nos acontecimentos de “Pedra Branca” é o fato de o delegado de polícia e seus guardas, chamados ao local onde ocorrera a agressão física, colocarem-se ao lado dos italianos. Esses estrangeiros, entusiasmados com o grande número de compatriotas que aderiram ao movimento e com o apoio do delegado, saíram às ruas de Campinas, fazendo um comício em frente ao vice-consulado de seus pais. Os italianos conseguiram o apoio de seu governo, o qual, enviando o ministro Conde Antonelli para uma visita oficial à região, ordenou-lhe que fosse à fazenda “Pedra Branca”, a fim de verificar os fatos lá ocorridos em dezembro de 1897.

A imprensa campineira se amendrontou não apenas com o apoio do delegado de polícia à manifestação, mas com a organização de tal movimento, que mobilizou grande número de italianos em confraternização a apenas dois compatriotas. A Cidade de Campinas mostrava-se indignada por Elias Pisciotta, fazendeiro italiano com uma importante posição social em Campinas, e posteriormente presidente benemérito da “Sociedade Umberto I”, de

<sup>296</sup> BRUITT, op. cit., p.09.

<sup>297</sup> Cidade de Campinas, 18-12-1897.

Valinhos, ter assinado o boletim do manifesto, e chamava-o de “PERSONA GRATA DO DELEGADO”.<sup>298</sup> O mesmo jornal comentava:

“Similhante intervenção em matéria de competencia da justiça local, não só constitui uma imprudencia offensiva ao pundonor dos brasileiros, mas também um ataque á dignidade dos que representam a lei nesta terra, visto reflectir desconfiança latente...

Entendemos que os italianos domiciliados em Campinas, que já têm dado provas de amor e respeito ás leis do paiz, luctando connosco pelo progresso dese torrão, devem aguardar tranquilos o procedimento da justiça, que ha de se manter numa esphera serena, acima do tumultuar das paixões incontinentes”.<sup>299</sup>

A Cidade de Campinas, que irá, no decorrer dos anos, explicitar a sua tendência nacionalista, exigia dos italianos dois comportamentos que não eram facilitados pelo ambiente hostil que se criava - a confiança na justiça local e a tranqüilidade. O italianos agiam completamente na direção oposta, ou seja, não confiavam nas leis brasileiras e viviam intranqüilos quanto às suas reivindicações.

Na verdade, a Cidade de Campinas temia que o caso de “Pedra Branca” acabasse tendo o mesmo desfecho das “reclamações italianas”, de agosto de 1896, ocorridas na capital do estado, as quais provocaram feridos e até uma morte.<sup>300</sup> Dias depois da manifestação do italianos de Campinas, em dezembro de 1897, o jornal publicava a carta de um fazendeiro da região que considerava um absurdo o delegado de policia e seus guardas terem penetrado nos terreiros da fazenda “Pedra Branca” para “ahi irem desmoralisar a autoridade dos agricultores, na presença dos seus subordinados”.<sup>301</sup>

O autor da carta publicada na Cidade de Campinas possuía uma posição semelhante àquela da Revista Agrícola de S.Paulo, ou seja, ele acreditava que os italianos não compreendiam a situação calamitosa dos fazendeiros num momento em que o preço do café caía e o salário dos colonos mantinha-se alto. Muito pelo contrário, segundo sua carta, os

<sup>298</sup> Cidade de Campinas, 18-12-1897. Elias Pisciotta se envolveu, em 1915, num processo-crime que lhe acusava de ter provocado lesões corporais num conflito ocorrido em Valinhos. Ver TJC, 2º officio, caixa 387, processo 7468.

<sup>299</sup> Cidade de Campinas, 18-12-1897.

<sup>300</sup> Ver 3º capitulo da IIª parte deste estudo.

<sup>301</sup> Cidade de Campinas, 28-12-1897.

fazendeiros eram forçados a fazer cada vez mais concessões aos colonos, como doações de terras para cultivo próprio e adiantamento em dinheiro. Mas a principal preocupação desse fazendeiro era a imagem que a classe dos proprietários de Campinas iria adquirir em outras regiões:

“Quem vae perder com o facto da imprudente autoridade vae ser a lavoura do município, que ha de ser olhada lá fora como bárbara, porque nem todos lêm cautelosamente o que se passa e o que os jornaes escrevem, para tirar a conclusão de que a denuncia foi provada falsa e filha de más informações dos proprios companheiros dos colonos interessados”.<sup>302</sup>

No entanto, o proprietário Abelardo Pompeo do Amaral não pareceu estar preocupado com a imagem dos fazendeiros de Campinas. No ano seguinte ao acontecimento de “Pedra Branca”, o mesmo proprietário se envolveu em outro conflito com os colonos de sua fazenda. Desta vez não foram duas vítimas, mas a agressão se deu em toda a “colônia” italiana que vivia na propriedade. Aberto o inquérito policial em maio de 1898, os colonos italianos se referiam a cerca de 20 camaradas, “todos pretos”, que acompanharam o patrão, à noite, para arrombarem as portas de suas casas e espancaram colonos.

O motivo de tamanha agressão era o conflito entre Giuseppe Vegliani, que queria os viveres necessários para sua alimentação, e o administrador e o patrão, que não queriam lhe fornecer os mantimentos porque o colono estava em débito. Segundo o depoimento de Giuseppe, ele e seus compatriotas que o haviam acompanhado até a casa do patrão, voltaram à “colônia”, até que este, seu administrador, e seus capangas atacaram suas casas à noite. O resultado foi a fuga dos colonos para “uma mata próxima”, até cerca de dez horas da noite, quando retornaram à “colônia” por ouvirem que “as mulheres gritavam e choravam”.<sup>303</sup>

Esses dois processos que envolveram Abelardo Pompeo do Amaral demonstram como era importante, para os italianos, a união de sua coletividade, única força capaz de enfrentar um fazendeiro local. Mesmo que não conseguissem incriminar o agressor, é interessante observar que procuravam a justiça, embora não confiassem nela. Nos depoimentos, a preocupação das vítimas era sempre salientar o comportamento desumano de

<sup>302</sup> Cidade de Campinas, 21-12-1897.

<sup>303</sup> TJC, 4º ofício, caixa 226, processo 5645 (1898).

seus patrões. Analisando esses dois processos que envolveram Abelardo Pompeo do Amaral, conclui H.BRUIT:

“A condição dos colonos, segundo os dois inquéritos policiais, não era muito diferente da condição dos escravos. É notória a persistência da tradição escravista pesando sobre as atitudes de muitos fazendeiros e permeando as relações de trabalho livre”.<sup>304</sup>

Por outro lado, os jornais de Campinas analisavam os conflitos entre colonos e fazendeiros como resultado da presença de elementos desordeiros que pressionavam seus compatriotas a aderirem ao movimento. Numa greve de colonos ocorrida em 1901, na fazenda “Angélica”, comentava a Cidade de Campinas:

“Os colonos da fazenda do Sr. Dr. Eduardo Guimarães declararam-se em greve e obrigam os outros a não trabalharem”.<sup>305</sup>

As greves dos colonos persistiram em Campinas no século XX. M. HALL narra o movimento grevista que ocorreu nas fazendas “Chapadão”, “Aracy” e “Tapera”, todas no município campineiro, no ano de 1911. Os motivos eram os mesmos daqueles de anos anteriores, ou seja, o aumento dos salários, embora houvesse casos em que a greve era ocasionada por solidariedade a compatriotas.

Porém, foi na cidade que os italianos explicitaram mais acentuadamente a sua força como coletividade. Essa demonstração não se deu apenas em atos violentos, como comícios e manifestações, mas também nas comemorações e festejos que envolviam todos os elementos dessa nacionalidade. No dia 20 de setembro, data que comemorava a unificação da Itália e a queda do poder temporal do Papa, Campinas parecia viver um feriado nacional. A população local assistia a um espetáculo de bandas musicais, de discursos e de desfiles, tudo organizado pelos italianos que viviam no município. Era o dia em que prestavam uma homenagem ao seu país de origem, enquanto, os mesmos festejos significavam uma confraternização entre os filhos da mesma pátria.

Os jornais de Campinas não deixavam de publicar o programa dos festejos e, depois, os seus comentários. As sociedades italianas, que organizavam a comemoração, pediam a colaboração de todos os compatriotas. A narrativa do Diário de Campinas, a respeito dos festejos de 1897, demonstrava a participação de todos os italianos que viviam na cidade:

<sup>304</sup> BRUIT, op. cit., p.10.

<sup>305</sup> Cidade de Campinas, 04-07-1901.

“Quasi todas as casas italianas bem como o vice-consulado estiveram embandeirados, percorrendo, pela manhã, a banda “Feniana” algumas ruas da cidade”.<sup>306</sup>

A festa se iniciava todos os anos pela manhã, quando uma banda percorria as ruas da cidade. À tarde, ocorriam as reuniões das sociedades e das escolas italianas de Campinas, cujos elementos percorriam, logo após o encontro, as principais ruas do centro. À noite, nunca deixavam de acontecer uma sessão solene e um baile. O “Circolo Italiani Uniti”, que sempre era o principal organizador da festa, convocava a “colônia” e explicava a importância da comemoração de 20 de setembro:

“Si prega caldamente d’intervenire addi mostrando cosi, che ancora lontani dalla patria, pure serbiamo ancora viva la flama del patriotismo”.<sup>307</sup>

Apesar de exaltar o patriotismo, as comemorações de 20 de setembro contavam com a participação das autoridades de Campinas, que faziam discursos sobre a amizade entre italianos e brasileiros. A Cidade de Campinas, que em alguns momentos se mostrou parcialmente nacionalista frente a atos violentos que envolviam italianos, elogiava a iniciativa de sua coletividade em promover os festejos:

“A festa comemorativa á data da unificação da Italia teve este anno grande realce e isto devido á sympathica sociedade CIRCOLO ITALIANI UNITI que se obriga, por seus estatutos, a festejar-a todos os annos como uma guarda escrupulosa das glórias da pátria de Garibaldi”.<sup>308</sup>

Entretanto, a coletividade italiana que vivia na cidade de Campinas não revelava a sua força apenas através de comemorações. Houve momentos em que a imprensa campineira viveu um verdadeiro debate frente aos constantes atos de violência que envolviam italianos e nacionais, demonstrando um certo temor pelo enfrentamento de um grupo de estrangeiros em relação à sociedade local.

O acontecimento que envolveu italianos numa agressão física e que ganhou maior repercussão nos jornais de Campinas ocorreu em 1902. Nesse ano, a Itália enviava Adolfo Rossi ao Brasil para verificar a situação de seus compatriotas na “nova pátria”, cujo relatório

<sup>306</sup> Diário de Campinas, 21-09-1897.

<sup>307</sup> Diário de Campinas, 24-08-1897. Tradução: “Suplica-se, ardentemente, que se assista à cerimônia, mostrando, então, que mesmo longe da pátria, mantemos, contudo, ainda viva a fâmula do patriotismo”.

<sup>308</sup> Cidade de Campinas, 22-09-1903.

foi tão negativo que provocou a proibição, por parte daquele país, da passagem subsidiada aos italianos que decidissem partir para São Paulo. Poucos meses antes dessa proibição, porém, dois oleiros italianos e um mensageiro do correio, da mesma nacionalidade, assassinaram um caboclo, conhecido como Joaquim Paraguay. O crime ocorreu em Cosmópolis, próximo ao núcleo “Campos Salles”, mas os jornais não explicam o motivo do assassinato. A Cidade de Campinas, que chamava o caboclo de “nosso patricio” e “ébrio inofensivo”, deixava evidente o terror que considerava o fato:

“...uma scena de selvageria, que não encontra outra comparável, nos annaes do crime neste municipio...

...parecendo que só instinctos perversos, accendidos pelo álcool, determinaram o caso horroroso (...). Os costumes variam conforme os paizes, devendo-se apenas notar que os nossos, pelo menos em parte, não são peiores do que os de outras terras, que contam séculos de civilização”.<sup>309</sup>

A Cidade de Campinas acabou explicitando, nos comentários a respeito do “Caso de Cosmópolis”, seu nacionalismo e, mais do que isso, o seu nativismo, como o próprio jornal italiano Fanfulla diria dias depois do acontecimento. Aquele jornal campineiro tinha como redator Alberto de Faria e, no início do século XX, Elias Lobo Júnior. Em suas linhas, eram constantes os relatos de atos de violência que envolviam estrangeiros, sobretudo italianos, mas quando a agressão era cometida por um nacional e a vítima era italiana, a Cidade de Campinas pedia calma e tolerância à coletividade dessa nacionalidade. No entanto, no “Caso de Cosmópolis”, o jornal criticava a omissão dos outros dois periódicos campineiros em relação ao fato. Mas, a Cidade de Campinas dizia não estranhar a atitude dos outros jornais porque um nada publicou quando ocorrera o “Caso de Pedra Branca”, em 1897 - referia-se ao Correio de Campinas - e o outro era um órgão colonial - dizia respeito ao Comércio de Campinas.

No entanto, o Correio de Campinas, considerado moderadamente imparcial por J.MARIANO<sup>310</sup>, não ficou pacífico à provocação e refutou:

“A CIDADE vem com a bocca humida de ódio lançado imprecações á imprensa, por não ter desencadeado uma tempestade de fúria,

<sup>309</sup> Cidade de Campinas, 30-03-1902.

<sup>310</sup> MARIANO, Júlio. “História da imprensa campineira”, in: Monografia histórica de Campinas, op. cit., p. 240-241.

de rancores sobre estrangeiros, a quem é atribuída a autoria de um assassinato”.<sup>311</sup>

A mesma acusação foi feita pelo Fanfulla, jornal em idioma italiano, publicado na capital do estado:

“...la CIDADE ha assunto per delle diatribe nativistiche, quasi che per addossarne la colpa a farsi responsabili gli italiani, solo perché qualche nome, fra gli indiziati autori del mesfatto, suona italiani; mentre di fatto é tanto brasiliano, como i signori della CIDADE”.<sup>312</sup>

A Cidade de Campinas fazia uma campanha parcialmente nacionalista em seus artigos, tomando-a, nos primeiros anos do século XX, cada vez mais explícita. Alguns dados publicados pela própria imprensa local alarmavam qualquer indivíduo de tendências nativistas. Entre eles, é notadamente impressionante o número de crianças nascidas em Campinas com origem estrangeira: entre abril e agosto de 1896, 494 recém-nascidos tinham pais estrangeiros, enquanto apenas 362 tinham pais brasileiros! No mesmo período, porém, o número de óbitos de brasileiros foi maior do que o de estrangeiros no mesmo município. Todos esses dados acentuam o fortalecimento da coletividade italiana em Campinas, o que apavorava a imprensa nacionalista.<sup>313</sup>

Um artigo publicado na Cidade de Campinas, no ano de 1901, a respeito da abertura das Instituições de Beneficência para todas as nacionalidades, fornecia dados que demonstravam como os estrangeiros participavam da vida urbana de Campinas: desde o ano de sua criação, em 1876, até 31 de maio de 1901, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas havia internado 5.575 estrangeiros e 9.174 nacionais.<sup>314</sup> Na verdade, o jornal publicava esses dados para afirmar que as instituições brasileiras eram humanitárias e democráticas, enquanto a Beneficência Portuguesa de Campinas era nativista pois, apesar de aceitar sócios não-portugueses, não deixava que estes votassem ou ocupassem qualquer cargo da instituição.

Assim afirmava a Cidade de Campinas:

<sup>311</sup> Reproduzido em Cidade de Campinas, 03-04-1902.

<sup>312</sup> Reproduzido em Cidade de Campinas, 05-04-1902. Tradução: “... a CIDADE assumiu para si uma crítica nativista, quase que para tomar sobre si o encargo de culpar, fazendo responsabilizarem-se os italianos, apenas porque qualquer nome, entre aqueles dos indiciados como autores do crime, é italiano; enquanto, na verdade, é tão brasileiro, como os senhores da CIDADE”.

<sup>313</sup> Ver Diário de Campinas, 17-06-1896, 21-07-1896, 11-08-1896, 11-09-1896 e 10-10-1896.

<sup>314</sup> Cidade de Campinas, 30-07-1901.

“Estamos na America e aqui a confraternidade é um facto; o humanitarismo estabelece essa concordia entre brasileiros e estrangeiros e não ha motivo para que não comparticipem das responsabilidades associativas homens generosos...”<sup>315</sup>

No entanto, a fraternidade pelos estrangeiros se limitaria às Instituições de Beneficência de acordo com a Cidade de Campinas. O grande número de estrangeiros que passou pela Santa Casa de Misericórdia despertou um problema social que se tornaria o centro dos debates entre nativistas: a relação entre estrangeiros e os perigos de epidemias em Campinas. Realmente, os obituários publicados no Diário de Campinas no decorrer do ano de 1896 mostram um número assustador de mortes de italianos devido à febre amarela. A partir dessa constatação, a Cidade de Campinas passaria a promover uma campanha a favor da suspensão temporária da imigração para Campinas:

“Com a chegada dessas levas humanas que diariamente ahi vemos, pôde muito bem coincidir a explosão de epidemias de variola e febre amarella, dadas as condições atuais.

Numa estação em que o calor mais aperta, afigura-se-nos inconveniente o desembarque de ranchos de individuos, mal alimentados e envoltos em trapos sujos”.<sup>316</sup>

Na verdade, Campinas teve um eterno problema com a hospedagem dos imigrantes que chegavam ao município. O prédio que estava sendo construído para essa finalidade acabou em completo abandono e os imigrantes eram alojados num quartel em que era abrigado um batalhão de soldados.<sup>317</sup> O estabelecimento provisório não possuía serviço de esgoto e a água não era abundante, características não muito promissoras num momento em que epidemias eram comuns. Paralelamente, chegavam a Campinas dezenas de imigrantes em um só leva, o que tornava o perigo de uma epidemia alarmante. No ano de 1901, houve ocasião em que chegaram ao município mais de 600 estrangeiros, num só dia!<sup>318</sup> No ano seguinte, contavam-se 27 cortiços e pensões em Campinas, lugares propícios para focos de epidemias.<sup>319</sup>

<sup>315</sup> Cidade de Campinas, 18-06-1901.

<sup>316</sup> Cidade de Campinas, 21-01-1897.

<sup>317</sup> Diário de Campinas, 23-07-1898 e Cidade de Campinas, 24-05-1901.

<sup>318</sup> Cidade de Campinas, 24-05-1901.

<sup>319</sup> Cidade de Campinas, 05-04-1902.



Há evidências, porém, de que muitos imigrantes embarcavam na Itália já doentes. No final do século XIX, falava-se em 6.000 mortes causadas por tuberculose, em um ano, na Itália.<sup>320</sup> Entretanto, a inspeção sanitária em São Paulo era muito frágil, visto a inexistência de um prédio com boas condições de higiene para receber os imigrantes em Campinas. A Hospedaria de São Paulo também tinha problemas nesse sentido, chegando a abrigar um número de estrangeiros bem superior àquele que realmente comportava. Ao mesmo tempo, as epidemias não podem ser relacionadas apenas aos estrangeiros, uma vez que muitos brasileiros também morriam de doenças epidêmicas, provocadas, muitas vezes, pela falta de inspeção sanitária em São Paulo. Portanto, a Cidade de Campinas exagerava na sua posição frente ao perigo de epidemias, propondo a suspensão da imigração:

“A gente, aqui em Campinas, está convencida de que a febre amarela é importada, e que felizmente para nós ainda se não reverteu da forma endêmica...

Desde que o governo se acha impossibilitado de receber imigrantes de países salubres, e os não pôde introduzir sem os expôr ao contágio, o melhor é interromper essa corrente contaminadora de uma zona ubérrima como a nossa”.<sup>321</sup>

Na realidade, a Cidade de Campinas procurava argumentos para suspender a imigração italiana para a região. Para isso, referia-se a países salubres, que seriam a Suíça, a Rússia e o Japão, pois estava sempre incentivando a vinda de estrangeiros desses três países. Os italianos, por sua vez, vinham de um país que atravessava o problema de grande pobreza da população e da existência de elementos considerados “perigosos”, os anarquistas. A Cidade de Campinas defendia a vinda de estrangeiros de países ricos e associava os italianos aos problemas sociais que assombravam o município. Campinas era traumatizada com as epidemias de febre amarela que dominaram a cidade em 1889 e novamente no início da década de 1890, matando muitos de seus habitantes.<sup>322</sup> No final dessa década, havia rumores de epidemias de febre amarela, varíola e de difteria no estado de São Paulo, sendo que em 1897 a Hospedaria do Brás, na capital paulista, ficou fechada por alguns meses devido à constatação de 70 infectados por essa última doença.<sup>323</sup>

<sup>320</sup> Cidade de Campinas, 06-02-1896.

<sup>321</sup> Cidade de Campinas, 23-01-1897.

<sup>322</sup> Ver BAENINGER, op. cit., p.35.

<sup>323</sup> Cidade de Campinas, 07-05-1897.

Por outro lado, a imprensa italiana acreditava que era o clima do Brasil que prejudicava a saúde de seus compatriotas:

“...o seu clima é péssimo e (...) o trabalho é penoso para os imigrantes, o que considera para a vida d’este iminente perigo”.<sup>324</sup>

Confrontando as duas posições - a primeira de que o imigrante italiano trazia as epidemias e a segunda de que eram o clima e o trabalho penoso do Brasil que as provocavam - parece-nos que ambas têm algo de verdadeiro. Porém, o problema das epidemias poderia ser solucionado por uma vigilância sanitária séria, não apenas na Hospedaria de São Paulo, como no desembarque dos imigrantes em Santos. A Cidade de Campinas utilizava o discurso do perigo da imigração de indivíduos “sujos” para disfarçar o seu preconceito pelos imigrantes italianos.

O Diário de Campinas, por sua vez, acreditava que a solução para que as epidemias fossem evitadas estava na melhoria que os fazendeiros deveriam fazer nas condições das casas de seus trabalhadores,

“apezar de reconhecer que em algumas fazendas os colonos estão em condições relativamente boas de conforto e hygiene, sensivelmente superiores às dos camponeses europeus”.<sup>325</sup>

No fundo, o que preocupava a Cidade de Campinas era a transformação do município numa sociedade onde o elemento estrangeiro - com especial atenção ao italiano - modificou totalmente a paisagem local e agravou problemas sociais existentes desde a época da escravidão - como doenças e atos violentos. O que ocorreu, no entanto, foi a busca incessante, por parte desses estrangeiros, pela vida urbana, provocando um “inchaço urbano” na cidade de Campinas.

A reação da sociedade local, e agora não nos limitamos à Cidade de Campinas, foi a criação de um preconceito por aqueles italianos que não conseguiram atingir uma razoável posição social, o que agravava ainda mais o ambiente hostil que existia devido à ambição que permeava a vida dos imigrantes. Ainda nos últimos anos do século XIX, havia italianos, estabelecidos no centro urbano de Campinas, que ocupavam funções de “capanga”, “mulher

<sup>324</sup> Comentários do Corriere de La Serra, reproduzido em Cidade de Campinas, 24-04-1901.

<sup>325</sup> Diário de Campinas, 23-11-1899.

de vida” e “empregado”, o que demonstra que havia um contingente de elementos dessa nacionalidade que engrossava as esferas mais baixas da sociedade local.<sup>326</sup>

A existência desse contingente de italianos que vivia em Campinas, em busca de uma ascensão social e de conforto, refletiu-se nos constantes desentendimentos entre indivíduos dessa nacionalidade e outros estrangeiros e brasileiros, especialmente negros. Assim como no campo, onde a existência de ex-escravos trabalhando como capangas de fazendeiros pôde ser observada em diversos processos cartoriais, na cidade também eram comuns os enfrentamentos entre negros e italianos. Nesse último caso, porém, os motivos da agressão sempre se relacionavam a “ajuste de contas”, o que nos leva a notar uma aproximação social entre eles, talvez por ambos sentirem-se frustrados por não conseguirem realizar as suas ambições. No relato de um conflito desta natureza, ocorrido em 1897, pelo Diário de Campinas, é possível ser verificada a casualidade do agravamento da agressão física:

“Ante-hontem à noite, na rua de Santa Cruz, houve uma altercação entre alguns indivíduos pretos e um italiano, por questão de ajustes de contas.

Os contendores dirigiram-se para a cadeia velha no intuito de invocar a intervenção da polícia para terminar a questão

Ao chegarem próximo ao largo de Santa Cruz, alguns indivíduos italianos que se achavam n’uma venda agrediram aos pretos, armados de facas e revólveres”<sup>327</sup>

Do mesmo modo, a violência entre italianos e negros podia ocorrer no campo pelos mesmos motivos:

“Na fazenda BOA UNIÃO, distante da cidade três léguas, deu-se ante-hontem, à noite, um conflito entre o preto Joaquim Benedicto e o italiano Ventura Gaspar, resultando sair ferido o primeiro com cinco facadas.

Originou o incidente um questão de intrigas, não sendo desesperador o estado da vítima”.<sup>328</sup>

A origem de todos os conflitos entre italianos e negros relacionava-se, contudo, à competição pelo mercado de trabalho e pela conseqüente ascensão social. Os estrangeiros

<sup>326</sup> Ver processo-crime contra Mira Capponi, TJC, 2º ofício, caixa 384, processo 7421 e inventário de Adolpho Massagli, 2º ofício, caixa 243, processo 2-5681.

<sup>327</sup> Diário de Campinas, 11-07-1897.

<sup>328</sup> Cidade de Campinas, 01-10-1903.

que chegaram a Campinas com a passagem subsidiada ocuparam os mesmos ofícios que eram exercidos pelos escravos - cultivo do café e outras atividades manuais. Porém, os primeiros tiveram a vantagem de decidirem o seu próprio destino, não permanecendo durante muito tempo na situação de colonos, liberdade não possível aos escravos.

O direito de escolher o seu próprio destino garantiu aos italianos a utilização de diversos mecanismos para atingir as suas ambições. Ao contrário dos ex-escravos, que não contavam com o amparo de nenhuma instituição ou autoridade que os representasse, os italianos se apoiaram exatamente nesses elementos para enfrentar os obstáculos que lhes eram impostos. O “Circolo Italiani Uniti”, principal sociedade formada pelos elementos dessa nacionalidade em Campinas, havia sido criado em 1881 e possuía uma escola própria que passou a funcionar no ano de 1886, quando D. Pedro II visitou o prédio onde funcionava. A “Sociedade Artística Italiana Confederata” havia sido formada em 1884 e a “Sociedade Trabalho e Progresso”, criada dez anos mais tarde, localizava-se em Sousas, congregando os italianos radicados naquele distrito.<sup>329</sup>

Havia outras sociedades italianas em Campinas de dimensões menores, como o “Clube Familiar XX de Setembro”, de 1883, e o “Clube Familiar Regina Margherita”, presidido, em 1897, por Angelo de Tullio, da família que regia a banda musical “Italo-Brasileira”.<sup>330</sup> A. TRENTO se refere, ainda, a seis periódicos publicados em Campinas, em idioma italiano, entre 1888 e a segunda década do século XX.<sup>331</sup> Contudo, mesmo que nenhuma dessas sociedades ou veículos de imprensa se dedicasse às causas dos italianos pobres, no ano de 1903 foi fundado o “Patronato degli Emigranti in Campinas”, que já nesse ano possuía 103 sócios. Alguns meses após sua criação, existiam mais de 700 ações levantadas por colonos italianos, além de contar com a construção de um consultório médico, onde o brasileiro Ayres do Amaral se propôs a atender os italianos pobres gratuitamente.<sup>332</sup>

Além dessa variedade de instituições e de periódicos nas mãos da coletividade italiana de Campinas, os indivíduos dessa nacionalidade contavam com um vice-consulado,

<sup>329</sup> Ver Gazeta de Campinas, 27-08-1886, sobre a visita de D. Pedro ao “Circolo Italiani Uniti” e GOMES, Zuleika Godoi. Monografia histórica e estatística do distrito de Sousas. Campinas, 1973, p.73, sobre a “Sociedade Trabalho e Progresso”.

<sup>330</sup> Ver Cidade de Campinas, 09-10-1897 e Diário de Campinas, 17-09-1895 e 21-09-1897.

<sup>331</sup> Ver TRENTO, Do outro lado..., op.cit., apêndice, p.503.

<sup>332</sup> Cidade de Campinas, 17-09-1903.

que estava presente em todas as suas comemorações e manifestos, e com visitas esporádicas de autoridades italianas. Apenas no ano de 1898, Campinas recebeu duas visitas do Conde Antonelli, Ministro da Itália no Brasil, uma do cônsul de São Paulo e uma do Conde Condiani, almirante italiano, junto com alguns oficiais de sua esquadra.<sup>333</sup> Nessas visitas, o passeio sempre incluía a ida a alguma propriedade rural do município, onde eram mostrados o desenvolvimento agrícola da região e as “boas condições” dos colonos.

Através de todos esses mecanismos - enfrentamentos, instituições, imprensa e autoridades de seu país de origem - os italianos foram conseguindo se estabelecer na cidade de Campinas. Além de muitos deles se tornarem proprietários de pequenos estabelecimentos rurais ou urbanos, a diversidade de empregos na cidade permitiu que muitos outros se fixassem em Campinas. A sociedade local passou a conviver, desde então, com um contingente de italianos que desembarcavam em Santos com o intuito de aqui refazerem suas vidas, não limitando aos anos árduos em que viviam no trabalho do colonato o ato da imigração.

Tratava-se de um contingente de italianos, porém, que conseguiu se estabelecer no município campineiro devido à sua força social que, além de contar com um grande número de indivíduos dessa nacionalidade, contou, também, com os objetivos dos imigrantes dessa origem, de conseguir se estabelecer na nova pátria a qualquer custo. Como resultado dessa luta para reconstruir em Campinas uma vida que na Itália não lhes parecia mais possível, a atração pela vida urbana era visível. Na cidade, que desenvolvia a indústria e o comércio enormemente, o fortalecimento social dos italianos foi mais perceptível para a sociedade local, pois era aí que a convivência entre ambos era mais freqüente. Esse era o comentário do Diário de Campinas, em 1898:

“É ahi e nos negócios e nas officinas dos principais centros do Estado como das últimas aldeias, onde não há venda e não há officio que na maior parte não seja exercido por italianos - é nesses logares que se pôde avaliar na justa proporção de milhares de imigrantes encaminhados para serem os ricos e os privilegiados do futuro”.<sup>334</sup>

<sup>333</sup> Diário de Campinas, 08-02-1898, 16-09-1898 e 08-11-1898.

<sup>334</sup> Diário de Campinas 20-03-1898.

O Almanaque de Campinas do ano de 1900 demonstra como os italianos possuíam inúmeros estabelecimentos urbanos, tanto de grandes como de pequenas dimensões. Num processo que envolvia um italiano, criador de gado, todos os hoteleiros que foram chamados como testemunhas eram dessa nacionalidade.<sup>335</sup>

Ocorria que os colonos italianos, após juntarem certas economias, procuravam se estabelecer, na grande maioria, nos centros urbanos em diversos ofícios. Aos olhos dos campineiros, esse êxodo rural era preocupante, uma vez que, após a abolição, diversos pequenos proprietários deixaram os seus estabelecimentos rurais para buscarem atividades urbanas, muitas vezes, sentindo-se incapazes de substituir o seu pequeno capital empregado nos ex-escravos para empregá-lo nos salários dos colonos. Esse contingente de pequenos proprietários rurais se estabeleceu na cidade de Campinas através do oficialismo público, graças ao advento da República, e através do pequeno comércio. Com a imigração, a concorrência por trabalhos urbanos cresceu, fato que não ocorria durante a escravidão em tamanha dimensão. Assim comentava a situação dos centros urbanos no final do século XIX o Diário de Campinas:

“...a grande onda de imigração que inundou o paiz nestes ultimos annos..veio, por sua vez, aggravar a situação econômica dos grandes centros populosos, onde, em grande escala, esses mesmos immigrants procuram collocar-se e effectivamente se collocam no pequeno commercio, nos diversos misteres da vida domestica, pequenas industrias e até nos empregos públicos”.<sup>336</sup>

A Cidade de Campinas, por sua vez, mostrava-se bem mais preocupada com “inchaço” urbano da cidade, devido à atração que ela despertava nos italianos. O jornal atribuía duas conseqüências diretas dessa situação - a mendicidade e os cortiços. No entanto, após tanta insistência na questão dos mendigos, a Repartição de Policia do municipio resolveu cadastrar todos os individuos classificados como desocupados e necessitados. Dos 34 mendigos cadastrados no ano de 1899, apenas 04 eram de nacionalidade italiana, sendo

<sup>335</sup> Ver processo-crime contra Michele Gardini Cornovale, TJC, 2º officio, caixa 387, processo 7475. As testemunhas eram todas ligadas a hotéis porque os contratos a respeito da venda e da compra de gado eram assinados nesses estabelecimentos.

<sup>336</sup> Diário de Campinas, 27-01-1899.

mais da metade formada por “pretos e pardos”.<sup>337</sup> Em 1902, num novo cadastramento de mendigos, de 28 indivíduos considerados indigentes, apenas 03 eram italianos.<sup>338</sup>

No mesmo ano de 1902, a Cidade de Campinas argumentava seu nativismo:

“Si na verdade fôramos um nucleo de nativistas, como as gazetas prégioam a todo o momento, nada haveria de extranhavel nisso, pelo menos aos olhos dos sociologos: o phenomeno do patriotismo illusório, que ás vezes se confunde com o real, é inherente aos paizes novos, aos povos saídos das faixas dos regimens coloniaes (...).

Porém, é mania dizermos que aqui nada presta, que lá fóra tudo é bom; que somos caipiras, que os da Europa são civilizados etc. Não admira, portanto, que o portuguez grite contra o preço da agua, em nossa terra, quando a beberia mais cara, na delle; que o italiano faça bulha a proposito de salario, quando o não obteria tão promptamente, na Italia”.<sup>339</sup>

Realmente, no final do século XIX, Campinas havia atravessado um crescimento rápido e existiam, sem dúvida, diversos problemas sociais, como mendicidade e cortiços. Mas a Cidade de Campinas associava esses problemas aos estrangeiros que se “depositavam” no centro urbano, especialmente aos italianos, construindo um discurso nacionalista que não aceitava as reivindicações dos elementos dessa nacionalidade. Para esse órgão da imprensa campineira, a imigração tinha como objetivo atender à procura por mão-de-obra nas fazendas da região, sendo que ela se desviava para a cidade. No entanto, é possível verificar que não foram apenas os estrangeiros que provocaram os problemas sociais que assombraram Campinas no final do século XIX, uma vez que grande parte dos indivíduos neles envolvidos era de origem brasileira ou era formada por ex-escravos.

Em Campinas, refletia-se a consequência dos anos posteriores à abolição, o que ocorreu em todos os locais que dependeram da mão-de-obra escrava e da mão-de-obra européia, ou seja, a competição pelo mercado de trabalho entre imigrantes e ex-escravos, além de brasileiros que engrossavam a classe média urbana em desenvolvimento.

A imprensa nacionalista campineira, representada pela Cidade de Campinas, associava os problemas sociais exclusivamente aos estrangeiros, sobretudo aos italianos, a

<sup>337</sup> Diário de Campinas, 10-08-1899.

<sup>338</sup> Diário de Campinas, 14-03-1902.

<sup>339</sup> Cidade de Campinas, 18-09-1902.

fim de encobrir o seu real objetivo, ou seja, o de tentar impedir o fortalecimento da coletividade italiana, a qual transformava, ainda nos últimos anos do século XIX, a cidade campineira num centro italo-brasileiro. Entretanto, de nada adiantaram esses discursos nativistas, pois os italianos conseguiram formar uma coletividade com força social no município campineiro e não se atemorizaram em buscar o apoio das instituições, da imprensa, das autoridades de seu país de origem e nem da justiça. Devido a esse amparo e a um certo grau de solidariedade entre indivíduos dessa nacionalidade, os italianos conseguiram preencher uma classe média num grau maior do que os ex-escravos da região.



#### **4 - A presença da violência no cotidiano da coletividade italiana em Campinas - solidariedades e rivalidades**

Os italianos que chegaram ao estado de São Paulo durante a grande imigração não se limitaram a sociedades e à participação em comícios e manifestações para garantirem a fixação de sua coletividade na nova pátria. Apesar de partirem de um país onde as diferenças regionais eram acentuadas no que diz respeito ao contexto social, econômico e cultural, esses imigrantes criaram vínculos entre si que não existiam na sua terra de origem. Um desses vínculos foram as relações de parentesco. Embora H.KLEIN tenha encontrado um número menor para a endogamia entre italianos no Brasil do que nos Estados Unidos, o casamento com compatriotas era um artifício utilizado por famílias italianas que viviam em Campinas no século XIX e início deste, essencialmente da área rural.<sup>340</sup>

Observando-se que muitas relações de parentesco foram criadas na nova pátria, ao invés de terem sido transportadas da Itália, é possível prolongá-las para além de uma mera identificação entre indivíduos da mesma origem. Mais do que permitir a preservação da etnia e evitar o desmembramento da família, as relações de parentesco eram usadas como arma para o fortalecimento da coletividade. O grande problema enfrentado pelos pequenos proprietários rurais italianos era a busca, por parte de seus filhos, de uma vida fora do estabelecimento do pai, muitas vezes nas cidades que tanto atraíram os estrangeiros que viviam no estado paulista. O casamento de seus filhos com membros de famílias que possuíam propriedades vizinhas era uma das maneiras de evitar a fragmentação familiar, ao mesmo tempo em que impedia a divisão do estabelecimento agrícola em partes tão ínfimas para os herdeiros, que os forçaria a abandoná-lo.

De qualquer modo, a tendência da endogamia sempre foi maior no campo, onde as famílias conviviam com outras etnias em menores proporções do que na cidade, onde o cotidiano, caracterizado pela coexistência de diversas etnias, freava a continuidade da endogamia. O aglomerado de algumas famílias italianas em determinados locais da área rural do município, formando o que se chamavam “colônias espontâneas”, facilitava o casamento entre compatriotas. No ano de 1910, Campinas possuía cinco colônias dessa

---

<sup>340</sup> Ver KLEIN, op. cit. e inventários de Attilia S. Franceschini, TJC, 2º ofício, caixa 285, processo 2-5983 (1919); de Dolorata Cordorelli, TJC, 2º ofício, caixa 273, processo 5891 (1913); de Francisco Ramacciotti, TJC, 4º ofício, caixa 318, processo 7193 (1916); de Domingos Ramacciotti, TJC, 4º ofício, caixa 39, processo 758 (1923); e de Giuseppe Baroni, TJC, 4º ofício, caixa 33, processo 533 (1921).

espécie, as quais abrigavam 143 famílias italianas, num total de 896 pessoas.<sup>341</sup> Eram famílias que cultivavam, em lotes vizinhos, produtos diversos, como arroz, feijão, cana e frutas. A maior colônia, chamada “Santa Escolástica”, situava-se em Valinhos, e havia sido uma grande propriedade de Pêrsio Pacheco, sendo dividida, então, em 42 lotes, nos quais eram plantados vinha, bananas e abacaxi, além do café.<sup>342</sup> As outras colônias que abrigavam famílias italianas eram próximas ao núcleo “Campos Salles”, na região da estação “Cosmópolis”, da ferrovia Funilense.

Apesar de os italianos se espalharem por todo o município campineiro, a oferta de terras provocou a concentração de elementos dessa nacionalidade em determinadas regiões. Um exemplo foram as colônias espontâneas, resultado do retalhamento de antigos estabelecimentos em pequenos lotes. A existência desses aglomerados “italianos” provocou uma frequência maior da endogamia nestes locais, resultando na distinção de algumas famílias de imigrantes nestes locais. No distrito de Valinhos, onde houve grande concentração de italianos, as famílias Franceschini, Ramacciotti, Capovilla e Baroni, todas formadas por imigrantes vindos da Itália, foram se unindo por casamentos e, com isso, acumulavam um razoável patrimônio nas primeiras décadas do século XX.<sup>343</sup>

Para essas famílias, as relações de parentesco permitiram-lhes uma posição sócio-econômica nada desprezível se comparada a de tantas outras famílias que chegaram à região nas mesmas condições. Ao mesmo tempo, dentro da região campineira havia locais onde o estabelecimento de famílias italianas como proprietárias rurais era mais fácil, devido à oferta de lotes, o que conseqüentemente, influenciou a tendência de se formarem relações de parentesco entre elas. Onde havia maior concentração de italianos que estavam fixados na região, os casamentos entre membros de suas famílias eram mais frequentes.

Segundo N.L. MULLER, houve, no município de Campinas, duas zonas distintas de divisão de terras. A primeira se localizava ao sul, com áreas médias de propriedades rurais mais baixas, representada por Rebouças, Vila Industrial e Valinhos. A segunda zona, ao norte, possuía áreas médias mais elevadas, compreendendo os distritos de Santa Cruz,

<sup>341</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. *Brevi notizie...*, op. cit., p.16-17.

<sup>342</sup> *Almanaque de Campinas*, 1912, p.115 e SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. *Brevi notizie...*, op. cit., p.16.

<sup>343</sup> Ver os inventários de Attilia S. Franceschini, TJC, 2º ofício, caixa 285, processo 2-5983; de Francisco Ramacciotti, TJC, 4º ofício, caixa 318, processo 7193; de José Baroni, TJC, 4º ofício, caixa 33, processo 533.

Conceição e Sousas.<sup>344</sup> O distrito de Santa Cruz englobava as áreas que hoje denominam-se “Castelo”, “Barão Geraldo” e “Amarais”, enquanto o distrito de Conceição tinha áreas bem mais próximas ao centro campineiro, como os bairros do “Bosque” e do “Cambui”.

A diferenciação na ocupação do solo campineiro influenciou a orientação dos italianos como proprietários rurais e mesmo urbanos. Nas zonas onde a área média das propriedades rurais era maior, a presença do italiano como proprietário de estabelecimentos agrícolas era menor. Assim, nos distritos de Santa Cruz e Conceição, onde famílias como as de Barão Geraldo de Rezende, Souza Aranha e Queiroz Aranha dominavam a estrutura agrária local, o número de propriedades rurais nas mãos de italianos era quase inexistente na primeira década do século XX.

A situação de concentração dos italianos em determinados distritos de Campinas - Sousas, Cosmópolis, Rebouças, Valinhos e Vila Americana - e os conseqüentes casamentos que uniram diversas famílias estabelecidas nessas regiões, provocaram a reconstrução de verdadeiras “vilas italianas” que possuíam suas próprias sociedades, banda musicais e escolas. Após o trabalho árduo como colonos nas fazendas que se distribuíam pela região, os italianos viam nesses aglomerados a chance de urbanização, ao mesmo tempo em que não os colocavam longe do sonho de adquirir um estabelecimento agrícola nas proximidades.

Analisando a trajetória de algumas famílias italianas que conseguiram se estabelecer nesses distritos, parece mesmo que o seu cotidiano era mais pacífico do que o de seus compatriotas que lutavam pela ascensão social na cidade de Campinas, onde os estrangeiros que haviam chegado nas décadas de 1870 e de 1880 já tinham preenchido o vazio deixado pela escravidão. Ao contrário do que ocorrera na cidade campineira, os distritos desenvolveram os seus aglomerados urbanos graças aos estrangeiros que deixaram o serviço de colonos para formarem o comércio e a indústria locais.

Foram diversos os casos de italianos que conseguiram, com o pecúlio do colonato, adquirir um pequeno negócio nos aglomerados urbanos dos distritos de Campinas. Mesmo em Sousas, onde o número de propriedades rurais nas mãos de italianos era menor do que em Valinhos, os exemplos foram vários. Nesse distrito, as propriedades tinham dimensões maiores e, portanto, era necessário um razoável pecúlio para a aquisição de um estabelecimento agrícola. Desse modo, um pequeno armazém ou um aluguel de carroças

---

<sup>344</sup> MULLER, Nice Lecôq. Sítios e sítiantes no estado de São Paulo. São Paulo, 1951, p.38.

abririam as portas para o acúmulo melhor de poupança do que aquele obtido pelo colonato, com o fim de comprar uma fazenda ou mesmo uma propriedade média.

No mesmo distrito de Sousas, houve famílias que comprovaram essa trajetória de vida. A família Paioli, que imigrara para Itatiba onde trabalhara numa fazenda de café, instalou-se em Sousas com um armazém de secos e molhados. Ainda no século XIX, havia aberto filiais em Cabras e Morungaba, próximas ao aglomerado de Sousas, havia adquirido uma fábrica de macarrão, um negócio de aluguel de carroças e duas propriedades rurais, somando, ao todo, mais de 100 alqueires de extensão.<sup>345</sup>

A família Cardinale, que havia trabalhado na agricultura de Araras, também se mudou para Sousas, onde se instalou com um pequeno armazém. A mesma família italiana conseguiu arrendar a fazenda de João Damy, a fim de cultivar e de vender cereais para o mercado local. O povoado de Sousas era dominado, ainda no século passado, pelos italianos, os quais possuíam uma sociedade própria, a “Lavoro e Progresso”, e uma banda de música, a “Lira Sousapolense”. No distrito de Sousas, o pequeno aglomerado urbano que nele se formou, quase que totalmente pelo elemento italiano, serviu para abastecer as grandes fazendas e os colonos que nelas trabalhavam ao mesmo tempo em que permitiu que um grupo de comerciantes e de proprietários urbanos, os quais criavam vínculos familiares entre si, exercessem atividades rurais.

Em Valinhos, o destino dos italianos foi um pouco diferente, embora também tenham se integrado à vida local. Ao contrário do que ocorreu em Sousas, a região tornou-se policultora, havendo dezenas de pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que para aí se dirigiu boa parte da corrente imigratória italiana para Campinas. Embora houvesse famílias que se destacavam dentro da coletividade italiana que vivia em Valinhos, como Baroni, Gallo e Franceschini, muitos eram os italianos que se tornaram produtores de frutas, principalmente, e de olarias, comuns na região. N.L. MULLER observava que os sítios fruticultores nas mãos de italianos eram próximos ao aglomerado urbano de Valinhos, enquanto nas áreas mais distantes, o predomínio era de fazendas maiores. Eis o seu comentário:

“(...) para o caso de Valinhos, uma outra questão poderia ser proposta: - por que a cultura de frutas só tomou incremento depois do abandono do café? Talvez porque tenha havido

<sup>345</sup> Ver GOMES, op. cit., p. 02-03.

coincidência com uma alta no preço das frutas; mas não haverá também uma ligação, além da subdivisão de terras, com a existência de muitos colonos de origem italiana que, com a derrocada do café, tiveram que procurar novo meio de vida? Se considerarmos que poucos são os sitiantes nacionais que praticam esse tipo de exploração do solo, parece mais evidente ainda a influência da origem étnica. É óbvio que esta, sozinha, não poderia ter criado os centros de fruticultura e que as condições de mercado e de transporte são as que mais condicionaram tal desenvolvimento. De qualquer forma, porém, não nos parece prudente esquecer nesse assunto o fator humano".<sup>346</sup>

Mergulhando no contexto histórico de Valinhos, é notável a parcela de italianos que haviam trabalhado como colonos na região e que procuravam aí permanecer como proprietários, assim como ocorria em Sousas. A diferença entre os dois distritos relaciona-se mais ao fator estrutural do que étnico - em Sousas, a posse de uma propriedade rural era mais difícil do que em Valinhos, onde boa parte dos ex-colonos permaneceu no mundo rural. Neste último caso, as relações de parentesco tinham a função de aumentar a dimensão dos estabelecimentos rurais, uma vez que o casamento entre vizinhos não era raro.

Com alguns exemplos, é possível observar a importância da relação de parentesco entre os italianos de Valinhos. A família dessa nacionalidade que era a mais abastada no distrito era a de Carlo e Attilia Franceschini. Quando Attilia faleceu, em 1919, o casal acumulava um patrimônio que ultrapassava 25 contos de réis, um valor alto para a época. Entre os bens arrolados, havia diversas casas, terras e plantações de café, figo e uva. Seu sítio fazia parte de um dos pedaços de uma antiga fazenda de café, de nome "Capuava", a qual foi retalhada em oito lotes, sendo o maior da família Franceschini, e do desmembramento da antiga fazenda "Pinheiros", retalhada alguns anos depois da primeira.

É interessante notar os laços de parentesco que a família Franceschini foi adquirindo com os outros italianos da região. Duas filhas do casal se casaram com dois italianos da família Ramacciotti, ambos filhos de Francesco Ramacciotti, proprietário do sítio "Ponta Alta", próximo à "Capuava". A outra filha do casal Franceschini se casou com um membro da família Capovilla, proprietária de um sítio vizinho aos Ramacciotti, também

<sup>346</sup> MULLER, Nice L., op. cit., p.63.

denominado “Ponte Alta”. Percebe-se, verificando esses casos, que os italianos sitiante de Valinhos iam se estabelecendo em grupos, criando laços familiares através de seus filhos. Um fato ocorrido entre essas famílias e que mostra a importância dos laços familiares aconteceu quando faleceu Domingos Ramacciotti, casado com Thereza Franceschini. Como o casal não tinha filhos, a herdeira de Domingos era sua mãe, segundo a legislação brasileira. Porém, a herdeira foi ao cartório de Campinas, em 1923, e desistiu de sua herança, “em virtude dos grandes benefícios que sua nora lhe prestou”.<sup>347</sup>

A família Baroni também foi um exemplo da importância dos laços de parentesco nas relações entre vizinhos e compatriotas, na região de Valinhos. Os dois imigrantes italianos, Giuseppe e Antonio, muito provavelmente irmãos, estabeleceram-se como proprietários de pequenos lotes da mesma fazenda “Capuava”, citada anteriormente. Um dos filhos de Giuseppe, João Baroni, casou-se com a filha de Abramo Bacau, o qual também possuía um lote da dita fazenda. Sua filha, Thereza Baroni, casou-se com um membro da família Capovilla, sitiante da mesma região. Embora Giuseppe Baroni tenha deixado, em testamento, seus bens às suas filhas, elas recusaram esse benefício para que seus irmãos também fossem contemplados com a herança. Percebe-se, portanto, que os italianos da zona rural de Valinhos procuraram conservar sua origem étnica e evitar a migração de seus filhos através dos casamentos entre vizinhos da mesma origem e na mesma situação sócio-econômica. Embora houvesse um italiano ou outro que possuísse propriedades maiores, a predominância era de estabelecimentos pequenos, os chamados “sítios”, produtores de café, figo, uva e com olarias.

Após a citação de tantos exemplos de famílias italianas que se prosperaram nos distritos do município campineiro, pareceria evidente o fato de que os elementos dessa nacionalidade viviam numa paz invejável. Entretanto, por trás das relações de parentesco e da aparente solidariedade que existia entre eles, as competições e as rivalidades atormentavam o seu cotidiano. Nem sempre as relações de parentesco foram suficientes para garantir a pacificidade aparente entre as famílias italianas. O contexto social em que se encontravam na região campineira provocava um ambiente de tensão e de contínuas rivalidades, não apenas com os nacionais como com os próprios compatriotas.

---

<sup>347</sup> Inventário de Domingos Ramacciotti, TJC, 4º ofício, caixa 39, processo 758.

O colonato provocava uma convivência diária entre os trabalhadores, os quais lutavam juntos, de um lado, contra a exploração econômica e contra a agressão física dos proprietários e, principalmente, dos administradores. De outro lado, eles brigavam entre si por motivos diversos, desde dívidas até casos amorosos. Era nas grandes fazendas que realmente se formavam as chamadas “colônias de italianos”, onde suas casas ficavam próximas e as horas de descanso eram compartilhadas com baralhos, danças ou reuniões. Ao mesmo tempo, eram nessas propriedades mais comuns os casos de discussões entre os italianos, uma vez que passavam a dividir sua privacidade com compatriotas que às vezes só tinham em comum a origem étnica.

Ainda no final do século XIX, havia propriedades rurais em Campinas que concentravam grande número de italianos, fato esse que facilitou as organizações de comícios e de greves. A fazenda “Santa Genebra”, do conhecido Barão Geraldo de Rezende, possuía, naqueles anos, 597 trabalhadores, dos quais 483 eram italianos.<sup>348</sup> Essa fazenda era considerada uma fazenda-modelo para todo o estado de São Paulo, não apenas em relação às inovações nas culturas de café e outras culturas, como em relação ao colonato. Qualquer autoridade que fizesse uma visita oficial a Campinas não deixava de passar por essa propriedade, muitas vezes hospedando-se nela, devido ao conforto que suas habitações ofereciam. O tratamento aos colonos parecia ser realmente bom nesse estabelecimento, uma vez que era ele observado por essas pessoas ilustres que visitavam a fazenda e, ao mesmo tempo, tanto o Barão Geraldo como outras autoridades campineiras sabiam que as impressões poderiam ser, obviamente, generalizadas por qualquer observador. Portanto, era do interesse tanto dos fazendeiros como das autoridades locais que fosse transmitida a imagem do “bom patrão” do Barão Geraldo, para que essas impressões fossem divulgadas para todas as pessoas envolvidas na questão imigratória e generalizada, como se fosse uma característica de todos os “patrões” campineiros.

Assim, quando Conde Antonelli, representando o governo italiano, visitou o município campineiro, em 1898, fez os seguintes comentários a respeito de sua passagem por “Santa Genebra”:

“Visitei as casas, que são boas, higiênicas, limpas e de todos houve declarações de se acharem satisfeitos. O barão, como os fazendeiros em geral, recebe em

<sup>348</sup> TANCINI, Carlo. “Campinas ieri ed oggi”, in: *Fanfolla*, 01-07-1958.

depósito as economias dos colonos, pagando-lhes 10% ao anno. Muitos delles, conforme verifiquei dos livros que me foram mostrados, possuem cinco, seis, nove contos em dinheiro”.<sup>349</sup>

Note-se, nos comentários de Conde Antonelli, que sua visita era organizada por autoridades locais, uma vez que ele afirma “dos livros que me foram mostrados”, o que demonstra estarem preparados todos os detalhes para sua recepção. Em outro trecho, dizia o mesmo Conde Antonelli:

“Um facto que fêre a attenção do viajante e se presta à observação dos homens de Estado é a paz benfazeja que reina nessas regiões”.<sup>350</sup>

Sem dúvida, o representante italiano era induzido a fazer tais comentários, pois essa não era a realidade do momento. Nos anos anteriores à sua passagem por Campinas, acontecimentos violentos, os quais chegaram a ocasionar diversas mortes, envolviam italianos que tentavam se adaptar à sociedade local.

Já em 1894, Natale Belli, representante consular da Itália em Campinas, escrevia ao Fanfulla, narrando o homicídio de um recém-nascido durante uma luta corporal entre uma jovem italiana que o carregava no colo, e um soldado. O jornal incentivava a revolta dos italianos de Campinas, considerando o acontecimento uma agressão à sua coletividade:

“É ora di finirla. É ora de finirla con codete diurne infamie, con codesti atti di cannibalismo. E se non la si finisce una buona volta, i cittadini avranno bene il diritto di finirla loro”.<sup>351</sup>

Como foi observado no capítulo anterior, as greves foram frequentes em Campinas no final do século XIX. Em 1895, os colonos de Paula Cunha não queriam se sujeitar a certo artigos do contrato assinado, motivo suficiente para que entrassem em greve. O resultado foi a expulsão de duas famílias italianas.<sup>352</sup> Um ano depois, na fazenda “São Clemente”, de

<sup>349</sup> Diário de Campinas, 02-03-1898.

<sup>350</sup> Revista Agrícola de S. Paulo, 01-04-1898.

<sup>351</sup> “Raccapricciante. Un bambino italiano di 52 giorni assassinato da un soldato”, in: Fanfulla, 29-05-1894, citado por TRENTO, Ângelo. “La nascità de Fanfulla...”, op. cit., p.36. Tradução: “É tempo de terminá-la. É tempo de terminar com essas longas infâmias, com esses atos de canibalismo. E se não a termina uma boa vez, os cidadãos terão bem o direito de terminá-la eles mesmos”.

<sup>352</sup> Diário de Campinas, 20-07-1895.



Maria Camargo, os colonos se revoltaram contra o administrador e cerca de 40 trabalhadores foram expulsos.<sup>353</sup>

Inúmeros eram os motivos que levavam os colonos italianos a se revoltarem contra o proprietário ou contra o administrador da fazenda. Na maioria dos casos, eram questões relacionadas ao contrato de trabalho que levavam os trabalhadores a se organizarem contra os patrões, mas havia ocasiões em que uma simples agressão a um compatriota provocava a ira e a greve desses trabalhadores, como no caso de “Pedra Branca”, narrado em capítulo anterior.

A ira contra o proprietário era menos comum do que contra o administrador porque este último era o intermediário entre aquele e os trabalhadores, restando-lhe, conseqüentemente, a função de autoridade na fiscalização dos serviços. Assim se refere ao administrador, de nome Leopoldo, o autor J.SEVÁ, descendente de ex-colonos da fazenda campineira São Luciano:

-”Estou pensando - disse (Domênico) - que não podemos continuar neste inferno. Se ao menos não houvesse o demônio do Leopoldo... Adriana quedou em silêncio. Bem sabia ela que o marido se sentia desarvorado; sabia mais, que êle tinha, além do ódio ao administrador, um motivo intimo para estar daquele jeito: na Itália a familia não era tão pobre, apesar de terem que trabalhar com afinco. Em verdade, nem sabia porque é que, afinal de contas, se haviam lançado naquela aventura. E ali estava agora, para maior desgraça entre tantos desenganos, aquêle homem bruto, cujos argumentos eram o palavrão, o desaforo, a imprecação, a ameaça, o rabo-de-tatù: o administrador”.<sup>354</sup>

O administrador era mais do que o fiscal dos serviços executados pelos colonos. Era ele, também, o árbitro de questões pessoais, como no caso ocorrido na fazenda “Palmeiras”, em abril de 1902, em que três colonos italianos brigaram por motivo de “ciúme”, sendo um deles morto:

“Levado pelo ciúme, Folli brigou com os irmãos Mingoni e foi ter com o gerente da fazenda, o Sr. Dr. Ralpho de Pacheco e Silva, pedindo-lhe que mudasse de casa os seus

<sup>353</sup> Diário de Campinas, 16-07-1896.

<sup>354</sup> SEVÁ, op. cit., p.63.

companheiros, pois que senão dava cabo da vida de ambos. O Sr. Dr. Ralpho prometeu dar providências, mandando-o em paz. (...) vieram novamente os irmãos Mingoni queixar-se ao Sr. Dr. Ralpho contra Folli".<sup>355</sup>

Percebe-se que a figura do administrador, chamado também de gerente, era importante nas relações de amizade e de rivalidade entre os colonos italianos. No entanto, o seu papel não era nem um pouco fácil, uma vez que, em muitos momentos, ele era chamado para apartar brigas entre colonos da mesma nacionalidade, especialmente de italianos.

A violência era uma constante dentro da própria coletividade italiana. Se, por um lado, a sociedade local se preocupava com o seu fortalecimento, de outro, ela assistia à uma certa fragilidade, provocada por competições e rivalidades, entre compatriotas. Em diversos casos, a relação de parentesco era desprezada no conflito entre indivíduos da mesma família. Em 1918, era declarada a falência de um negociante de gado, o italiano Michele Giardini Cornovale. No processo-crime que o envolvia, era afirmado:

"Foi forçado a mandar vir do Rio de Janeiro centenas de contos de réis pelo empregado José Giardini que, apesar da semelhança no sobrenome, nada tem de parentesco, pois é brasileiro".<sup>356</sup>

Entretanto, no início do processo, José Giardini era citado como o irmão do acusado que nada sabia informar sobre o caso.

Numa ação ordinária de 1902, o filho italiano, Francesco Biazzoto, ia à Justiça cobrar de seu pai o dinheiro que havia obtido no colonato:

"... em moeda corrente lhe deu para guardar em setembro de 1896, cuja quantia provinha de salários da lavoura; e como o dito seu pae relucte em substituir-lhe o sagrado depósito, com receio de um irmão de Francesco, que sob ameaças o impede de effectuar a restituição".<sup>357</sup>

Os casos de enfrentamento entre italianos da mesma família revelam os valores dos imigrantes que vinham a São Paulo no intuito de obter uma condição de vida melhor do que aquela da Itália: em alguns momentos, a solidariedade era substituída por um extremo individualismo. As relações de parentesco tinham um importante significado para os

<sup>355</sup> Cidade de Campinas, 19-04-1902.

<sup>356</sup> Processo-crime contra Michele G. Cornovale, TJC, 2º ofício, caixa 387, processo 7468.

<sup>357</sup> Ação ordinária contra Jacinto Biazzotto, TJC, 2º ofício, caixa 20, processo 276.

italianos, mas não impediam que aflorassem as rivalidades e a competição entre membros da mesma família.

No primeiro caso, em que José Giardini declarava não ter nenhum parentesco com o acusado, apesar de ter sido citado como seu irmão, a omissão era uma arma para livrar-se do envolvimento no processo. No segundo caso, quando o filho procurava a lei para receber o seu dinheiro que estava nas mãos do próprio pai, que temia o seu outro filho, a separação da família, após o colonato era evidente. Ambos os processos confirmam a fragilidade das relações de parentesco num momento em que a ambição e a sede por ascensão social permeavam as relações entre os imigrantes.

Em Campinas, já em 1895, houve casos de famílias italianas que brigavam na Justiça por herança de parentes. Naquele ano, Arthur Sbraggia se apresentava ao cartório da cidade dizendo que seu tio, Alexandre Sbraggia, havia falecido na Itália, sem deixar herdeiro, sendo que possuía uma loja de tecidos no município campineiro. Arthur era o gerente da loja e declarava que seu tio não tinha nenhum parente em Campinas. Porém, depois de iniciado o inventário, o processo foi suspenso porque dois irmãos do falecido, Antonio e João Sbraggia, haviam sido encontrados no município campineiro. O peculiar do caso é que no final do processo eram oito os herdeiros e a herança era tão pequena que não podia ser dividida, devido às dívidas de Alexandre Sbraggia. Após discussões entre parentes, o sobrinho Arthur continuou sendo o único herdeiro:

“Diz Arthur Sbraggia que, tendo feito proposta para ficar com a massa do seu falecido tio, Alexandre Sbraggia, conforme sua petição dos autos, e tendo todos os interessados concordado com o requerido, e verificando a insolvabilidade da mesma massa, não havendo portanto nada a partilhar entre os herdeiros, vem pelo presente requerer que vos digneis mandar tomar por termo nos autos da desistência dos herdeiros”.<sup>358</sup>

Porém, os motivos para a violência dentro da família de imigrantes não se limitavam às questões de dinheiro. As disputas amorosas não eram raras e terminavam, muitas vezes, em mortes. Os compatriotas, ao invés de procurarem criar vínculos entre si, buscavam destruí-los, nas questões amorosas. Em setembro de 1903, a italiana Marietta Dolo, que trabalhava com seu marido, Valentim Sombarim, na fazenda “Palmeiras”, foi encontrada

<sup>358</sup> Inventário de Alexandre Sbraggia, TJC, 2º ofício, caixa 243, processo 2-5679.

morta por facadas. Aberto o inquérito policial, foi descoberto que o assassino era o compatriota Angelim Henrique, que queria ter um caso amoroso com Marietta. O comentário da Cidade de Campinas revelava o temor dos indivíduos da mesma nacionalidade em incriminar o compatriota:

“Os outros colonos têm certeza de que o autor do crime é Angelim, mas têm medo de dizer a verdade porque ele e sua mulher são conhecidos como maus e valentes”.<sup>359</sup>

O assassino e o marido de Marietta eram amigos e haviam trabalhado juntos em outra fazenda da região.<sup>360</sup>

Um outro caso de assassinato por ciúme, cuja vítima era um colono italiano, assim como o autor do crime, já mencionado anteriormente, revela o uso da violência para resolver disputas amorosas. Em 1902, Giacomo Folli matou, com facadas, seu compatriota e vizinho, Giovanni Mingoni. Ambos trabalhavam na mesma fazenda, mas já haviam brigado e até ameaçado um ao outro. No inquérito policial, comentava o delegado de polícia:

“Foram infructíferas as pequizas que fiz no sentido de apurar qual a contenda doméstica, passada entre os esposos Folli, e que motivou o chamado Mingoni Giovanni, feito por Thereza, pois tanto esta como o indiciado seu marido, nenhum esclarecimento prestaram, apesar de interrogados sobre as manifestações de ciúme a que alludiu o falecido Giovanni...”<sup>361</sup>

Até o final do inquérito, não foi obtido nenhum detalhe a respeito do motivo que levou Giacomo Folli a assassinar seu compatriota, mas ficou evidente que ele se relacionava a ciúmes amorosos, como o delegado de polícia afirmou. A família Folli participou inteira do crime, sendo que o filho menor havia assumido, no início, a sua autoria, porque o pai havia lhe pedido, pois este julgava que a falta do chefe de família seria mais penosa do que a do filho. Somente no final do inquérito é que Giacomo inocentou o filho. Sua esposa, Thereza, também auxiliou o marido no assassinato:

“Thereza Folli (...) estava armada de uma enxada e muito alterada”.<sup>362</sup>

<sup>359</sup> Cidade de Campinas, 09-01-1904.

<sup>360</sup> Sobre o assassinato, ver Cidade de Campinas, 26-09-1903, 29-09-1903, 06-10-1903, 09-01-1904 e 12-01-1904.

<sup>361</sup> Cidade de Campinas, 02-05-1902.

<sup>362</sup> Cidade de Campinas, 02-05-1902.

Nos dois casos de assassinato devido a conflitos amorosos, a violência foi o único desfecho possível aos envolvidos no crime. Houve ocasiões, porém, em que os dois amantes acabaram se suicidando devido à impossibilidade de sua relação:

“... o colono Eugênio Catabriga há muito que desejava casar-se com sua patricia Desira Prevetti e esta também manifestara-lhe a mesma pretensão, mas com tenaz embaraço por parte de seus pais (...).

Ontem, enfim, Eugênio, desanimado e sem esperança de conseguir o consentimento dos pais da rapariga, desfechou sobre ela um tiro de revólver, suicidando-se em seguida”.<sup>363</sup>

Foram diversos os casos de relações amorosas que envolviam italianos, mas que não tinham o consentimento dos pais do casal. Em 1897, o pai de uma jovem italiana, de 16 anos, fez uma queixa à polícia de que sua filha havia fugido com um compatriota de sobrenome Franceschini, que era carvoeiro. Chamada à delegacia, a jovem declarava que:

“... fugira de casa em virtude dos maus tratos que recebia de seu pae e porque desejava casar com Francischini e não com um outro moço que a vontade do pae lhe queria impôr.”<sup>364</sup>

Ocorreram casos em que os pais da jovem que fugia com um “amante”, não aprovado por eles, iam à Justiça para incriminar o indivíduo por rapto e defloramento. Assim agiu o pai de Antonia Ricci, de 17 anos, italiana, que havia fugido com o espanhol Manoel Fernandes por sua família proibir o relacionamento entre os dois.<sup>365</sup>

Enfim, os diversos casos de relações amorosas que envolviam italianos e que acabaram tendo um desfecho trágico ou apenas judicial manifestam o uso da violência no cotidiano dessa etnia. A ocorrência de assassinatos cometidos por italianos contra compatriotas revelam a ambigüidade da solidariedade e da pacificidade em que vivia a coletividade italiana no município campineiro. Como se pôde observar, os crimes amorosos não foram cometidos apenas no centro urbano de Campinas, mas existiram também no campo, entre italianos que trabalhavam juntos e que tinham, ao menos aparentemente, relações de amizade.

<sup>363</sup> Diário de Campinas, 09-10-1895.

<sup>364</sup> Diário de Campinas, 28-10-1897.

<sup>365</sup> TJC, 2º ofício, caixa 384, processo 7420.

Ao mesmo tempo em que os italianos procuraram, naquele momento, unir-se em instituições e em relações de parentesco, eles viviam num ambiente dominado pela ambição e pela extrema competição. Muitos deles se conheceram apenas em São Paulo, criando aqui novas relações sociais que não existiam no seu país de origem. Portanto, a sua coletividade era caracterizada pela instabilidade, o que gerava, logicamente, o confronto entre os seus membros. Pequenas causas - como a disputa por uma loja de tecidos deixada como herança - eram capazes de criar sérios enfrentamentos entre compatriotas, inclusive, entre familiares.

Entre italianos que não tinham relações de parentesco entre si, a violência parecia estar presente nos seus relacionamentos com compatriotas com bastante frequência. Eram constantes os relatos de assassinatos que envolviam a vítima e o acusado italianos, cujos motivos nem sempre eram conhecidos. Muitas vezes, um simples acerto de contas ocasionava uma morte, seja por facadas ou por tiros. Algumas dessas mortes aconteciam no centro da cidade de Campinas e eram assistidas pelas pessoas que caminhavam pelas ruas, sem que nada fizessem para evitar o conflito, provavelmente por temor. Assim, em plena luz do dia, Alfredo Cacolunco foi morto, na rua 13 de maio, pelo molhadista “Benito de tal” porque o pai daquele lhe devia uma conta.<sup>366</sup> Pelos mesmos motivos, relacionados a dívidas, Adolpho Tonelli esfaqueou o compatriota Amadei Domenico, numa fábrica de cervejas, em Valinhos.<sup>367</sup>

Assim como ocorria nas questões amorosas, muitos dos conflitos provocados por cobranças e dívidas entre italianos terminavam na Justiça. Dessa maneira, José Galuzzi entrou com uma ação ordinária, em 1901, contra o compatriota Basilio Guidotti, por ter trabalhado para este último como empreiteiro em sua fazenda de Rebouças, sem receber o salário que lhe era devido. Porém, na Justiça os fatos se inverteram, e o fazendeiro Basilio Guidotti comprovou ser José Galuzzi seu devedor, pois havia lhe emprestado dinheiro.<sup>368</sup>

O relacionamento entre o empregado italiano e o patrão da mesma nacionalidade não parecia estar condicionado à origem étnica. Assim como José Galuzzi entrou com uma ação ordinária contra o fazendeiro italiano, Antonio Danielli buscou a Justiça por alegar agressão física pelo proprietário do sítio onde trabalhava, o compatriota Jacynto Gregório.<sup>369</sup>

<sup>366</sup> Cidade de Campinas, 21-12-1897.

<sup>367</sup> Diário de Campinas, 23-09-1897.

<sup>368</sup> TJC, 2º ofício, caixa 20, processo 273.

<sup>369</sup> TJC, 2º ofício, caixa 387, processo 7482-2.

Verificando a existência da violência no relacionamento entre italianos e nacionais, como também entre italianos e compatriotas, evidencia-se uma sociedade caracterizada pela efervescência provocada pela convivência de muitos indivíduos em busca do mesmo objetivo - a ascensão social. A constatação de dezenas de agressões físicas cujas vítimas e cujos criminosos eram italianos não significa que a violência estava relacionada a essa nacionalidade. Deve-se aproximá-la, isto sim, do contexto social em que essas agressões se deram - num ambiente de competição e de conseqüentes rivalidades. Assim como os italianos se submetiam ao trabalho árduo do colonato, eles também usaram a violência como mecanismo de defesa.

A violência fazia parte do dia-a-dia dos italianos que viviam em Campinas naquele momento de fortalecimento de sua coletividade. Um ajuste de contas - relacionado a uma questão amorosa ou a uma dívida ou cobrança - poderia terminar em tiros e facadas. Era o reflexo de uma sociedade com formação social indefinida, ou seja, a classe de imigrantes lutava com nacionais, estrangeiros e com compatriotas para obter sua segurança e sua posição social, ao mesmo tempo em que essa mesma classe reunia italianos de regiões muito diversas, com comportamentos diferentes, e com a única semelhança de serem imigrantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento da trajetória do contingente de imigrantes italianos que teve por objetivo recriar suas vidas no estado paulista permitiu que fosse observado um momento histórico caracterizado por fortes mudanças sociais. A sociedade que estava habituada a depender do trabalho escravo, o qual não punha em risco o domínio dos nacionais sobre as propriedades e sobre os ofícios mais nobres, passou a conviver com estrangeiros que buscavam, na nova pátria, exatamente esses objetivos.

A grande imigração provocou transformações em praticamente todos os aspectos sócio-econômicos e culturais do estado paulista, desde a criação de instituições estrangeiras até a divulgação de novos ofícios urbanos não exercidos por nacionais. Por outro lado, os estrangeiros passaram a vir em grande escala para São Paulo numa época - década de 1880 - em que a produção de café se expandia e permitia o desenvolvimento de centros urbanos, indústrias e atividades diversas paralelamente ao café.

Associando esse ambiente favorável ao estabelecimento de um contingente de estrangeiros no estado paulista com a ambição pela ascensão social dos imigrantes, houve uma grande porcentagem de estrangeiros que conseguiu aqui se estabelecer. De todas as etnias que procuravam São Paulo, a italiana foi, sem dúvida, aquela que se ajustou em maiores proporções à sociedade local. Essa observação não se relaciona apenas à grande participação dessa nacionalidade nas correntes imigratórias que para cá se dirigiram, como também à visão quase geral que os imigrantes que vieram para o estado paulista com suas famílias tinham do ato de imigrar - a procura por uma nova pátria.

Entretanto, a sociedade paulista, apesar de depender da mão-de-obra italiana para a produção de café, não havia se preparado para competir com esses estrangeiros pelo mercado de trabalho urbano. Aos olhos dos nacionais, os italianos vinham para permanecer no campo, onde os fazendeiros e o governo lhes abriam a oportunidade de adquirirem um pequeno lote de terra através do retalhamento de grandes propriedades ou da criação de núcleos coloniais.

Mas a maior parte dos italianos não permaneceu no campo. A vida urbana, que oferecia diversidade de empregos e de possibilidades no pequeno comércio, contribuiu para uma constante mobilização geográfica dos italianos. Além de deixarem o serviço de colonos,



que lhes parecia apenas o trampolim para a sua autonomia, os imigrantes italianos sentiam-se capazes de trocar de patrão com certa facilidade. A procura por melhores salários e por maiores possibilidades em possuir as suas próprias culturas de subsistência pressionou os fazendeiros a oferecer vantagens a seus trabalhadores.

Paralelamente às concessões que os imigrantes italianos conseguiram de seus patrões, ocorria a organização de sua coletividade que, apesar de ser constituída por indivíduos provenientes de regiões diversas da Itália, com costumes e comportamentos diferentes, percebeu que em alguns momentos apenas a sua força de união era capaz de enfrentar a sociedade local. O resultado foi o uso da violência como arma de defesa.

Verificando diversos casos de violência que envolviam italianos, em Campinas, observou-se que pequenas causas, como dívidas e disputas amorosas, podiam provocar uma morte. O interessante no caso específico campineiro foi a participação de ex-escravos nesses conflitos, uma vez que se trata de um município que dependeu, por um longo período, da mão-de-obra escrava. Concluiu-se, pois, que havia disputa pela ascensão social, numa sociedade que deu oportunidades de trabalho para os estrangeiros, mas que os colocava, por outro lado, num nível social próximo ao dos ex-escravos, pois ambos exerciam, de uma maneira geral, o mesmo ofício - o cultivo e a colheita do café.

Conseqüentemente, a tentativa em sair dessa situação de "colonos" era constante na vida dos italianos. Ao mesmo tempo em que se sentiam fortes quando se uniam à coletividade italiana, viviam momentos de extremo individualismo, devido à competição com os próprios compatriotas, provocando a fragilidade de sua força social como coletividade.

Porém, houve um contingente de italianos que conseguiu se estabelecer no estado paulista, seja como proprietários, rurais ou urbanos, seja como meros trabalhadores. São Paulo chegava à década de 20 deste século influenciado pelos imigrantes italianos. Boa parte dos estabelecimentos existentes estava nas mãos desses estrangeiros. O idioma, a culinária, a literatura e mesmo o comportamento da sociedade local já estavam transformados. Grande parte da população paulista tinha algo de italiano no seu sobrenome. Parte da corrente imigratória italiana dirigida a São Paulo havia sido capaz de recriar na nova pátria muitos aspectos trazidos da terra natal.

## FONTES PRIMÁRIAS

### - FONTES MANUSCRITAS

CENTRO HISTÓRICO DO IMIGRANTE DE SÃO PAULO (FUNDO FECHADO "HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES"). Autorização de desembarque, 1914-1927. Coleção de Documentos Pessoais de Imigrantes, Série Documentos Oficiais, Caixa 09.

CENTRO HISTÓRICO DO IMIGRANTE DE SÃO PAULO (FUNDO FECHADO "HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES"). Correspondência familiar, 1897, 1912 e 1913. Coleção Documentos Pessoais de Imigrantes, Série Documentos Particulares.

FUNDO COLETORIA DE RENDAS E RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINAS. Auxílio provincial, 1887 e 1888. Caixa imigração.

FUNDO COLETORIA DE RENDAS E RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINAS. Transmissão de propriedades, 1895-1900. Caixa transmissão de propriedades.

FUNDO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE CAMPINAS. Inventários, ações ordinárias e processos-crime, 1895-1923. (1º ofício - cx. 380, processo 6946, 1904; cx. 461, processo 8221, 1922; 2º ofício - cx. 20, processo 272, 1900; cx. 20, processo 273, 1901; cx.20, processo 276, 1902; cx. 44, processo 440, 1916; cx. 86, processo 1497, 1918; cx. 243, processo 2-5679, 1895; cx. 243 processo 2-5681, 1895; cx. 259, processo 2-5790, 1905; cx. 271 processo 2-5876, 1912; cx. 273, processo 5891, 1913; cx. 282, processo 2-5962, 1918; cx. 285, processo 2-5983, 1919; cx. 384, processo 7420, 1898; cx. 384, processo 7421, 1898; cx.387, processo 7468, 1915; cx.387, processo 7475, 1918; cx. 387, processo 7482, 1921; 4º ofício - cx. 28, processo 419, 1920; cx. 33, processo 533, 1921; cx. 39, processo 758, 1923; cx. 226, processo 5645, 1898; cx. 226, processo 5643, 1898; cx. 259, processo 6114, 1905; cx. 311, processo 7109, 1915; cx. 318, processo 7193, 1916; cx. 403, processo 7800, 1902.)

## - FONTES IMPRESSAS

Almanach do Correio de Campinas, 1886.

Almanach de Campinas, 1914.

Almanach "A Cidade de Campinas", 1900. Organizado por Leopoldo Amaral, Campinas, Casa Livro Azul, 1900.

Almanach "A Cidade de Campinas", 1901. Organizado por Leopoldo Amaral. Campinas, Casa Livro Azul, 1900.

Almanaque de Campinas, 1908. Organizado por José M. Ladeira e B. Octávio. Campinas, Tipographia Casa Mascote, 1907.

Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas, 1912. Organizado por B. Octávio e V.Mello. Campinas, Tipographia Casa Mascote, 1911.

COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Annuario statistico della emigrazione italiana, dal 1876 al 1926. Roma, ano V, 1926.

COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. L'emigrazione italiana dal 1910 al 1923. (Relatório apresentado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros). Roma, vol. 1, 1926.

"Condições adoptadas nos contratos de colonos para a cultura de café, vinha e canna de assucar". Campinas, Typographia Livro Azul, 1888.

Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas, Typografia Campineira, 1864.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
Statistical and descriptive statement, 1906.

GROSSI, Vincenzo. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato de S.Paolo. Roma, Officina Pografica Italiana, 1905.

“Il Brasile e gli italiani”, publicação do Fanfulla (microfilme), 1906.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. Boletins, 1898-99 e 1908-09.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. Relatórios, 1894-95.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Relatório apresentado à Câmara Municipal referente ao triennio, 1899-1901. Campinas, Typographia Livro Azul, 1901.

Jornal Cidade de Campinas, abril/1881, julho/1895 a dezembro/1900, agosto/1903 a março/1904.

Jornal Diário de Campinas, janeiro/1895 a setembro/1901, março/1902 a agosto/1902.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. Progrés de l'immigrations italiane au Brésil. (Conferência feita em Roma, pelo Dr. Bulhões Carvalho, diretor dos Negócios Gerais de Estatística do Brasil). Rio de Janeiro, Imprensa da Estatística, 1925.

Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, 1920.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S.PAULO.  
Relatórios, 1894-1905.

Revista Agrícola de S.Paulo, 1898-1907.

Revista Italia e Brasile, 1911-13. (São Paulo)

Revista O Fazendeiro, 1908. (São Paulo)

Revista O Imigrante, 1907-09 e 1911. (São Paulo)

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Resumo histórico e estatístico do município de Campinas, 1947.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. A imigração e as condições de trabalho em São Paulo, 1915.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS. Brevi notizie sulla colonizzazione e imigrazione nello stato di San Paolo, 1911.

SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE S.PAULO. Índice alfabético da legislação estadual de 1889 a 1940, 1942.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE S.PAULO Boletins, 1905-06.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE S.PAULO. Relatórios, 1903 e 1906.

SERVIÇO DE POVOAMENTO. Relatórios, 1909-12. (Rio de Janeiro)

SOCIEDADE PAULISTA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E INDUSTRIA. Exposição preparatória do estado de São Paulo à Exposição Nacional de 1907. São Paulo, Comissão Executiva da Exposição, 1908.

VEIGA FILHO, João Pedro (da). Interesses da lavoura - a crise agrícola. (Discurso pronunciado na Sessão da Câmara dos Deputados, em 18-07-1901). 1901.

VOLKART, Christiano (organizador) Monographia de Campinas para uso dos alumnos da Instrucção Preliminar. Campinas, Typografia Livro Azul, 1903.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALVIM, Z. Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- ANDREWS, G.R. Trabalhadores negros e brancos em São Paulo, 1888-1928. (tradução de Francisco Azevedo). Universidade Pittsburg, s/d.
- BARREIRO, J.C. Campesinato e capitalismo. Campinas, Unicamp, 1986.
- BASBAUM, L. História sincera da República. Das origens até 1889. São Paulo, Ed. L.B., 1962.
- BASSANEZI, M.S. E BAENINGER, R. Uma fonte para os estudos de população: os registros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Campinas, textos NEPO 7/Unicamp, 1986.
- BEIGUELMAN, P. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1968.
- BUCCELLI, V. Libro d'oro dello stato di S.Paolo. Roma, Capaccini, 1912.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2ª ed., São Paulo, T.A.Quairoz, 1977.
- CARELLI, M. Carcamano e comendadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930). São Paulo, Ática, 1985.

- CARNEIRO, H.S. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização): 1928-1961. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.
- CENNI, F. Italianos no Brasil. São Paulo, Martins Editora/Edusp, 1975.
- CERVO, A.L. As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília, Universidade de Brasília/São Paulo, Instituto Italiano de Cultura, 1992.
- CHALHOUB, S. Visões da Liberdade. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil, 3ª ed., São Paulo, Itatiaia, 1980.
- DEAN, W. Rio Claro: um sistema de grande lavoura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DINIZ, D.M.F.L. Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise, 1850-1900. (Tese de Doutorado) Rio Claro, Faculdade F.C. e Letras, 1973.
- FAUSTO, B. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo, Difel, 1977.
- FONDAZIONE GIOVANNI AGNELLI/MUSEU DE ARTE DE S. PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. Itália-Brasil, relações desde o século XVI. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1980.
- GAFFRE, L.A. Visions du Brésil. Rio de Janeiro, Francisco Alves/ Paris, Allaud, 1912.
- GATTAI, Z. Anarquistas, Graças a Deus! 8ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e KAGEYAMA, A. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, IE/Unicamp, s.d.



- GUTMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- HALL, M.M. The origins of mass immigration in Brasil, 1871-1914. (PhD). Universidade de Columbia, 1969.
- HOLLOWAY, T. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HUTTER, L.M. Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/CESP, 1986.
- IANNI, C. Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo, Difel, 1963.
- IANNI, O. "O progresso econômico e o trabalhador livre", in: HOLANDA, S.B. (org.) História da civilização brasileira. Tomo II, vol. 3. São Paulo, Difel, 1967.
- KAGEYAMA, A. et. alii. As transformações na estrutura agrária paulista, 1818-1976. Campinas, IFCH/FINEP/Unicamp, 1990.
- LAPA, J.R.A. História política da República. Campinas. Papyrus, 1990.
- LARA, S.H. Campos da violência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- MACHADO, A.A. Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982.
- MARTINS, J.S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARTINS, J.S. O cativo da terra. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1979.

- MELO, V.G. A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos. (Tese de Doutorado) São Paulo, USP, 1972.
- MERTZIG, L.R.L. As dificuldades de adaptação do imigrante no estado de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFLCH/USP, 1977.
- MILLIET, S. Desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. São Paulo, s.e., 1939.
- MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1984.
- MÜLLER, D. Ensaio d'un quadro estatístico da provincia de São Paulo. São Paulo, s.e., 1923.
- MÜLLER, N.L. Sítios e sitiantes do estado de S.Paulo. São Paulo, FFCL/USP, 1951.
- OLIVEIRA, M.C. (de) Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. São Paulo, textos NEPO/Unicamp, 1985.
- PEREIRA, J.B.B. Italianos no mundo rural paulista. São Paulo, Pioneira/Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1974.
- PETRONE, M.T.S. "Imigração assalariada", in: HOLANDA, S.B. (org.) História da civilização brasileira. Tomo II, vol.3. São Paulo, Difel, 1967.
- PETRONE, M.T.S. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- QUEIROZ, M.I.P. (de) O campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes/São Paulo, USP, 1973.

- ROSSI, J.B.P. O “velho” Rossi (A integração de uma família italiana no Brasil). São Paulo, Nacional, 1988.
- SALLUM JÚNIOR, B. Capitalismo e cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, J.V.T. (dos) Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1984.
- SEVÁ, J. Eles vieram de longe. Campinas, Ed. João Amêndola, 1961.
- SOCIETÀ EDITRICE ITALIANA. Cinquant’anni di lavoro degli italiani in Brasile. Lo stato di S.Paolo. Vol.1. São Paulo, s.e., 1936.
- STOLCKE, V. Cafeicultura, homens, mulheres e capital. (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. A agricultura paulista e sua dinâmica regional. (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE, 1988.
- TELAROLLI, R. Os que dizem “addio” não olham para trás. (Fragmentos da vida de Anselmo e Adele Bellodi no Brasil, no centenário da chegada, 1891-1991). São Paulo, s.e., 1991.
- TELLES, J.Q. Lavoura de S.Paulo. São Paulo, s.e., 1935.
- TRENTO, A. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo, Instituto Italiano de Cultura/Nobel, 1989.

## ARTIGOS:

- ALVIM, Z. "Trabalho feminino ed economia domestica nelle fazendas italiane di s.Paulo all'inizio del secolo", in: Studi emigrazione, n. 70 , ano XX junho/1993.
- ANTUNIASI, M.H.R. "Pequena propriedade na agricultura do Estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista?", in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos. n.2, 1986. (Nova Série).
- BASTIDE, R. "Carnaval e imigração", in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n. 10, novembro/1977.
- BORELLI, A. "Os italianos no mercado informal - 1890-1930", in: D.O.Leitura, 13(147), agosto/1994.
- BRESCIANI, M.S.M. "Suprimento de mão-de-obra para a agricultura: um dos aspectos do fenômeno histórico da Abolição", in: Revista de História, nº 106, 1976.
- BRUTT, H.H. "Essência e aparência das relações de produção no campo", in: Economia e desenvolvimento, nº 3, junho/1982.
- BRUTT, H.H. "O cotidiano dos colonos de café segundo documentos cartoriais", in: Boletim do Centro de Memória-Unicamp, vol.2, nº 4, jul/dez/, 1990.
- CARVALHO, J.M.(de) "Modernização frustrada: a política de terras no Império", in: Revista Brasileira de História, nº 1, março/1981.
- CARVALHO, P.M. "A legislação imigratória do Brasil e sua evolução", in: Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano I, outubro/1940.

- CORREA, D.S. “A crise de trabalho e o serviço de ‘desurbanização’ da capital. (1914-1924)”, in: Revista de História, nº 119, 1988.
  
- DEAN, W. “A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro, 1870-1920”, in: Revista de História, nº 106, ano XXVII, 1976.
  
- DEAN, W. “Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos da América (1884-1914)”, in: Anais de História, Faculdade de Ciências de Letras de Assis, ano VI, 1974.
  
- DE MARTINI, Z.B.F. “Uma visão histórico-sociológica da educação da população rural em São Paulo”, in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 15. agosto/1981.
  
- FUNKUI, L. “Os papéis na organização familiar de sitiantes tradicionais no Brasil”, in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 8, 1975.
  
- GRAHAM, D.H. “Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro, 1880-1930”, in: Estudos Econômicos, nº3, vol.1, 1973.
  
- HALL, M.M. “Reformadores da classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”, in: Revista de História, 105, ano XXVII. São Paulo, 1976.
  
- HALL M.M. “Trabalhadores imigrantes”, in: Trabalhadores, nº 3, 1989.
  
- HALL M.M. e STOLCKE, V. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, in: Revista de História. nº 6, 1984.
  
- HOLLOWAY, T.H. “Condições de mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar”, in: Estudos Econômicos, nº 2. vol. 6, 1972.

- HUTTER, L.M. "O desenvolvimento de alguns núcleos coloniais no estado de São Paulo em princípios do século XX", in: Imigração italiana: estudos. Caxias do Sul, UCS/ESP, 1979.
- KLEIN, H.S. "A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos", in: Novos Estudos, Cebrap, nº 25, outubro/1989.
- LAMOUNIER, M.L. "O trabalho sob contrato: a lei de 1879", in: Revista Brasileira de História, nº 12, março/agosto, 1986.
- LOBO, E.M.L. "O Estado e a política agrícola no Brasil no século XIX", in: Revista Brasileira de História, nº 3, vol. 2, março/1982.
- LUZ, N.V. "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", in: Revista de História, nº 57, ano XV, 1964.
- MARTINS, J.S. "Adoção de práticas agrícolas e tensões sociais", in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 8, 1975.
- MICELI, P. "Um fazendeiro contra o latifúndio: imigração portuguesa nos cafezais paulistas", in: D.O.Leitura, dez/1990.
- PEREZ, C.M. "Gaetaninho: a visão literária da presença do imigrante italiano em São Paulo", in: Tema, Faculdades, Tereza Martin, nº 18/20, dez/1993.
- QUEIROZ, M.I.P. "O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica", in: Cadernos. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 1, março/1968.
- QUEIROZ, M.I.P. "Pequenos produtores rurais latino-americanos", in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 2, nov/1969.

- ROSA, Z.P. "Imigração: um tema controvertido na voz dos plenipotenciários da oligarquia cafeeira", in: Revista de História, nº 115, Jul/dez. 1983. (Nova Série).
- ROSOLI, G. "Chiesa ed emigranti italiani in Brasile - 1890-1940", in: Studi Emigrazione, nº 66, ano XIX, junho/1982.
- ROSSINI, R.E. "Women as labor force in agriculture. The case of the state of São Paulo", in: Studi Emigrazione, nº 70, ano XX, junho/1983.
- SALVETTI, P. "Il movimento migratorio italiano durante la Prima Guerra Mondiale", in: Studi Emigrazione, nº 87, ano XXIV, outubro/1987.
- SANFILIPPO, M. "Monsignor Gaetano Bedini e l'emigrazioni verso le Americhe", in: Studi Emigrazione, nº 106, ano XXIX, 1992.
- SANO, R.K. "Japoneses: sonho e pesadelo", in: Trabalhadores, nº 3, 1989.
- SILVA O.S. "A presença do japonês na zona Bragantina - Pará", in: Cadernos, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 02, nov/1969.
- TRENTO, A. "La nascita del 'Fanfulla' : un foglio democratico al servizio della giustizia (1893-1895)", in: Novos Cadernos, Instituto Italiano de Cultura/Instituto Cultural Italo-Brasileira de São Paulo, nº 02, 1988.

#### **BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA PARA A HISTÓRIA DE CAMPINAS**

- AMARAL, L. A cidade de Campinas em 1900. Campinas, Casa Livro Azul, 1899.
- BAENINGER, R. Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. (Dissertação de Mestrado) Campinas, IFCH/Unicamp, 1992.

- BRITO, J. História da cidade de Campinas. Campinas, s.e., 1969.
- BUCCELLI, V. "La Principessa dell 'Owest - Campinas" , in: Libro d'oro dello stato di S.Paulo. Roma, Capaccini, 1912.
- "Descendentes de italianos festejam 100 anos de imigração, no Interior", in: O Estado de S.Paulo, 13-10-1982.
- DUARTE, R. Campinas de outr'ora. São Paulo, Typ. Andrade e Mello, 1905.
- GOMES, Z.G. Monografia histórica e estatística do distrito de Souzas. Campinas, s.e., 1973.
- GUIMARÃES, A.M. "Anita Garibaldi e os italianos de Campinas", in: Correio Popular. Campinas, 12-08-1953.
- "Imigrantes italianos fundam nova entidade", in: Correio Popular. Campinas, 07-12-1982.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS . "A sociedade cooperativa dos empregados da Companhia Paulista em Campinas, in: Relatório Anual de 1894-1895. Vol. VII e VIII. São Paulo, Typ. da Companhia Industrial de São Paulo. 1896.
- "La gloriosa tradizione dell'ospedale Circolo Italiano", in: Fanfulla, 22-06-1958.
- LAPA, J.R.A. O Mercado urbano de escravos. (Campinas - segunda metade do século XIX). Coleção Primeira Versão, n.37, IFCH/Unicamp. Campinas, Gráfica do IFCH, 1991.
- LOBO, P.A. "O Centro de Ciências, Letras e Artes no quinquagésimo aniversário de sua fundação", in ", Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, nº 58, dezembro/1953.



- MACHADO, S. "Os italianos de Campinas: 34 anos da Proclamação da República da Itália", in: Jornal de Hoje. Campinas, 09/06/1980.
  
- MARIANO, J. Badulaques. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
  
- MENDES, J.C. "Retratos da Velha Campinas", in: Revista do Arquivo Municipal de S.Paulo, nº 139, abril/maio, 1951.
  
- M.N. "Italianos em Campinas", in: Jornal de Campinas, 06/06/1965.
  
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.
  
- OCTAVIO, B. "Campinas antiga. O fundador de Campinas", in: Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, nº 14, junho/1907.
  
- OCTAVIO, B. "Campinas antiga. Padre Anselmo", in: Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, nº 10, junho/1906.
  
- "O fim do Vice-Consulado Italiano em Campinas", in: Correio Popular, 10-10-1974.
  
- PAULA, C.F. (de) "Monografia histórica do Centro de Ciências de Campinas", in: Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, nº 58, dezembro/1953.
  
- PUPO, B.B. 8 bananas por um tostão. Campinas, Ed. Palmeiras, 1976.
  
- PUPO, C.M.M. Campinas, seu berço e juventude. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969.

- RANGEL, M.L.S. "Notas para a história econômica de Campinas. À margem do livro de Jolumá Brito", in: Revista de História da USP , nº 53, 1963.
  
- TANCINI, C. "Campinas, ieri ed oggi", in: Fanfulla, 01/07/1958.
  
- TANCINI, C. "Campinas, ieri ed oggi. Sotterò la tipografia del giornale incendiario", in: Fanfulla, 08/07/1958.
  
- XX SETEMBRE. Campinas, 1926.